UNIVERSIDADE DA FORÇA AÉREA BRASILEIRA

DOUTORADO EM CIÊNCIAS AEROESPACIAIS

LUIZ FERNANDO PÓVOAS DA SILVA – CEL AV REF

O PODER AEROESPACIAL NAS AÇÕES DE DEFESA NACIONAL, NA AMAZÔNIA – CAPACIDADE DE DISSUASÃO.

RIO DE JANEIRO

Dezembro 2010

LUIZ FERNANDO PÓVOAS DA SILVA – CEL AV REF

O PODER AEROESPACIAL NAS AÇÕES DE DEFESA NACIONAL, NA AMAZÔNIA – CAPACIDADE DE DISSUASÃO.

Tese apresentada à Universidade da Força Aérea como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Ciências Aeroespaciais.

ORIENTADOR: Prof. Dr. CARLOS EDUARDO MARTINS

RIO DE JANEIRO

Dezembro 2010

Luiz Fernando Póvoas da Silva – Cel Av REF

Dedico a minha amada mulher Mariza, este estudo de pesquisa, que com seu carinho e compreensão, ajudou-me a vencer mais este grande desafio, com a Graça de Deus e de Nossa Senhora.

Luiz Fernando Póvoas da Silva – Cel Av REF

Agradeço ao Professor Dr. Carlos Eduardo Martins, meu orientador, pela maneira amiga, inteligente e profissional com que me conduziu neste trabalho de pesquisa – muito obrigado e minha gratidão, bem como ao Prof. Dr. Oswaldo e Prof. Dr. Carlos Henrique.

RESUMO

Este trabalho de pesquisa cientifica visa estudar o Poder Aeroespacial nas ações de defesa nacional, na região amazônica, considerando sua capacidade de dissuasão, envolvendo defesa interna e a segurança no âmbito externo do contexto da América Latina.

Ao serem analisados os aspectos positivos e as vulnerabilidades do Poder Aeroespacial Brasileiro, sua estrutura organizacional / operacional, meios de comando e controle C^2, e meios aéreos, o tema foi delimitado ao se formular, de maneira hipotético-dedutiva uma proposição de qual seria a estrutura e os meios de DAepc adequados e críveis que suportariam um pensamento estratégico militar de força aérea baseado na sua capacidade de dissuasão, num ambiente como a Amazônia.

Analisou, ainda, a situação político-ideológicas dos países limítrofes da Amazônia ocidental ligados ao socialismo bolivariano, os insucessos do neoliberalismo e suas consequências, assim como os ilícitos transnacionais e o tráfego de drogas como ameaças que poderiam gerar instabilidades na geopolítica e na soberania nacional na região.

O trabalho de pesquisa contextualizou a Amazônia, com suas imensas riquezas minerais e naturais, sua biodiversidade e quantidade de agua doce dos seus rios, motivo de cobiça internacional, bem como outros graves problemas existentes, como os de etnia e demarcação de terras indígenas na fronteira de forma indiscriminada, podendo comprometer a integridade do território nacional.

Como metodologia científica, este trabalho de pesquisa baseou-se no método hipotético dedutivo, utilizando a pesquisa científica do tipo documental, bibliográfica

e exploratória, tendo a preocupação de levantar dados de fontes recentes, pois é um tema temporal de visão prospectiva, complementado pela análise qualitativa dos dados.

Tendo em vista as condicionantes apresentadas nas questões do problema , pode-se concluir que este trabalho de pesquisa científica teve seus objetivos atendidos e a proposição apresentada se mostrou aceitável, desde que implementadas as adequações necessárias discutidas no estudo , afim de possibilitar que capacidade de dissuasão do poder aeroespacial seja a base de uma estratégia válida nas ações de defesa nacional, na Amazônia.

Palavras-chave: poder aeroespacial; estratégia; capacidade de dissuasão; neoliberalismo; soberania nacional.

RÉSUMÉ

Cette recherche scientifique vise à étudier les la puissance aérospatiale dans les actions de la défense nationale, dans la région amazonienne, compte tenu de sa capacité de dissuasion impliquant la défense du territoire et la sécurité dans le contexte extérieur de l'Amérique latine.

Lorsque les aspects positifs et les vulnérabilités de la puissance brésilienne de l'aérospatiale, la structure organisationnelle / opérationnelle, des moyens de contrôle et de commande C2, et les moyens aériens sont analysés, le thème a été délimitée à formuler, façon hypothético-déductive une proposition qui serait la structure et les ressources adéquates et crédibles qui appuieraient une réflexion stratégique militaire de la Force aérienne a fondé sa dissuasion dans un environnement comme l'Amazonie.

Également analysé la situation politique et idéologique des pays riverains de l'Amazone occidentale liée à l'socialisme bolivarien, les échecs du néolibéralisme et ses conséquences, ainsi que les crimes transnationaux et le trafic de drogue comme une menace qui pourrait conduire à l'instabilité dans la géopolitique et de la souveraineté nationale région.

La recherche contextualisée l'Amazone, avec ses autres problèmes existants graves, telles que l'origine ethnique et la démarcation des terres indigènes riverains énorme ressources minérales et naturelles, la biodiversité et la quantité d'eau douce dans ses rivières, une source de convoitise internationale, et indistinctement, compromettre l'intégrité du territoire national.

Comme la méthodologie scientifique, cette recherche a été basée sur la méthode déductive hypothétique, en utilisant la recherche scientifique du documentaire, bibliographique et exploratoire, avec le souci de sources de données d'enquête récentes, il s'agit d'une vision prospective thématique laïque, complétée par Les données qualitatives.

Compte tenu des contraintes présentées dans les questions du problème, il peut être conclu que ce travail de recherche scientifique a atteint ses objectifs et propositions présentées prouvé acceptable, à condition que mis en œuvre les ajustements nécessaires abordées dans l'étude, afin de permettre à la dissuasion la puissance aérospatiale est la base d'une stratégie valable dans les actions de la défense nationale, en Amazonie.

Mots-clés: puissance aérospatiale, stratégie, capacite de dissuasion, néolibéralisme, souveraineté nationale.

LISTA DE FIGURAS

Pag.

Figura 1 – Amazônia legal..... 45

Figura 2 – Europa Ocidental versus Amazônia brasileira..... 47

Figura 3 – Riquezas Minerais da Amazônia..... 50

Figura 4 – Tríade de Clausewitz..... 147

Figura 5 – Área do COMAR VII..... 171

Figura 6 – Aeroportos e pistas da Amazônia Ocidental..... 173

Figura 7 – Apoio do COMAR VII ao Exército Brasileiro na Amazônia..... 173

Figura 8 – Estrutura do espaço aéreo brasileiro, meios de C^2..... 183

Figura 9 – Volume de detecção no FL 100 – 10.000 pés..... 185

Figura 10 – Meios aéreos de D Aepc nas RDAs..... 187

Figura 11 – Meios de D Aepc do CINDACTA IV – RDA 4..... 192

Figura 12 – Aeronaves R-99B, AEW&C R-99A e A-29A/B..... 193

Figura 13 – Bases Aéreas na Amazônia Ocidental..... 201

Figura 14 – A inclusão do CODA Am, meios C^2 do SISDABRA..... 259

Figura 15 – A inclusão do CODA Am, meios C^2 do SISDABRA..... 260

Figura 16 – A inclusão da F Ae Am no Comando da Aeronáutica..... 261

Figura 17 – Zona de Detecção RDA 4..... 264

Figura 18 – Impacto dos meios de D Aepc, RDA 4..... 267

LISTA DE ILUSTRAÇÕES – TABELAS

Pag.

1 – Gastos militares em bilhões de USD..... 128

2 – Medidas de policiamento do espaço aéreo..... 176

3 – Evolução do efetivo do Poder Terrestre na Amazônia..... 225

4 – Cadeia organizacional e operacional da D Aepc..... 232

SIGLAS

ACC-AZ	Centro de Controle de Área Amazônico
AEW&C	Alarme aéreo antecipado e controle
AFM	Aircraft flight manual (manual de voo da aeronave)
ALX	Aeronave leve de ataque (A-29A/B – Super Tucano)
AVA	Avaliação da ameaça
AVOEM	Autorização de sobrevoo aeronave militar estrangeira
AWX	All weather interception (Interceptação com qualquer tempo)
BVR	Beyond horizon range (Míssil de interceptação e combate com alcance além do horizonte)
C^2	Comando e controle (engloba as funções comunicações e inteligência)
CAOC	Current Air Operations Center (Centro de Operações Aéreas Correntes)
CC	Chefe controlador de operações aéreas militares
CIA	Central Inteligency Agency dos EUA
CIMI	Conselho indigenista missionário
CINDACTA	Centro Integrado de Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo
CISCEA	Comissão de Implantação do Sistema de Controle do Espaço Aéreo
CMA	Comando Militar da Amazônia
COAM	Controlador de Operações Aéreas Militares
CODA	Centro de Operações de Defesa Aeroespacial
CODA Am	Centro de Operações de Defesa Aeroespacial da Amazônia
COIN	Contrainsurgência

COMDABRA	Comando de Defesa Aeroespacial Brasileiro
COMGAR	Comando Geral de Operações Aéreas
COMINT	Inteligência das comunicações
COpM	Centro de operações aéreas militares
CVA	Centro de Vigilância Aérea da Amazônia
CTO	Centro Técnico Operacional do SIPAM
DA	Defesa aérea
DACOM	Console de defesa aérea e circulação operacional militar
D Aepc	Defesa aeroespacial
DECEA	Departamento de controle do espaço aéreo
EB	Exército Brasileiro
ELINT	Inteligência Eletrônica
EMD	Estado-maior de defesa
ESG	Escola superior de guerra
ESTALE	Estado de alerta da defesa aeroespacial
EUA	Estados Unidos da América
FAB	Força Aérea Brasileira
FAe	Força aérea
FAe Am	Força aérea da Amazônia
FARC	Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia
FFAA	Forças armadas
FIR	Flight information region (Região de informação de voo)
FL	Flight level (nível de voo)
FUNAI	Fundação nacional do índio
GPS/COM	Global positioning system and communication

HE	Hipótese de emprêgo
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IDF	Interception day-fighter (interceptação visual)
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MET	Meteorologia
MSS	Scanner multiespectral
MST	Movimento dos trabalhadores sem terra
NAV ATQ	Navegação e ataque
NM	Milhas náuticas (1 NM = 1,82 km)
NOSDA	Normas Operacionais do Sistema de Defesa Aeroespacial
OALE	Ordem de alerta (D Aepc)
OCOAM P	Órgão de controle de operações aéreas militares principal
OCOAM S	Órgão de controle de operações aéreas militares secundário
OIS	Subsistema óptico e infravermelho
OVIG	Ordem de vigilância (D Aepc)
ONG	Organização não governamental
PLJ MIS	Planejamento de missão
RCEA	Região de controle do espaço aéreo
RDA	Região de defesa aeroespacial
REVO	Reabastecimento em voo
SAE	Secretaria de Assuntos Estratégicos
SAR	Search and rescue (Busca e salvamento)
SIPAM	Sistema de Proteção da Amazônia
SISDABRA	Sistema de Defesa Aeroespacial brasileiro

SIVAM	Sistema de Vigilância da Amazônia
SW	Software
TIC	Tecnologia de informação e comunicação
TMA	Terminal Area (Área terminal – espaço aéreo condicionado)
UE	União Europeia
UIR	Upper information region (Região superior de informação de voo)
USA	United States of America
USD	United States Dollar
UTA	Upper Traffic Area (Área superior de controle de tráfego aéreo)
VIG	Vigilância
VMC	Visual meteorological conditions (condições de voo visual)
ZD	Zona de detecção de defesa aeroespacial
ZIDA	Zona de identificação de defesa aeroespacial

SUMÁRIO

Introdução..... 18

Capítulo 1 – Contextualização..... 42

1.1 O bioma amazônico..... 42

Crescimento não é desenvolvimento – consequências na Região Amazônica..... 42

Amazônia legal – ficção científica..... 43

Amazônia brasileira..... 46

Riquezas minerais..... 49

Água doce..... 50

Biodiversidade..... 51

1.2 A Amazônia brasileira – reflexões estratégicas e geopolíticas..... 51

A questão indígena..... 53

A questão ambiental..... 61

A questão fundiária..... 63

O senso comum – globalização e a interferência cultural..... 64

Estratégia e geopolítica em face da cobiça sobre a Amazônia..... 70

Capítulo 2 – A instabilidade político-ideológica e estratégica no entorno amazônico – uma análise..... 77

2.1 Neoliberalismo – um sonho ideológico..... 77

2.2 Foro de São Paulo e Foro Social Mundial – as duas faces..... 84

2.3 Fim do comunismo internacional – a desinformação..... 90

2.4 Relações internacionais – instabilidade político-ideológica no

entorno amazônico..... 96

Socialismo bolivariano..... 99

Indigeneidade – a identidade indígena na Bolívia e suas implicações..... 103

Equador e a revolução socialista..... 106

Colômbia – da guerra fria à guerra contra as drogas e a contrainsurgência..... 109

A integração regional na América Latina – imposições atuais..... 110

2.5 Neoliberalismo – a ameaça deduzida..... 118

Capítulo 3 – Análise geopolítica da América Latina – seus reflexos na Amazônia Ocidental e no Brasil..... 122

3.1 Quadro político-estratégico da segurança regional e do Brasil..... 122

3.2 Dimensão militar da segurança regional da América do Sul..... 127

3.3 Bases americanas na América do Sul..... 136

3.4 Organizações não governamentais – ONGs..... 139

Capítulo 4 – A capacidade de dissuasão – o poder aeroespacial 146

4.1 Estratégia..... 146

4.2 Teoria do poder aéreo..... 150

4.3 Poder aeroespacial na atualidade – valor de uma força aérea..... 154

4.4 Dissuasão..... 157

4.5 Capacidade de dissuasão – a Amazônia..... 165

Capítulo 5 – O Poder Aeroespacial Brasileiro, na Amazônia, aspectos positivos, perspectivas e vulnerabilidades..... 170

5.1 Força Aérea Brasileira – a FAB na Amazônia..... 170

5.2 O policiamento do céu..... 174

5.3 O sistema C^2 da defesa aeroespacial – SISDABRA..... 176

5.4 Os meios de defesa aeroespacial..... 181

5.5 Defesa aeroespacial, na Amazônia brasileira – CINDACTA IV..... 187

5.6 Aspectos positivos e perspectivas do Poder aeroespacial brasileiro, na Amazônia..... 194

5.7 Vulnerabilidades do poder aeroespacial, na Amazônia..... 209

Capítulo 6 – O capacidade de dissuasão do Poder Aeroespacial Brasileiro nas ações de defesa nacional, na Amazônia – uma proposta..... 219

6.1 Soberania nacional – Pensamento estratégico militar brasileiro sobre a Amazônia..... 219

6.2 A vigilância aérea e o controle do ar – situação atual..... 230

6.3 Comando Norte e Comando Sul da USAF e o Comando de Operações Aéreas da Força Aérea Francesa..... 242

6.4 O poder aeroespacial como capacidade de dissuasão, na Amazônia – uma proposta..... 245

6.5 O impacto na avaliação da ameaça – a gestão de inteligência operacional no CODA Amazônico..... 253

6.6 O impacto na estrutura organizacional e operacional do SISDABRA – o CODA Amazônico..... 256

6.7 O impacto na estrutura organizacional e operacional do Comando da Aeronáutica – a FAe Amazônica /COMAR VII..... 261

6.8 O impacto nos meios aéreos..... 265

Conclusão..... 270

Referências..... 279

INTRODUÇÃO

> "O país não está inteiramente livre de riscos. Apesar de conviver pacificamente na comunidade internacional, pode ser compelido a envolver-se em conflitos gerados externamente como conseqüência de ameaças do seu território e dos seus interesses vitais." (PND – 2005)

Este trabalho de pesquisa cientifica visa estudar o Poder Aeroespacial[1] nas ações de defesa nacional [2], na região amazônica, considerando sua capacidade de dissuasão [3], em face das ameaças existentes, envolvendo defesa interna e a segurança no âmbito externo do contexto da América Latina.

Douhet (1910), grande estrategista do início século XX, teorizava que o avião seria o grande empreendedor do século com seu potencial transformador. Além de ter sido, visto a conquista espacial, esta afirmativa permanece válida, e suas teorias são aplicadas nas atuais ações do Poder Aeroespacial por todas as forcas aéreas do mundo inteiro, utilizando aeronaves e mísseis no estado da arte.

Mitchell (1930), como um dos primeiros estrategistas que meditaram sobre o emprego do poder aéreo teria oportunidade de defini-lo como sendo "a capacidade de fazer algo no – ou através do espaço aéreo".

A capacidade do Poder Aéreo, a maneira como ela tem sido entendida e conceituada, bem como sua potencialidade não pode ser alcançada senão depois de estudadas, definidas e compreendidas em toda a sua extensão. Para comprová-lo, é suficiente lembrar um aspecto referente à conceituação do Poder Aéreo, no que

---

[1] "[...] Integração dos recursos que a nação dispõe para a utilização do espaço aéreo e do espaço exterior [...]" O Poder Aeroespacial Brasileiro é constituído pela Força Aérea Brasileira, Aviação Civil, Infra-estrutura Aeroespacial, Indústria Aeroespacial de Defesa, Complexo Científico-Tecnológico e pelos Recursos Humanos especializados. (*(DCA 1-1, 2005)*

[2] Defesa nacional é o conjunto de medidas e ações do Estado, com ênfase na expressão militar, para defesa do território, da soberania e dos interesses nacionais contra ameaças predominantes externas, potenciais ou manifestas (PDN, 2005).

[3] Dissuasão é poder, demonstração de poder, segundo Figueiredo (2006).

tange a sua capacidade de dissuasão, que embora, assinalada pelos grandes teóricos que meditaram sobre o assunto, não alcançou até o presente a adequada dimensão [4].

> "Duas assertivas tem historicamente inspirado todas as atividades da Aeronáutica, em especial da Força Aérea, seu braço armado: o conceito até então rígido e pouco resistente à argumentação de Poder Aéreo Uno e Indivisível e a prioridade concedida à Superioridade Aérea, ambos baseados em uma concepção idealizada de controle do espaço aéreo com propósitos definidos. (...) hoje, está transparente para todos que o Poder Aeroespacial Brasileiro, constituído pela Força Aérea Brasileira, Aviação Civil, Infra-estrutura Aeroespacial, Industria Aeroespacial e pelo Complexo Científico-Tecnológico, é **uno** em concepção, porém não é indivisível e sim **articulado** na execução". (SANTOS, 1989, pg.34)

A importância crescente da variável custo, a exigência de acurada sensibilidade política, pelo inevitável envolvimento de populações civis, a Força Aérea moderna singulariza-se pela flexibilidade.

Uma defesa aérea moderna repousa sobre três princípios fundamentais: a antecipação, a flexibilidade e a informação.

A capacidade de dissuasão é uma demonstração de poder, como tal de poder militar crível capaz de neutralizar ou impor danos insuportáveis, em pronta resposta ou por antecipação que não compensem uma ação militar, tornando a análise de empreendê-la, questão impraticável e inaceitável quanto a sua execução, sendo uma capacidade inerente ao Poder Aeroespacial.

Por outro lado, no contexto da ameaça está a soberania e a integridade do território nacional, envolvendo a Amazônia brasileira que abrange cerca de nove estados soberanos (Acre, Amapá, Amazonas, Maranhão (a oeste do meridiano 44º), Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins), o que representa 5,2 milhões

[4] Ver Santos, 1989.

de quilômetros quadrados e corresponde a um vigésimo da superfície terrestre, dois quintos da América do Sul e 56% do Território Nacional – TN, conforme dados fornecidos pela Agência de Desenvolvimento da Amazônia – ADA. A Amazônia possui um quinto de água doce e um terço das florestas do globo terrestre, assim como o maior banco genético do planeta e a maior hidrografia do mundo, com 23.000 km de rios navegáveis, sendo, ainda, rica em biodiversidade. Outras riquezas ainda não exploradas são as riquezas minerais que se encontram no seu subsolo, podendo o Brasil pode ser classificado como um país mineral, pois possui as maiores reservas de recursos minerais do mundo. A Amazônia brasileira possui uma extensa fronteira, onde 11.000 km estão na Amazônia Ocidental, medindo cerca de 1.110 nm (2.000 km) NORTE-SUL e 1.660 nm (3.000 km) LESTE-OESTE, um continente Amazônia no centro da América do Sul, sendo caracterizada como uma região continental de um país predominantemente marítimo como o Brasil, tornando-o ao mesmo tempo um país marítimo e continental [5].

No fim do período colonial, o espaço político amazônico compreendia o Estado do Maranhão e Grão-Pará e onze capitanias, caracterizando a concepção política colonial de ocupação do espaço amazônico pela descentralização administrativa. Onze das nove capitanias eram subordinadas diretamente ao Estado do Maranhão e Grão-Pará; este vinculado à metrópole portuguesa, desligado do Governo Geral do Brasil. Importantes motivos de ordem política às razões do determinismo geográfico, divisão em dois estados da América Portuguesa por fatalidades da natureza, entende-se a profundidade e o alcance da concepção geopolítica de Lisboa e a preocupação constante com a extensão territorial da sua colônia sul-americana.

[5] Ver Mattos, 1980.

A Amazônia abrange uma grande área de floresta equatorial, formando o maior ecossistema do planeta e, mesmo assim, a Amazônia Brasileira possui muitos campos. Bernardo Cabral (1998) comentou sobre os mitos da Amazônia brasileira, e que um desses mitos seria de uma Amazônia, constituída só de florestas, sem possuir campos. Particularmente em Humaitá, região riquíssima, há grandes campos. Em Rondônia e Roraima há campos, onde se produz soja de primeiríssima qualidade, com índices de produção superiores aos do sul do país.

Na Província de Carajás, existe um programa de exploração de minério pela empresa Vale, em larga escala, assim como em Urucu, no alto Juruá, de petróleo, que abastece todo o Estado do Amazonas, contendo a maior reserva de gás do Brasil. Devido a essas atividades econômicas, as duas regiões sofrem pressões das Organizações Não Governamentais – ONGs ambientalistas, alegando a defesa e a preservação do meio ambiente. Fora estes dois exemplos, e a exploração clandestina de madeira no cinturão anterior que envolve o Mato Grosso e o Pará, mais nenhuma atividade econômica de exploração de recursos naturais é realizada na Amazônia, sendo que todas as nossas reservas de riquezas minerais encontram-se coincidentemente em Áreas de Proteção Ambiental (APA), há muito tempo, em negociação no Congresso Nacional pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente – IBAMA, sendo conduzidas e orientadas para atender os interesses de ONGs internacionais[6]. A forma como a questão ambiental tem sido apresentada e tratada pelo IBAMA, com a participação direta das ONGs internacionais, criando cinco corredores ecológicos na Amazônia que não atendem ao interesse nacional e a soberania do Estado brasileiro. Estas áreas são verdadeiros santuários de riquezas, onde o poder público não tem possibilidade de desenvolver qualquer atividade econômica.

[6] Ver Lessa, 2002.

A atividade clandestina de exploração das riquezas e dos recursos naturais e minerais amazônicos já se reflete diretamente na evasão de divisas e produz conseqüências no equilíbrio do ecossistema, gerando inclusive, uma circulação aérea clandestina transnacional de transporte de ouro e outras riquezas.

Em termos de hidrografia, a Amazônia é a maior do mundo, com 23.000km de rios navegáveis, sendo que dois terços (2/3) do potencial hidroelétrico do Brasil estão na Amazônia. É importante e ameaçador para a Amazônia que os EUA sempre tiveram atração para intervenções em países estrangeiros, e estão atualmente no alerta amarelo com relação à água potável, isto é, possivelmente, estariam em escassez no ano 2025.

O princípio da não intervenção vem sendo posto de lado e isso é um processo que muito preocupa, no referente à Amazônia. Os Estados Unidos já disseram que intervirão, se sua posição for ameaçada, mesmo sem aprovação do Conselho de Segurança – CS da Organização das Nações Unidas – ONU.

Devido as suas características geográficas, a Amazônia tem como fatores de permanente cobiça internacional suas potencialidades geoeconômicas, o maior banco genético do mundo, uma rica biodiversidade e recursos minerais, naturais e hídricos abundantes. Considerando estas potencialidades amazônicas, tem-se a preocupação expressa por Costa (1998), quando adverte da possibilidade dos países desenvolvidos utilizarem-se da força em futuro próximo, num horizonte temporal após 2010, para garantir as suas necessidades de insumos estratégicos[7].

A Política Militar Aeronáutica (PMA) [8], na sua análise da conjuntura nacional brasileira, mostra uma nação pouco provida de mentalidade de defesa.

> "Nem mesmo os extraordinários bens estratégicos brasileiros, representados pela abundância de recursos naturais, tais como minérios, biodiversidade,

[7] Ver Costa, 1998.
[8] PMA – Portaria do Comando da Aeronáutica n° C-2/GC3, de 14 de fevereiro de 2008.

> mananciais de água doce, bem como grandes extensões de terras agriculturáveis, sujeitos à cobiça internacional, têm motivado o incremento da capacitação de Defesa para garantir a sua proteção. Embora a economia brasileira rivalize com as das nações centrais e apresente amplas possibilidades de crescimento, esta não consegue despertar o País para a necessidade de deter um elevado poder de dissuasão, traduzido pelo adequado aparelhamento da expressão militar do Poder Nacional, cuja capacidade atual não está compatível com a estatura político-estratégica do País." (PMA, 2008, p.20)

Os chamados interesses coletivos da humanidade para com a Amazônia se referem à proteção dos direitos humanos, a preservação do meio ambiente, as questões étnicas e das terras indígenas – TI, o combate ao crime organizado e ao narcotráfico. Tais assuntos, no processo de globalização, têm gerado tensões entre países desenvolvidos e em desenvolvimento[9].

A questão das terras indígenas tem o mesmo desdobramento, pois elas são excessivamente dimensionadas em relação à população indígena existente, como a ianomâmi, a dos tucanos no alto do Rio Negro e a da Raposa Serra do Sol. A Fundação Nacional do Índio – FUNAI não tem estrutura administrativa suficiente para resolver o problema da demarcação das terras indígenas, sendo suportada por ONGs que respondem aos interesses de grupos econômicos internacionais. Em paralelo, as ONGs e o IBAMA denunciam o impacto ao meio ambiente com a possível exploração das riquezas nestas áreas indígenas. A exploração de riquezas naturais e a demarcação das terras indígenas estão sendo conduzidas de uma forma que não atende aos interesses nacionais, comprometendo a soberania nacional.

[9] Ver Cambeses, 2004.

O governo brasileiro assinou a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígena [10] em setembro de 2007, na Assembléia Geral da ONU, que no entendimento de Moderno (2007), podendo ser contrária aos interesses nacionais, comprometendo a soberania nacional e a geopolítica, principalmente do bioma amazônico.

A Declaração enfatiza sistematicamente a livre determinação dos povos indígenas sobre as suas terras, territórios e riquezas ou recursos naturais, exigindo total desmilitarização das terras e territórios. Esta autodeterminação vem sendo trabalhada pelas ONGs, seria o direito de nação indígena capaz de impedir projetos do Estado brasileiro nas áreas demarcadas, como se fossem um Estado dentro de um Estado.

Uma situação muito preocupante é a demarcação contínua de terras indígenas, onde só é possível entrar com autorização, esse problema permanecerá, com especial preocupação para áreas que fazem divisas com outros países[11]. A política indigenista está dissociada da história brasileira e tem de ser revista urgentemente. O maior exemplo é a reserva Raposa Serra do Sol, em Roraima, na fronteira com a Venezuela e a Guiana, uma área de 1,78 milhão de hectares – 12 cidades de São Paulo cabem nesta área – para em torno de 15 mil índios.

Outra atividade é a narcoguerrilha, encontrada nas atividades ilícitas do narcotráfico, não respeita os conceitos de Estado e Soberania. A guerrilha colombiana, após a queda do muro de Berlim, passa a raciocinar de maneira pragmática, não se importando qual seja a origem de seu financiamento e, com a queda dos cartéis de Cali e Medelin acabou assumindo o cultivo, fabricação e

[10] Declaração da ONU: § 4° - Os povos indígenas no exercício do seu direito a livre determinação, têm direito à autonomia ou ao autogoverno nas questões relacionadas com seus assuntos internos e locais, assim como os meios para financiar suas funções autônomas.
§ 32° - Os povos indígenas têm direito a determinar e elaborar as prioridades e estratégias para o desenvolvimento ou utilização de suas terras ou territórios e outros recursos.
[11] Ver Heleno, 2009.

distribuição das drogas na Colômbia.

As ameaças à soberania nacional, advindas do narcotráfico e da narcoguerrilha, merecem dois enfoques: o da defesa nacional e o da segurança internacional. O primeiro está relacionado ao controle da fronteira ocidental da Amazônia. No contexto internacional, a convivência com as novas ameaças, representadas pelas armas de destruição em massa, conflitos ético-nacionalistas, o terrorismo, o narcotráfico, o fundamentalismo islâmico e as migrações ilegais, especialmente nos EUA, ocasiona a militarização americana, no entorno da Amazônia, pois quanto maior o comprometimento da defesa interna maiores serão as pressões externas para a aplicação desses conceitos, afetando diretamente a soberania nacional[12].

O volume de recursos concentrados nas mãos dos narcotraficantes vem produzindo sérias distorções na economia dos países produtores de drogas. Favorecendo o esfacelamento econômico, com consequente retraimento do PIB formal e forte crescimento do PIB subterrâneo, aprofundando a dependência econômica desses Estados ao ingresso dos narcodólares[13]. A maioria dos especialistas americanos concorda em identificar a cocaína como droga que representa o problema social mais sério a partir dos anos oitenta. Estimado em 12 milhões o número de narcodependentes no mundo, gerando um capital em torno de 500 bilhões de dólares, pode-se imaginar o Brasil na situação de consumidor importante e como rota de passagem, se não quiser chegar a ser a Colômbia de amanhã deverá bater duro no narcotráfico hoje. A atividade do narcotráfico utiliza o espaço aéreo da Amazônia como rota da cocaína colombiana com destino ao

[12] Ver Ferreira, 2004.
[13] http://www.defesa.ufjf.br, acessado em ABR 2005 – Os Primórdios da Guerra do Narcotráfico na Colômbia.

Canadá e à Europa, enquanto o consumo interno é suprido por rotas fluviais [14]. O relatório anual dos EUA sobre o controle internacional de narcóticos critica o Brasil por não criar uma legislação à parte contra o financiamento do terrorismo. Afirma que a maior fraqueza do regime brasileiro contra a lavagem de dinheiro está na falta de legislação criminalizando o financiamento do terrorismo. O Brasil está na lista de países produtores de drogas, fornecedores de químicos para produção de drogas e local para lavagem de dinheiro [15].

As atividades do narcotráfico ao realizarem voos ilícitos, tráfico de drogas e contrabando de riquezas naturais caracterizavam pelo uso indevido do espaço a violação do espaço aéreo brasileiro, comprometendo a soberania nacional. Na década de 90, foi desenvolvido e implantado o Sistema de Proteção da Amazônia subordinado à Casa Civil com o objetivo de proteção e desenvolvimento de projetos socioeconômicos na Amazônia, constituído de um Subsistema de Vigilância da Amazônia, cuja responsabilidade de desenvolvimento, implantação e operação foi atribuída ao Comando da Aeronáutica e, conseqüentemente teve sua operacionalização como CINDACTA IV [16], tendo como estratégia o controle do ar.

Outro instrumento importante para consecução da estratégia de controle do ar na Amazônia foi a promulgação da chamada Lei do Abate que deveria reduzir o número de vôos clandestinos pela enorme fronteira do país e aumentar a apreensão de bens ilegais, mas de acordo com o documento intitulado "*International Narcotics Control Strategy Report*" [17], desde a entrada em vigor da lei, em outubro de 2004, nenhum abate foi realizado. Logo no ano seguinte à promulgação da lei de abate houve uma grande redução do número de tráfegos desconhecidos na região

[14] Ver Pesquisa do Grupo RETIS - UFRJ de Pesquisa – Instituto de Geociências da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ.
[15] Ver Maisonnave, 2005.
[16] Quarto Centro Integrado de Defesa Aérea e Tráfego Aéreo.
[17] Divulgado no site <http://www.state.gov>.

amazônica, mas, passado pouco tempo, devido a capacidade dos meios aéreos alocados o número de tráfegos voltou ao normal, inclusive apresentando aumento em certas áreas[18].

A existência de riquezas naturais incalculáveis exploradas por atividades irregulares, dos ilícitos transnacionais, contrabando de drogas e riquezas naturais, sem que haja medidas coercitivas pode servir de pretexto para cobranças da comunidade internacional – grupos dominantes e até mesmo motivo de suposta intervenção na região.

Numa análise sobre a Amazônia, realizada no ano de 1990, pela Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, e que norteia o atual pensamento político militar brasileiro sobre a Região, o problema foi identificado e permanece, até os dias atuais, como a "Ausência do Estado", caracterizando ainda, a falta de um pensamento estratégico sobre a Amazônia. Na verdade, o Brasil necessitaria, urgentemente, pôr em prática uma política e um programa socioeconômico de governo, suficientemente estruturado, que permita a promoção do desenvolvimento da Região Amazônica e propicie harmonia entre as necessidades humanas e ambientais. O Poder Público seja federal ou municipal, terá sempre muitas limitações para promover atividades sócio-econômicas e não há como integrar e desenvolver a Amazônia sem conduzir atividades sócio-econômicas[19].

O Poder Público seja federal ou municipal, tem sempre muitas limitações para promover atividades socioeconômicas e não há como integrar e desenvolver a Amazônia sem conduzir atividades sócio-econômicas.

---

[18] Ver Silva, 2005.
[19] Ver Lessa, 2002.

Não é que não tenha havido ações neste sentido, mas são realizadas de forma modesta. O Exército Brasileiro preocupado com a sua presença na Região aumentou seu efetivo na área para 25.000 homens, 28 organizações militares foram criadas ou transferidas de outras localidades, mas não adianta aumentar o efetivo e agravar o problema logístico na selva, e selva sem logística é praticamente suicídio, significa servidão logística, custa caro. O SIVAM foi planejado e está sendo operado pelo Comando da Aeronáutica, fazendo parte de um sistema maior, o Sistema de Proteção da Amazônia – SIPAM, que envolve outros componentes do Poder Executivo, coordenados pela Casa Civil da Presidência da República e, que tem como foco o controle da prospecção e exploração de nossas riquezas minerais e naturais e o suporte de informações para o planejamento estratégico de projetos amazonicos. Já se passaram alguns anos da sua implantação física, mas o que se observa é que os componentes do Poder Executivo ainda não assumiram as suas funções no SIPAM, existe como dito anteriormente, um vazio deixado pelo Estado, exceto no que diz respeito ao Comando da Aeronáutica. Os órgãos governamentais como a Polícia Federal, Receita Federal, IBAMA e FUNAI reclamam por sua vez, de falta de pessoal, dificuldades de transporte e de comunicações, o que facilita a prática dos ilícitos transnacionais, prejudicando o Brasil.

Muitas pressões já se fizeram sentir contra o Brasil, aproveitando casos de narcotráfico, incêndios nas florestas, minorias étnicas e outros motivos, para tentar nos arrastar para uma situação de intervenção solicitada ou armada que se deve evitar, para que não haja problemas que venham afetar a soberania brasileira.

O pensamento estratégico militar brasileiro, no referente ao Exército na Amazônia, com um efetivo de 25 mil militares está baseado em duas estratégias: a presença, com 28 organizações militares, e a dissuasão, na capacidade de combate

e intervenção. Possui o melhor combatente de selva do mundo, soldados e cabos são locais e totalmente adaptados. (...) Aspiramos a equipamentos modernos e meios de transporte com agilidade e flexibilidade compatíveis com a Amazônia. O que queremos, o mais rápido possível, é que as promessas de reaparelhamento sejam cumpridas[20]. A fronteira tem 11,5 mil quilômetros, quase cinco vezes a fronteira do México com os Estados Unidos e com características de selva em grande parte dela. Os americanos com toda a tecnologia e meios têm dificuldades de controlar totalmente a fronteira[21]. (...) Para nós é muito difícil, mas hoje temos um sistema de vigilância bastante efetivo e nossas organizações estão nas calhas dos principais rios penetrantes. Do ponto de vista militar é eficiente. Do ponto de vista do controle de tráfico e entrada de armas temos de melhorar muito[22].

No referente ao Comando da Aeronáutica, o cumprimento das operações de defesa aeroespacial, controle do espaço aéreo, em toda a extensão da fronteira da Amazônia Brasileira, compreendendo uma área de 1200 NM por 1300 NM, sendo 11.000 km na Amazônia Ocidental é uma tarefa de difícil execução. Exige adequação dos meios aéreos, de detecção e telecomunicações, bem como de pessoal. Devendo ser capaz de operar de forma desdobrada na região e em constante estado de pronta-resposta. Uma estrutura operacional de comando e controle[23] com capacidade de decisão e compatível com os meios empregados e a missão atribuída é outro aspecto preponderante.

> "Para que os meios sejam aplicados com eficiência operacional e sejam realmente eficazes, suportados por legislação federal e operacional compatíveis, necessitam de treinamento no ambiente de operação e um comandamento único, extremamente coordenado e articulado." (Guerra do Golfo, Desert Storm, 1991)

[20] Ver Heleno, 2009.
[21] Thomas Shannon - secretário assistente de Estado norte-americano.
[22] Ver Heleno, 2009.
[23] Ver Silva, 2005.

A imigração ilegal e o narcoterrorismo internacional na Amazônia Ocidental, ainda não sensibilizaram o governo brasileiro, suas autoridades e a opinião pública, mas a proteção de comunidades indígenas e o estabelecimento das suas reservas já se tornaram uma grande preocupação e um grande problema, envolvendo as ONGs internacionais ligadas aos direitos humanos. Além disso, existe a destruição das florestas e o narcotráfico que podem até dar motivos e justificativas de intervenção[24].

Uma das principais ameaças sobre a Amazônia é o convencimento da opinião pública internacional de que as questões existentes na Amazônia são do interesse da humanidade. A comunidade internacional, utilizando-se das ONGs, como atores transnacionais, procuram manter a Amazônia tal como está, e na sua cobiça querem torná-la reserva e patrimônio da humanidade. Aplicação do paradigma da interdependência, que seria o estabelecimento de uma sociedade internacional com governança global[25].

A comunidade internacional, protagonizada pelos interesses dos grupos financeiros dominantes, utiliza-se de vetores de influência para atingir seus interesses. Estes vetores se caracterizam por meio de pressões políticas ou de ONGs[26].

Fatos importantes, com o surgimento de novos atores, os movimentos sociais, aconteceram no cenário político-estratégico da América Latina, devido ao fracasso do neoliberalismo, apresentado como solução às políticas adotadas pelos governos latino-americanos, nas décadas de oitenta e noventa, solução tida como ideal de desenvolvimento sustentado e bem-estar social.

---

[24] Ver Lessa, 2002
[25] Ver Costa, 2002 e Pecequilo, 2004.
[26] Ver Coutinho, 2008.

Em meio a Guerra Fria o neoliberalismo se mostrou como uma opção frente ao socialismo, bem como solução ao comunismo, à crise do capitalismo e às políticas intervencionistas existentes na época. O neoliberalismo se propunha à aplicação de uma democracia de mercado, tendo com paradigmas básicos as leis de oferta e procura, e soberania do consumidor[27].

A aplicação do neoliberalismo como política de Estado, nos anos 1990, tendo sido adotada praticamente por todos os países do continente Latino Americano, América Central e Caribe, excetuando-se Cuba, promoveu desemprego, maior grau de desigualdade em distribuição de renda, miséria e exploração para a maioria da população, fomentando subemprego e informalidade – privatização das empresas estatais e desinstalação da capacidade industrial do país, um Estado focado na saúde, educação e segurança[28].

> "(...) o Estado não escapa das consequências do inexorável processo de globalização, que restringe a tradicional soberania em muitos campos, especialmente no monetário, no comercial, nas características de suas atividades industriais e agropecuárias, na qualificação e no uso da sua força de trabalho, no controle de seu território e de seu patrimônio natural e cultural, nas particularidades de sua própria ordem jurídica interna e nas suas formas de administração da justiça." (MONCAYO, 2006, p.336C) [29]

O neoliberalismo com o desenvolvimento da revolução científica-técnica e a globalização são os aspectos mais presentes da nova ordem internacional, permanecendo como alternativa ideológica, no mundo contemporâneo. O neoliberalismo, propagado pelos Estados Unidos para compensar a sua decadência,

---

[27] Ver Ceceña, 2006. Ensaio: Geopolítica – Latino-americana: enciclopédia contemporânea da América latina e do Caribe.
[28] Ver Rosenman, 2006. Ensaio: Neoliberalismo – Latino-americana: enciclopédia contemporânea da América latina e do Caribe.
[29] Idem – Ensaio: Colômbia.

desde os anos 1980 e, a partir da estratégia estabelecida pelo Consenso de Washington, que tinha como exigência a aplicação de políticas neoliberais aos países latino-americanos, provocando e impondo importantes restrições ao desenvolvimento da região[30].

Na América Latina, com o fracasso do neoliberalismo, surgiram novos atores, os movimentos sociais, forças de centro-esquerda ou nacionalistas que conquistaram os governos, mas perderam importante oportunidade histórica ao se apresentarem como opções de terceira via ou ao radicalizarem como o Socialismo Bolivariano de Hugo Chávez, na Venezuela, gerando incertezas preocupantes como focos de tensão e instabilidade político-ideológica e estratégica na Amazônia Ocidental.

Estes fatores ameaçantes aos interesses nacionais na Amazônia; incertezas e instabilidade político-ideológica e estratégica, problemas de reservas ambientais e de minorias étnicas, como a demarcação das terras indígenas, exploração clandestina das riquezas, o narcotráfico e a cobiça internacional sobre os recursos naturais podem comprometer a geopolítica da América Latina e, consequentemente, a soberania do Brasil como Estado, tanto no âmbito nacional da defesa da Amazônia como no âmbito internacional da sua segurança.

O tema a ser estudado nesta pesquisa científica pertence à área de concentração do Poder Aéreo, na linha de pesquisa de Estratégia de Emprego da Força Aérea, de Comando e Controle, envolvendo ainda, Inteligência Operacional.

O tema foi delimitado pela proposição de um modelo de comando e controle, e de meios aéreos constitutivos do Poder Aeroespacial, que sejam credíveis e consigam suportar uma estratégia baseada na capacidade de dissuasão, em face das ameaças presentes, atuando nas ações de defesa nacional na Amazônia.

[30] Ver Martins, 2006.

A delimitação do tema está coerente com o pensamento político militar brasileiro atual e a Política de Defesa Nacional – PDN. Mesmo assim, exigindo que sejam pesquisadas outras áreas do conhecimento referentes como as relações internacionais, a geopolítica e a estratégia, ao envolver segurança e defesa do Brasil na América do Sul e a nova ordem internacional.

Dentro do Brasil cabe a tipicidade de um Brasil marítimo e de um Brasil continental, representado pela Amazônia a exigir soluções, gestões e decisões em tempo real, novos paradigmas e planejamento estratégico, em todos os segmentos da sociedade, para que estes desafios sejam enfrentados e vencidos.

Algumas reflexões e questões, julgadas importantes, deveriam ser respondidas na pesquisa a ser realizada:

a. A instabilidade político-ideológica dos países vizinhos na Amazônia Ocidental, ligados ao socialismo bolivariano, consequência dos insucessos do neoliberalismo, assim como os ilícitos transnacionais, as atividades do narcotráfico poderiam gerar conflitos com mudanças geopolíticas na região amazônica, comprometendo a soberania brasileira?
b. As características geográficas da Amazônia com suas potencialidades geoeconômicas, suas riquezas naturais, minerais e hídricas, sendo incorporadas ao sistema produtivo, como fatores de cobiça internacional poderiam ser motivo de insegurança e de intervenção territorial pela comunidade internacional?
c. Nas questões étnicas, a criação de reservas indígenas na área de fronteira possibilitaria a quebra de extensão territorial na Amazônia e conseqüentemente perda de soberania?
d. A elite governante e a sociedade brasileira já teriam desenvolvido algum entendimento sobre as questões de defesa interna e segurança como essenciais

ao jogo internacional dos ganhos e perdas e, de se sentirem responsáveis pelos acontecimentos e decisões a serem tomadas no referente à região Amazônica?

e. As vulnerabilidades porventura existentes nos seguimentos do Poder Aeroespacial brasileiro poderiam comprometer as ações de defesa nacional na Amazônia, considerando a sua capacidade de dissuasão?

f. O modelo atual de estrutura operacional aplicada na Amazônia, bem como seus meios de comando e controle – C^2 e, a gestão de inteligência operacional existentes estariam adequados?

g. Os meios aéreos existentes na Amazônia seriam adequados para atender uma estratégia baseada na capacidade de dissuasão do Poder Aeroespacial?

Tendo em vista as questões do problema, é possível imaginar e formular de maneira hipotético-dedutiva uma proposição, na qual o Poder Aeroespacial Brasileiro, considerando a sua capacidade de dissuasão, poderia adequar sua estrutura operacional com meios de comando e controle, e meios aéreos, incluindo a inteligência operacional. Esta forma empregada normalmente no Comando Norte da Força Aérea Americana – USAF e na Força Aérea Francesa poderia ser adotada pelo Poder Aeroespacial brasileiro com pequenas modificações e redimensionamentos à realidade da Amazônia brasileira e do Brasil.

Esta hipótese, depois de analisada e fundamentada nos seus aspectos técnico-operacionais, explorando soluções baseadas em experiências comprovadas no campo da história militar, da geopolítica, da estratégia e das relações internacionais poderia representar uma proposta possível ou não, face aos problemas enunciados neste trabalho de pesquisa.

Considerando, ainda, as questões do problema, este trabalho de pesquisa tem por objetivo analisar o Poder Aeroespacial, nas ações de defesa nacional, na

Região Amazônica brasileira, considerando a aplicação da sua capacidade de dissuasão, em face das ameaças colocadas nas questões do problema.

Entretanto, essa pesquisa não poderia deixar de levantar, discutir e estabelecer objetivos específicos, pontos importantes que vão concorrer, para que o objetivo geral seja atingido, como:

a. Identificar os interesses nacionais na Amazônia brasileira e seus fatores ameaçantes, pelo enfoque das relações internacionais, da geopolítica e da estratégia, tendo em vista a revolução técnico-científica e a globalização com sua geografia econômica e nova ordem internacional;
b. Analisar as vulnerabilidades do Poder Aeroespacial Brasileiro na Amazônia, como capacidade de dissuasão;
c. Analisar a estrutura operacional do Comando Norte da Força Aérea Americana, bem como o Comando de Operações da Força Aérea Francesa e sua aplicação no ambiente da Amazônia brasileira.

Este trabalho de pesquisa se justifica pela importância da Amazônia e o que ela representa para a Pátria Brasil, para o povo brasileiro e a comunidade internacional, assim como, por outros fatores, apresentados a seguir.

Ao aceitar o desafio do exercício da soberania nacional no espaço aéreo da Amazônia brasileira e a manutenção da sua integridade territorial, o Poder Aeroespacial estaria combatendo diretamente toda espécie de criminalidade associada ao tráfico internacional de drogas, ameaça maior que representa para a segurança da sociedade brasileira [31]. Hoje, insegurança e violência nas suas mais diversas formas são impostas às populações das cidades brasileiras pelas atividades do narcotráfico, uma verdadeira guerrilha urbana, sem que os governos tenham poder de polícia ou exerçam qualquer tipo de poder de coerção.

[31] Site www.fab.mil.br , acessado em 23.04.2005 – Lei do Tiro de Destruição.

As condicionantes referentes às incertezas existentes pelo fracasso da política neoliberal, imposta à América Latina, provocando instabilidade político-ideológica e estratégica nos países vizinhos na Amazônia brasileira, com possibilidade de provocar mudanças no cenário geopolítico, assim como a capacidade de dissuasão do Poder Aeroespacial constituem-se na importância da realização deste trabalho. Alguns possíveis custos e ou benefícios, poderiam ser discutidos. Os custos, sem preço calculável, poderiam gerar os seguintes reflexos:

- Enfraquecimento da defesa nacional com perda da soberania e da integridade do território nacional na Amazônia, advindo desta postura um comprometimento do Estado, referentes à defesa interna e à segurança externa;
- A instabilidade político-ideológica e estratégica de países limítrofes, provocando o aumento de atividades no referente aos ilícitos transnacionais, com comprometimento geopolítico do território nacional, na Amazônia Ocidental e Norte;
- Internacionalização das terras indígenas com suas riquezas incalculáveis, perda territorial e da soberania do Estado brasileiro;
- Intensificação do tráfico de drogas, tendo como conseqüência direta o incremento do contrabando de armas, a lavagem de dinheiro e a corrupção, gerando insegurança na população não só na Amazônia como em todas as cidades brasileiras.

Os benefícios poderiam gerar posturas mais profissionais, conscientes e patrióticas na sociedade brasileira como um todo, com os seguintes reflexos:

- Desenvolver uma capacidade militar do Estado brasileiro de manter a soberania do espaço aéreo nacional e a integridade do território nacional na Amazônia, aplicando uma estratégia de dissuasão confiável e reconhecida

internacionalmente, exercida pelo Poder Aeroespacial;

- Possibilitar a sociedade brasileira de adquirir a conscientização sobre os conceitos de soberania, defesa nacional e segurança, essenciais nas relações internacionais, bem como por meio de estudos estratégicos o Estado brasileiro ser inserido na defesa nacional e no âmbito internacional da segurança como perspectiva de poder (Figueiredo, 2006).

Hoje, discute-se a Estratégia Nacional de Defesa, aprovada pelo Conselho Nacional de Defesa e pelo Presidente da República, cujo foco maior de visão estratégica é a Amazônia.

O estudo científico deste tema é de grande importância, quando se trata da formulação de estratégia, poder e Estado, tendo em vista que:

"(...) analisa a presença do Estado brasileiro, principalmente (mas não apenas) no âmbito nacional de sua defesa e no âmbito internacional de sua segurança, tendo em vista a perspectiva do poder." (FIGUEIREDO, 2006)[32]

Pesquisas têm sido realizadas sobre este tema, que abrange interesse, tanto no contexto nacional como no internacional, devido às transformações políticas, sociais e econômicas que vem sofrendo a sociedade brasileira, tornando esta pesquisa relevante e atual ao discutir os diversos aspectos, envolvendo a capacidade de dissuasão do Poder Aeroespacial, na manutenção da soberania nacional e integridade territorial. A possibilidade de vir a promover direta e indiretamente segurança, bem-estar e justiça social para a população, valorizando o sentimento e o orgulho de ser brasileiro, tanto pelo exercício da soberania como da cidadania nos diversos níveis da sociedade, na elite governante, no soldado-cidadão e no cidadão brasileiro. Outro fator importante é seu aspecto multidisciplinar ao

[32] Professor Dr. Eurico de Lima Figueiredo – definição de Estudos Estratégicos – aula Doutorado Ciências Aeroespaciais, UNIFA, 2008.

envolver conceitos e estudos de relações internacionais, geopolítica e estudos estratégicos, disciplinas da Ciência Política.

Este trabalho de pesquisa científica justifica-se, ainda, pela sua idéia central, de que o Brasil vive pacificamente na comunidade internacional, mas não está isento de se envolver em conflitos, capazes de ameaçar seu território e seus interesses vitais, especialmente na Amazônia brasileira. Com a globalização e a nova geografia econômica do mundo sendo influenciada pelas novas tecnologias da Revolução Científica e Tecnológica, também chamada de Terceira Revolução Industrial, aumentando ainda mais as diferenças entre as nações desenvolvidas e subdesenvolvidas. Logo, passou a fase em que o país poderia ficar *deitado eternamente em berço esplêndido*, devendo preparar-se para os perigos de enfrentamento, desenvolvendo a sua capacidade dissuasória no Poder Aeroespacial.

Para atingir aos objetivos propostos e responder às questões do problema, como metodologia científica, este trabalho de pesquisa baseou-se no método hipotético dedutivo, utilizando a pesquisa científica do tipo documental, bibliográfica e exploratória. A pesquisa cientifica documental, devido à natureza da fonte, busca atingir a especificidade dos assuntos militares, normalmente com grau de sigilo, da Estratégia e dos estudos estratégicos - EE. A pesquisa bibliográfica estaria voltada à pesquisa científica na área de ciências políticas e das relações internacionais (RI), bem como aos aspectos geopolíticos. Os estudos exploratórios fazem parte da pesquisa, concorrendo para a análise qualitativa e quantitativa dos dados a serem obtidos por meio de reflexão e aprofundamento[33].

O referencial teórico que fundamenta as reflexões na produção desta pesquisa científica no campo do conhecimento não é único, pois o fato de a própria

[33] Ver Gomes, 2005.

natureza do tema ser multidisciplinar possibilita que seja considerada principalmente a teoria do poder aéreo, assim como àquelas afetas às relações internacionais, à geopolítica e à estratégia.

Este trabalho propõe desenvolver-se, considerando as leis e os direitos estabelecidos e garantidos pela Constituição de 1988, ora existentes, que regulam as atividades de combate ao narcotráfico e ao narcoterrorismo, de exploração predatória nociva ao meio ambiente da biodiversidade, dos recursos minerais e naturais, das terras indígenas, dos organismos do Estado e do controle do espaço aéreo para atividades ilícitas.

O capítulo 1 contextualiza em primeiro lugar a situação atual da Amazônia, as suas riquezas naturais e minerais, ambientais, sua biodiversidade, seu banco genético e seus recursos hídricos, motivo de cobiça internacional. Outros fatores influenciadores são também contextualizados nos seus diversos aspectos como os problemas ambientais e suas áreas de preservação, os relacionados com as terras indígenas, o envolvimento descontrolado das ONGs no papel dos órgãos federais, a exploração clandestina dos seus recursos naturais e minerais, dentre outros, entrando em detalhes pontuais importantes que permitem o entendimento, análise e a formação de um juízo de valor sobre o cenário que envolve o tema em discussão, a Amazônia.

No capítulo 2, discorre-se sobre aspectos da instabilidade político-ideológico e estratégico, existentes na Amazônia ocidental, suas causas e as recentes inflexões que podem influenciar as relações internacionais e a geopolítica na região.

O capítulo 3 incorpora uma análise dos caminhos atuais das mudanças ocorridas na geopolítica da América do Sul, com reflexos na Amazônia Ocidental,

envolvendo a segurança internacional do país e seus questionamentos quanto a uma possível corrida armamentista no continente.

No capítulo 4, analisa o Poder Aéreo e a sua capacidade de dissuasão e o que representaria a capacidade de dissuasão do Poder Aeroespacial Brasileiro como fator de desequilíbrio geopolítico e ameaça para os países limítrofes na América Latina, como demonstração consciente e verdadeira de poder, em busca da harmonia e da paz, na Amazônia brasileira.

O capítulo 5 descreve a estrutura atual dos componentes do Poder Aeroespacial Brasileiro, na Amazônia, e os meios disponíveis, incorporando uma análise dos pontos positivos e suas vulnerabilidades.

O capítulo 6 analisa a solução aplicada pelos americanos no Comando Norte e o Comando Sul da USAF, bem como o atual Comando de Defesa Aérea e de Operações Aéreas – CDAOA *(Commandement de La Défense Aérienne et des Opérations Aériennes)* da Força Aérea Francesa na Europa. Apresenta uma proposta de adequação dos componentes do Poder Aeroespacial Brasileiro, ao atuar nas ações de defesa nacional, na Amazônia, utilizando como estratégia a capacidade de dissuasão.

A conclusão encerra uma análise das fontes e dos dados coletados em face das questões do problema da pesquisa, ratificando comparações, confrontando pontos de vista e comprovações que fundamentam a proposta deste trabalho de pesquisa científica, assim como, abrindo espaço, nas considerações finais, para que o objeto da pesquisa continue a ser pesquisado, por meio de novas pesquisas científicas e com o aprofundamento que se fizer necessário.

CAPÍTULO 1 CONTEXTUALIZAÇÃO

1.1 O Bioma amazônico

Crescimento não é Desenvolvimento – sua consequência na Região Amazônica

É importante apresentar as sutilezas do entendimento intrínseco que trazem as palavras crescimento e desenvolvimento. Crescimento tem conotações quantitativas, já em desenvolvimento são qualitativas, trazendo em seu bojo a acumulação de riquezas, as transformações regionais, as conquistas pessoais, a evolução da sociedade e a preservação ambiental.

Desenvolvimento é o processo global de fortalecimento e de aprimoramento do homem e de seus sistemas sociais. É tão importante, que está estritamente

relacionado com o Poder Nacional. A falta de desenvolvimento do país é fator desencadeador de instabilidades políticas e sociais e põe em situação de fragilidade a Segurança Nacional[34].

A Escola Superior de Guerra em seus fundamentos doutrinários define Desenvolvimento Nacional como "o processo global de fortalecimento e aperfeiçoamento do Poder Nacional (com o uso das expressões do Poder), particularmente de seus fundamentos homem, terra e instituições, visando à conquista e à manutenção dos objetivos nacionais e à consecução do bem comum."

Em palestra proferida na Escola Superior de Guerra, no ciclo de extensão sobre a Amazônia o Senador Jefferson Peres (2004) teceu alguns comentários sobre o desenvolvimento da região, nos quais afirmou que a Amazônia vem perdendo oportunidades ímpares para estabelecer o seu desenvolvimento; (...) época áurea da extração da borracha, (...) logo após a segunda guerra mundial com a saída dos americanos que deixaram aviões e navios e construíram aeroportos, escolas e hospitais. (...) A Constituição Federal – CF de 1988 estabeleceu a obrigação de investimento na Amazônia de 3 % do PIB ao ano. (...) No entanto, o que se verificou nestas ocasiões e determinações, inclusive na CF é que a Região Amazônica pouco ganhou com estas oportunidades e as condições de vida do povo nada melhoraram. O que deixa claro que a Região Amazônica carece de uma dinâmica de trabalho mais sofisticada e complexa para o seu desenvolvimento, sua integração e inserção na cadeia produtiva do resto do país.

O Brasil não tem um programa para o desenvolvimento da Amazônia inscrito em um projeto de país. A Amazônia precisa ser inserida na cadeia produtiva nacional, como área estratégica para a segurança e a manutenção da soberania nacional. O que se identifica é que o país não tem políticas estruturadas e

[34] Ver Freire, 2004.

planejadas de médio e longo prazo que coordenem e integrem todas as ações de governo para obtenção do desenvolvimento sustentado. Se os brasileiros não a ocuparem e a explorarem, principalmente seus recursos naturais, outros o farão.

Amazônia legal – ficção jurídica

> "(...) Gigante pela própria natureza".
> És belo, és forte, impávido colosso,
> E o teu futuro espelha esta grandeza,
> Terra adorada!"(Hino Nacional Brasileiro)

As florestas tropicais são consideradas como um dos ecossistemas mais ricos da Terra e, já cobriram 12% da superfície do planeta. Atualmente, cobrem apenas 7% da superfície terrestre e, são encontradas na América do Sul, na Ásia e na Oceania.

A floresta tropical Amazônia representa 5% da superfície de terrestre, 50% da América Latina e é formada por nove países; a Bolívia, a Colômbia, o Equador, a Guiana, a Guiana Francesa, o Peru, o Suriname, a Venezuela e o Brasil.

Existe uma Amazônia Legal[35] cujos limites foram instituídos por meio de decretos governamentais, com a finalidade de facilitar o planejamento do desenvolvimento da região e uma outra que chamada de Amazônia brasileira que corresponde a área abrangida pelo bioma da floresta tropical.

A Amazônia Legal, de um modo geral, abrange cerca de nove Estados soberanos; Acre, Amapá, Amazonas, Maranhão (a oeste do meridiano 44º), Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins, com cinco milhões de km^2, um

[35] Conforme os dados fornecidos pela Agencia de Desenvolvimento da Amazônia – ADA, o espaço territorial conhecido como Amazônia Legal é fruto de ato administrativo, uma construção geopolítica instituída pela Lei Federal nº 5.173 de 27 de Outubro de 1966.

vigésimo de superfície terrestre, dois quintos da América do Sul e 56% do Território Nacional – TN. O bioma amazônico mede cerca de quatro milhões de km^2, pois não inclui o Estado de Tocantins e, somente uma faixa do Mato Grosso localizada ao norte do paralelo de 12º S e de um triângulo, bem ao norte do Tocantins , que tem como base o paralelo de 6º S e como lados a linha de cumeada da Serra do Estrondo, a leste, e o curso do Rio Araguaia, a oeste. Fora dos limites acima citados já não há mais qualquer sinal do bioma amazônico, pois ao sul e a sudeste desponta o Domínio dos Cerrados do Brasil Central, enquanto o Maranhão é ocupado pela Zona dos Cocais.

Pela Lei nº. 5173, de 27 de outubro de 1966 foi criada a Superintendência para o Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM, renovando-se, então, o conceito de Amazônia Legal, cujos limites ainda foram ampliados, pela Lei Complementar nº 31, de 11 de outubro de 1977, com a inclusão de toda a superfície do Mato Grosso. A ficção jurídica, adotada para fins de planejamento regional, ficou com uma superfície de 5,2 milhões de km^2, correspondentes a cerca de 60% do território nacional.

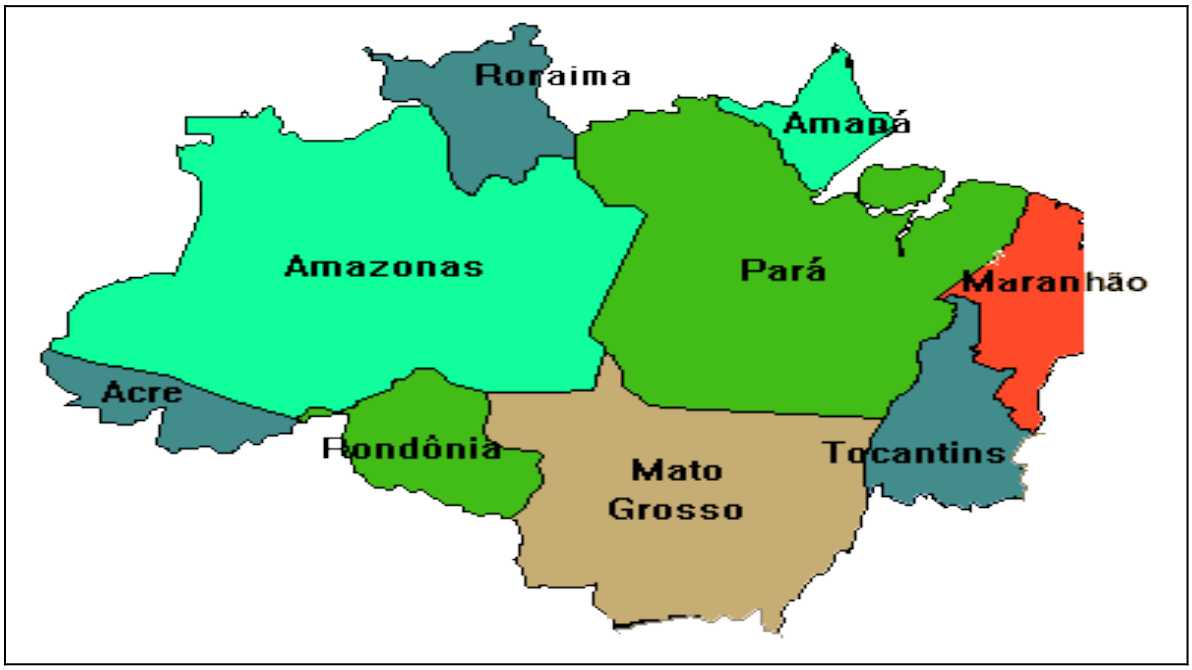


Figura 1. Amazônia Legal (Fonte: Gama e Silva, 2005).

I

A Amazônia brasileira é a maior região natural ou unidade paisagística do Brasil e, como tal, abrange um domínio morfoclimático e fitogeográfico bem definido pelos padrões de relevo, clima, vegetação, solos e drenagem. Como bioma de uma região não pode ser determinado por lei ou decreto, mesmo com as delimitações acima, prosseguiu com os seus 4 milhões de km^2 originais, enquanto que a área acrescida, apenas para fins de planejamento, prossegue inserida no Domínio dos Cerrados e na Zona dos Cocais.

A Amazônia Legal é uma questão criada por Organizações Não Governamentais – ONGs, para tentar demonstrar a incapacidade dos brasileiros de gerenciar a maior região natural do país. As ONGs obtêm informações de satélites precisas ou não, sobre a modificação da cobertura vegetal da região e usam tais números para escandalizar a opinião pública, com a destruição da floresta.

O grosso da ação antrópica na Amazônia verdadeira, segundo os mesmos dados fornecidos pelas ONGs, concentrou-se nos Estados do Pará e Rondônia, com modificações da vegetação iguais respectivamente a 6.724 e 4.141 km^2. Tais números não chegam a causar espanto, para quem conhece a Amazônia, uma vez que traduzem o aproveitamento de grandes extensões de terras férteis dispostas em torno de São Felix do Xingu, Pará, e ao longo da BR-364, em Rondônia, uso alternativo que não chega a se constituir em pecado mortal contra a natureza amazônica. Nas quatro outras unidades amazônicas da Federação, Acre, Amapá, Amazonas e Roraima, o total de áreas modificadas não chega à casa dos 2.000 km^2, o que vem confirmar que a Amazônia brasileira é a área mais bem conservada do planeta. Logo, só cabe desmentir as notícias plantadas por aqueles que estão de

olho grande nos recursos naturais da nossa Amazônia e, além disso, inibir o funcionamento dessas ONGs no território nacional.

Amazônia brasileira

A Amazônia possui um quinto de água doce do globo e um terço das florestas, o maior banco genético do planeta e a maior hidrografia do mundo com 23.000 km de rios navegáveis. Sendo rica em biodiversidade e possuindo imensas riquezas minerais no seu subsolo. A Amazônia brasileira possui uma extensa fronteira terrestre, com 11.248 km de fronteiras internacionais na Amazônia ocidental. Mede cerca de 2.000 km, Norte – Sul e 3.000 km, Leste – Oeste, com 1.482 km de costa, são 3,64 milhões de km^2 de floresta tropical, um continente Amazônia no centro da América do Sul. A Amazônia brasileira (...) é suficientemente grande para acomodar toda a Europa Ocidental (figura 2) e faz do Brasil o país com maior área contínua de florestas tropicais do mundo[36].

Figura 2. Europa Ocidental versus Amazônia brasileira (Fonte: Freire, 2004).

[36] Ver Freire, 2004. Ao discorrer sobre a Amazônia brasileira, torna-se impossível omitir o trabalho de pesquisa, inclusive de pesquisa de campo realizado por Laura Freire para o Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia (CAEPE) da ESG, no ano de 2004, Região Amazônica: Novas Ameaças e Possíveis Respostas, e sobre o que ela chama de Riquezas Estratégicas da Amazônia.

O subsolo da Amazônia possui riquezas minerais incalculáveis, sendo algumas já mapeadas. O relevo da região é (...) uma grande planície em sua maior extensão. Limita-se pela encosta setentrional do Planalto Brasileiro ao Sul e pelo Planalto das Guianas ao Norte. A planície se estende de Oeste para Leste com uma baixíssima declividade. As áreas de terra firme costumam apresentar relevo ondulado com desníveis que chegam a 40 metros. As estações climáticas obedecem a um ciclo diferente do resto do país e apresentam basicamente duas estações definidas, marcadas pelo regime das chuvas, (...) inverno como época de chuvas, de novembro a abril, e o verão caracterizado como época de menos chuvas.

Com terras nos hemisférios Norte e Sul, (...) a Amazônia é agraciada com um clima do tipo equatorial, quente e superúmido.

No entanto, em contraste à grandeza dos números acima, que faz da Região Amazônica a maior do Brasil, ela é a menos povoada. Com 21 milhões de habitantes, ocupação inferior a 1,4 habitantes por km^2, sendo a densidade populacional da Amazônia uma das mais baixas do país. A população se concentra nas cidades, principalmente nas capitais, no interior se distribui ao longo dos rios, em solos de várzeas, pela possibilidade da movimentação via transporte fluvial, garantia de alimentação proveniente da pesca fluvial. Apenas 2/5 da população vive em zona rural, sendo constituída de caboclos. Há também um pequeno número de estrangeiros, grupo economicamente ativo, como portugueses, japoneses, sírio-libaneses, espanhóis, que habitam os centros urbanos da região. Grandes grupamentos indígenas de diferentes etnias são encontrados na região amazônica. Desde o Gen. Rondon, a Amazônia é a região onde mais se faz sentir a integração

do povo com as Forças Armadas, situação incrementada a partir de 1985, com a implantação do Projeto Calha Norte.

A cidade Manaus é a capital política e administrativa da região Amazônica, tem porto internacional, sendo um importante centro industrial. A ligação entre as áreas habitadas é feita principalmente por transporte fluvial, pelo transporte aéreo e o bastante limitado transporte rodoviário. Apesar da abundância de riquezas naturais, o distanciamento entre os grandes centros urbanos e a dificuldade de locomoção da região faz com que o homem simples da região viva de uma cultura de subsistência, garantindo sua sobrevivência, mas mantendo o estado de pobreza.

As terras amazônicas e suas riquezas são descritas como grandes extensões de terras agricultu ráveis, com explorações de garimpos de ouro e pedras preciosas espalhadas por toda a região, sendo que a grande maioria das reservas minerais está localizada em áreas já demarcadas como reservas indígenas ou de proteção ambiental.

Riquezas Minerais

Levantamentos feitos na Amazônia apontam a existência dos seguintes minerais: colúmbio, crelita, nióbio, lítio, tório, titânio, urânio, bauxita, estanho, petróleo, gás natural, potássio, calcário, manganês, ferro, alumínio, diamante, cromo, linhito, ouro. Só a reserva do Morro dos Seis Lagos, em São Gabriel da Cachoeira, no Amazonas possui 90% das reservas mundiais de nióbio e tem reservas de minério para 1500 anos de exploração, com valor estimado de 1 trilhão de dólares. Os grandes compradores mundiais de nióbio são: UE com 41%, Ásia com 25%, EUA com 24% e demais países com 10%. A maioria dos países desenvolvidos é totalmente dependente da importação dessas matérias primas,

usadas na indústria, como é o caso do nióbio, indispensável na indústria aeroespacial, na automotiva, na militar, na nuclear e na saúde.

Estima-se que o valor das reservas minerais da Amazônia esteja em torno de 1 trilhão de USD (*United States* dólares) em minérios considerados comuns e mais 1 trilhão de USD em nióbio.

Certamente, o fato da existência destas reservas seja as razões da dificuldade em se conseguir informações reais sobre as riquezas minerais presentes na Amazônia, assim como discutir este fato, levando em consideração o elevado interesse dos organismos internacionais e suas ONGs na demarcação das terras indígenas e na conservação da natureza, entre aspas.

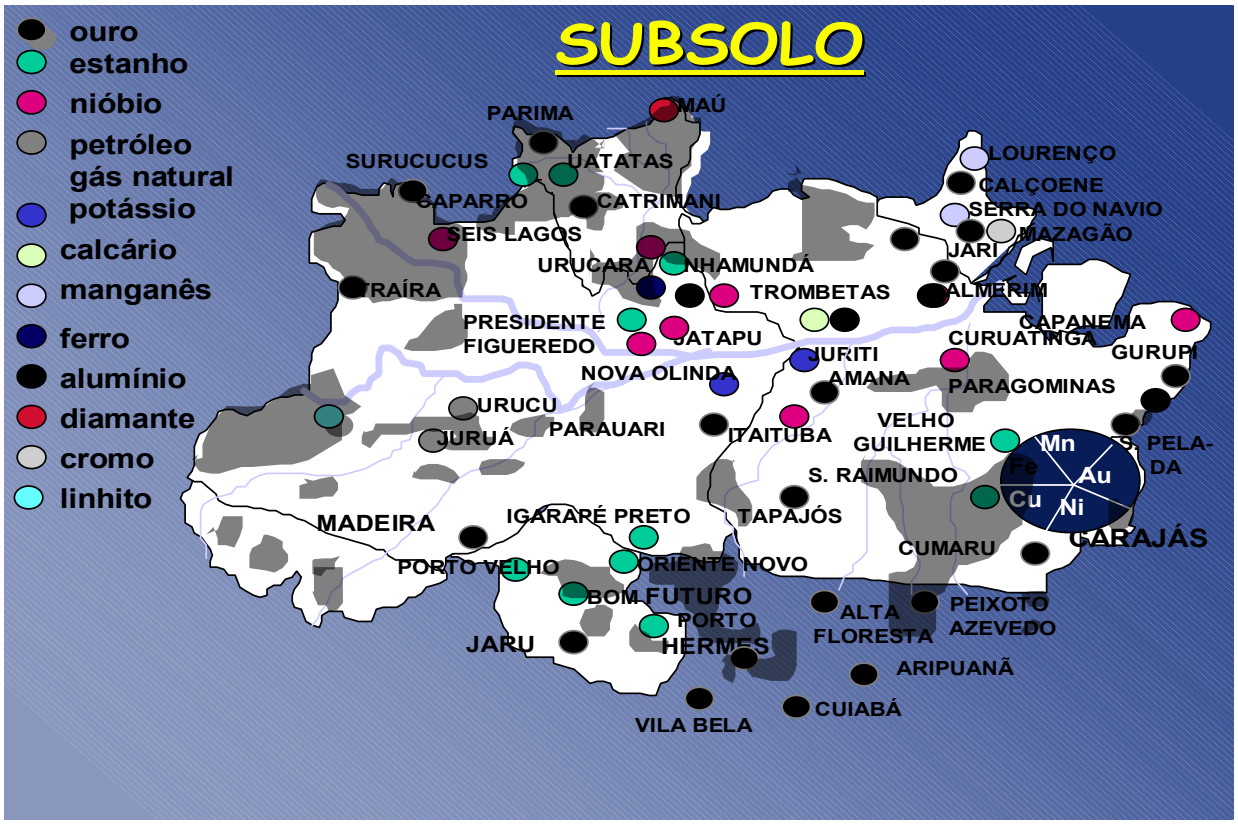


Figura 3. Riquezas Minerais da Amazônia (Fonte: Comando Militar Amazônia, 2005).

Água

Sobre o potencial hídrico da Amazônia, a água doce é um recurso natural de limitada disponibilidade, em várias partes do planeta, e cada vez mais escasso (...), devido ao processo acelerado de industrialização e do crescimento demográfico. A água doce compõe apenas 12% do total da água da Terra, sendo o restante de água salgada. (...) Na Amazônia, onde esse recurso faz da região o Império das Águas, com 15% de todo da reserva de água da Terra. O acúmulo de toda essa água decorre da invejável precipitação regional, que atinge uma média de 35 trilhões de litros por dia. O volume de água do Rio Amazonas é tão grande que, em um dia, lança no Oceano Atlântico o volume anual do Rio Tamisa.

Biodiversidade

O Brasil é considerado o país de maior diversidade biológica do planeta, sendo a Amazônia a maior e mais rica região de florestas tropicais no mundo. A biodiversidade se refere à variedade de vida no planeta Terra. Inclui assim, a totalidade dos recursos vivos ou biológicos, dos recursos genéticos e seus componentes.

A espécie humana depende da biodiversidade para sua sobrevivência. A biodiversidade é uma das propriedades fundamentais da natureza, responsável pelo equilíbrio e a estabilidade dos ecossistemas (...). As funções ecológicas desempenhadas pela biodiversidade (...) as espécies modificam a biosfera, tornando-a apropriada e segura para a vida. (...) A diversidade biológica possui além de seu valor intrínseco, valor ecológico, genético, social, econômico, científico, educacional, cultural, recreativo e estético.

Os fatores que ameaçam a biodiversidade, na região Amazônica, são a caça predatória e ilegal, a derrubada de florestas, as queimadas, a destruição para

loteamento e a poluição de rios. Outro problema grave que ameaça a fauna e a flora brasileira é a chamada biopirataria, a saída ilegal de material genético ou subprodutos de plantas ou animais para pesquisas sobre novos medicamentos e cosméticos no exterior.

I.2 A Amazônia brasileira – reflexões estratégicas e geopolíticas

> "Eles não querem o nosso bem, eles querem os nossos bens"
>
> (Padre Antônio Vieira, aos índios quando da invasão dos franceses).

A razão desse interesse, tão arraigado e localizado, de tantos, em naturais e minerais existentes na região e, ainda inexplorados.

"Pelo seu potencial, inclusive seu posicionamento geopolítico, tem sido cobiçada a mais de quinhentos anos" [37].

Armou-se um cenário de situações delicadas, onde se juntou a questão ambiental, incluindo as riquezas naturais e minerais, a questão indígena e, por último, problemas que se alternam ao gosto dos interlocutores e dos seus interesses (...), o narcotráfico, questão fundiária, questões agrárias, e os problemas gerados pela pecuária. Os interesses internacionais ditos humanísticos são tão acirrados na defesa da Amazônia que chegam a causar espanto quando contrapostos com situações de outras regiões do Brasil [38].

Essas preocupações com certeza decorrem do fato que a Amazônia tem muito ouro e as maiores jazidas do mundo de nióbio, manganês e ferro, e ainda, muitos diamantes, esmeraldas, rubis, cobre, zinco e prata, além da maior biodiversidade do planeta, podendo gerar lucros gigantescos para laboratórios estrangeiros. Inúmeras outras riquezas minerais e naturais somam 14 trilhões de dólares, segundo dados do projeto Radar para a Amazônia – RADAM.

[37] Ver Santos, 2004. Amazônia Quinhentos Anos de Cobiça.
[38] Ver Villasboas, 2004. Palestra na Escola Superior de Guerra – ESG.

Depois de sofrer com a biopirataria, com o roubo de madeiras nobres, agora a Amazônia está enfrentando o tráfico de água doce. A hidropirataria é a mais nova modalidade de saque dos recursos naturais da Amazônia brasileira. Cientistas e autoridades brasileiras foram informados que navios petroleiros estão reabastecendo seus reservatórios, no Rio Amazonas. Porém, a falta de uma denúncia formal tem impedido a Agência Nacional das Águas (ANA), responsável por esse tipo de fiscalização, de atuar no caso[39]. Enquanto as grandes embarcações estrangeiras recriam a pirataria do século XVI, a burocracia impede o bloqueio dessa nova forma de saque das riquezas nacionais. Os cálculos preliminares mostram que cada navio tem se abastecido com 250 milhões de litros. (...) A captação é feita pelos petroleiros na foz do rio, ou já dentro do curso de água doce. (...) O local do deságue do Amazonas no Atlântico tem 320 km de extensão, (...) com profundidade média em torno de 50m.

O contrabando é facilitado pela ausência de fiscalização na área. A ingerência estrangeira nos recursos naturais da Amazônia tem aumentado significativamente nos últimos anos. Atualmente na superfície do planeta a água em estado líquido representa menos de 1% dos 3% do total disponível.

A previsão é que, num período ainda próximo, as guerras sejam motivadas pela detenção dos recursos hídricos.

A Questão Indígena

> "A igualdade surge do princípio básico de que todos nascem iguais, dotados de uma mesma dignidade de pessoa, sagrada e inviolável, na medida que compartilham de um mesmo patrimônio moral e intelectual" (pensamento estratégico da ESG).

[39] Ver site: www.ambientebrasil.com.br eco 21, ano XIV-93- ago /04. www.eco21.com.br.2009.

Como não conceder aos índios direitos iguais, comuns a todos os brasileiros, permitindo-lhes acesso a uma sociedade moderna e com melhor qualidade de vida. (...) Principais pontos das questões indígenas e serve de alicerce aos restantes [40]. Ditado muito mais por interesses não nacionalistas, os defensores da segregação são os principais arautos das demarcações das terras indígenas. As terras indígenas crescem cada vez mais, não seguem critérios coerentes, indo inclusive contra a Constituição Federal, havendo grandes extensões de terras para um grupo reduzido de índios, muitas das terras indígenas estão localizadas nas fronteiras, podendo comprometer a soberania nacional, a integridade territorial brasileira.

A população indígena na Amazônia brasileira é de cerca de 240 mil índios de um total de 330 mil índios brasileiros. A superfície das 294 terras indígenas corresponde a cerca de 80 milhões de hectares, sendo de 851milhões de hectares a superfície do território nacional, podendo-se dizer que a densidade de índios por hectare na Região Amazônica é de 0,294/ índio, ou seja, 339 hectares para cada índio. Isso significa que 83 % das terras indígenas estão na Região Norte, sendo que 11 % das terras brasileiras são terras indígenas. O Estado de Roraima contribui hoje com 60% do seu território para esta situação, sem contar com a demarcação da reserva Raposa Serra do Sol. A Reserva Ianomâmi possui um território de 9 milhões de hectares, sendo do tamanho de Portugal, onde moram 10 milhões de pessoas, tendo sido doada para apenas 8.000 índios, incluindo o subsolo, ou seja, 1.1 mil hectares para cada índio. Simples coincidência ou não, este subsolo é considerado extremamente rico, já tendo sido identificado algumas das maiores jazidas brasileiras de ouro, diamantes, estanho, zinco, cobre e chumbo, utilizando-se satélites de pesquisa.

[40] Ver Freire, 2004.

Sobre os direitos constitucionais e sociais, (...) os índios têm cada vez mais consciência de seus direitos constitucionais e legais e são partes legítimas para ingressar em juízo em defesa desses direitos e interesses, principalmente, quanto à educação, à saúde e à demarcação de suas terras, intervindo o Ministério Público em todos os atos do processo. Após o serviço militar inicial, os jovens oriundos das comunidades indígenas têm prioridade para a incorporação ao Exército, desde que sejam voluntários e aprovados no processo de seleção, sendo uma boa oportunidade de reforçar a cidadania brasileira e torná-los imunes à pregação das ONGs [41].

O processo de demarcação das terras indígenas, apesar dos procedimentos serem ditos transparentes, restringe-se exclusivamente a área do Ministério da Justiça. Outro detalhe é que ao levar em consideração somente aspectos antropológicos e culturais, ignora-se os aspectos políticos, socioeconômicos e de segurança (defesa nacional), mesmo quando envolvem as faixas de fronteira ou, gerando tensões sociais e questionamentos sobre a posse das terras para os estados e municípios. Uma indagação está sempre presente – deveria assunto tão importante, envolvendo a soberania nacional, ser tratado somente na esfera de um único órgão do Ministério da Justiça / Fundação Nacional do Índio – FUNAI? Inclusive, tendo em vista a forma míope de conduzir o processo, quanto descumprimento da Constituição Federal que estabelece no seu § 2º do Art. 20 que a ocupação e utilização da faixa de fronteira serão reguladas em lei e não por decreto, como normalmente é feito, sendo que, a Constituição de 1988 [42], comparada às outras constituições brasileiras, deu maior prioridade ao trato das questões indígenas.

---

[41] Ver Rosa, 2004. A Política Indigenista: a utilização das terras indígenas (TI) no contexto da Defesa Nacional, em especial na faixa de fronteira, seu impacto na Constituição Federal de 1988.
[42] Ver CF 1900 – Art. 20, § 2° e Art. 231, § 1°, 2°, 3° e 4°.

A Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas foi aprovada pela Assembleia Geral da ONU em 13 de setembro de 2007, com voto a favor do Brasil contrário ao dos EUA e Canadá. O fato de o Presidente[43] ter assinado a Declaração, em fórum internacional, significa a adesão moral do Brasil aos termos. Isto cria pelo menos certa obrigação de coerência, nas políticas internas do governo, mas não é instrumento jurídico obrigatório, no sentido que se equipare a lei, ou que gere direitos subjetivos para os índios, a ponto de poderem acionar o Judiciário, no caso destas normas serem ignoradas na prática. Segundo Moderno (2007), a Declaração da ONU, ainda que não seja definitiva, contraria os interesses nacionais, ao possibilitar uma transformação geopolítica, no bioma amazônico, podendo comprometer, assim, a soberania nacional.

Segundo os artigos 4° e 32 da Declaração da ONU [44], deve-se ter cuidado, pois isto poderá dar aos indígenas direito a repelir ações de aculturação, ou projetos de investimento ou desenvolvimento do Estado brasileiro, nas áreas demarcadas, ao assumirem características de um povo ou nação independente, como se fosse um Estado dentro do Estado.

A exploração das jazidas, em lavra ou não, demais recursos minerais e os potenciais de energia elétrica hidráulica, conforme a Constituição Federal constituem propriedade distinta da do solo e, para efeito de exploração ou aproveitamento pertencem à União, garantindo ao concessionário a propriedade do produto da lavra. Entretanto, somente poderá ser efetuada mediante autorização ou concessão da União, atendendo aos interesses nacionais, por brasileiros ou empresa constituída

[43] O Presidente da República tem competência privativa para assinar atos internacionais (CF, art.84, VIII).

[44] Art 4° - Os povos indígenas no exercício do seu direito a livre determinação, têm direito à autonomia ou ao autogoverno nas questões relacionadas com seus assuntos internos e locais, assim como os meios para financiar suas funções autônomas. Art 32° - Os povos indígenas têm direito a determinar e elaborar as prioridades e estratégias para o desenvolvimento ou utilização de suas terras ou territórios e outros recursos.

sob as leis brasileiras e que tenha sua sede e administração no País, na forma da lei, que estabelece, ainda, outras condições específicas.

Sobre os Recursos Financeiros aportados, o Governo Federal vem assegurando a demarcação e a regularização das terras indígenas e, possibilitando também a aplicação de medidas de proteção a essas áreas, por meio de recursos provenientes do Projeto Integrado de Proteção às Populações e Terras Indígenas da Amazônia Legal – PPTAL. (...) Esses recursos são provenientes do Banco Mundial, Governo da Alemanha e do próprio governo brasileiro.

A atual política indigenista, baseada nas modificações promovidas pela Constituição de 1988, vem dando margem à ocorrência de diversos conflitos e gerando tensão na população brasileira, assim como deixando setores responsáveis da sociedade brasileira preocupados com a possibilidade de ameaça à segurança nacional, no referente à soberania nacional e a sua integridade territorial [45]. Segundo Faria (2006), o MD reconhece, ainda, outros pontos relevantes a serem considerados na questão indígena [46].

Os garimpeiros, mineradores, madeireiros e fazendeiros que defendem a tese que os silvícolas são beneficiados pela política indigenista, com terras extensas,

[45] Ministério da Defesa (MD) – Órgão Central do Sistema Militar de Defesa e guardião da Política de Defesa Nacional.

[46] Ver Faria 2006. (1) A presença obrigatória das Forças Armadas na faixa de fronteira, pois é dever delas fazer-se presente, seja em terras indígenas ou unidade de conservação da natureza, respeitando os costumes, as tradições e as leis que protegem tanto os cidadãos brasileiros quanto o patrimônio nacional; (2) Que a presença das Forças Armadas nas terras indígenas é fundamental e benéfica à defesa dos direitos destes brasileiros; (3) Que o conceito de "nação indígena" não poderá prosperar, pois contribuirá, em muito, para evitar o clima de emoção com que a questão é tratada, e então, facilitar o encontro de soluções politicamente acertadas; (4) Que a faixa de fronteira do nosso território deve ser vivificada, preservando nela a capacidade de ação do Estado, a integridade do território nacional e também a interação ordenada e positiva com os países vizinhos; (5) Que interessa à defesa nacional que a proteção que necessariamente se deve dar à faixa de fronteira, sobretudo na região norte do País, não se veja afetada pela perpetuação de vazios demográficos, essencialmente os que, por serem contíguos a espaços semelhantes aos países vizinhos, possam dar lugar seja a reivindicações de formação de "nações indígenas", seja à diminuição da capacidade de atuação do Estado na repressão de delitos transfronteiriços, seja ainda a percepção errônea, fora do nosso país, de que possa haver no nosso território "áreas sem governo", e que as terras indígenas na faixa da fronteira, notadamente aquelas situadas no arco amazônico, são as áreas de maiores preocupações de defesa na atualidade.

ricas em minérios e madeiras e com muita água; usam o lema "muita terra para pouca gente". Em relação aos garimpeiros, informações indicam a existência de cerca de 300 mil vagando pela Amazônia, procurando sobreviver, poluindo e degradando o meio ambiente. A extrusão dos mesmos das terras indígenas exigirá certamente do Governo Federal uma política de assentamentos (Gen. Rosa, 2004).

A Polícia Federal – PF [47], órgão permanente, vinculado ao Ministério da Justiça, organizado e mantido pela União e ligada ao Sistema de Segurança Pública tem sua presença nas áreas indígenas demarcadas, garantida por lei, mas contestada normalmente pela FUNAI e outras organizações públicas e pelas ONGs.

A Fundação Nacional do Índio – FUNAI, fundação pública, instituída em conformidade com a Lei n°5.371, de 5 de dezembro de 1.967, vinculada ao Ministério da Justiça, tem sede e foro no Distrito Federal, jurisdição em todo o território nacional e prazo de duração indeterminado.

Observa-se que na execução da política indigenista, a FUNAI vem apresentando dificuldades para sua administração, pois o seu efetivo de funcionários qualificados vem se reduzindo ano a ano e seu orçamento é muito pequeno, não atendendo as suas necessidades.

Na execução da política indígena vem recebendo, ainda, apoio do Ministério do Meio Ambiente no que se refere aos projetos relacionados ao meio ambiente e à produção econômica.

A FUNAI defende a idéia que o Estado brasileiro não quer transformar o índio em não-índio; quer que ele seja autônomo cultural e politicamente e que angarie o

[47] A Polícia Federal tem por missão, em relação à questão indígena: (1) Apurar infrações penais contra a ordem política e social ou em detrimento de bens, serviços e interesses da União ou de suas entidades autárquicas e empresas públicas, assim como outras infrações cuja prática tenha repercussão interestadual ou internacional e exija repressão uniforme, segundo se dispuser em lei; (2) Prevenir e reprimir o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o contrabando e o descaminho, sem prejuízo da ação fazendária e de outros órgãos públicos nas respectivas áreas de competência.

respeito próprio de sua participação no sentimento da nacionalidade brasileira; é favorável a demarcação das terras indígenas, como um ressarcimento de uma dívida histórica e com a idéia de que os mesmos merecem suas terras.

Os Índios e Grupos Tribais são orientados pelas ONGs e apresentam como principais reivindicações, preocupações e propostas, o seu reconhecimento como Povo, com direitos coletivos especiais que devem ser garantidos pelo Estado, respeito à autonomia dos povos indígenas, demarcação de suas terras e reorientação das políticas de governo para honrar estes compromissos, principalmente no tocante à exploração das riquezas nas suas terras.

Durante a década dos anos 1980, os índios começaram a se conscientizar e organizar politicamente num processo de participação crescente nos assuntos de seus interesses, chegando, mesmo, a participarem dos debates que precederam a elaboração da Constituição – CF 1988. Quando foram criadas as Organizações Indigenistas – OI.

Após a promulgação da Constituição em 1988, as OI cresceram em várias regiões do Brasil, formando diretorias eleitas em assembleias, estatutos registrados em cartório com contas bancárias próprias para poder lidar com o mundo institucional, público e privado, da sociedade nacional e internacional. E, assim, tratar de demandas territoriais de demarcação e controle de recursos naturais, assistenciais relativas à saúde, educação, transporte e comunicação, e das demandas comerciais quanto a colocação de seus produtos no mercado.

As OI tem por objetivos: fortalecer a luta pela demarcação de terras, de acordo com os interesses indígenas; preservar as tradições culturais dos povos indígenas; a autodeterminação e a educação bilíngue; gerar uma economia alternativa e, por fim, manter a união das OI da Amazônia brasileira.

Brasileiros índios e não-índios, identificados como intrusos, entram em choque entre si, em decorrência de confrontos de interesses, em torno do tema terras indígenas – riquezas naturais e, principalmente minerais. Estes conflitos, gerados normalmente pela falta da presença dos governos federal, estaduais e municipais nos locais ou da omissão dos mesmos alcançam grandes proporções e repercussão na imprensa, principalmente na internacional, provocando comoções, estardalhaços e advertências de outros países.

Pode-se afirmar que o Estado não se faz presente nas terras indígenas. Sempre surpreendido, o poder público não toma as providências preventivas necessárias para evitar o choque entre as partes conflitantes, pois não toma conhecimento dos conflitos que ocorrem periodicamente, entre indígenas e os chamados intrusos, tendo por objeto a exploração das riquezas minerais existente nas terras indígenas. Bastaria apenas um simples trabalho preliminar de inteligência e de acompanhamento dos fatos, pelos órgãos responsáveis.

Outra atividade que caracteriza a ausência do Estado, ou seja, da FUNAI, como órgão governamental ao se omitir diante do incentivo e disseminação de ideias e conceitos contrários a objetivos fundamentais da Nação Brasileira, como soberania, integração nacional e integridade territorial, fomentadas pelas organizações não governamentais – ONGs.

A política indigenista da forma como é conduzida possibilita não só o desencadear de ameaças externas, mas também de ameaças internas contra a nossa soberania nacional.

Como conclusão pode-se dizer que não é suficiente e eficiente a presença e atuação do Estado nas terras indígenas**,** onde somente as Forças Armadas têm participação expressiva na região, pois é episódica a participação da Polícia Federal**.**

Para evitar o caos o governo não só restabeleceu como ampliou a área de ação do Programa Calha Norte, de responsabilidade do Exército Brasileiro - EB, permanecendo o imobilismo das outras esferas do poder público.

É importante ressaltar o papel dos indígenas na vivificação de fronteiras sendo um fator relevante de segurança, pois o cidadão brasileiro é o melhor defensor da sua soberania. O índio sentindo-se um índio-cidadão, será o mais precioso aliado na defesa de nossas fronteiras.[48]

A Questão Ambiental

O garimpo na região Amazônica conduz a ilícitos, como o contrabando de riquezas e pedras preciosas. A atividade é normalmente realizada de forma irregular, sem autorização do Estado e consequentemente sem nenhuma fiscalização. Os métodos utilizados causam grandes agressões e ataques ao meio ambiente, pois empregam técnicas e equipamentos inadequados e de baixo rendimento. Este fato se agrava, quando os garimpos se instalam em terras indígenas e geram conflitos, muitas vezes acabando em mortes dos dois lados.

Nas atividades do garimpo, (...) há mais de um milhão de garimpeiros, que são explorados economicamente e vivem em condições subumanas. Existe, ainda, uma grande evasão de divisas, devido ao contrabando do ouro garimpado, em especial junto à fronteira, pois falta a presença de compradores credenciados pelo governo, Banco do Brasil / Caixa Econômica, o que impede o recolhimento de tributos pela Receita Federal.

A Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento representam a mais avançada organização da ordem de poder mundial conciliada entre as elites político-financeiras.

[48] Ver Faria, 1996.

Encontrou na proteção do meio ambiente um oportuno pretexto para a imposição de um sistema de soberanias limitadas, fundamental para o controle dos recursos naturais do planeta [49].

A posição da comunidade mundial é ameaçadora, pois imbuídos de defensores do meio ambiente, vários países, entidades governamentais estrangeiras e não governamentais postulam como, quando e onde o Brasil pode exercer sua soberania na região, em nome de um direito mundial sobre as nossas riquezas naturais, direito este que extrapola o próprio e verdadeiro direito do homem brasileiro em buscar o seu bem comum.

A questão ambiental é uma das importantes ameaças para o Brasil na Amazônia brasileira As matérias sobre a questão que se veem publicadas nos jornais e revistas, estão muito longe da verdade e são normalmente inconclusivas, mas deveriam se tornar numa preocupação e ser tratada com prioridade pelo Estado e a sociedade brasileira.

No Brasil foram criados sete corredores ecológicos, dos quais dois estão na mata atlântica e os outros cinco corredores se encontram na Amazônia. São consideradas áreas preservadas – Áreas de Proteção Ambiental (APAs), onde o poder público não vai poder conduzir atividades socioeconômicas, pois estão sendo transformados em verdadeiros santuários.

O assunto está em estudo no Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, com grande chance de ser aprovado, sofrendo influência direta das ONGs, que participam e comandam este processo. Sendo assim, uma reflexão se faz presente e oportuna sobre a criação destes corredores ecológicos, que, dificilmente, poderiam atender aos interesses nacionais,

[49] Ver Freire, 2004.

pois, apenas o corredor central possui uma área maior do que a Grã-Bretanha, e os cinco existentes perfazem 30% da Amazônia.

Naturalmente, que diversas áreas de proteção ambiental necessitariam ser criadas, mas os corredores ecológicos ampliam todas essas áreas, de forma desnecessária e contra os interesses nacionais, visando mantê-las como santuários.

A Questão Fundiária

A questão fundiária é responsabilidade do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, órgão vinculado ao Ministério da Reforma Agrária, mas envolve diretamente o IBAMA, tendo como foco a luta dos movimentos sociais pela posse da terra. O movimento social mais expressivo é o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra – MST.

A ocupação se dá pela expansão do desflorestamento associado à posse da terra feita de forma irregular, gerando conflitos, problema que é agravado pelo modelo adotado pelo governo federal na distribuição de terra e, por serem terras em áreas, e, envolvendo faixas de fronteira, terrenos de marinha, reservas militares, indígenas e florestais, áreas de conservação e terras devolutas.

Sobre essas terras incidem as mais diferentes modalidades de transferência para o domínio privado: cartas de sesmarias confirmadas ou não, registros do vigário, títulos de posse expedidos pelas Intendências Municipais com ou sem legitimação, aforamentos, licença de ocupação, cessões de uso, ocorrências de usucapião, originando os mais diversos documentos de posse ou propriedade de terra.

Atualmente, estas ocupações irregulares estão gerando inúmeras contestações, tanto por parte do Estado como pelos índios. Esta situação vem gerado antagonismos em diversas regiões do país, principalmente na Amazônia. A este quadro de contraditórios agrega-se sobremaneira a carência de infraestrutura, que deveria ser disponibilizada pelo Estado, por meio dos seus segmentos.

Para minimizar problemas deste tipo, durante mais de um ano um Batalhão do Exército ficou desdobrado na região de Paraopeba e de Eldorado dos Carajás, evitando seguidas vezes confrontos em Eldorado dos Carajás entre fazendeiros e componentes do movimento dos trabalhadores sem terra. Em Machadinho do Oeste – AM, estaria operando um movimento estrangeiro chamado Ligas Operárias Camponesas – LOC com forte intervenção estrangeira, sem o menor controle do Estado [50].

As ocupações /invasões de terras promovidas pelo MST ou mesmo aquelas reclamadas pelas Organizações Indigenistas são suportadas pelas ONGs internacionais, seja pela influência ou pressão que exercem junto aos órgãos federais (IBAMA, INCRA e FUNAI) ou, seja pelos recursos financeiros aportados para realização das ações.

A ausência do Estado é a maior vulnerabilidade encontrada no enfrentamento de todas essas questões que envolvem os problemas étnicos dos indígenas, os problemas de meio ambiente e as questões fundiárias, problemas e questões que comprometem os interesses nacionais e poderão ter consequências graves como perda de soberania nacional na Região Amazônica.

O senso comum – globalização e a interferência cultural

[50] Ver Lessa, 2002.

A Tecnologia de Informações e Comunicações – TIC tornou-se uma das armas mais eficientes e eficazes nos dias atuais. Explorada pela mídia é capaz de modificar o senso comum, não importando a camada social a atingir, devido ao seu poder de alcance e penetração.

Os assuntos e ou matérias sobre a Amazônia são explorados pela mídia nacional e internacional com objetivos bem definidos [51], na maioria das vezes, são transformados na sua apresentação, aparecendo como problemas,

Em julho 2004, uma série de artigos e reportagens sobre a região Amazônica foi veiculada nos principais jornais do país, provavelmente preparando o ambiente para a Conferência Mundial de Clima que iria ocorrer em Brasília. Estas matérias tinham os seguintes títulos: Amazônia vira vilã das mudanças climáticas – queimadas na região colocam o Brasil entre os maiores emissores de CO^2 do Planeta; fogo na Amazônia ameaça chuvas no Sudeste; Amazônia sob a ameaça de virar um cerrado – cientistas preveem perda da maior floresta tropical do planeta caso desmatamento continue no ritmo atual; um empréstimo verde – pacote do Banco Mundial para o meio ambiente no Brasil pode chegar a U$$ 1,2 bi; Amazônia pode mudar clima da América do Sul – destruição da floresta desequilibra rios e criaria áreas de seca no Sudeste, sul e centro-oeste do Brasil; Amazônia apela para fator econômico – desmatamento da floresta reduz chuvas no meio oeste dos EUA, prejudica setor agrícola e preocupa americanos; Rio Amazonas sofre desequilíbrio ambiental – destruição da floresta alterou composição da maior massa de água do planeta e afetou biodiversidade; projeto de lei prevê a privatização da Amazônia – proposta é abrir licitações, repassar a exploração de áreas públicas na região para ONGs e empresas privadas.

[51] Ver Freire, 2004.

Em 2009, foi realizada a XV Conferência das Nações Unidas sobre o Clima em Copenhagen – COP 15, onde haveria uma participação importante do governo brasileiro e dos presidentes dos países desenvolvidos. Na ocasião, a TV Globo disponibilizou um espaço no seu site, para que fossem acompanhadas diariamente as áreas de desmatamento na Amazônia, bem como outros problemas que lá ocorrem. Este site possibilitava a participação de internautas, dando seus depoimentos e testemunhos, geralmente opiniões não comprovadas, que poderiam gerar mal entendidos sobre o que era chamado de problema.

Na COP 15, o cientista australiano Ian Plimer definiu o ambientalismo como uma nova forma de ideologia ou religião, e verde a nova cor do comunismo, sendo que as muitas discussões existentes sobre os diversos temas acabaram transformando-se em discussões ideológicas.

Em vez de procurarem soluções baseadas na tecnologia que pudessem melhorar a convivência com o planeta, que segundo os técnicos no assunto sofre com o aquecimento global, devendo trazer graves consequências climáticas.

Mesmo assim, o Brasil levou a Copenhagen o compromisso de reduzir entre 36 e 38% as emissões de gases de efeito estufa e o desmatamento da Amazônia em substanciais 80%.

Normalmente, quem duvida do aquecimento global é tratado como inimigo da humanidade. Entretanto, revelações sobre manipulações e fraudes nos relatórios climáticos do IPPC [52] foram admitidas publicamente pelo climatologista Phil Jones [53], sumo sacerdote do dogma da mudança climática. Sendo assim, estas revelações mostram que os céticos podem ser levados a sério. Os relatórios do IPPC são

[52] IPPC – Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas, órgão da Organização das Nações Unidas – ONU.
[53] Climatologista inglês, diretor do Centro de Pesquisas Climáticas da Universidade de East Anglia – Inglaterra.

elaborados por 3000 cientistas de todo o mundo, entretanto, não deveriam ser considerados como infalíveis e suas conclusões transformadas em dogmas.

O objetivo da mídia, que de forma sutil apresenta em quase todas as reportagens a região Amazônica como problemática, seria passar um sentimento de que os acontecimentos na Amazônia estão fazendo mal, não só aos brasileiros, bem como ao resto do mundo.

Em contrapartida, ao se pesquisar o material existente e divulgado na mídia sobre a Amazônia pouco se encontra informações sobre as suas riquezas minerais, naturais e sua biodiversidade. Estas informações não são valorizadas como um ponto forte para o país, só se houve alguma coisa a respeito quando atrelada a algum assunto-problema, como garimpo irregular ou desmatamento, etc.

Certamente, como a mídia conhece o potencial de riquezas minerais existentes na Amazônia, tendo em vista o seu comportamento ela consideraria este assunto inoportuno ou inconveniente, como se fosse errado a exploração de nossas próprias riquezas minerais? Ou, se a mídia e seus formadores de opinião não querem falar sobre o assunto de uma forma verdadeira, poder-se-ia concluir que deve haver um motivo muito forte e nebuloso, que a impeça de fazê-lo.

A vinda da Família Real Portuguesa para o Brasil possibilitou a instalação da imprensa na cidade do Rio de Janeiro. Atividade que já existia na Inglaterra, desde 1492.

Quando Portugal iniciou a exploração das minas gerais, os portugueses e brasileiros não podiam falar ou escrever sobre as riquezas do Brasil. Muitos foram punidos com prisão e morte por falarem neste tema tabu, inclusive Tiradentes que se revoltou contra esta exploração econômica de Portugal, sendo executado para servir de exemplo. No entanto, as censuras em relação às riquezas da colônia

continuaram. Com isso, não se criou uma mentalidade de imprensa nacional que defendesse os interesses do país e, esta situação permanece até os dias atuais [54].

Com a intensão de influenciar a opinião pública brasileira e estrangeira a mídia nacional e internacional publicam matérias referentes a assuntos relativos a Região Amazônica brasileira, por meio de articulistas que estão ligados a interesses outros de ONGs ambientalistas e indigenistas escrevem artigos que não correspondem a verdade, formando um senso comum baseado em inverdades.

Entretanto, estes artigos não são desmentidos pelas autoridades governamentais brasileiras, nem pelos formadores de opinião, por desconhecimento ou por fortes interesses políticos e ideológicos.

Os propósitos dessas organizações (ONGs), como instrumentos de grupos econômicos estrangeiros, condutores da nova ordem mundial ao emitirem informações suspeitas sobre questões ambientais brasileiras, na Amazônia seriam influenciar no senso comum da sociedade brasileira a necessidade de manter a Amazônia intocada, de modo a permitir a utilização dos seus recursos naturais, pelos países mais avançados[55].

Em resumo, não visam a conservação dos ecossistemas amazônicos, por amor à natureza, mas a preservação dos mesmos para uso futuro.

Atenção na diferença existente, ecologicamente falando, entre conservação e preservação da natureza.

Enfim, a imprensa de um modo geral, tanto a internacional como a nacional não divulgam as riquezas minerais do Brasil e os livros didáticos omitem sistematicamente esta informação. O desconhecimento público da população brasileira das riquezas existentes na Amazônia permite a manipulação de dados

[54] Ver Ribeiro, 2003. Amazônia: a guerrilha colombiana, o narcotráfico, a questão indígena, o meio ambiente e as riquezas minerais - uma abordagem mais realista.
[55] Ver Silva, 2004.

sobre a real extração de minérios, favorecendo a exploração ilegal, o contrabando e o descaminho praticados por empresas nacionais e estrangeiras, em sua maioria inglesa e americana.

O Brasil não pode abrir mão dessas riquezas para o seu desenvolvimento, sobretudo, porque a exploração ocorrerá, em função da demanda internacional de matéria prima estratégica, seja pelas mãos de brasileiros ou de estrangeiros.

Diante de tantos problemas na Amazônia e a população desconhecendo toda a riqueza que lá se esconde debaixo da floresta, a opinião pública é trabalhada no sentido de não oferecer a menor reação ou resistência a alguém, ou algum país, que venha a fazer alguma ação para tomar posse da região, autorizado ou não pelas autoridades governamentais.

Cabe ao governo brasileiro esclarecer a opinião pública nacional e despertar na sociedade brasileira o orgulho pelo país onde nascemos e defender a Amazônia da ambição estrangeira.

A globalização neoliberalista da civilização capitalista abriu as fronteiras dos países, e mais do que pessoas e bens o maior trânsito que se tem entre Estados são o das idéias.

O mundo anglo-saxão é atualmente o grande responsável pela feição do mundo ocidental e pela ocidentalização cultural do mundo.

Países subdesenvolvidos e em desenvolvimento costumam ter uma baixa autoestima pela situação de pobreza do seu povo, que, naturalmente, tende a absorver valores e idéias dos povos considerados vencedores, os ricos. Esta absorção é mais fácil dependendo do Poder Nacional.

Logo, pode-se considerar a interferência cultural como um instrumento de estratégia. Sendo a estratégia uma arte e, a interferência uma arma, trata-se então,

da arte de empregar uma arma silenciosa e eficiente, a cultura modificando a cultura de um povo.

As relações entre as nações são predominantemente conflituosas e a pauta das discussões definidas tanto pela geopolítica como pelos interesses nacionais, sendo a interferência cultural uma arma que transcende os tempos de guerra. Mesmo predominando o interesse das nações, há de se acreditar na existência de valores mínimos naqueles que são responsáveis pela tomada de decisão.

As características dos grupos étnicos que vieram formar o povo brasileiro evidenciam na nossa cultura uma unidade pluralista e, segundo Tristão de Ataíde[56] (1967) (...) de forma cristã, marcado por tolerância, por fraternidade e, mesmo, por incremento de solidariedade, esse pluralismo é a chave da vitória na repulsa à penetração cultural.

Entretanto, face à impressionante força atrativa exercida pelas culturas dos países industrializados, faz-se necessário que a sociedade brasileira encontre mecanismos de defesa da cultura nacional, posicionando-se, sob pena de ter suas estruturas rompidas. A defesa das identidades culturais, bem como o desenvolvimento delas face aos acontecimentos é uma necessidade salutar e fundamental para a manutenção da unidade nacional [57].

Estratégia e geopolítica em face da cobiça sobre a Amazônia

A Amazônia é a maior bacia sedimentar do mundo, com uma multiplicidade de fenômenos naturais múltiplos e únicos, uma riqueza de recursos minerais de flora e de fauna, desperta os mais ruidosos e diferentes discursos a respeito de sua intocabilidade.

[56] Ver: A Penetração Cultural, 1967.
[57] Ver Santos, 2004.

Os diferentes foros de discussão, muitas vezes aparentemente científicos ou então neutros, mais nos mostram estarem defendendo os interesses de uma comunidade internacional, atendendo aos seus propósitos e não os dos brasileiros.

A Amazônia para o brasileiro deveria ser um desafio. Desafio de usar essa riqueza exuberante para o desenvolvimento deste país e de seu povo, certamente, de forma a manter o equilíbrio ambiental da região. Desafio para agir com responsabilidade para que estes recursos não se esgotem e sejam fontes de vida às futuras gerações.

> "A Amazônia é conhecida por todos como uma região de fantásticos recursos naturais de toda ordem. Região muito cobiçada, ainda pouco explorada, mas pelo seu extraordinário e cobiçado potencial, cada vez mais se revela promissora para efetiva contribuição na solução de problemas que afligem o ser humano. Pelo seu potencial e seu posicionamento geopolítico, tem sido cobiçada há mais de quinhentos anos" (SANTOS, 2004)[58]

É consenso geral, que a conservação do meio ambiente constitui imperativo inadiável de todos os Estados, objetivando o bem-estar das gerações presentes e futuras.

A Região Amazônica é reconhecidamente uma das áreas mais ricas do mundo e vem sendo alvo de cobiça internacional há bastante tempo. São muitos os interesses na Amazônia e inúmeros os argumentos utilizados para sustentar esses grandes focos de atenção e preocupação na região. Sendo fonte de recursos naturais, minerais e hídricos suficientes para projetar o Brasil como potência econômica mundial na vigência do terceiro milênio e, base geopolítica do

[58] Ver Santos, 2004. Amazônia: Quinhentos anos de Cobiça.

contencioso financeiro, industrial, agrícola, comercial e tecnológico gerado pela emergência do Brasil no cenário dos países desenvolvidos do primeiro mundo.

O Brasil precisaria crescer para promover o desenvolvimento do país e possibilitar que o governo alcance seus objetivos de diminuir as desigualdades econômicas e sociais de sua população. Não há dúvidas de que a região Amazônica pode contribuir e muito, com suas riquezas minerais e naturais, para o projeto de desenvolvimento nacional brasileiro.

Atualmente, a sociedade brasileira acha que a cobiça internacional sobre a Amazônia é uma fantasia. Pesquisas históricas revelaram, já no início do século XX, uma recomendação do chanceler alemão ao Barão do Rio Branco, que seria conveniente ao Brasil que não privasse o mundo das riquezas naturais da Amazônia, demonstrando, já naquela época, uma preocupação prospectiva na Amazônia.

A Amazônia total, cuja maior parte fica no Brasil, compreende também parte dos territórios da Venezuela, Colômbia e Peru e, está sendo considerada como patrimônio da humanidade.

É importante lembrar que permanece ativa a histórica tendência à intervenção econômica dos mais poderosos sobre os mais fracos, tendo como pano de fundo a abordagem de temas como a preservação ambiental e a defesa dos direitos humanos, neste caso dos indígenas. Estes se apresentam como os principais argumentos a justificar tais ingerências.

Assim, nações que destruíram suas reservas florestais julgam-se fiscais da humanidade, investidas do direito de intervir nas soberanas decisões de outros países, invocando esses argumentos como justificativa.

Grassa, entre os países ricos, a tese da soberania limitada. Quaisquer questões, da defesa dos direitos humanos ao combate ao narcotráfico, oferecem oportunidades aos países poderosos para respaldar suas tentativas de submeter os menos desenvolvidos aos seus interesses [59].

> "O conceito de soberania nacional foi basicamente alterado pela interdependência nos campos econômico, ambiental e de segurança. Ao se considerar os recursos naturais como bens comuns a todos do planeta, é fácil admitir que não possam ser geridos a partir de um só centro nacional, o Estado – Nação. Então, um Estado não seria suficiente, quando se trata de lidar com ameaças a ecossistemas que pertencem a mais de um país. Só é possível lidar com ameaças à segurança ambiental através de administração conjunta e de processos e mecanismos multinacionais". [60]

O grande fundamento ideológico utilizado para sustentar todas essas postulações é o conceito de desenvolvimento sustentado.

A Amazônia é motivo de orgulho e de preocupação para o povo brasileiro, mas apesar dos esforços feitos para a integração da sua área ao resto do país a região apresenta, ainda, grandes vulnerabilidades que a transformam em área crítica para a manutenção da soberania nacional.

Por falta de vontade política, o poder público, seja federal, seja estadual apresenta muitas limitações para conduzir atividades socioeconômicas na região e, não há como integrar a Amazônia sem conduzir tais atividades.

O desejo dos países desenvolvidos, das ONGs, enfim da comunidade internacional é que a Amazônia seja preservada exatamente como ela está; não se

---

[59] Ver Cambeses, 2005.

[60] O Nosso Futuro Comum (Relatório de 1987 da Comissão Brundtland) apresentava como absolutamente necessário a limitação da soberania dos países como fator de controle e domínio dos recursos naturais.

derrube uma árvore, não se mate um jacaré, hoje, inclusive, crime inafiançável e, permaneça como patrimônio da humanidade.

A expressão patrimônio da humanidade vem consolidando internacionalmente a cobiça e a tendência à intervenção na região.

Uma montagem sobrepondo as diversas áreas de proteção e corredores ecológicos possibilita antever a gravidade do problema.

Por exemplo, projetando as Áreas de Proteção Ambiental sobre os corredores ecológicos na Amazônia – em número de cinco, verifica-se que a maioria delas corresponde a parte dos corredores, só que os corredores acabam ampliando enormemente essas áreas.

Ao posicionar as reservas indígenas e as terras indígenas, vê-se então, o pouco que sobrou da Amazônia, destacando a formação de um corredor de isolamento ao longo da nossa fronteira.

Quando as reservas naturais e minerais conhecidas são posicionadas, verifica-se que elas estão nestas áreas de restrição, supostamente intocáveis, que formam um cinturão isolando a Amazônia.

Mais preocupante ainda, é saber que o Estado não consegue transitar nessas áreas, porque quem domina, comanda, e exerce pressão em cima disso são as ONGs estrangeiras.

A CF de 1988 determina que haja uma faixa intocável de 150 km ao longo da fronteira, sendo que tal determinação não vem sendo observada nos processos de demarcação das terras indígenas, promovidos pelos órgãos públicos, ligados ao Ministério da Justiça.

Eventualmente, essa determinação não é respeitada pelos critérios de demarcação que invadem os 150 km de largura que deveriam ser mantidos livres nas faixas de fronteira.

Ainda que a demarcação de terras indígenas seja um decisão que envolva a soberania nacional, o Ministério da Defesa não é chamado, não participa das negociações e das demarcações propriamente dita, omitindo-se do processo.

Figura 3 – Riquezas Minerais da Amazônia, Áreas Sobrepostas – Fonte: Comando Militar Amazônia, 2005.

Não há interesse de que o Brasil seja um parceiro eficiente na produção de minérios no contexto internacional, pois com o nosso potencial iríamos dominar e regular o mercado. Então, independentemente da vontade, o Brasil enfrentaria dificuldades na negociação desses recursos, no mercado internacional,

> "As riquezas da Amazônia, a água, os recursos minerais, a biodiversidade, os produtos naturais e o povo devem deixar de ser apenas listados como potencialidades para ingressarem definitivamente na cadeia produtiva da região e do país. O modelo de país de vocação agrícola deve dividir o espaço com o país de vocação industrial e mineradora. Os produtos de baixo valor agregado devem sofrer processos de industrialização para a agregação de valor." (FREIRE, 2004)

A Região Amazônica precisaria urgentemente de estratégias em forma de políticas de Estado, a fim de superar suas principais vulnerabilidades, como o desenvolvimento sustentado da região, a integração do indígena à sociedade brasileira e a manutenção da soberania nacional.

O atual pensamento militar brasileiro sobre a Amazônia apresenta como a sua principal ameaça a "Ausência do Estado", sendo as questões estratégicas formadas pela questão indígena e ambiental, os ilícitos transnacionais e as atividades das ONGs nacionais e internacionais.

Outra análise envolvendo a ausência do estado ou sua tênue presença, seria o alerta sobre a falta de poder público que alimentaria um ambiente favorável, tanto político como psicossocial para o desenvolvimento de forças irregulares.

A história nos mostra o acontecido com os comunistas chineses em Yenan, os guerrilheiros de Castro em Sierra Maestra, os militantes do IRA nos bairros católicos ou (...) os guerrilheiros das FARC na região de Marquetalia, neste caso como guarda civil rural para proteger a população campesina dos desmandos dos grandes estancieiros e das represálias praticadas pelo Exército Colombiano.

> "A ausência do Estado por omissão ou ineficiência gera, ainda, um vazio de poder que permite a ascensão de novos atores predispostos a edificar hierarquias paralelas e

> assumir o papel que tradicionalmente compete ao Estado, exercendo o controle direto sobre a população local e criando áreas liberadas, sejam elas em locais ermos nas zonas rurais ou em bairros carentes superpovoados. Para os teóricos da guerra de quarta geração, os atores não estatais como as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia – FARC, a Al-Qaeda ou Hezbollah, por exemplo, constituem as principais ameaças do século XXI." (VISACRO, 2009, p. 231)

CAPÍTULO 2 – A INSTABILIDADE POLÍTICO–IDEOLÓGICA E ESTRATÉGICA NO ENTORNO AMAZÔNICO – UMA ANÁLISE

> "No final dos anos 80, a incapacidade dos neodesenvolvimentistas e neogramscianos em articular avanços democráticos e desenvolvimento econômico abriu espaço para o neoliberalismo, que restringiu o desenvolvimento político em favor dos interesses do capital." (MARTINS, 2006, p. P933)

2.1 Neoliberalismo – um sonho ideológico

Na década seguinte à queda da União Soviética, a maior parte do mundo foi surpreendido num sonho ideológico (...). O dilema com o qual todos nós nos deparamos como cidadãos é que, com algumas poucas exceções aqui e acolá (...), o neoliberalismo envolveu o mundo com as suas promessas, comprometendo a democracia e o meio ambiente, com consequências que não podem ser subestimadas [61].

O socialismo de Estado praticado na Europa Oriental, China e, em alguns outros países da África e Ásia foi incapaz de competir com o capital financeiro globalizado, que conquistou mais mercados, prometeu rápida prosperidade e empolgou grande número de pessoas.

[61] Ver Said (2007).

A América Latina com a expectativa do fim da inflação, pela diminuição do papel do Estado na economia se rendeu ao neoliberalismo e a sua globalização.

A União Soviética e a Europa Oriental se tornaram capitalistas, um novo mundo estava nascendo.

Entretanto, quando as doutrinas do livre mercado se voltaram contra os sistemas de seguro social, como aqueles que sustentaram a Grã-Bretanha no pós-guerra e os Estados Unidos, desde o *New Deal* de Roosevelt, uma enorme transformação social estava prestes a ocorrer.

Seria o prenúncio do fim do capitalismo histórico, sistema que muito contribuiu para o avanço e bem-estar da sociedade, não obstante, nunca ter se preocupado com aqueles que foram colocados a margem do processo, quando em busca da acumulação de renda e bens como meio de sobrevivência eterna.

Os impostos eram relativamente altos para os ricos, apesar de as classes trabalhadoras terem de pagar pelos benefícios que obtiveram – principalmente educação, saúde e seguro social. Havia, então, um pensamento dominante que o cidadão, individualmente, não poderia pagar sozinho estes altos custos, considerados bem-estar social.

No começo dos anos 1990, tudo isso estava sendo atacado e havia começado a desaparecer. O mercado deveria ser o novo regulador, o que significava que os custos e os lucros seriam deixados ao arbítrio das companhias privadas, causando frequentemente grande sacrifício financeiro ao consumidor.

Na Grã-Bretanha o thatcherismo destruiu o sistema universitário, ao considerar a instituição universitária como um fornecedor de conhecimentos.

No Brasil foram criadas algumas agências reguladoras com cargos políticos, ligadas ao Estado, mas que pouco se preocuparam com os interesses do cidadão consumidor e sim com o lucro dos fornecedores.

Os anos 1990 foram de profundo impacto na América Latina, devido à mundialização capitalista do neoliberalismo, um processo iniciado em décadas anteriores promovido pelo chamado Consenso de Washington [62], com a adoção generalizada de políticas neoliberais em toda a região.

> "O Consenso desmontou os superávits comerciais que a região tradicionalmente produziu de 1930 a 1980. Graças a eles, ela pudera financiar os projetos de substituição de importações e saldou parte do seu endividamento. Em lugar dos superávits, o Consenso produziu expressivos déficits comerciais e em conta corrente, em grande parte articulados à internacionalização do consumo suntuário. A região tornou-se dependente dos ingressos de capital estrangeiro para o equilíbrio da balança de pagamentos. Isto fez com que as dívidas externa e interna aumentassem e facilitou a privatização e desnacionalização de seus ativos." (MARTINS, 2006, p. C345)

A pauperização das massas foi uma das mais trágicas consequências da aplicação dessas políticas impostas pela nova ordem mundial chamada globalização neoliberal.

Mesmo enfrentando forte protesto e resistência, inclusive com a deposição de dois presidentes, estas manifestações mostraram-se incapazes de obstruir a implantação dessas políticas, que marcaram, ainda, a realidade social latino-

[62] Ver Martins, 2006. Os dez pontos estratégicos do Consenso de Washington, segundo John Williamson: (1) disciplina fiscal; (2) priorização do gasto público em saúde e educação; (3) realização de uma reforma tributária; (4) estabelecimento de taxas de juros positivas; (5) apreciação e fixação do câmbio, para torná-lo competitivo; (6) de monte das barreiras tarifárias e pára-tarifárias, para estabelecer políticas comerciais liberais; (7) liberação dos fluxos de investimentos estrangeiros; (8) privatização das empresas públicas; (9) ampla desregulamentação da economia; (10) proteção à propriedade privada

americana pelo incremento do conflito social, com a aparição de novos atores, os movimentos sociais [63].

Com o colapso do Socialismo no mundo inteiro, havia apenas duas alternativas; a primeira associar-se a políticas de direita, mais bem-sucedidas, a segunda escolher uma abordagem que protegeria os velhos serviços, mas tornando-os mais eficientes.

Tony Blair e Bill Clinton mantiveram habilmente a mesma retórica do passado, fingindo que serviços de bem-estar social que o Estado fornecia ainda estavam lá, mas com roupagem diferente. Simplesmente falso, pois a desregulamentação e a privatização continuaram e o resultado foi que o desejo pelo lucro dominou o setor público, a acumulação do sistema economia-mundo capitalista.

> "O preço desse sistema neoliberal tem sido pago pelo cidadão individual, que se sente deixado de lado, sem poder, alienado de um mercado que é dirigido pela ganância, por imensas corporações transnacionais e por um governo à mercê daquele que lhe pague mais. Dessa forma, as eleições não são controladas pelo eleitor individual, mas sim pelos maiores contribuidores das campanhas, pela mídia, que tem um interesse em manter o sistema e pelo setor corporativo." (SAID, 2007 p.90)

O mais desencorajador é o sentimento de que não só não havia alternativa, pois a solução era imposta como o melhor sistema já imaginado, ideal da classe média, uma democracia humanitária e liberal, o fim da historia, o *new deal* [64]. As desigualdades seriam simplesmente eliminadas do cenário.

---

[63] Ver Taddei, 2006.
[64] Ver Fukuyama, 1989.

A degradação do meio ambiente e a pauperização da Ásia, África e América do Sul – o chamado Sul – são menos importantes que os lucros das corporações, o processo de acumulação do capitalismo.

O pior, no entanto, foi a perda de iniciativa, que poderia trazer uma mudança significativa, mas não sobrou ninguém para contestar a idéia neoliberal.

> *"O que desapareceu foi a noção de que os cidadãos devem ter direitos garantidos* pelo Estado à saúde, à educação, à moradia e às liberdades democráticas. Se todos esses direitos se tornarem uma presa do mercado globalizado, o futuro será extremamente inseguro para a grande maioria das pessoas, apesar da retórica tranquilizadora, mas profundamente enganosa de preocupação e bondade disseminada pelos agentes da mídia e *experts* em relações públicas que controlam o discurso público." (SAID, 2007, p. 91)

A questão política mais importante do nosso tempo é saber quanto tempo o neoliberalismo vai durar, antes de o sistema global começar a quebrar, as pessoas sofrerem as consequências da escassez, a falta do poder caracterizar o sistema político e a crise emergir. E, quanto sofrimento poder-se-á ainda tolerar, antes que a própria necessidade de mudança cause a mudança, seria o fim do capitalismo e o surgimento de um socialismo capitalista mais igualitário, quem sabe?

Pierre Bourdieu (1930 – 2002), com sua ilimitada energia para combater em nome da verdade, reage à verdade do sofrimento social não registrado, sobre a obstinação social que se esconde insidiosamente sob a superfície das coisas, e a postura insensível dos chamados intelectuais realistas ou pragmáticos. E, ainda, mantém-se como combatente na luta contra as injustiças e os estragos feitos nas

modernas sociedades ocidentais aos pobres e excluídos em nome do liberalismo e da globalização [65].

Falsificados valores universais da globalização – expressões como livre comércio, privatização, menos governo e outras semelhantes tornaram-se a ortodoxia da globalização. Base do discurso dominante, idealizado para criar um consenso e uma aprovação tácitos.

Outras confecções ideológicas, tais como o Ocidente, o confronto de civilizações, valores tradicionais e identidade foram lançadas para sufocar, excluir e esmagar a dissensão, sempre que os falsos valores encontrassem resistência ou questionamento.

Como consequências das políticas neoliberais, resultado da concentração de renda, da riqueza e dos recursos naturais, houve a reconfiguração dos sujeitos sociais e movimentos sociais de base territorial surgiram no cenário latino-americano, tanto no espaço rural como urbano.

Estes sujeitos sociais se formaram a partir de relações de identidade étnica, como os movimentos indígenas e de carência, os chamados movimentos “sem”, ou, ainda aqueles relacionados ao habitat compartilhado, os movimentos de moradores de favela.

O ano de 1998 representou o renascimento de formas de pensamento diferençadas, como a economia socialista de mercado da China, associando-se aos movimentos de antiglobalização, o que poderia ser uma primeira alternativa de esquerda.

---

[65] Ver Said, 2007.

Sob a liderança do primeiro-ministro britânico Tony Blair e dos presidentes dos EUA e Brasil (Bill Clinton e Fernando Henrique Cardoso) foi idealizada uma alternativa, a da Terceira Via [66].

O fim da história (*new deal*) não havia acontecido, bem como as outras promessas de prosperidade e crescimento econômico do neoliberalismo e sua globalização. Pelo contrário, continuava o aprofundamento da crise nos países pobres e o empobrecimento das populações nos países ricos, chamada a crise de terceiromundialização ou brasilianização destes países.

A Terceira Via surgiu como uma abordagem intermediária entre o neoliberalismo e as antigas práticas de esquerda, uma promessa de reforma e solução emergencial para a crise. Manteria como foco um Estado regulador sem intervencionismos com manutenção do bem-estar social, amparado em um discurso de parceira e solidariedade global.

Entretanto, a Terceira Via não cumpriu os seus objetivos de real reforma e acabou se identificando com o contexto da globalização, dando continuidade a crise econômica e política nas sociedades do mundo desenvolvido e subdesenvolvido, aumentando a fragmentação e desestabilização interna, que em longo prazo, poderiam levar à autodestruição do sistema [67].

Devido à complexidade do problema dois fatos passaram a fazer parte do cenário mundial; por um lado o surgimento de um sectarismo generalizado, acompanhado de uma regressão na esquerda e na direita e a necessidade de se repensar a verdadeira esquerda.

Estes movimentos sectários e de regressão, movimentos nacionalistas, protestos antiglobalização, fundamentalismos religiosos levaram a um ambiente de

[66] Simbolizada nos trabalhos do acadêmico Anthony Giddens da London School of Economics.
[67] Ver Pecequilo, 2004.

violência e descontrole, agravado pelo aprofundamento da crise econômica e de valores nacionais, sem que fossem apresentadas soluções e respostas, gerando uma crescente desagregação interna da sociedade, lembrando uma nova Idade Média[68].

Em tal contexto, conviveríamos com a ampliação de autoridades paralelas ao Estado decadente, como as máfias e os terrorismos, demonstrando a ausência de padrões unificados e de processos políticos e sociais legítimos.

A decadência do Estado Vestfaliano [69] foi motivada pelo não surgimento de uma governança global, acompanhado por um vácuo de poder e controle, associados à anarquia e um retorno à lei da selva. A Idade Média seria representada não só pela fragmentação do poder, mas pela emergência de uma era de trevas[70].

Os movimentos antiglobalização, levados a efeito nos países desenvolvidos, aproveitaram-se deste processo em nome de causas ligadas à ecologia e aos direitos humanos, opondo-se, inclusive, a exploração sustentada dos recursos naturais nos países do Sul, em nome da preservação ambiental entre aspas.

Em contra partida, defendia um protecionismo agrícola do mundo desenvolvido, um setor competitivo de suma importância para o crescimento dos menos favorecidos – desindustrializados e exportadores de commodities – estabelecendo assim, uma das graves consequências da globalização neoliberal.

Com a realização do primeiro Fórum Social Mundial – FSM, em Porto Alegre, em 2001, ficou claro que a busca de alternativas obtivera os primeiros resultados. Visando centralizar estas discussões e reorientar a ação da esquerda, o FSM teve grande repercussão local e internacional, formulando novas alternativas ao modelo neoliberal, ainda que mantendo uma visão socialmente condicionada. Teve mais

[68] Segundo Alan Minc.
[69] Vestfaliano, inerentes a soberania e poder.
[70] Ver Vizentini, 2002 apud PECEQUILO, 2004.

duas edições ainda em Porto Alegre, sendo realizado em paralelo ao Fórum Econômico de Davos.

2.2 Foro de São Paulo (FSP) e Foro Social Mundial (FSM) – as duas faces

> "Um pacifista é um sujeito que alimenta um crocodilo, na esperança de ser comido por último." (SIR WINSTON CHURCHILL)

Após a queda do muro de Berlim, em 1989, os comunistas (URSS) procuraram analisar os erros cometidos e corrigi-los, principalmente aqueles de caráter econômico, para que pudessem permanecer no cenário do poder e se expandir numa estratégia de longo prazo, disfarçando sua ideologia fracassada. O regime chinês, após o massacre da Praça da Paz Celestial – *Tianamem*, mesmo confirmando seu caráter totalitário, promoveu uma economia de livre mercado, configurando um modelo misto de regime comunista com economia capitalista liberal.

Fidel Castro, por sua vez, fez algumas concessões de investimento em Cuba, para ganhar tempo e, em 1990, criou uma organização denominada Foro de São Paulo – FSP [71], com o apoio do PT no Brasil, presidido, na época, pelo atual Presidente Lula. (...) esta manobra do Fidel Castro possibilitou agrupar todos os organismos socialistas da região; o PRD mexicano, a Frente Ampla (FA) uruguaia, bem como os movimentos guerrilheiros, como as FARC e ELN da Colômbia[72].

Inicialmente, o FSP teria a pretensão de ser uma nova Internacional Socialista, mas com o passar do tempo, tem demonstrado uma estrutura orgânica bem orquestrada com comunicação permanente, coordenação e centralização das

[71] Ver site do Foro de São Paulo, 2010.
[72] Ver Esclusa, 2006.

atividades, uma revista própria denominada América Libre [73], dirigida por Frei Beto e editada na Argentina, estabelecendo então, como objetivo mais importante – a tomada do poder na Ibero-América [74].

As novas formas de luta adotadas pelo FSP, dentre elas; o direito indígena separatista para tornar suas terras /reservas em territórios autônomos, o ecologismo radical na proteção do meio ambiente para justificar a criação de grupos guerrilheiros e ações terroristas em zonas de difícil controle pelo Estado e uma versão extremista da Teologia da Libertação, para dividir a Igreja e justificar a violência de movimentos sociais com fins cristãos, apoiados pela chamada esquerda católica, detentora de grande capilarização territorial.

Com o fim das ditaduras militares no Cone Sul e a conversão dos movimentos armados da América Central para a luta política foi realizado o Fórum de São Paulo – FSP, organizado pelo Partido dos Trabalhadores – PT, com a presença dos principais partidos políticos da esquerda do continente.

Os participantes do FSP manifestaram-se pela unidade da esquerda latino-americana, a importância da luta democrática e pelos direitos humanos, pelo antiimperialismo e solidário com a Revolução Cubana e outras experiências de governo de esquerda [75].

Como estratégia social, o FSP esconde frequentemente a sua ativa participação guerrilheira e terrorista, mas no VI Encontro, em El Salvador, em 1996, Raúl Reyes, do Estado-Maior das FARC, o seu número dois, pronunciou extenso discurso.

---

[73] Ver site da revista, 2010.
Ver Baráibar e Bayardi, 2000.
[74] Ver De Paolo, 2008.
[75] Ver Sader, 2006.

O FSP se opõe verbalmente ao terrorismo e à violência, mas tem como braço armado as FARC e ELN da Colômbia, grupos guerrilheiros que praticam o terrorismo e a violência, bem como, o Movimento dos Trabalhadores sem Terra – MST, no Brasil. Condena o narcotráfico, mas existem provas que as FARC e ELN são movimentos guerrilheiros envolvidos na produção e no tráfico de drogas, fontes de suas receitas financeiras e, ainda, praticam o narcoterrorismo.

Em 1998, Hugo Chávez foi eleito presidente da Venezuela e, a partir daí, o FSP cresceu, elegendo seus aliados no Brasil, Argentina, Uruguai, Bolívia e Chile, sendo auxiliado em suas funções por instituições governamentais destes Estados.

Além disso, Hugo Chávez era presidente de um país cheio de petrodólares, com possibilidades de financiar as eleições, na América Latina dos aliados do FSP.

A eleição do companheiro Lula para Presidente do Brasil, país mais importante da América Latina, seria a meta maior de Fidel e Chávez – como estratégia do Foro de São Paulo.

Marco Aurélio Garcia é o personagem mais a sombra do governo do Presidente Lula, mas de uma importância estratégica impar, sendo encarregado da formulação da política externa, em detrimento do MRE – Itamaraty[76].

A estratégia atual de gradualismo gramscista para esconder o objetivo comunista é representada nas palavras de Marco Aurélio Garcia, da seguinte forma:

> "(...) primeiramente temos de dar a impressão de que somos democratas. (...) no início, teremos que aceitar certas coisas, mas isto não durará muito tempo." (MARCO AURÉLIO GARCIA, apud DE PAOLO, 2008, p.203)

Uma estratégia utilizada para destruir marcos institucionais, que dizem respeitar, mas que causam problemas ou limitações, é a estratégia das pressões de cima e de baixo, enquanto os de cima fingem defender as instituições, financiam e

[76] Ver De Paolo (2006).

estimulam os de baixo, os movimentos sociais teleguiados, para destruir os marcos institucionais por bem ou por mal.

Na formatura do Itamaraty e entrega da Ordem do Rio Branco, em 2005, o Presidente Lula fortaleceu a posição do Sr. Garcia, ao deixar bem claro no seu discurso o seguinte:

> "(...) o Brasil tem duas linhas paralelas de política externa; uma, a oficial, comandada pelo Itamaraty e a outra extraoficial e até certo ponto secreta comandada pelo companheiro Marco Aurélio Garcia, que tem liberdade para conversar com as oposições aos governos constituídos. E, para nossa felicidade, muitos companheiros que eram militantes de esquerda na década de 80 estão se transformando em governo. Então, nós passamos a ter uma relação privilegiada com presidentes e com ministros que eram militantes, junto conosco, do Foro de São Paulo, tentando encontrar uma saída democrática para a esquerda na América Latina." (PRESIDENTE LULA DA SILVA apud DE PAOLO, 2008, p.198)

Uma declaração importante dada no FSP, em 2005, também sonegada pela mídia – embora tenham enviado dezenas de jornalistas. Esta mídia, em sua maioria obediente, cooptada ideologicamente e a restante impossibilitada, pressionada por dívidas governamentais, foi a seguinte:

> "Valorizamos a materialização e a perspectiva da Alternativa Bolivariana para a América que já se pode apreciar nos convênios entre a Venezuela e Cuba, Convênio Integral de Cooperação entre Argentina e Venezuela, na aliança estratégica Brasil – Venezuela (...), nos acordos de criação da TELESUL, PETROSUL e o mais recente ainda, firmado pela Venezuela e os países do Caribe: PETROCARIBE (...)." (MARCO AURÉLIO GARCIA apud DE PAOLO, 2008, p. 196)

Estranha a falta de divulgação acerca do FSP, mesmo não sendo uma organização secreta teve inicialmente uma matéria publicada na edição doméstica do *Granma*, órgão oficial do Partido Comunista Cubano. (...) No gradualismo gramscista é essencial o controle cada vez maior das comunicações.

> "Enquanto não é possível acabar com os meios existentes é importante criar um. E providenciar com urgência, que seja o sistema oficial utilizado pelas escolas para a educação dos jovens. Pronto. Isto já está feito e estreado: a TV TELESUR custeada e chefiada por Hugo Chávez, mas concebida no Foro de São Paulo – informação que tem sido sonegada – já está no ar. O objetivo da emissora, naturalmente, é transformar corpos e mentes dos telespectadores latino-americanos. Para buscar mais adeptos, os sócios da nova emissora – Brasil, Cuba, Argentina e Uruguai – estão disponibilizando nos seus respectivos países os sinais da nova TV. No Brasil, o sinal da TV TELESUR está sendo transmitido pelas TVs comunitárias." (PIRES apud DE PAOLO,2008, p.206)

Desde a sua fundação, em 1990, o FSP coordena toda à esquerda na região para retomar na América Latina o que foi perdido no Leste Europeu.

Marco Aurélio Garcia é o secretário executivo, (...) ele ocupa o gabinete vizinho ao do Presidente Lula no Palácio do Planalto, de onde controlaria e coordenaria todos os movimentos sociais, desde o Rio Grande, fronteira entre Estados Unidos e México até a Patagônia. (...) Seus contatos com as FARC e o ELN são frequentes, com reflexos diretos de incremento das atividades guerrilheiras, segundo De Paolo (2008).

Para crescer internacionalmente, em paralelo ao avanço do FSP, a esquerda lançou outra iniciativa, o Fórum Social Mundial – FSM, havendo sua primeira reunião, em 2001, em Porto Alegre /RS, Brasil. Na sua declaração de princípios o

objetivo do FSM, de signo socialista, seria opor-se à globalização, ao neoliberalismo e ao domínio do mundo pelo capital e por qualquer forma de imperialismo.

Uma tendência comunista se tornou evidente FSM, pois além de promoverem postulados marxistas, como as lutas de classes, a critica a propriedade privada e a destruição das formas tradicionais de organização social.

> "(...) o Fórum Social Mundial conseguiu tecer uma portentosa rede de organizações e ativistas presentes nos cinco continentes, complementando-se umas com as outras e unindo forças que até agora não pareciam conectadas entre si. A única variante com as formas anteriores pelas quais as esquerdas se apresentavam é o agregado anárquico e caótico. Esta nova esquerda leva a bandeira da rebelião agressiva; pretende acabar com toda autoridade, hierarquia, ordem moral; pretende arrasar tudo, para fundar uma sociedade igualitária, anárquica, ao estilo das tribos mais atrasadas." (CRISTANDAD, 2002 apud ESCLUSA, 2006, p.24)

As Forcas Armadas – FFAA latino-americanas são o principal inimigo do FSP na concretização da sua estratégia de fazer da América Latina um bloco socialista de esquerda, bem como as leis e a constituição, a cultura do povo e a religião.

2.3 Fim do comunismo internacional – a desinformação (*desinformatsiya*)

Após a morte de Stalin, entre 1958 e 1960, o Politburo [77], reconhecendo a crise geral do sistema, inclusive da ideologia comunista, em todo o mundo, agravada pelo conhecimento dos crimes cometidos por Stalin, resolveu elaborar uma nova estratégia mundial de longo prazo.

---

[77] O *Politburo* era o órgão ideológico e administrativo máximo da URSS.

Não havia mais lugar para levantes populares violentos e ou revoluções sangrentas, bem como, estabelecer regimes comunistas rígidos, com estatização de toda a economia, comprovadamente ineficientes. O exemplo de tomada de poder em Cuba aconteceu em condições ideais quase impossíveis de serem reproduzidas, pois o Partido Comunista Cubano – PCC, ainda apoiava Fulgêncio Batista.

Criador da primeira polícia secreta soviética, Felix Edmundovitch Dzerzhinsky, foi também o grande arquiteto da desinformação sistemática. Quando perguntado por Lenin, ainda em 1918, sobre a estratégia a ser adotada para influenciar o mundo, obteve a seguinte resposta: diga sempre o que eles querem ouvir, minta, minta sempre e cada vez mais, pois de tanto repetir as mentiras elas acabam sendo tomadas como verdades [78].

O que acabaria não é o comunismo, mas o anticomunismo. Após a anistia e redemocratização do Governo Figueiredo, criticar o comunismo ou os comunistas seria defender a ditadura e, este posicionamento fazia do sujeito um paria.

Golitsyn previu, em 1984, nos inúmeros memorandos enviados a CIA, a queda do muro de Berlim, a abertura soviética e outros eventos. Estas denúncias sobre a estratégia comunista eram desconsideradas pela CIA e o M16 britânico, pois empregavam métodos ultrapassados de avaliação nas suas análises.

> "O mundo ocidental como um todo, e os Estados Unidos, em particular, se equivocaram seriamente sobre a natureza das mudanças no mundo comunista. Não estamos testemunhando a morte do comunismo, mas uma nova ofensiva estratégica de desinformação." ANATOLIY GLITSYN [79]

[78] Ver De Paolo, 2008.
[79] *The Perestroika Deception* (1990).

A desinformação (*desinformatsiya)* não é uma propaganda convencional, envolve intenções secretas e ações clandestinas; disseminação de informação falsa ou provocativa, mas conforme empregada pela KGB inclui as seguintes técnicas: distribuição de documentos, cartas, manuscritos e fotografias forjadas; propagação de rumores enganosos e maliciosos e inteligência errada; de ludibriar os visitantes quando visitando os países comunistas; e ações físicas para fabricar efeitos psicológicos. Tudo com o objetivo de influenciar a política dos países estrangeiros, romper as relações entre as nações, minar a confiança das populações em seus lideres e instituições, desacreditar indivíduos e grupos anticomunistas, enganar a respeito de suas reais intenções e aos visitantes estrangeiros esconder as reais condições de vida nos países comunistas.

Yury Biezmenov, ex-agente do KGB exilado nos EUA, em 1984, disse em entrevista a *G. Edward Griffin* [80] que 85% dos agentes estariam envolvidos em medidas ativas e de influência

Um processo de desmoralização e lavagem mental dos ocidentais, lenta e continua, levando-os no final do processo a agirem como agentes anticapitalistas e antiamericanos.

O processo levaria no mínimo três gerações. Deveria cooptar o maior numero de simpatizantes possíveis, para que, quando, esta geração estivesse nas posições de poder e controle da sociedade, o processo se auto-alimentaria, gerando cada vez mais simpatizantes.

> "A profundidade da estampagem mental obtida era tal que, usando as palavras de *Biezmenov*, argumentos, nem mesmo a verdade, serviriam para abrir os olhos destes indivíduos. Mesmo que se mostrasse um campo de concentração em pleno

[80] Disponível em http://la3.blogspot.com/2008/05/criando-inimigos-dentro-de-casa-ex.html

> funcionamento a toda esta gente, eles nem assim iriam finalmente acreditar." (DE PAOLO, 2008, p.58)

A seguir, são descrito os principais padrões e ações da *desinformatsiya*, a partir da sua reestruturação em 1958:

1. *Fraqueza e Evolução* – subestimar publicamente o poder comunista e aplacar os temores dos seus adversários por meio da criação de falsas crises e divulgação de fraquezas e dissidências no mundo comunista;
2. *Fingimento e Força* – se um regime comunista é fraco, a desinformação esconde a crise e suas dimensões, enfatizando outras áreas ou problemas [81];
3. *Criação de falsas divergências entre países comunistas e ocultação da verdade*[82];
4. *Uso de falsos desertores, agentes duplos e de agentes infiltrados* – uma vez que um falso desertor seja aceito como genuíno, a posição dominante do KGB no interior da organização alvo fica assim demonstrada e a segurança de seus agentes infiltrados está garantida.
5. *Guerra assimétrica* – tem sido fartamente utilizada, e se entende este conceito, inspirado em Sun Tzu (Arte da Guerra), em dar tacitamente a um dos lados beligerantes o direito absoluto de usar de todos os meios de ação, por mais criminosos que sejam, explorando, ao mesmo tempo, os compromissos morais e legais que amarram as mãos do adversário.

Outros fatos relatados, mais recentemente, são as desavenças entre palestinos são veladamente imputadas a Israel.

---

[81] Foi exatamente na fase de transição, quando estava enfraquecida, que a URSS lançou, com enormes sacrifícios, o seu Programa Espacial; em outros momentos, quando está fraco, finge grande força que não tem, como na crise dos mísseis em Cuba.

[82] O falso conflito sino-soviético de 60, enquanto as verdadeiras tensões entre os dois países era a posse de *Khrushchov*, após a morte de Stalin e as denúncias dos crimes de Stalin, no XX Congresso do PCUS, foram ocultadas.

Em 2008, a Comissão de Direitos Humanos da ONU, composta pela Líbia, Cuba e outros países, que não respeitam os direitos humanos, decidiu continuar investigando somente o Estado de Israel. Não que não deva, pois o problema com os palestinos é muito grave e possui duas faces, mas eles próprios Líbia e Cuba também deveriam ser investigados por uma comissão de direitos humanos.

A Carta da ONU sobre os Direitos do Homem é outro exemplo de guerra assimétrica, pois não será seguida pela URSS e os demais países comunistas, sendo usada para acusar o Ocidente, principalmente os Estados Unidos, de não respeitar os direitos humanos.

No Brasil, fica muito clara a aplicação da *guerra assimétrica* nas ações da policia sobre os bandidos; os últimos tudo podem, mas a polícia tem que tratá-los dentro dos direitos humanos. Sem falar na defesa do Estatuto da Criança e da Adolescência, com a maioridade penal estabelecida somente aos 18 anos de idade – o menor assassino ao cometer um crime vai para uma casa de menor e aos 18 anos é solto com ficha limpa e, pronto para cometer outros crimes junto à sociedade.

> "O povo americano olha em volta e se pergunta por que os ambientalistas estão tão fortes, por que o capitalismo está sob assalto e os direitos de propriedade rural não são mais seguros. Tentam descobrir por que tantos professores estão ensinando marxismo nas escolas e universidades. (...) a resposta mais simples é: nós fomos subvertidos, infiltrados, ludibriados e manipulados pelos comunistas e esquerdistas. Estávamos tão ocupados com nossas carreiras e satisfações pessoais que nem nos demos conta. E, agora, nosso país tem suas próprias estruturas comunistas ocultas (ou nem tão ocultas)." (Nyquist [83], 1994 apud De Paolo, 2008, p.63)

[83] Ver site The Grand Deception, 2009.

Na análise das diferenças entre um partido comunista e um democrático, os partidos democratas atuariam segundo políticas econômicas de Estado, dentre outras e admitiriam a alternância de poder, já os partidos comunistas, ao contrário, encaram a política como projeto de poder, guerra de extermínio.

Utilizando-se ainda, de métodos como guerrilha, terrorismo, subversão e infiltração nas forças armadas – doutrinação de recrutas e oficiais, etc.

Para modificar a opinião pública e enganar a sociedade os partidos comunistas usam duas táticas simultâneas: uma política democrática forte e uma estratégia de longo prazo, acabando com a própria democracia, ao utilizar suas próprias franquias.

Os programas de governo não são indispensáveis, mas sim a estratégia dissimulada, convencer que não existe estratégia por trás da política programática – dissimular a própria estratégia de dissimulação, atacando, ainda, a existência do anticomunismo, logo, sendo muito difícil, para pessoas de boa fé, alcançar estas pretensões e atitudes.

A URSS adotou um padrão de não violência, modificando o conceito de ditadura do proletariado por governo de todo o povo, note-se o slogan petista: *Brasil país de todos.*

Eliminou o partido único no desenvolvimento de novas forças políticas, como no Brasil, investindo forte no PT e em partidos companheiros como o PSDB, PSB, PPS e outros partidos nanicos.

Além disso, preparar reformas políticas em atendimento a uma economia socialista de mercado, sem desapropriação dos meios de produção, mas com aumento progressivo da taxação e dependência de empréstimos governamentais.

A grande vantagem de chegar ao governo é poder combinar as pressões de baixo com as pressões de cima. Há vários níveis de segredos para as estratégias secretas existentes – segundo o conceito de Gramsci, todas estão sendo muito bem aplicadas no contexto da sociedade brasileira.

É importante notar que são bem distintas as figuras dos atores que representam a esquerda latino-americana no início do século XXI: Cuba e Venezuela com projetos de consolidação do socialismo /socialismo bolivariano, assim como a Argentina; as versões moderadas representadas pelos partidos de esquerda; os movimentos sociais de novo tipo, como o MST do Brasil e os movimentos camponeses e indígenas do Equador e da Bolívia; os movimentos congregados em torno do FSM e, mais as FARC, ELN e o Movimento ao Socialismo – MAS da Bolívia[84].

2.4 Relações internacionais – instabilidades político-ideológicas no entorno amazônico

> "O pensamento social latino–americano projeta-se sobre o século XXI, opondo-se ao neoliberalismo para reconstruir a região e o poder mundial em direção à democracia, ao desenvolvimento e à igualdade. Caberá às lutas sociais e à história responder se terá êxito. " (MARTINS, 2006, p. 934)

O continente vive uma crise hegemônica, onde o século XXI deve ser um século de muitas lutas sociais, políticas e ideológicas, e pela primeira vez a esquerda poderá conquistar a hegemonia no continente, dando início a construção de uma era pós-neoliberal, rompendo com o modelo atual.

[84] Ver Sader, 2006.

Caso contrário, haverá sua descaracterização definitiva como esquerda popular com capacidade de transformação radical dos países do continente, gerando uma fase mais instável e obscura para o conjunto da América Latina, a partir do final da primeira década do século XXI.

Os movimentos indígenas conquistaram uma forte influência em nível nacional e internacional, e em especial no Equador, México e Bolívia, chegando a questionar tanto as políticas econômicas liberais e a legitimidade política dos governos que as aplicavam, quanto à forma constitutiva do Estado – Nação na América Latina.

O surgimento e consolidação desses novos atores no cenário político – social vieram acompanhados de movimentos campesinos com significação tanto em nível regional como nacional. Um caso emblemático é o movimento dos trabalhadores rurais sem terra – MST, no Brasil, responsável por seguidas ocupações de propriedades rurais e de instituições públicas com o intuito de conseguir uma reforma agrária progressiva e integral.

Utiliza-se dos chamados assentamentos para permanecer nas propriedades invadidas, serve de exemplo de mobilização e organização de setores rurais em nível nacional, estimulando, assim, movimentos sem-terra em outros países latino-americanos, como, por exemplo, na Bolívia e no Paraguai [85].

No Brasil, tipicamente, enquanto ampara e financia como força auxiliar movimentos camponeses hostis à propriedade agrícola, o governo não persegue o empresariado rural, como fez Stalin com os kulacs. Reconhece que o gerenciamento eficiente da pecuária e da lavoura, produz abundância alimentar, fator de estabilidade política e dividendos eleitorais, é o neocomunismo sul-americano [86].

---

[85] Ver Taddei, 2006.
[86] Ver Pereira, 2010.

Além disso, a mineração e os *commodities* agrícolas seriam responsáveis pelo lucrativo desempenho do Brasil no comércio exterior, conjugados com modelo neoliberal de gestão monetária e fiscal.

A alquimia de discurso populista de esquerda e estipêndios em dinheiro a milhões de famílias, turbinada por gastos em propaganda sem precedentes, tem rendido ao Presidente Lula índices de popularidade pessoal jamais alcançados por seus antecessores.

A prosperidade eleitoral da esquerda a faz tolerar o pluripartidarismo, porque as benesses do poder facilitam a cooptação dos opositores. E, apesar da impaciência de alguns governantes e, o governo brasileiro ter realizado manobras legislativas para restringir o livre exercício do jornalismo, ainda não ocorre supressão radical da mídia adversária.

Entre 1999 e 2005, cinco dos seis presidentes latino-americanos afastados do poder governavam países da região andina, sendo derrubados por rebeliões populares.

Entretanto, a capacidade de destituir pela mobilização popular encontrou na complexidade das transições abertas, novos problemas e desafios na hora de criar saídas efetivas ao neoliberalismo. Por outros meios, as aspirações de transformações de setores sociais se realizariam na eleição de novos altos governantes que incorporavam essa vontade de mudança, como Lula da Silva (Brasil 2002 – 2006), Kirchener (Argentina 2003 - 2007), Vásquez (Uruguai 2004), Evo Morales (Bolívia 2005), Rafael Correa (Equador 2008).

O surgimento de um neoliberalismo de guerra, segundo Taddei (2006) foi justificado pelo combate ao narcotráfico, ao terrorismo ou à delinquência, buscando

reconstituir por meio de uma ideologia de segurança a governabilidade neoliberal, sendo o caso da Colômbia.

Esta ideologia de segurança foi implementada pela presença militar dos Estados Unidos ao longo da região latino-americana e pela intervenção multilateral no Haiti. A Colômbia de Uribe participa da implantação desse diagrama repressivo, aprofundando o combate à guerrilha, após romper os acordos de paz do período anterior, bem como implanta uma política de legitimidade autoritária, baseada na militarização social nos setores urbanos da classe média.

No cenário da América Latina com o neoliberalismo representado políticas governamentais com objetivos claros de atrair investimento externo, assim como aprofundar o agronegócio como modelo exportador e, mantendo a exploração dos recursos naturais, surgiu a experiência do chamado projeto bolivariano, na Venezuela.

Projeto baseado em intensos processos de mobilização social e políticas públicas de cunho pós-liberal, sendo marcado por uma importante polarização político-social dos setores subalternos.

Uma experiência de governo com projeto de poder que se distingue da região por avançar em um caminho de transformação social. Com a apropriação pública da renda do petróleo desenvolveu um conjunto de amplas políticas sociais, bem como tenta promover uma integração regional de caráter alternativo, a Alternativa Bolivariana para as Américas – ALBA , em contrapartida da ALCA americana[87].

A ALBA é uma das estratégias estabelecidas pelo Foro de São Paulo – FSP, discutidas no Pacto de Princeton, em 1993, para a esquerda latino-americana, na América Latina.

[87] Ver Taddei, 2006.

Já em andamento, envolvendo o Brasil e os demais países latino-americanos seria um projeto socialista de Alternativa Bolivariana para América Latina – ALBA ou URSAL (União das Repúblicas Socialistas da América Latina) [88].

Socialismo bolivariano

Na América Latina os principais movimentos nacionalistas aderiram ao modelo neoliberal, sendo, inclusive, suas forças condutoras, mas, levados pela sua hegemonia no continente, abandonaram seus projetos de industrialização, soberania nacional, distribuição de renda e direitos sociais.

> "A nova expressão do movimento nacionalista, o governo bolivariano de Hugo Chávez, na Venezuela, não por acaso já se coloca como objetivo o socialismo do século XXI, avançando no processo de integração estratégica com o socialismo cubano." (SADER, 2006, p. N843)

Bolivarianismo é o ideário que caracteriza o governo do Presidente Hugo Chávez, (...) onde o pensamento de Simón Bolívar é articulado de forma decididamente antiimperalista do nacionalismo militar e latino-americanista.

> "Bolivarianismo – (...) trata-se de um coquetel ideológico de contornos imprecisos, que representa uma leitura muito particular do que já foi chamado pelo historiador venezuelano Germán Carrreras Damas de culto a Bolívar. Simón Bolívar (1783-1830) é a personalidade histórica central na Venezuela e o estrategista maior da luta contra o domínio espanhol no continente latino-americano." (OLIVEIRA, 2006, p.B188)

A ideologia bolivariana é vaga, definindo-se por contraste à oposição e passa a ganhar nitidez, quando a situação política se radicaliza. Em termos de valores, o

[88] Ver De Paolo, 2008.

Presidente venezuelano tenta mostrar ao povo que sua trajetória e suas lutas têm história.

Na Universidade Sorbonne, em Paris, em outubro de 2001, o Presidente Hugo Chávez, disse em alusão ao processo de transformação a que se propõe.

> "Qual é nossa ideologia? É Bolivariana. Porém, o que é isso? É revolucionária? Fidel Castro durante uma visita minha, referiu-se a este ponto em uma conferência na Universidade de Havana: vocês falam da luta pela justiça, pela igualdade e pela liberdade e a chamam de bolivarianismo. Aqui a chamamos socialismo." (OLIVEIRA, 2006, p.B188)

Na Venezuela, o Presidente Chávez, em sete anos de governo, colocou as instituições do país em ação política alinhada ao imperialismo cubano. Fidel Castro, 47 anos de governo, criou sua própria elite privilegiada, enquanto o resto dos cubanos vive na mais absoluta miséria.

Após sete anos de governo, com as receitas petroleiras (150 % de aumento) mais altas da história da Venezuela, o regime do Presidente Chávez promoveu o aumento do desemprego e da pobreza, fazendo surgir uma nova elite econômica – milionária e neoliberal enriquecida as expensas do Estado.

Estes recursos viriam ajudar Cuba, abandonada pela URSS, e seria um primeiro passo de uma aliança estratégica latino-americana mais ampla com os governos de esquerda da região, em torno do que se denominou num dos foros em Havana, Alternativa Bolivariana para América Latina e o Caribe – ALBA.

Possibilitaria, ainda, para estender a influência da esquerda a outros países da América Latina, o que foi atingido, nos anos seguintes, com a eleição de Morales, Correa, Ortega e Bachelet, e as reeleições de Lula e Kirchner.

Dentre outros acordos realizados, em 2004, entre os governos da Venezuela e Cuba e, pouco comentado, seria uma nova lei de assistência jurídica em matéria penal, que permite a policia política cubana, apoiada pela policia política venezuelana, criada pelo presidente Chávez, de investigar e julgar cidadãos cubanos na Venezuela, bem como cidadãos venezuelanos. Sendo que, ao mesmo tempo a Venezuela garante liberdade e proteção a revolucionários que se refugiem no seu território.

O projeto político bolivariano ganhou mais estabilidade, recursos e continuidade, após a vitória do governo Chávez sobre a greve petroleira e controle da PDVSA, em 2003. O projeto está descrito e apoiado em documentos oficiais e leis aprovadas, elaborados ao longo do período de 2001 a 2007, e tem, na sua natureza, potencial para uma mudança contra-hegemônica, pois a sua proposta possui elementos essenciais e dá efetivamente passos importantes nessa direção.

Segundo Maya (2006), (...) a direção é distinta daquelas, normalmente, pautadas para as economias de países periféricos pelas agências financeiras internacionais. Podem-se destacar alguns desses elementos, como [89]:

1. A permanência da centralidade do Estado na orientação e na regulação da atividade econômica, elemento contemplado na Constituição de 1961 e de1999;
2. A concepção universal dos direitos sociais, em contraste com os enfoques voltados para as políticas sociais desenhadas nos programas de reestruturação econômica;
3. O impulso a diversas formas de econômia social, em oposição a exclusividade da propriedade privada e ao individualismo de concepção neoliberal;

[89] Ver Maya, 2006.

4. Uma reforma petrolífera que mantém a propriedade estatal da indústria petrolífera e restabelece as funções de planejamento, supervisão e controle do Estado sobre a política do setor;
5. Uma democracia participativa que busca expandir as relações democráticas a todas as esferas da vida política, social e econômica;
6. Uma ampliação dos direitos humanos em geral, incluindo os direitos dos povos indígenas.

Indigeneidade – a identidade indígena na Bolívia e suas implicações

O antropólogo Roberto Calla, que trabalhou junto a grupos indígenas na Bolívia por várias décadas, afirma:

> "Uma reunião entre líderes indígenas e representantes da esquerda, em 1973, é a origem da indigeneidade na Bolívia. Tal reunião gerou a Declaração Tiwanako, que asseverava que tanto a cultura como a classe deveriam ser consideradas fatores determinantes para as mudanças políticas." (JAQUETTE, 2010, p.136)

As tradições indígenas são comunitárias e as tomadas de decisão consensuais. Os presidentes populistas têm na indigeneidade uma base cultural e normativa para defender suas tendências de aplicar a democracia direta em detrimento à representativa, bem como rejeitar a competição entre partidos e limites de mandato, e, ainda, restringir a oposição.

A propriedade comunitária é a sugestão alternativa para a propriedade privada. Nas duas últimas décadas, os distritos com maioria indígena registraram um maior comparecimento as urnas do que os outros, um exemplo de mobilização da política de identidade indígena.

A história política da Bolívia é pendular, cada novo grupo que assume o poder, como o do Presidente Evo Morales, sente-se determinado a eliminar o anterior. Uma radical alternância entre as políticas econômicas liberais e populistas, nos últimos 150 anos, é uma caracteristica da história da Bolívia (Jaquette,2010) [90].

A eleição a presidente de Evo Morales pode ser atribuída a fatores estruturais e conjunturais; sendo os estruturais a extrema pobreza da população indígena e a divisão geográfica existente entre as áreas montanhosas e o chamado oriente, as elites brancas. Entretanto, os fatores conjunturais incluem o carisma e a perspicácia política do Presidente Morales, a coincidência da revolução bolivariana contra o neoliberalismo, liderada pelo Presidente Chávez, os altos preços dos bens de consumo e a política externa dos Estados Unidos, normalmente, concentrada no combate às drogas e ao terrorismo e, assim, prejudicando a economia boliviana, baseada principalmente no cultivo da coca.

Tanto o Presidente Evo Morales como o surgimento do Movimento ao Socialismo – MAS deram voz aos muitos que eram marginalizados e explorados sob o antigo sistema, e alguns começam a se beneficiar dos novos programas sociais nas áreas de saúde, habitação e educação.

Contudo, não está claro se Morales estabeleceu um modelo econômico competente e transparente ou, uma estratégia internacional viável. E, nem está claro, se a fórmula de Morales, combinando políticas nacionalistas, clientelistas, regionalistas e étnicas, pode proporcionar a queda dos preços.

Segundo Jaquette (2010), uma coisa vem ocorrendo com frequência e tem sido motivo de grandes escândalos de corrupção, a sua preferência por administradores comunistas em vez de especialistas em suas respectivas áreas.

---

[90] Ver Jaquette, 2010.

“O drama atual da Bolívia está longe de terminar. E ele terá repercussões duradouras em toda a região.” (JAQUETTE, 2010, p.132)

Os regimes populistas dos Presidentes Morales e Hugo Chávez não oferecem normalmente um modelo econômico alternativo ao neoliberalismo, cuja rejeição generalizada ao Consenso de Washington ajudou a colocá-los no poder.

Por sua vez, o Presidente Evo Morales tomou posições importantes junto com a rejeição ao neoliberalismo, como a estatização do controle dos seus recursos naturais; o problema dos hidrocarbonetos com o Brasil, a guerra d’água em Cochabamba, bem como, a defesa e o resgate dos valores indígenas, de quinhentos anos de dominação colonial e neocolonial.

> “Sob diversos aspectos, é irônico que Morales tenha chegado ao poder usando uma plataforma antiglobalização. O próprio Morales é sem dúvida um produto do mercado globalizado da cocaína e se beneficiou enormemente do fato de que as políticas neoliberais de seus antecessores geraram uma abertura na Bolívia a novas formas de extração de gás e petróleo, multiplicando as reservas pelo menos quatro ou cinco vezes.” (JAQUETTE, 2010, p.138)

O governo do Presidente Morales convive com tensões provocadas pelas necessidades fiscais e o posicionamento ambiental e antidesenvolvimentista dos seus defensores indígenas.

Mesmo que tenham sido eleitos com plataformas indígenas ou ambientais, os governos serão cobrados quanto a desenvolver e exportar os seus recursos naturais para redistribuir riquezas. É lamentável, mas o modelo antineoliberal de Morales nada fêz para modificar as atitudes rentistas da população boliviana, nem tampouco concebeu programas para aumentar o capital humano, pois a competitividade e a

diversidade de exportação são fatores de desenvolvimento de longo prazo e de insersão social e econômica.

> "Ainda não está claro se a população indígena da Bolívia ganhará de fato sua cidadania por meio da política de identidade ou, se, novamente, descobrirão terem sido usados pela nova classe política , representada pelo MAS e seus aliados, como um meio para alcançar o poder." (JAQUETTE, 2010, p.139)

Há indícios que o Presidente Morales possa utilizar da argumentação racial, a identidade indígena, para promover exclusão e divisão social. Quaisquer que sejam as vantagens da política étnica aplicada, seus efeitos de longo prazo podem ser bastante destrutivos.

O governo enfrenta perigos reais como o possível esfacelamento da empresa estatal de hidrocarbonetos – YPFP, foco inclusive de escândalos de corrupção por parte de pessoas próximas do Presidente Morales.

Outro fato preocupante e perigoso, é que, como o Presidente Chávez, Morales se mantém indiferente ao crescimento da produção e comercialização da coca pelo narcotráfico, como se não soubessem que máfias criminosas sabotaram governos democráticos na Colômbia, na Guatemala e no México.

> "Grandes conhecedores da Bolívia salientam que o fracasso de Morales seria um desastre para o país, assim como o país acabaria implodindo sem sua liderança, (...) sendo que a diferença entre Chávez e Morales é que a sua revolução veio de baixo." (JAQUETTE, 2010, p.144)

Equador e a revolução socialista [91]

[91] Ver site Quito, Equador, 2010. Fabrícia Peixoto, Quito, Equador. Site: http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2009/08/090810 , acessado em março 2010.

O presidente do Equador, Rafael Correa, toma posse para seu segundo mandato, em Quito, em meio a acusações de corrupção e com popularidade em baixa, prometendo aprofundar sua revolução socialista, que inclui uma maior participação do Estado na economia, renegociação de contratos com empresas estrangeiras e programas assistencialistas às classes mais baixas.

O discurso nacionalista aliado a um carisma, principalmente junto aos pobres, deram a Correa uma popularidade recorde durante seu primeiro mandato, chegando a ter 70% de aprovação, já nessa segunda fase a denúncia de que seu irmão foi favorecido em contratos com o Estado fizeram a sua popularidade cair para 40%.

Além disso, o governo encontra dificuldades para ter acesso a financiamento externo, não apenas em função da crise internacional, mas também como reflexo da desconfiança de investidores, que temem o calote equatoriano.

O cientista político Simon Pachano, da Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (Flacso), em Quito, diz que o governo Correa tem realizado reformas positivas em áreas como educação e saúde, mas que em diversos outros aspectos deixa a desejar.

Temos um presidente que não é exatamente um defensor dos princípios democráticos, pelo contrário, suas posições são radicais e não admitem opositores. Entre os equatorianos, não há meio-termo nas opiniões sobre Correa: ele é amado ou odiado. E esse clima confrontacionista, ruim para o debate e a democracia, é estimulado pelo próprio presidente.

Assim como seu amigo e colega, Presidente Hugo Chávez, da Venezuela, o Presidente Rafael Correa também adota um forte discurso antiamericano em sua política externa - apesar de ter vivido e estudado nos Estados Unidos, onde obteve doutorado em Economia.

Mas não são apenas as multinacionais americanas que estão na mira do governo equatoriano. O Presidente Correa já anunciou que estuda uma reforma legal que permita expulsar do país as petrolíferas que questionem o governo na Justiça. Uma das principais bandeiras do presidente equatoriano tem sido a luta ao que chama de abusos e injustiças nos contratos com empresas estrangeiras.No ano passado, o Presidente Correa criou uma crise diplomática com o Brasil ao suspender o pagamento de um empréstimo feito pelo BNDES, no valor de US$ 243 milhões, em função de irregularidades no contrato com uma construtora brasileira. A política externa de Correa é um dos pontos fracos de seu governo.

O resultado desses discursos radicais promove apenas o isolamento do país. Entretanto, o segundo mandato de Correa, no entanto, marca um momento de estabilidade em um país que teve seis presidentes nos últimos dez anos.

O Presidente do Equador, Rafael Correa negou que sua campanha à presidência tenha recebido ajuda financeira das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia – FARC, grupo guerrilheiro que atua há mais de quatro décadas no país sul-americano.

Ele pediu que fosse investigada qualquer eventual ligação de seu partido com o grupo guerrilheiro e disse que as acusações – classificadas por ele como bobagens – fazem parte de uma campanha contra os governos progressistas da região.

As declarações do líder equatoriano são uma resposta a um vídeo divulgado, que mostraria um dos principais líderes militares das FARC, Jorge Briceño Suárez, conhecido como Mono Jojoy, dizendo a outros rebeldes que a guerrilha teria ajudado a financiar a campanha eleitoral de Correa.

De acordo com analistas ouvidos pela BBC Mundo, a divulgação do vídeo que aponta supostas ligações entre a campanha de Correa e as FARC deve deixar ainda mais tensa as relações entre Colômbia e Equador.

As relações diplomáticas entre os dois países estão em crise desde março de 2008, quando o exército colombiano fez uma incursão no território do Equador para atacar um acampamento das FARC.

Colômbia – da guerra fria à guerra contra as drogas e a contrainsurgência

Durante a Guerra Fria, a Casa Branca com o objetivo de atender aos seus interesses políticos e econômicos na América Latina tinha como determinação impedir o surgimento de novas Cubas Comunistas, desta maneira evidaram esforços com a finalidade de erradicar a ameaça, constituida pelos movimentos de esquerda.

Esta estratégia motivaria a sua ajuda militar, envolvimento político e econômico com o governo colombiano. Todavia, com a preocupação de evitar participação direta em conflitos de baixa intensidade, Washington apoiou, na realidade e em quase totalidade dos casos, ações locais de contrainsurgência.

Após a queda do muro de Berlim, marco do esfacelamento do Império Soviético, os Estados Unidos foram obrigados a rever sua política de defesa para enfrentar novos desafios que se caracterizavam em ambientes difusos.

Dentro deste aspecto, a Colômbia passou a ter destacado papel para a diplomacia norte-americana na América Latina, tendo o Presidente Reagan [92], pela primeira vez, declarado o tráfico de drogas uma ameaça à segurança nacional americana.

[92] O Presidente Reagan assinou a *National Security Decision Directive* 221, essa diretiva permitia que houvesse envolvimento militar na guerra às drogas e colocava ênfase crescente no combate ao cultivo, laboratórios e traficantes da América do Sul e Central.

Com o desmantelamento dos grandes cartéis de Cali e Medelim, as FARC, ELN e AUC assumiriam praticamente o controle sobre a maior parte das áreas de plantio e produção da droga, bem como de sua exportação, em face disso, exigiu que o auxílio norte-americano se focasse de forma mais pontual na contrainsurgência[93].

> "A contribuição dos Estados Unidos para o Plano Colômbia – um esforço multifacetado de identificação das áreas críticas para ação visando auxiliar a revitalização – foi inteiramente estruturado para apoiar a luta contra os narcotraficantes. [...] Em uma América forçada a focalizar o seu próprio problema com a produção de drogas e dedicada a auxiliar da única forma politicamente viável, os oficiais dos Estados Unidos, suas forças e individuos tendiam a aderir à logica errônea de que o problema da Colômbia eram os narcóticos, sendo a questão de segurança meramente um subproduto deste. A realidade da insurgência estava sendo vista da maneira invertida." (MARKS, 2007, apud VISACRO, 2009, p. 305)

Em 2002, o Presidente da Colômbia, Álvaro Uribe Vélez, por meio de um documento intitulado Segurança Democrática e Política de Defesa propos uma nova abordagem com ações governamentais no campo social para as questões de violência interna, em detrimento do enfoque norte-americano das operações militares. As perspectivas mostraram-se favoráveis.

> "A segurança interna colombiana e seus riscos decorrentes para a estabilidade regional permanecem diretamente associados às duas faces de um mesmo conflito: a guerra contra as drogas e a contrainsurgência. Vencer uma e perder a outra significa postergar as chances de paz." (VISACRO, 2009, p. 306)

[93] Ver Visacro, 2009.

A integração regional na América Latina – imposições atuais

> "Olhando para o mapa, somos vizinhos de muitos países, mas vizinhos à moda da América, como dizia o Conde de Aranda, no século XVIII, separados uns dos outros, por desertos imensos. Só via Europa ou Estados Unidos nos comunicamos com alguns vizinhos." (RIO BRANCO [94], 1906 apud PEREIRA, 2007, p.349)

A América do Sul apresenta uma reduzida integração econômica, pois carece de uma política voltada para o desenvolvimento com a criação de uma interação entre os núcleos geopolíticos litorâneos.

A causa da vulnerabilidade econômica dos países sul-americanos pode ser atribuída a falta de integração, pois, de maneira geral, alguns países produzem o que os outros necessitam, com algumas insuficiências, sendo a mais importante a dos fármacos e, em alguns casos, esses produtos são comercializados por processos de triangulação fora da América do Sul, utilizando-se de exportações e importações extracontinentais.

Para compensar as suas deficiências industriais, em consequência da falta de ciência, tecnologia e inovação, reflexo direto da educação, a América do Sul é fornecedora exclusiva de alguns minerais estratégicos, sendo detentora de um dos maiores potenciais energéticos do mundo, assim como, possuir abundância de alimentos e insumos para o desenvolvimento industrial.

Mesmo sendo subpovoada, a pequena porcentagem da população existente está dispersa e mal distribuida, fatores que não estimulam a industrialização.

Em 2022, o subcontinente deverá possuir mais de 500 milhões de habitantes, com o Brasil atingindo 50 % deste universo populacional, com a esperança de que em paralelo haja melhoria nos campos sociais, da educação e saúde, capacidade

[94] Despacho nº. 05 à Embaixada em Washington, 1906 – Arquivo Itamaraty.

tecnológica e produtividade, bem como uma infraestrutura viária e fluvial, possibilitando a integração física dos países.

O Mercosul, com 15 anos de existência, já representa a quinta maior economia do mundo, com um PIB acumulado superior a 1 trilhão de USD.

Além da Venezuela, a Bolívia e o Equador se apresentam como novos participantes do Mercosul. Isto poderia tornar-se um inconveniente, pois com o aumento do número de membros cresce a dificuldade de conciliar posições, sem levar em consideração que esses três países, hoje, já formam um bloco ideológico a parte, liderado pela Venezuela.

O Brasil como platino, amazônico, pré-andino, tropical, equatorial, com regiões nos dois hemisférios, democrático, não-expansionista, defensor das soluções negociadas e da tese de não interferência e não-nuclear é o pilar da América do Sul como potência regional.

É uma potência regional, com projeções e interesses no contexto global, mas com uma ressalva, no referente ao seu atual poder militar [95], imcompatível com a estrutura estratégica de grande nação e, sem condições para projetar-se como potência global [96] no cenário internacional, pois o poder militar é pré-requisito para que haja reconhecimento de uma potência global no contexto internacional..

A regionalização está definindo-se como instrumento geopolitico gerador de multipolaridade, no campo econômico da atual conjuntura mundial. Logo, o Brasil deveria, como potência emergente, apresentar-se para a coordenação das tratativas, para aproximar os demais países sul-americanos.

Deveria adotar posição de direção e, coordenar uma maior abertura comercial no subcontinente com relação ao restante do mundo, mas sem exteriorizar

[95] Ver Pereira, 2007
[96] Idem.

pretensões de liderança. (...) Provocar a interação dos três blocos políticos já existentes no continente: Mercosul, Mercado Andino e Pacto Amazônico, atribuindo prioridade a ALCSA [97].

Algumas ações estratégicas seriam importantes para inserção do Brasil, na comunidade sul-americana: atribuir prioridades e arcar com maior parcela dos gastos na construção de estradas interoceânicas e do gasoduto Venezuela-Brasil-Argentina previsto para integração física; buscar a revalorização do Tratado de Cooperação Amazônico e transferir sua sede para Manaus; apoiar a formação da ALCSA [98], como primeiro passo para a comunidade Sul-Americana; propor agenda regional de cooperação econômica, política, cultural, militar, científica e tecnológica; respeitar o princípio da não-ingerência, mas cooperar na mediação de conflitos e na preservação da democracia na América do Sul; considerar como prioritária a inserção na América do Sul, e como segunda prioridade, no continente americano; manter bom relacionamento com os EUA [99], porém assumir posição autonoma, com respaldo em seu peso geopolítico; interagir com os assuntos da ALCA, após análise conjunta pelo bloco de países sul-americanos; aproximar-se dos EUA e UE e participar com a sua própria defesa antimíssil (antiterrorismo), a ser desenvolvida em cooperação.

A relação com os EUA, esta superpotência mundial é ponto capital na política de qualquer país.

Por tradição, a política estadunidense, pautada por acendrado interesse nacional, opõe-se a um poder hegemônico na Ásia e na Europa e, também não

[97] Área de livre Comércio Sul-Americano – ALCSA, criada em 1992, precedendo a Alca.
[98] Em dezembro de 2005, em Cuzco, no Peru, foi oficialmente reativada a ALCSA, com o nome de Comunidade Sul-Americana.
[99] Ver Pereira, 2007

admitiria que um aliado venha se consolidar como potência regional na América do Sul.

Os EUA buscam acordos bilaterais na América do Sul para retardar que o subcontinente constitua um bloco regional e que o Brasil se consolide como núcleo desta potência regional.

"A preocupação em fazer amigos não deve constar da política dos EUA, mas, sim, acima de tudo, a defesa dos seus interesses." (Foster Dulles – Diretriz geopolítica dos EUA apud PEREIRA, 2007, p.353)

Como problema conjuntural, nesta primeira década do século XXI, o crescimentro do neopopulismo na América do Sul pode retardar o processo de integração pela preponderância de posições ideológicas em relação à antiglobalização, que fomentam crises e entorpecem o desenvolvimento.

O neopopulismo latino-americano traz no seu bojo uma esquerda antimoderna, que, em vez de levantar alguma bandeira libertária, se aproxima de tiranias retrógradas e ultrapassadas, como a cubana.

> "(...) Veja o senhor que marvilha é o progresso moderno; o senhor vai para Barcelona, eu vou para Madrid e estamos no mesmo trem. O expresso da integração latino-americana pertence a essa mesma espécie de milagre da modernidade: no mesmo vagão de trem viajam os centristas partidários da democracia representativa e da economia de mercado, e os refundadores que compraram passagem para o socialismo do século XXI." (RICUPERO, 2010, p.233)[100]

A explicação da parábola é óbvia e pode ser resumida em duas propostas: a primeira é que a integração de qualquer tipo de concertação política deve estar baseada em um processo de convergência em direção a valores e fins comuns; a

[100] Ver Ricupero, 2010.

segunda é que vivemos atualmente, na América Latina, um processo cada vez maior de divergência e afastamento entre os países em matéria de valores, meios e fins, tendo como exemplo simbólico a partir da rebelião social, conhecida como Caracazo [101] e, tempos depois, a ascensão ao poder do Presidente Chávez e sua radicalização.

Tão poderosa é a consciência da necessidade de um grau mínimo de homogeneidade que, para aderir à União Européia, exige-se do país uma verdadeira conversão de costumes, como por exemplo, reformular suas leis adaptando-as às da União sem negociação prévia. Aspirantes muito diferentes, como no caso da Turquia, a adesão torna-se praticamente impossível.

Além da adesão a ALCA ou de acordos bilaterais consagrados entre diversos países da América Latina e os Estados Unidos, outro grande obstáculo, talvez ainda mais grave seja a profunda divergência entre os países latino-americanos na maneira de conceber a legitimidade do poder e a organização da vida social.

Durante décadas as rupturas no consenso sobre democracia foram Cuba, guerrilhas marxistas ou os regimes militares. Exceto Cuba que vê declinar sua influência hemisférica, todos os outros foram eliminados com a alternativa à democracia representativa, gerando expectativa de uma convergência definitiva dos critérios de legitimidade e dos padrões da organização social.

O que começa a ganhar espaço é uma prática histórica e um corpo de doutrina, que afastados do consenso defendem a legitimidade de uma nova alternativa, os regimes que se autodenominam refundadores.

Os refundadores mediante reformas radicais abandonam as Constituições tradicionais, rompem com os mecanismos eleitorais, legislativos e judiciais

[101] Caracazo – rebelião social contra o programa de ajuste econômico acordado pelo governo da Venezuela com o FMI, em 1989.

responsáveis pela manutenção das oligarquias no poder, pois somente assim poderiam mudar a economia, no sentido de redistribuição da riqueza e dos recursos naturais para os setores mais pobres, coincidentes em muitos países com as massas mestiças ou indígenas.

Tendo chegado ao poder por meio das eleições, instauram processos constituintes semirevolucionários, respaldados em referendos e plebiscitos de consulta direta aos cidadãos, o príncipio da soberania popular. Apoiam-se em movimentos sociais, procuram se perpetuar no governo, por meio de repetidas reeleições, eliminando a alternância real no poder e, diferindo significativamente da democracia representativa, em que a maioria ocasional não pode destruir o direito das minorias.

Tendem a eliminar o sistema de pesos e contrapesos da Constituição norte-americana e a concentrar os poderes nas mãos do Executivo.

Seu programa econômico é constituido de ampla nacionalização e estatização da economia, assim como a redistribuiçao de terras, características mais presentes na Venezuela e Colômbia do que no Equador. Entretanto, não se pode negar que os refundadores possuem uma base social autêntica e poderosa.

Os repetidos fracassos dos partidos politicos e sua aparente falta de sensibilidade em relação ao sofrimento dos pobres, deram lugar ao aparecimento de movimentos determinados a fazer da exclusiva representação das massas vulneráveis a sua razão de ser e de agir.

Uma urbanização explosiva sem estar acompanhada de um desenvolvimento industrial correspondente privou a América Latina de poder transformar camponeses em operários industriais, com possibilidade de integração na sociedade industrial, fato que não aconteceu na Europa, Estados Unidos, Japão e Coréia do Sul.

O que temos hoje são milhares de camponeses ou seus descendentes, em condições difíceis, vivendo na periferia das gigantescas cidades latino-americanas.

Uma das manifestações mais perturbadoras, consequência do descompasso entre urbanização e industrialização é o surgimento do *lumpemproletariado*, é o fato de que, nos dias atuais, o crime organizado, o narcotráfico transnacional em larga escala, a violenta guerra civil entre os criminosos e a polícia se transformaram em um problema que ameaça o próprio Estado.

Este novo ator das periferias não se sente representado pelos partidos tradicionais, procurando movimentos mais novos que se empenhem na mudança do *status quo*.

O que se assiste hoje é uma tendência profunda, o aparecimento de um novo ator político e social – as massas das periferias e, onde todos são protagonistas de um processo que será muitas vezes doloroso e prolongado em direção a uma progressiva incorporação deste novo protagonista à vida política dos nossos países.

É inútil tentar evitar tal processo, o que se pode fazer é agir e adotar medidas entre as possíveis, as mais efetivas em termos de resultados objetivos.

Processos históricos do tipo que está sendo descrito não são , em princípio, propícios à integração, devido a sua natureza introspectiva. Países empenhados em uma *refundacão* costumam focar sua energia para seus conflitos interiores, para a absoluta prioridade de se reinventar.

Outro fator complicador é que, quando o critério da solidariedade passa a ser o da afinidade ideológica, como o socialismo bolivariano ou a origem étnica. Vale a pena refletir como as revoluções, os regimes refundadores são divisores de águas, fatores de profunda divisão entre a população.

A criação, pelos líderes refundadores da chamada Alternativa Bolivariana das Américas – ALBA é apenas a expressão lógica da sua vocação de dividir.

> "Na falta de convergência nos valores básicos, fins e meios comuns entre países, o melhor a fazer é renunciar à integração ambiciosa, mas inalcansável, e contentar-se com a integração factível, apesar de modesta." (RICUPERO, 2010, p.243)

O Brasil pode enfrentar muita dificuldade em se posicionar como país hegemônico, devido ao seu peso geopolítico, na concertação dos países latino-americanos, tendo em vista seguir uma política neopopulista alinhada ao FSF, orientada de forma pessoal pelo assessor especial da presidência da república e, não pelo que seria o órgão responsável, o MRE.

Inclusive, deu demonstrações claras de falta de posicionamento e liderança nos episódios, envolvendo a Petrobrás, na Bolívia e as construtoras no Equador, aceitando fatos graves como consumados.

A aceitação da Venezuela no MERCOSUL é uma questão de oportunidade, vem sendo ventilada constantemente pelo seu presidente e, conta certamente com o apoio do Brasil e da Argentina. É importante lembrar que a Venezuela possui um projeto de poder para a América Latina – o socialismo bolivariano.

Apesar de tudo, não se vislumbra que haja um planejamento estratégico em andamento, no governo brasileiro, preocupado com o desenvolvimento sustentado da região e, que possibilite o Brasil assumir sua posição natural no concerto dos países latino-americanos.

2.5 Neoliberalismo – a ameaça deduzida

Fatos importantes como o surgimento de novos atores, os movimentos sociais, aconteceram no cenário político-estratégico da América Latina, isto, devido ao insucesso do neoliberalismo, apresentado como solução às políticas adotadas pelos governos latino-americanos, nas décadas de oitenta e noventa, solução tida como ideal de desenvolvimento sustentado e bem-estar social.

Em meio a Guerra Fria, o neoliberalismo se apresentou como uma opção frente ao socialismo, bem como solução ao comunismo, à crise do capitalismo e às políticas intervencionistas existentes na época.

O neoliberalismo se propunha à aplicação de uma democracia de mercado, tendo como paradigmas básicos as leis de oferta e procura, visando principalmente a soberania do consumidor[102].

A aplicação do neoliberalismo como política de Estado, nos anos 1990, foi adotada praticamente por todos os países do continente Latino-americano, América Central e Caribe, excetuando-se Cuba.

Na realidade o neoliberalismo promoveu uma maior taxa de desemprego, aumentou o grau de desigualdade em distribuição de renda, miséria e exploração para a maioria da população, fomentando subemprego e informalidade – caracterizou-se pela privatização das empresas estatais e desinstalação da capacidade industrial do país, deixando um Estado focado na saúde, educação e segurança[103].

> "(...) o Estado não escapa das consequências do inexorável processo de globalização, que restringe a tradicional soberania em muitos campos, especialmente no monetário, no comercial, nas características de suas atividades industriais e

[102] Ver Ceceña, 2006.
[103] Ver Rosenman, 2006.

> agropecuárias, na qualificação e no uso da sua força de trabalho, no controle de seu território e de seu patrimônio natural e cultural, nas particularidades de sua própria ordem jurídica interna e nas suas formas de administração da justiça.“ (MONCAYO, 2006, p.336C)

O neoliberalismo com o advento da revolução científica-técnica e a globalização são os aspectos mais presentes da nova ordem internacional, permanecendo como alternativa ideológica, no mundo contemporâneo.

O neoliberalismo, propagado pelos Estados Unidos para compensar a sua decadência, desde os anos 1980, a partir da estratégia estabelecida pelo Consenso de Washington, tinha como exigência a aplicação de políticas neoliberais aos países latino-americanos, provocando e impondo importantes restrições ao desenvolvimento da região[104].

Na América Latina, com o insucesso do neoliberalismo, surgiram novos atores, os movimentos sociais, forças de centro-esquerda ou nacionalistas que conquistaram os governos.

Entretanto, perderam importante oportunidade histórica ao se apresentarem como opções de terceira via ou ao radicalizarem como o socialismo bolivariano, implantado na Venezuela, pelo Presidente Hugo Chávez, , gerando incertezas preocupantes como focos de tensão e instabilidade político-ideológica, geopolítica e estratégica na Amazônia Ocidental.

Estes fatores ameaçantes aos interesses nacionais na Amazônia; incertezas e instabilidade político-ideológica, geopolítica e estratégica, problemas de reservas ambientais e de minorias étnicas, como a demarcação das terras indígenas, exploração clandestina das riquezas, o narcotráfico e a cobiça internacional sobre os recursos naturais podem comprometer a geopolítica da América Latina. E,

[104] Ver Martins, 2006.

consequentemente, a soberania do Brasil como Estado, tanto no âmbito nacional da defesa da Amazônia como no âmbito internacional da sua segurança.

Mesmo o neoliberalismo, como uma política, sendo algo abstrato, intangível pode ser qualificado como ameaça, pois foi a causa de consequências diretas resultantes do insucesso de sua aplicação como política de estado pelos países latino-americanos, como o surgimento de novos atores, os movimentos sociais de base territorial, tanto no espaço rural como urbano, no cenário latino-americano.

Na busca de novas alternativas para o neoliberalismo e sua globalização como nova ordem mundial, o continente Sul Americano passou a viver uma crise hegemônica, onde o século XXI deve ser um século de muitas lutas sociais, políticas e ideológicas.

Pela primeira vez a esquerda poderá conquistar a hegemonia no continente, dando início a construção de uma era pós-neoliberal e rompendo com o modelo atual. Caso contrário, haverá sua descaracterização definitiva como esquerda popular com capacidade de transformação radical dos países do continente.

Poderia assim, promover uma fase mais instável e obscura para o conjunto da América Latina e, na Amazônia Ocidental, instabilidades político-ideológicas e estratégicas nos países vizinhos, já ligados a ideologias mais radicais. Por sua vez, estas instabilidades poderiam gerar modificações geopolíticas na região.

CAPÍTULO 3 – ANÁLISE GEOPOLÍTICA DA AMÉRICA LATINA – SEUS REFLEXOS NA AMAZÔNIA OCIDENTAL E NO BRASIL

> "A guerra não é somente um ato político, mas um verdadeiro instrumento político, uma continuação das relações políticas, uma realização destas por outros meios." (CLAUSEWITZ, 1979) [105]

3.1 Quadro político-estratégico da segurança regional e do Brasil

> "Na primeira noite, eles se aproximam e colhem uma flor no nosso jardim e não dizemos nada.
>
> Na segunda noite, já não se escondem: pisam as flores, matam nosso cão e não dizemos nada.
>
> Até que um dia, o mais frágil deles entra sozinho em nossa casa, rouba-nos a lua e, conhecendo nosso medo, arranca-nos a voz da garganta.
>
> E porque não dissemos nada, já não podemos dizer nada." (No caminho com Maiakoovski, de Bertold Brecht apud PEREIRA, 2007, p.302)

A partir do fim da Segunda Guerra Mundial – WW2 até os anos 80, final da Guerra Fria, a América do Sul viveu sob a tutela estratégica dos EUA, dentro da idéia de segurança coletiva baseada no Tratado Interamericano de Assistência Recíproca – TIAR [106], associado à idéia central de ameaça comum com aceitação da liderança do poder avalista e de sua efetividade [107].

---

[105] CLAUSEWITZ, C.V. Da guerra. São Paulo: Martins Fontes, 1979.

[106] Ver Aguilar (2006). O Pacto ou Tratado do Rio de Janeiro – TIAR, firmado em 1947, no Rio de Janeiro, Brasil. Entrou em vigor em 1948, bases do sistema americano de segurança, integrado pela Junta Interamericana de Defesa – JID, criada em 1942, e pela Organização dos Estados Americanos – OEA, criada em 1948. Estes três elementos conformam a principal estrutura de segurança do hemisfério, surgida a partir da II Guerra Mundial para enfrentar o contexto da Guerra Fria. O TIAR representou o primeiro pacto de segurança do pós-guerra para a defesa coletiva, sendo considerado base conceitual da Organização do Tratado do Atlântico Norte – OTAN, constituída em 1949.

[107] Ver Flores, 2010.

A ameaça comum no caso cubano se manifestou várias vezes, no campo político – ideológico, mas a ameaça de poder militar clássico à América do Sul sempre foi mais como instrumento de mobilização psicopolítica do TIAR do que uma probabilidade real, excluindo a nuclear, incipiente e impotente, tratando-se da América Latina.

(...) A ameaça militar nunca teve consistência efetiva, tendo em vista, os cuidados dos norte-americanos com o preparo e emprego das Marinhas sul-americanas na Guerra Antissubmarino e de Guerra Contrainsurgência dos Exércitos.

O aparelhamento das Forças Armadas Sul Americanas dependeu exclusivamente dos Acordos de Assistência Miitar entre os EUA e os países sul americanos.

(...)Todo o material de defesa para as três forças vinha dos Estados Unidos, eram normalmente usados ou a caminho da superação, alguns sobressalentes do pós-guerra da Coréia.

Em 1977, foi rompido o o Acordo Brasil – EUA, principalmente, devido a pressão do governo Carter em questões de nossa política interna.

A Guerra Fria já declinava, provocando a redução do sentimento de ameaça internacional comum. Sem ameaça comum efetiva que justificasse o esquema coletivo do TIAR e a tutela dos EUA, a segurança coletiva não passava de concepção abstrata, sem objetivo.

Esta situação foi comprovado pelo episódio da Guerra das Malvinas, em 1982, quando o TIAR sequer foi cogitado, mesmo requerido pela Argentina. Pelo contrário, ele foi banalizado pelos Estados Unidos, que, inclusive, apoiaram técnica e operacionalmente as ações militares inglesas.

Após a Guerra Fria tratados de segurança coletiva perderam relevância, pois não havia como funcionar, quando existem litígios internos aos esquemas coletivos, que possibilitam interpretações, perspectivas e interesses diversos.

O TIAR perdeu sentido para os países sul americanos e, se em algum momento, teve validade efetiva foi para atender os interesses norte-americanos, no confronto global [108].

Foi aplicado pela última vez, no 11 de setembro de 2001, por ocasião do ataque às torres gêmeas, em Nova York, Estados Unidos. Este fato voltou a atualizar as discussões sobre a definição de agressão e a eficácia do sistema de segurança em face ao terrorismo.

Atualmente, estando mais para uma fantasia, o presidente Chávez da Venezuela advoga na sua retórica bolivariana um TIAR sul americano, longe da tutela dos EUA, e que teria como ameaça comum o "*império"*, eufemismo para não citar explicitamente os EUA.

> "Nosso subcontinente não vê essa suposta e difusa ameaça comum (?) de maneira uniforme, e muitos países não a veem de maneira nenhuma. Na verdade, alguns de nossos vizinhos podem ver na própria Venezuela uma razão de preocupação, a Colômbia a vê com certeza, ou podem se pretender com motivos para atribuir ao Brasil, a par da condição positiva de parceiro econômico, a condição psicopolítica de bode expiatório, segundo apenas para os EUA, por força de ressentimentos históricos e dos efeitos naturais das assimetrias geográfica, econômica e demográfica." (FLORES, 2010, p.62)

O Conselho de Defesa Sul-Americano – CDA, recentemente instituído, também carece de justificativa convincente, para coordenar planos de defesa sem

[108] Ver Aguilar, 2006.

ameaça comum existente, pois negociações pacíficas envolvendo litígios entre as partes são da alçada política da OEA, apoiada por assessoria militar conveniente.

Mesmo o desenvolvimento integrado da industria de defesa não precisa do CDA, necessitando sim, de integração econômica com assessoria militar.

Embora não exista a grande ameaça comum à América do Sul, não se pode dizer o mesmo quanto aos contenciosos regionais, eventualmente indutores de risco.

Conflitos interestatais clássicos não devem ocorrer, mas caso ocorram não pretenderão propósitos radicais [109], de qualquer forma inviáveis devido ao nível do aparelhamento militar sul americano.

Entretanto, pode haver um endurecimento no campo psicopolítico, como instrumento mobilizador de apoio. Essa presumível tranquilidade não é segura, pois está sujeita aos conflitos subestratégicos ou irregulares, político-ideológicos ou decorrente dos ilícitos transnacionais, como o tráfico de drogas, contrabando de riquezas, narcoguerrilha e narcoterrorismo, cuja ocorrência tem na América do Sul e Central um campo sociopolítico fértil.

Normalmente, tais conflitos não respeitam fronteiras e o Brasil possui extensa fronteira com nove países e a Guiana Francesa, grande parte dela permeável, não apenas na Amazônia, mas a problemática tríplice fronteira, Argentina-Brasil-Paraguai.

Conflitos dessa natureza não devem gerar antagonismos entre Estados, desde que não haja interferência de um Estado em conflito interno de outro.

O caso atual da Venezuela já evidencia antagonismos no que diz respeito à Colômbia, o que sugere cuidado e respeito [110].

---

[109] Por exemplo o contencioso territorial entre o Peru e o Equador, que se manteve limitado no propósito, espaço e intensidade.
[110] Ver Flores, 2010.

Uma segurança compartilhada seria adequada para esses conflitos irregulares, justificando acordos sub-regionais, bilaterais ou mesmo trilaterais, limitados quanto à área abrangida e aos propósitos pretendidos, desde que ajustados às características das ameaças irregulares – à inteligência e as operações convenientes ao controle conjunto.

No entanto, a dimensão da presença brasileira no cenário regional exige a atenção do Brasil aos conflitos existentes na América do Sul, sejam de que tipo forem, pois sua estatura relativa não permite absenteísmos.

Sendo que o vácuo do absenteísmo brasileiro tenderia a ser ocupado pelos Estados Unidos ou, hoje em dia, até mesmo pela Venezuela.

A presença ativa brasileira é uma exigência e, torna-se coerente com a sua pretensão ao assento permanente no Conselho de Segurança da ONU, que pressupõe capacidade de influir, no mínimo, em sua área geopolítica, ainda que, atualmente, não seja nem membro temporário.

Um caso especial, exceto pelo sentimento anticolonial sul americano é o da Guiana Francesa. A Guiana, ex-Guiana Britânica passou a ser república independente em 1970 e o Suriname, ex-Guiana Holandesa, em 1975. Enquanto a independência da Guiana Francesa, ultima colônia européia na porção continental da América do Sul, parece estagnada no horizonte político da região[111].

O governo francês aplicou o conceito de *département d'outre-mer (DOM)*, em 1946, para justificar perante a opinião pública mundial sua posição de potência colonialista.

A Guiana Francesa constitui-se como colônia em território francês, fazendo juridicamente parte da Comunidade Européia, contudo, pela sua situação geopolítica

[111] Ver Pereira, 2010.

tem particularidades, que viabilizam sua independência, como a sua condição continental.

Mesmo exemplo das Ilhas Falklands /Malvinas, ativa o anacronismo da presença colonial da Inglaterra na América do Sul e afronta a doutrina da Alternativa Bolivariana para os Povos da América, tendo, ainda, como exemplo a independência de mais de uma dúzia de nações caribenhas que eram colônias européias, no século passado.

Face as insatisfações dos guianeses que aspiram independência, a possibilidade do Presidente Chávez e seus aliados julgarem oportuno de lançar a doutrina bolivariana e promoverem subversão na Guiana Francesa.

Naturalmente, haveria uma reação da França e, neste caso, como ficaria o posicionamento do Brasil, certamente, não poderia permanecer neutro e comprometer a sua liderança na região, mesmo na situação atual de consolidada cooperação militar com a França.

3.2 Dimensão militar da segurança regional da América do Sul

Alguns dados sobre o reaparelhamento militar em andamento desde o longo ocaso da Guerra Fria e da influência quase tutelar dos Estados Unidos, levando em consideração que os gastos com defesa são ordem de grandeza aproximada, extraídos do Instituto de Pesquisa sobre a Paz Internacional – SIPRI[112].

[112] Ver Flores, 2010.

Gastos militares em bilhões de USD / 2008	
América do Sul	34
Estados Unidos	607
China	85

Figura 4. (Fonte: SIPRI 2008).

O orçamento de defesa da Colômbia é significativo em relação ao dos outros países latino-americanos, sendo apoiado pelo Plano Colômbia, devido ao grave problema interno existente. O apoio norte-americano por meio do plano visa a erradicação da guerrilha colombiana, associada ao tráfico de drogas, a narcoguerrilha.

A ênfase da estratégia de defesa colombiana é voltada para a defesa interna, sendo os meios e equipamentos, a doutrina e o treinamento direcionados à contraguerrilha.

Em cumprimento ao seu plano de reaparelhamento, adquiriu aeronaves brasileiras EMBRAER A-29 Super Tucanos de contrainsurgência.

A Colômbia envolvida por terrorismo crônico e anacrônico das FARC /ELN /AUC não tem nenhuma intensão belicosa que não seja defensiva, mesmo no que se refere à Venezuela, ainda que haja uma assimetria acentuada entre o poder militar dos dois países.

O reaparelhamento militar do Chile vem ocorrendo com competência, possibilitado por um orçamento relativamente alto, apoiado no PIB, gracas à lei do tempo da ditadura militar que direciona para a defesa parte da receita pública da exportação de cobre.

O Chile diversifica o seu material aéreo, mas a espinha dorsal da sua Força Aérea é constituída pelos modernos caças F-16 block 50 e mais, as recentes aquisições de 16 aeronaves F-16C/D e mais 16 aeronaves F-16AM/BM de

fabricação norte-americana, junto com duas aeronaves reabastecedoras Boeing C-135, comprados da Holanda com aval dos Estados Unidos. Houve também, a aquisição de 12 aeronaves de bombardeiro leve /tático EMBRAER 314, Super Tucano, para treinamento e emprego em missões de apoio aerotático.

A FACh fica numa situação de clara vantagem sobre as demais forças aéreas do continente, seja em numero de aeronaves, como em termos de tecnologia empregada. Ainda que se projete no quadro sul-americano de defesa, seu preparo militar não inspira cuidados, por ser um país que cresce democraticamente, em tranquilidade e sem contenciosos preocupantes.

Possui uma indústria de defesa que tenta se tornar expressiva, como a ENAER, que inclusive foi responsável junto com uma empresa israelense pela modernização dos F-5E, mas carece de um cluster tecnológico importante.

A Argentina merece uma análise retrospectiva. Na década de 60, a Argentina chegou a ter um capacidade militar significativa para a América do Sul.

Seu afastamento dos Estados Unidos começou mais cedo do que no Brasil, possuia aeronaves de bombardeio estratégico, caças franceses e a armada argentina aviões de ataque embarcados para cumprir missões, que contrariavam a estratégia de emprego estabelecida na orientação norte-americana.

No pós-redemocratização, após a Guerra das Malvinas esse quadro se deteriorou com cortes drásticos no orçamento e uma nova lei orgânica de defesa, restringindo a atuação dos militares na segurança externa, bem como, a lei de anistia política aprovou o julgamento e a condenação dos chefes militares por crimes de responsabilidade sobre o desaparecimento dos presos políticos e outros envolvendo a própria Guerra das Malvinas.

Chegou a possuir uma fábrica de aviões, que construia aeronaves de ataque turboélice, PUCARÁ, mas limitada pelos mesmos problemas chilenos, o cluster tecnológico. Atualmente, tenta uma retomada desta capacidade, de forma lenta, sendo uma área propícia à coordenação Brasil-Argentina.

O Peru com dificuldades financeiras vem procurando reequipar-se em configuração clássica de forma comedida. Contudo, mais preocupante para o governo peruano são sinais de que a organização maoísta Sendero Luminoso dá, quanto ao seu ressurgimento, depois de erradicada pelo ex-presidente Fujimori.

Uruguai, Paraguai, Bolívia e Equador significam muito pouco em termos militares, no que concerne a segurança externa regional, embora o Equador possa ter novos contenciosos com a Colômbia, devido a aparente simpatia de seu governo com o socialismo bolivariano da Venezuela e, consequentemente pelas FARC.

Um acordo estabelecido de apoio militar à Bolívia pela Venezuela foi motivo de comentários cautelosos no Paraguai, aparentando mais uma demonstração de redentorismo boliviariano.

A Venezuela por sua vez, está em vias de doar seus antigos caças MIRAGE 50 franceses para a força aérea equatoriana, tendo em vista os últimos contenciosos com a Colombia.

A Venezuela é o atual enigma preocupante, seu reaparelhamento militar vem crescendo com a receita do petróleo. Foram adquiridos sobretudo da Rússia; navios, submarinos, aviões de combate no estado-da-arte, helicópteros, tanques, sistemas de defesa antiáerea e armas leves – fuzis.

Uma incógnita neste programa de reaparelhamento militar é a frágil capacidade de manutenção e operação venezuelana de equipamentos, sistemas de armas e armamentos tão sofisticados e complexos, devendo implicar em quase total

dependência da Rússia, maior inclusive do que a dependência norte-americana, durante a Guerra Fria.

Outro questionamento seria qual ameaça justificaria este nível de aquisição de armamento moderno, pelo jeito seriam os Estados Unidos, mas este pensamento não é compartilhado por outros países sul-americanos.

A aquisição dos excelentes 100 mil fuzis russos servem para equipar o Exército, mas ainda, servem para armar a milícia bolivariana recém-criada e oficializada, acrescentando ao cenário da segurança venezuelana uma dimensão provocativa e, então, os fuzis poderiam fazer a diferença.

> "De um modo geral os Exércitos, salvo uma ou outra insólita exceção, são propensos *à fidelidade* ao Estado. Já as milícias são essencialmente *fiéis aos regimes e seus líderes*, como eram as SA e depois as SS alemãs para o regime nazista, as SS, praticamente força militar, em contraposição à insegura fidelidade do Exército alemão, e é hoje a guarda revolucionária iraniana fiel aos aiatolás." (FLORES, 2010, p.68)

Por outro lado, as performantes operacionais devido ao raio de ação das aeronaves russas *SUKOY-30* são capazes de desbalancear o poderio aéreo regional.

Se não houver um reaparelhamento da Força Aérea Brasileira, pois o Brasil é o país que geopolítica e geoestrategicamente mais importa no caso de neutralização do poderio venezuelano.

É importante considerar na estratégia venezuela que o Presidente Chávez alocou ao Exército venezuelano e não à Força Aérea, o comando dos aronaves, aviões e helicópteros russos recém-comprados. Essas ações, parecem ter sido tomadas por precaução política pessoal, inclusive a de subordinar diretamente a si a

milícia bolivariana, *guarda pretoriana*, bem como dotá-la de efetivo muito superior ao das forças regulares.

Outro detalhe, seria a compra de dez aeronaves de transporte de tropa Ilyushin IL-76E, pela Venezuela, equipamento militar de projeção de poder, atribuindo capacidade de interveção em outros países.

Especula-se a intenção de utilização operacional destas aeronaves seria debelar insurgência antibolivariana no Equador, Bolívia, Argentina ou Paraguai, aliados de Chávez, bem como em países da América Central e Caribe.

O que torna o cenário regional mais preocupante é, hoje, o elo envolvendo o Irã e a Venezuela. Ahmadinejad e os mulás descobriram na Venezuela um aliado que permaneceu ao seu lado, enquanto massacravam as liberdades políticas e desafiavam o acordo mundial sobre armamento nuclear.

A ajuda prometida seria nos campos científico, técnico e financeiro, envolvendo os projetos mais importantes de Ahmadinejad como o avanço de um programa nuclear e de mísseis de longo alcance, o que geraria certamente uma desestabilização da região.

Em contra partida a abertura dos bancos na Venezuela aos iranianos viabilizaria a circulação de recursos financeiros necessários ao desenvolvimento destes projetos.

É, ainda, mais preocupante, as misteriosas fábricas no interior da Venezuela, controladas pelo Irã[113].

> "A geopolítica inclui em suas elaborações conceituais a figura do *perturbador* – em nível global, teria sido a Alemanhã na primeira metade do século 20, supõe-se que possa ser a China no século 21. Será a Venezuela o *perturbador* regional sul-americano

[113] Ver Morgenthau, 2010.

> e caribenho deste início de século, com o petróleo pagando a conta, à semelhança do Irã no Oriente Médio?" (FLORES, 2010, p.68)

É importante notar, que o risco expansionista bolivariano da Venezuela deve ser reavaliado, de tempos em tempos, na sua gravidade, pois depende da sua economia, que repousa diretamente sobre o petróleo. Quando este estava a 150 USD o barril, ensejava receitas abundantes, estimulando a consecução da estratégia bolivariana, no continente.

A ameaça bolivariana depende, portanto, e muito, da conjuntura ditada pelo preço do petróleo e da matriz energética que vier a prevalecer. Entretanto, desproteger fronteiras amazônicas contra ações bolivarianas no pressuposto de que estas não ocorreriam é especular quanto a intenções, quando o prudente seria considerar a capacidade de forças regulares ou irregulares de promoverem tais ações.

> "Interpretar intenções sempre comportará certa medida de subjetividade; já capacidade ofensiva de hipotéticos adversários é dado objetivo. As intenções de Chávez poderão ser mais complicadas do que parecem, ou do que ele admite, mas a capacidade bélica que ele vem expandindo nos últimos cinco anos gera realistas ajustamentos geopolíticos." (PEREIRA, 2007, p.79)

No Brasil, o reaparelhamento das FFAA segue dependente da alocação de recursos financeiros, mas em consonância com a Estrátégia Nacional de Defesa – END, aprovada em dezembro de 2008, acreditando-se que atenderia às preocupações e perspectivas da sociedade brasileira.

Atualmente, o Brasil está atento aos problemas globais, mas na segurança sua atenção deveria priorizar sua região, como: seu território, com foco na

Amazônia, a América do Sul com eventual participação na América Central e Caribe e o Atlântico Sul com ênfase no ocidental extendido ao seu litoral.

Esse é o teatro dos interesses vitais brasileiros, justo onde sua presença estratégica precisa ser convincente. Fora dele o Brasil pode até vir a ter presença episódica, mas coadjutória ou simbólica.

A estratégia baseada na capacidade de dissuasão com o objetivo de desestimular ações militares contra o país é o tamanho do poder militar crível que convém ao Brasil para atender aos interesses nacionais brasileiros nesse teatro vital.

Ações militares, em príncipio são improváveis, mas não há certeza a longo prazo, podendo ser motivadas, no século 21, por conteciosos de qualquer natureza, aqueles ditos ambientais, sobre o uso de recursos naturais e por questões entendidas como humanitárias.

No caso de contencioso, envolvendo uma grande potência, ser capaz de dissuadir de forma crível, indicando que a ação teria alto custo e sucesso duvidoso.

> "O poder militar crível é útil para persuadir, ser melhor a conciliação do que o embate de risco, e deve, portanto, ser levado em conta na política externa – como levava Rio Branco, que há cem anos o via útil à sua bem-sucedida política de solução *pacífica* de contenciosos." (FLORES, 2010, p.69)

Face às circunstâncias atuais do cenário latino-americano, as prioridades brasileiras deveriam ser os cuidados com a Amazônia e o mar, este evidenciado pela exploração marítima de petróleo e gás, sujeita a ações irregulares e, a Amazônia com suas riquezas, questões indígenas e ambientais e, os focos de instabilidade político-ideológica dos países vizinhos.

Na Amazônia existe razões de preocupação quanto ao armamentismo venezuelano e seu apoio às FARC, devido a sua vulnerabilidade em face de

ameaças de guerras irregulares. Outra possibilidade, seria uma intervenção militar de grande potência, mesmo sendo muito complicada em região como a Amazônia. Em ambos os casos, a prioridade do Brasil seria dispor de capacidade de dissuasão militar crível e coerente com a hipótese.

As aeronaves de caça que participam do processo de aquisição, há alguns anos, todas estão no estado da arte, tanto em tecnologia aeronáutica como em equipamentos e sistemas de armas e atenderiam com sucesso as necessidades do Poder Aeroespacial Brasileiro, tanto para defesa e manutenção da soberania do espaço aéreo, como instrumento da capacidade de dissuasão, possibilitando estimular soluções negociadas.

A aquisição de trinta e seis aeronaves no estado-da-arte, acompanhadas de transferência de tecnologia negociada é um passo importante na direção certa, mas transferência de tecnologia é de difícil negociação e cumprimento, pois depende da capacitação tecnológica de quem recebe e da vontade de quem quer transferir.

Mesmo adquirindo a aeronave Rafale francesa ou Hornet F-18 norte-americano, o Brasil necessitaria de uma aeronave de caça intermediário, papel que poderia ser cumprido pelo Gripen sueco, acompanhado de forte programa de transferência de tecnologia, numa associação de produção com a EMBRAER.

Existe uma proposta sueca nesta direção e o Brasil não poderia esquecer a lição da guerra das Falklands /Malvinas, devendo perseguir como estratégia de defesa uma autonomia tecnológica no setor de defesa.

Além das aeronaves foram adquiridos submarinos convencionais da classe Scorpene francês, incluindo uma cooperação tecnológica no projeto e construção do futuro submarino nuclear, no referente ao casco e a gestão de integração dos

sistemas. O reator nuclear já foi desenvolvido pelos projetistas e engenheiros brasileiros, sendo impensável a hipótese de transferência dessa tecnologia.

Voltando ao cenário da América do Sul a procedência do material militar aparenta estar estruturando em três associações ou parcerias estratégicas; os Estados Unidos com a Colômbia e o Chile, a Rússia com a Venezuela, que se adapta à visão bolivariana e a França que tende a ser a opção brasileira, até pelas experiências passadas recentes e os grandes interesses franceses no Brasil, inclusive envolvendo a Guiana Francesa.

Os Estados Unidos vêm diminuindo, há muito tempo, sua influência na segurança estratégica do hemisfério, na dimensão estratégica e logística tutelar do TIAR. Entretanto, alguma influência, como potência hegemônica sempre será exercida, quanto mais, em se tratando de temas entendidos como de relevância na segurança do hemisfério – como bem estabelecido na Doutrina Monroe.

3.3 Bases americanas na América do Sul

> "A urgência por controlar o mundo depois da queda do muro de Berlim e da implosão da União Soviética e a resistência gerada na América demonstraram a insuficiência do mercado para impor as novas disciplinas do poder e derivaram na militarização crescente das relações internacionais."[114] (CECEÑA, 2006, p.C593)

[114] O plano geral das posições militares responde a uma estratégia de envolvimento e penetração que pretende estabelecer uma dominação de espectro completo (Comando Conjunto dos Estados Unidos *Joint Vision* 2020). Por um lado, esse plano cria cercos ou zonas privilegiadas de acesso aos recursos naturais estratégicos e, por outro, busca intimidar, controlar, penetrar e desmobilizar, quando não diretamente destruir, qualquer signo de oposição a essas políticas de insurgência. (Ceceña, 2006)

Tendo como experiência o Plano Colômbia, os Estados Unidos vêm somando instalações de bases militares norte-americanas em alguns países do continente, fruto de uma estratégia política de segurança, de tolerância zero e antiterrorista.

O controle militar do grande território continental tem dois ojetivos: monopolizar essa área geográfica com tudo o que contém e empreender políticas contrainsurgentes que detenham capacidades organizativas à dominação dos povos latino-americanos.

Resultado do fracasso da política neoliberalista, a maioria dos movimentos sociais surgidos nas duas últimas décadas tem como referências, as lutas pelo território e seus recursos, pela autodeterminação e contra a ocupação pelas transnacionais, visando que os Estados Unidos fiquem impossibilitados de atingir uma posição estratégica de auto-suficiência e invulnerabilidade no continente.

O apoio dos EUA à Colômbia na guerra contra os narcotraficantes, com a instalações de bases militares no continente aumenta o sentimento antiamericano do bolivarianismo e de seus seguidores como a Bolívia e o Equador, gerando grande preocupação em países como o Brasil.

Na questão das bases aéreas, seria preferível que não existisse a presença norte-americana em problemas de segurança interna na América do Sul, mas há que compreendê-la sob a visão colombiana. Mesmo porque, os norte-americanos operam bases no Peru e no Paraguai e, possuem importante presença na tríplice fronteira.

Para a posição hegemônica dos Estados Unidos seria importante envolver uma relação segura com o continente, sendo o papel da América Latina, ao mesmo tempo sua maior prioridade e seu maior desafio.

A região, mais uma vez, no início do século XXI, encontra-se na encruzilhada para construção do seu próprio futuro, com liberdade.

> "O novo desdobramento de bases, soldados, equipamentos e forças de inteligência para América Latina é produto também de uma nova concepção estratégica sobre a região, contida na doutrina de segurança nacional do Estados Unidos, nas iniciativas relacionadas com a constituição da força de segurança hemisférica e, em sua concepção geral, da guerra de quarta geração ou guerra assimétrica." (CECEÑA, 2006, p.G593)

Em termos militares, os EUA são indiscutivelmente superiores a qualquer outro país e, controlam um amplo sistema de alianças, detendo a unipolaridade política mundial.

As bases disseminadas na América Central e do Sul são equipadas normalmente com estações de rastreio, pistas de pouso e decolagem e infra-estrutura de apoio, com efetivos variados de meios navais e ou tropas terrestre dotadas de alta mobilidade.

Na América do Sul [115] as bases estão localizadas na Colômbia, Peru, Paraguai, Suriname e Guiana Francesa. Com este desdobramento no continente, o Comando Sul, responsável pela operação das forças norte-americanas na América do Sul e Caribe, com foco na sua capacidade de inteligência, tem condições de operar e empregar tropas em qualquer ponto da América Latina em curto espaço de tempo, com poder de combate.

Os Estados Unidos montaram em território sul-americano e em ilhas próximas, nos dois últimos anos, um cordão sanitário de 20 guarnições militares, divididas entre bases aéreas e de radar.

---

[115] As bases localizadas na Bolívia e no Equador tiveram seus acordos terminados e foram desativadas.

Ao custo estimado de USD 337 milhões, as bases militares norte-americanas abrigam ao todo 1,5 mil soldados, a título de combater o narcotráfico e a guerrilha. Das transparentes praias do Caribe ao mormacento Chaco Paraguaio, a presença dos ianques é visível.

Aviões espiões e caças espalhados pela Amazônia, pelos Andes e pelas Antilhas embasam a nova estratégia. Uma iniciativa com cheiro de Vietnã, na opinião dos críticos.

Há, ainda, uma rede de dezessete radares. Destes, três ficam no Peru, quatro na Colômbia e o restante são transportáveis e podem ser instalados em locais estratégicos, como informa o *Center of International Policy for Desmilitarization*, uma ONG antimilitarista.

3.4 Organizações não governamentais – ONGs

> "A estratégia de transferir os serviços sociais para um setor que não seja nem estatal nem do mercado – denominado Terceiro Setor – está inscrita no marco dos programas de alívio da pobreza e da focalização das ações sociais na América Latina." (SOARES, 2006, p. T115).

Assim como não foi possivel construir, na América Latina, Estados de bem estar social, mercado livre e competitivo sem o beneplácito estatal, o terceiro setor também assume contornos muito pouco definidos, sendo o seu principal atributo ser não governamental.

Nas duas últimas décadas, seguindo uma política neoliberalista, com o desmonte estatal e dos aparatos sociais, proliferaram esses tipos de instituição, as chamadas Organizações Não Governamentais – ONGs.

Heterogêneas do ponto de vista das suas origens, dos seus propósitos, do seu financiamento, das suas formas de organização e de seus participantes, mas apesar de não governamentais a totalidade delas são financiadas com recursos públicos do governo brasileiro e ou por governos e organizações estrangeiras.

Para se ter uma idéia destes recursos, no ano de 2003, o governo brasileiro destinou quase R$1,3 bilhão para entidades privadas sem fins lucrativos, as ONGs, em transferência direta e sem licitação.

Boa parte das ONGs assumiu um papel substitutivo ao Estado na prestação de serviços sociais. A Reforma do Estado no Brasil, no governo Fernando Henrique Cardoso, meados de 1990, propunha o Estado ficar com os serviços essenciais, transferindo aqueles que pudessem assumir caráter mais competitivo e eficiente para o terceiro setor, as ONGs.

Esta estratégia continua sendo apoiada pelo Banco Mundial, cuja tese central e a ineficiência ou incapacidade do Estado em assumir suas tarefas, qualquer coisa não governamental seria por definição melhor, sobretudo com base em cálculos de rendimento custo /benefício.

A estratégia de transferência para as ONGs gerou uma gigantesca terceirização, precarizando as relações de trabalho e desmontando toda e qualquer possibilidade de criar quadros estáveis e capacitados no setor público.

Quando o Estado é omisso ou ausente, e quanto mais carente é a comunidade, as ONGs assumem responsabilidades que não deveriam ser delas.

> "Citando Immanuel Walleerstein, há um retorno ao sistema pré-moderno, de acordo com o qual devemos, no âmbito privado, providenciar nossa própria segurança e bem-estar. Uma vez que é difícil assumir todas as tarefas que isto implica, submetemo-nos a grupos contruídos de diversas maneiras e com diversos rótulos, e esses grupos

> representam algo bem diferente de nações construídas nos dois últimos séculos. Seus membros não são cidadãos, porque suas fronteiras não são definidas juridicamente, mas miticamente, e podem servir não para incluir, mas para rejeitar." (SOARES,2006, p. T1154)

Atuando como instrumento de grupos econômicos mundiais com apelo e influência junto a comunidade internacional, as ONGs caracterizam-se pelo descompromisso com as regras sistematizadas pela sociedade e constituem um fenômeno de proporções consideráveis[116].

Os trabalhos da Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento representam a mais avançada reorganização da ordem de poder mundial conciliada entre as elites político-financeiras. Encontrou-se na proteção do meio ambiente um oportuno pretexto para a imposição de um sistema de soberanias limitadas, fundamental para o controle dos recursos naturais do planeta.

Estima-se que existam, aproximadamente, no entorno de 4.400 dessas entidades com atuação na América Latina e no Caribe. A quantidade de estrangeiros na Amazônia é fato importante a ser mencionado, cerca de 10 mil estrangeiros, dos quais 10% de forma clandestina.

A CIA (*Central Intelligent Agency*) está na região Amazônica desde 1996. Desde então, já era clara a presença declarada da CIA na Amazônia, onde as ONGs e tantas outras instituições com rótulos de científicas, culturais e defensoras do meio ambiente atuam de mil e uma maneiras.

Com certeza, grupos suspeitos, cada vez maiores, de várias dessas nações, já se estabeleceram, se movimentam e realizam ações escusas no território amazônico.

---

[116] Ver Cambeses, 2005.

As ONGs e outras instituições, na maioria religiosas, científicas e culturais, levam as nossas riquezas. Elas totalizam mais de seiscentas (600) organizações, devidamente levantadas pelo Exército. A maioria, originária de outros países, atuando junto à rarefeita população branca e indígena, transferindo sem nenhum controle nossas riquezas [117].

Na atualidade, nada controla as ONGs. Nem o IBAMA controla aquelas de inspiração ecológica, nem a FUNAI as de inspiração antropológica, nem o Ministério do Meio Ambiente, nem o Ministério de Ciência e Tecnologia, nem a Polícia Federal, rigorosamente, nenhum órgão estatal brasileiro as controla efetivamente.

É inaceitável que não haja controle de suas ações, o que estão trazendo para dentro do país, como trazem e principalmente o que levam do Brasil para fora? Uma afirmação desta, tão clara e assustadora, ainda não foi suficiente para que a regulação e a fiscalização das ONGs acontecessem até hoje.

"Desta forma elas gozam de um grau de liberdade perigoso e inaceitável, colocando em risco, a todo instante, a segurança e a soberania do Estado brasileiro naquela região." (FREIRE, 2004, p.92)

Atuam com desenvoltura na mídia com repercussão favorável junto ao grande público onde suas postulações são aceitas com pouco ou quase nenhum questionamento.

Isto se deve ao fato que efetivamente completam lacunas assistenciais deixadas pelo Estado.

E, também, por uma imagem associativa que se formou no consciente da população de que por serem organizações não governamentais, não pertencem ao nosso governo, não pertencem a nenhum governo, e, portanto seriam como cada

[117] Ver Vieira, 2004.

um deles, grupos de cidadãos, querendo fazer o correto acima dos interesses questionáveis e individuais dos políticos.

Entretanto, as ONGs estão sim, ligadas a vários governos, trabalhando por seus interesses e desses recebendo recursos financeiros para seu custeio e para o desenvolvimento de projetos que nem sempre têm interesses políticos ou econômicos tão nobres quanto os declarados, e por isso, sempre mascaradas de ações de cunho humanístico.

Os recursos financeiros recebidos, não só aqueles chegados do exterior, mas também os de dentro do país, não sofrem qualquer controle do estado, como já foi dito anteriormente, mas que deve ser reforçado.

O orçamento nacional de R$1,3 bilhão, repassado de forma irregular, a este chamado terceiro setor, levou o governo a se preocupar em montar um grupo de trabalho que crie mecanismos mais transparentes a essas relações.

Torna-se a repetir, o Poder público, seja federal, seja estadual, terá sempre muitas limitações para conduzir atividades socioeconômicas, e não há como integrar a Amazônia sem conduzir atividades socioeconômicas.

O que desejam os 7G (sete grandes) e as ONGs é que a Amazônia seja preservada e permaneça como patrimônio da humanidade. Essa expressão chamada patrimônio da humanidade está se consolidando a nível internacional, como cobiça e tendência à intervenção.

Como portas vozes de interesses externos postulam pela preservação da região Amazônica em defesa da incomparável biodiversidade e do maior banco genético do planeta. Constituem-se no grande obstáculo à atuação do Estado na implantação de projetos de desenvolvimento, para a região amazônica seja inserida no cenário econômico nacional.

Visando seus interesses potencializam os conflitos fundiários agindo junto à população indígena ou carente. As suas principais bandeiras são o combate a violência e a corrupção, defesa das minorias étnicas, críticas à atuação governamental, pressão para demarcar terras indígenas e as áreas de proteção ambiental, a defesa da autodeterminação dos índios e a sua não integração à sociedade brasileira, o direito exclusivo à exploração do subsolo das terras indígenas e a intocabilidade da floresta[118].

As ONGs são a representação moderna do inconsciente coletivo conquistador das nações europeias, verdadeiros instrumentos do poder econômico mundial, que com estratégias e métodos preestabelecidos imobilizam as ações do Estado e engessam a capacidade de decisão dos seus governantes, impossibilitando o desenvolvimento sustentado da nação, nos seus mais diversos segmentos, desde os mais primários até os de emprego de alta tecnologia.

Constituem uma ameaça instrumentada, sob a bandeira da ajuda, sendo estruturadas pela aplicação do neoliberalismo para substituírem os órgãos do Estado, influenciando minorias étnicas como novos atores sociais a criarem movimentos sociais e organismos com objetivos que não atendem aos interesses nacionais, comprometendo e fragilizando a soberania nacional na região amazônica e, em outras regiões.

[118] Ver Villasboas, 2004.

CAPÍTULO 4 – A CAPACIDADE DE DISSUASÃO – O PODER AEROESPACIAL

4.1 Estratégia

"A guerra governada pelo princípio – violência, meio da própria guerra propicia a destruição completa, um fim, fixado pela política." (Clausewitz, 1780 – 1831)

A violência é ilimitada. A guerra absoluta – ideal não existe se aproxima, é uma guerra na idéia, sendo que os fatores que influenciam a guerra são a cultura, economia, política e as normas.

A melhor guerra possível é a mais amena. Na história, a política é o fator que mais ameniza a guerra, todas as guerras reais são e foram limitadas. (Clausewitz apud Aron,1986)

Os intérpretes da estratégia nas guerras napoleônicas foram o Barão Antoine – Henri Jomini (1779 – 1869) e o General Prussiano Carl Von Clausewitz (1780 – 1831), onde a grande vantagem de Napoleão era o comprometimento do povo francês com a guerra, um Exército Nacional, já preconizado por Maquiavel em *Del Arte de la Guerra*, sob a influência de Vegetius, sec IV.

Jomini um dos mais influentes estrategistas dos tempos modernos tem a sua teoria estratégica baseada na parte operacional da guerra. A estratégia jominiana tratava da operacionalização da eficácia militar, como a aplicação de regras e princípios de condução da guerra, o ataque em massa e a iniciativa das ações – epítome da tradição estratégica nacionalista.

A revolução industrial atinge a guerra e com a evolução tecnológica dos meios empregados na guerra as teorias de Jomini foram perdendo a sua aplicação.

Entretanto, Clausewitz tinha outra abordagem, a busca da eminência da guerra.

Clausewitz via a guerra como meio e fim político, incorporava a presença da política dentro da guerra, estudando a guerra como um todo – tratado filosófico sobre a guerra, Da Guerra.

Para Clausewitz o desígnio político influencia em todas as decisões da guerra, sendo a guerra a aplicação da violência pela política.

Sua obra começou a ser publicada por sua mulher, a partir de 1870, quando então, Clausewitz passa a ser lido e divulgado, a partir de meados do século XX até os dias de hoje, tornando-se um dos grandes *best-sellers*. Suas teorias estratégicas

se mantém atualizadas até os dias de hoje, sendo amplamente identificadas com o desenvolvimento tecnológico e os novos conceitos de guerra moderna[119].

Na teoria Clausewitziana, a guerra existe como instrumento para algo – a política, a representação do seu pensamento estratégico passou a ser conhecido como a tríade de Clausewitz:

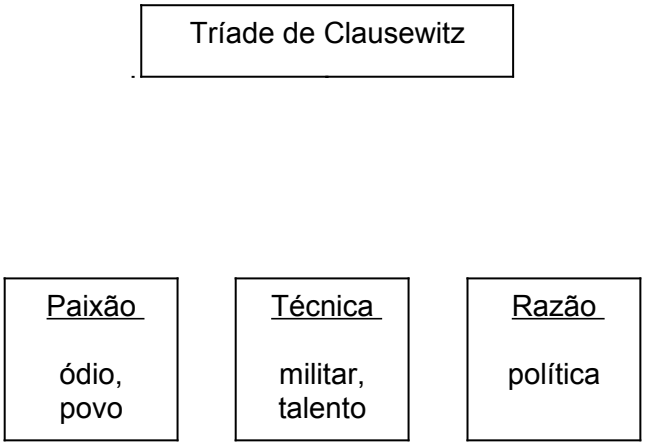


Figura 4. Tríade de Clausewitz (Fonte: Camillo,2010).

Alfred Thayer Mahan, oficial naval americano foi um teórico da estratégia da guerra naval, tal qual *Jomini* foi para a guerra terrestre.

Ele definiu e propôs princípios básicos como base de métodos operacionais a serem empregados, pelo que se chamou de poder naval, seguindo certas teorias e princípios.

Estas teorias tinham como premissas que a estratégia marítima não deveria levar em consideração o inimigo terrestre. Que uma potência marítima deveria controlar o mar para controlar o comércio marítimo e, esta mesma potência marítima não precisaria ter um grande exército, mas deveria impedir o surgimento de outra

[119] Ver Camillo, 2010.

potência igual a ela, mesmo que tivesse de financiar exércitos para criar conflitos ou gerar inseguranças que viessem fragilizar a formação destas possíveis potências.

Mahan não aceitava que a Marinha cumprisse atividades periféricas, acreditava que a Marinha para ganhar a guerra deveria atacar a frota inimiga e manter seus aliados em terra. A vitória naval é uma tarefa de longo prazo.

Após o ataque a *Pearl Harbor*, esta estratégia não funcionou contra os japoneses na Segunda Grande Guerra, durante a Campanha do Pacífico, quando foi colocada em prática pelos Estados Unidos.

Esta estratégia, foi empregada, mesmo condenada por *Servesky*, que, em 1942, queria utilizar o poder aéreo com o emprego de bombardeiros estratégicos sobre o Japão.

Após o insucesso da Campanha do Pacífico, devido as grandes perdas e a sua demora em destruir o inimigo, a guerra foi vencida com a utilização da teoria *Douhetiana* do poder aéreo, empregando bombardeiros estratégicos sobre o Japão, como preconizava o, então, Major *Servesky*.

O General Italiano *Giulio Douhet*, sobressaiu-se entre seus pares estrategistas e teóricos da guerra aérea do final do século XIX, com sua teoria sobre o emprego do poder aéreo.

Douhet defendia que a chave da vitória seria o domínio do ar, com o emprego de bombardeiros estratégicos sobre o inimigo, quer no campo de batalha quer nas suas cidades sobre a sua população como capacidade de dissuasão.

A teoria *Douhetiana* é aplicada nos nossos dias na capacidade de dissuasão de um submarino nuclear de lançar ogivas nucleares, um meio naval como instrumento do poder aéreo.

Outro teórico do poder aéreo, seguidor das idéias de *Douhet*, foi Gen Britânico *Sir Hugh Trenchard*, primeiro comandante da *Royal Air Force*.

Entretanto, a Inglaterra, em 1930, antes da WW II, preocupada mais com a ameaça da França, inimigo antigo, do que com a Alemanha, preferiu optar pela criação de um Comando de Caça, inclusive por motivo de custos, pois um caça é muito mais barato do que um avião de bombardeio.

Esta decisão inovadora valeu-lhe a sobrevivência, possibilitando a sua defesa em face da tentativa de invasão nazista da ilha, durante a WW II.

O Brig Gen Americano William Mitchell, defendia e discutia ser mais favorável ao emprego tático do poder aéreo, sendo que *Fuller* (1895 – 1966) e *Lidell Hart* (1895 – 1970) advogavam a guerra de movimento – *Blitzkrieg*, tendo como exemplo, a vitória alemã sobre a França em seis semanas – epítome da nova estratégia.

A partir de 1942, apareceu outro teórico do poder aéreo, um Capitão soviético, naturalizado americano, chamado *Seversky* que defendia o emprego do poder aéreo com a utilização de bombardeiros estratégicos contra o Japão – a vitória pelo Poder Aéreo, seguindo os passos da teoria *Douhetiana*.

O advento do emprego bélico do avião, com o nascimento do poder aéreo independente colocou em segundo plano o emprego do poder terrestre e do poder naval, que passaram a ser dependentes do poder aéreo – a superioridade aérea pelo domínio do ar, aliada a capacidade de dissuasão, teoria *Douhetiana* do poder aéreo.

4.2 Teoria do Poder Aéreo

O problema central da teoria militar no século XX foi o entendimento do impacto do avião na guerra e o emprego da aviação como arma de guerra.

> "Até onde é possível prever-se, não há, absolutamente, qualquer limitação ao emprego independente do poder aéreo em uma guerra futura. E pode até não estar longe o dia em que as operações aéreas, com a devastação dos campos do inimigo e a destruição em vasta escala dos centros populacionais e industriais, poderão tornar-se as principais operações de guerra em relação às quais as formas tradicionais de operações militares e navais poderão tornar-se secundárias e subordinadas." (MEMORANDO 1917 - CRIAÇÃO DA RAF – *ROYAL AIR FORCE*)

Na primeira guerra mundial – WW I as missões de apoio aéreo aproximado, transporte, reconhecimento, interdição, ajustes de artilharia, guerra antissubmarina, proteção de comboios, busca e resgate e ataques marítimos eram cumpridas pela aviação como contribuições vitais para a existência das estratégias terrestres e marítimas[120].

A primeira geração de pensadores do poder aéreo foi composta por *Douhet, Mitchel, Trenchard,* que seriam os teóricos ligados ao emprego do bombardeio estratégico, onde eles partilhavam as idéias no que era mais essencial, mas com linhas de pensamento diferentes.

Tinham a certeza de que o poder aéreo havia alterado definitivamente a forma como as forças militares seriam usadas a partir de então. E, de que o poder aéreo poderia ser usado de forma independente, podendo alcançar profundidade no território inimigo e ser decisivo para o resultado da guerra, acelerando o seu resultado e final.

Em 1927, *Douhet* faz uma retratação do que seria uma Aviação Auxiliar em atendimento às forças de superfície terrestre e naval, discutida em 1921 e, propõe uma Força Aérea independente, com uma armada aérea que pudesse vencer por si

[120] Ver Rocha, 2010.

só qualquer guerra, antes mesmo, que o Exército e a Marinha tivessem tempo de ser engajados.

> "Conquistar o domínio do ar significa vencer, e ser derrotado no ar significa ser vencido e obrigado a aceitar qualquer condição que o inimigo queira nos impor. O domínio do ar somente pode ser conquistado por uma Força Aérea adequada. Dominar o ar significa encontrar-se em condições de impedir o vôo do inimigo, conservando esta faculdade para nós mesmos. A Defesa Nacional não pode ser assegurada a não ser por uma Força Aérea apta, em caso de guerra, para conquistar o domínio do ar." (DOUHET, 1869 – 1930)

O Domínio do Ar é o fator determinante da vitória, sendo a premissa básica dos argumentos *Douhetianos*.

Desse axioma, chega-se imediatamente ao primeiro corolário; com o objetivo de assegurar uma adequada defesa nacional, é necessário e suficiente estar em condições no caso de guerra de conquistar o domínio do ar.

Então, chega-se ao segundo corolário; a nação para assegurar sua própria defesa deveria ter como objetivo procurar aqueles meios, que no caso de guerra, sejam os mais efetivos para a conquista do domínio do ar.

Qualquer afastamento desses princípios é um erro, pois o objetivo de domínio do ar exige que o inimigo seja impedido de usar todos os seus meios aéreos, seja abatendo-os em voo, sobre suas bases operacionais ou nos centros de produção, enfim, aonde forem encontrados.

Esta ação de destruição da aviação inimiga pode ser cumprida somente com os meios aéreos, por meio de operações aéreas, excluindo completamente as operações terrestres e navais deste contexto inicial da guerra[121].

[121] Ver Moran, 2010.

Sir Hugh Trenchard, Comandante da Royal Air Force, seguidor da teoria Douhetiana, postulava que o alvo principal deveria ser o moral da população civil, logo, como primeiro passo, a aviação de bombardeiros atacaria as cidades inimigas, precipitando o final da guerra. Na WW II, ele acreditava que os aliados poderiam atacar o centro da Alemanha (indústria, infra – estrutura, etc.), o que foi realizado somente no final da guerra.

Seversky, em 1950, no *Air Power – key to survival* [122] faz uma análise do emprego do poder aéreo na WW II, contestando a estratégia utilizada, durante a guerra, com utilização de bombardeio para abater o moral da população.

> "A destruição do moral inimigo a partir do ar deve ser conseguida por meio de bombardeios de precisão; é um erro supor que isso pode ser alcançado simplesmente pelo genocídio indiscriminado. O moral não pode ser enfraquecido atacando-se diretamente a população, mas privando-a dos meios necessários a sua defesa." (SEVERSKY, 1950)

William "Billy" Mitchell, Diretor da Aviação Militar americana em 1919, defendia que a aviação poderia mudar a sua postura defensiva, pois era uma força ofensiva igual ao Exército e a Marinha. Ele sofria forte oposição do Exército e da Marinha americanas, devido sua idéia sobre o poder aéreo independente, pois os USA não gostariam de tomar parte em uma ação que pudesse ser vista como ofensiva na sua essência.

Pode-se concluir das duas guerras mundiais existentes no século XX, que o emprego do poder aéreo, na WW I, foi periférico, utilizado como arma auxiliar, mas efetivo e decisivo na sua contribuição para os resultados militares na segunda guerra mundial – WW II, tornando-se, então, indispensável em qualquer conflito armado.

[122] Ver Poder Aéreo – Chave para a sobrevivência.

> "Para o bem ou para o mal o poder aéreo é hoje a suprema expressão do poder militar. E frotas e exércitos, tão necessários e importantes, terão que aceitar a subordinação. Este é o memorável desafio na marcha do homem". (CHURCHIL, 1945)

O poder aéreo, no Século 20 – com suas guerras e conflitos tornou-se com o emprego da força aérea um fator de assimetria, devido aos seus atributos e capacidades de conquista e manutenção da superioridade aérea, de apoio a campanha das forças terrestre e naval e, sua aplicação estratégica com sua específica capacidade de dissuasão

O poder aéreo tornou-se essencial ao poder militar de qualquer Estado pelas características e capacidades do emprego da força aérea como: alta velocidade, longo alcance, rápida resposta, alto nível de tecnologia, precisão nos ataques e o choque causado ao ultrapassar as limitações geográficas e operar além fronteiras.

A teoria Douhetiana se mantém viva, até os dias de hoje, na tríade estratégica (TRIAD), combinação dos *submarine-launched ballistic missiles – SLBM*, *intercontinental ballistic missiles – ICBM* e bombardeiros estratégicos com bombas nucleares, utilizados principalmente pelos Estados Unidos e a Rússia.

4.3 Poder aeroespacial na atualidade – valor de uma força aérea[123]

> "Os países que forem apanhados despreparados para a guerra perceberão, quando esta eclodir, que não só será demasiado tarde para se prepararem, mas que nem sequer poderão captar o seu sentido". (DOUHET, 1930)

[123] "Poder Aeroespacial é, (...) integração dos recursos que a nação dispõe para a utilização do espaço aéreo e do espaço exterior (...), sendo constituído pela Força Aérea brasileira, aviação civil, infra-estrutura aeroespacial, indústria aeroespacial, complexo científico-tecnológico aeroespacial, recursos humanos especializados." (DCA 1-1, 2005)

O TB Murillo Santos, estudioso sobre o poder aéreo brasileiro foi muito claro, na sua obra, ao afirmar:

> "Duas assertivas tem historicamente inspirado todas as atividades da Aeronáutica, em especial da Força Aérea, seu braço armado: o conceito até então rígido e pouco resistente à argumentação de Poder Aéreo Uno e Indivisível e a prioridade concedida à Superioridade Aérea, ambos baseados em uma concepção idealizada de controle do espaço aéreo com propósitos definidos. (...) hoje, está transparente para todos que o Poder Aeroespacial Brasileiro, constituído pela Força Aérea Brasileira, Aviação Civil, Infra-estrutura Aeroespacial, Indústria Aeroespacial e pelo Complexo Científico-Tecnológico, é **uno** em concepção, porém não é indivisível e sim **articulado** na execução". (SANTOS, 1989, pg.34)

O desenvolvimento do Poder Aeroespacial foi devido à grande evolução tecnológica havida no século XX e na primeira década do XXI. Impulsionado especialmente pela WW II deu-se o fortalecimento do Poder Aéreo e, em paralelo a evolução da aviação civil em tecnologia e mercado.

A incorporação de inovações tecnologias em aeronaves militares, o desenvolvimento de novos sistemas de armas, devido às pesquisas científicas ligadas à ciência, tecnologia e inovação.

Complementada na atualidade com a introdução do satélite no emprego do poder aéreo, a chamada guerra de informação – IW ou guerra cibernética.

A guerra da informação – IW incorporou uma revolução no gerenciamento e na manipulação da informação, além das inovações relacionadas à forma como ela é organizada, tendo em vista a natureza dos conflitos militares, os tipos das

estruturas militares empregadas, a doutrina de emprego das FFAA e as estratégias – Infowar, Cyberwar, Netwar[124].

O valor do Poder Aéreo na atualidade é questionado em forma de pressão sobre governos, pois nos países democráticos a sociedade civil, normalmente, não é engajada nos problemas estratégicos do Estado tanto no referente a sua defesa interna seja na sua segurança no âmbito internacional.

A sociedade é levada a ter normalmente uma visão miópitica de inutilidade da guerra como instrumento para a conquista de objetivos políticos estratégicos.

As ONGs ativistas /pacifistas, defensoras do meio ambiente e dos direitos humanos formam um segmento de pressão, tendo papel importante no convencimento da sociedade civil brasileira.

Atualmente, a guerra total ou nuclear é uma opção inviável, pois na lógica do capital o ideal é não entrar em guerra, mas sim, e somente preparar-se para ela, sendo o principal motivo o aumento do arsenal militar nuclear, a partir dos anos 1950.

As Forças Armadas – FFAA eram formadas para fazer a guerra, mas, após o emprego do arsenal nuclear seu objetivo é dissuadir a guerra, onde o seu instrumento único passa a ser o poder aeroespacial, utilizando-se, caso tenha capacidade tecnológica, da dissuasão nuclear.

Na tríade de Clausewitz, a estratégia da capacidade de dissuasão considera a razão como o fator mais importante.

As limitações impostas pela possibilidade de utilização de armamento de destruição de massa – ADM /WMD provoca o surgimento de outra forma de conflito e conquista a Guerra Irregular.

---

[124] Ver Rocha (2010).

A única opção dos Estados para atingirem seus objetivos políticos seria uma guerra convencional limitada, onde o poder aéreo é um instrumento militar valioso para alcance desses objetivos políticos.

Entretanto, esses mesmos objetivos políticos poderiam ser alcançados por meio da estratégia baseada na capacidade de dissuasão, onde o poder aeroespacial continua sendo o seu mais importante instrumento.

Ao analisar a evolução do conceito e da percepção do valor do Poder Aéreo, devido a sua característica única de alcance estratégico e efetividade nos resultados sobre ataques a objetivos estratégicos, pode-se concluir que seja o instrumento ideal para fins de dissuasão.

A estratégia baseada na capacidade de dissuasão do poder aeroespacial é a mais adequada, tendo em vista o fato da pressão existente sobre os governos em minimizar danos civis, a qualquer custo.

4.4 Dissuasão

> "Nenhuma ameaça de dissuasão é tão grave que possa assegurar o sucesso da dissuasão: mesmo a dissuasão nuclear pode falhar ou ser irrelevante num momento de crise." (PAYNE & WALTON, 2010)

Alguns teóricos como Herman Khan e Henry Kissinger, embora este último, mais tarde, tenha voltado atrás nesta posição, teorizaram na década de 60 que o uso limitado de armas nucleares criaria uma possível dissuasão nuclear intra-guerras.

O conceito de *TRIAD*, combinação de *SLBMs (submarine launched ballistic missiles)*, *ICBMs (intercontinental ballistic missiles)* e bombardeiros estratégicos de

longa distância com *cruise missiles, dotados com ogiva convencional ou de WMD (weapons mass destruction)* foi implementada primeiramente pelos Estados Unidos porque a colocação de armas nucleares em diversos veículos de lançamento aumentaria as opções militares e tornaria mais difícil para um oponente ter sucesso em desarmar um primeiro ataque.

O mecanismo básico de dissuasão é uma ameaça expressa de custos que compensam os benefícios potenciais de uma ação indesejada de um oponente, levando o oponente a decidir contra a tomada desta ação. A dissuasão pode ser baseada sobre uma ameaça de punição ou de negação, ou a combinação de ambas. A ameaça de dissuasão pode ser ampla ou específica.

Alvos de contra valor, tipicamente associados com ameaças punitivas de dissuasão, são objetivos considerados de alto valor pelo oponente, mas não diretamente relacionados pala suas capacidades militares, por exemplo, a população civil.

Alvos de contra força são aqueles necessários para a condução das operações militares, que podem ser considerados, também, de alto valor pelo oponente, por exemplo, as suas capacidades militares.

Líderes podem valorizar diferentemente tipos de objetivos e, por este motivo podem responder diferentemente para cada ameaça de dissuasão.

São três as categorias de dissuasão nuclear classificadas por Herman Khan, em seu livro *On Thermonuclear War – a* Sobre a Guerra Nuclear[125].

[125] "Tipo 1 – dissuasão do ataque direto sobre a nação. Tipo 2 – usando ameaças estratégicas para deter um inimigo do engajamento com atos muito provocativos diferentes do ataque direto. Tipo 3 – dissuasão gradual com menos provocações. Isto se refere aos atos que são desencorajados, porque o potencial agressor está com medo de que o defensor ou outros, em seguida, tomem ações limitadas, militares ou não militares, que fará a agressão sem finalidade." (KHAN, 1960, p.126 apud PAYNE & WALTON, 2010)

A credibilidade é a chave do sucesso da dissuasão, bem como a estabilidade estratégica tem sido definida como uma condição em que ambos os lados possuem capacidade de sobrevivência nuclear sobre a ameaça e assegurada a destruição, com o ataque retaliatório.

Esta condição supostamente resulta em uma estável e assegurada dissuasão mútua (*MAD – mutuallly assured destruction)*, sendo que a iniciativa de defesa de mísseis, parte do *SDI – estrategic defense initiative (iniciativa de defesa estratégica)* tem sido perseguida pelos Estados Unidos como uma potencial resposta para alguns dos problemas do MAD.

Alguns dos seus críticos observam que as relações internacionais nem sempre são conduzidas de forma previsível e razoável, e qualquer falha numa simples dissuasão baseada na vulnerabilidade da assegurada destruição mútua pode ser catastrófica.

A dissuasão pode falhar, pois é um processo psicológico. Mesmo com escrupulosos esforços para estabelecer um balanço militar estável, que pode se tornar irrelevante para prevenir um ataque em certas circunstâncias, a dissuasão é vista com ceticismo, pois existe o elemento humano envolvido na dissuasão. Um líder deve aceitar ser dissuadido, pois a dissuasão envolve todos os elementos imponderáveis da vontade política e da decisão de tomá-la.

Mesmo com todo um conjunto de condições políticas e psicológicas necessárias, o processo de tomada de decisão deve predominar sobre todos os aspectos, se a dissuasão é para funcionar, como previsto. Então, é fácil compreender porque a dissuasão é um processo muito mais complicado [126].

[126] "O sucesso da dissuasão requer que um sendo dissuadido acredite que o custo da ação pode compensar os ganhos plausíveis. Racionalidade numa tomada de decisão requer vínculo das metas desejadas com as decisões acerca de como atingir tais objetivos. Comportamento racional, no entanto, pode ser julgado irracional por um observador. O pressuposto que o oponente será racional, moderado, e então, previsivelmente dissuadido, pode ser altamente enganador, porque pode haver uma enorme variação em como diferentes líderes nacionais definem comportamento moderado,

Washington – EUA, durante a Guerra Fria mantinha uma idéia assumida sobre um oponente previsível, a Rússia.

Recentemente, por cortesia, foram abertos os arquivos do Kremlin, durante a Guerra Fria e, dentro do ponto de vista da ideologia *Marxista-Lenilista* e da experiência soviética na Segunda Guerra Mundial, tornou-se claro que os líderes soviéticos nunca aceitaram a definição de estabilidade dissuasória.

De fato, os estudos realizados sobre os arquivos soviéticos demonstraram que as tomadas de decisão soviéticas parecem ter sido moldadas mais pela visão ideológica do que pelo racional, pragmatismo, realpolitk[127].

> "A noção de vencer a guerra nuclear foi ideologicamente e psicologicamente focada em ambos os pensamentos dos líderes político-militares soviéticos e, que teoria de dissuasão e os conceitos de estabilidade dos Estados Unidos (Western) nunca fizeram parte do pensamento soviético nestes círculos." (ODOM, 1998, p.71 e 436 apud PAYNE & WALTON, 2010)[128]

O problema de deflagração da guerra leva em consideração a importância da individualidade na tomada de decisão, as crenças, metas, valores pessoais, incluindo ainda, as crenças espirituais dos líderes, sua percepção deles próprios e de seus oponentes enfim, sua personalidade.

Menor importância é dada a pressão proveniente de forças abstratas, como nacionalismo, militarismo ou sistemas de alianças, que tradicionalmente são vistas como causas de guerras.

Entretanto, fatores econômicos devem ser levados em consideração, pois podem precipitar as guerras.

---

razoável." (PAYNE & WALTON, 2010)

[127] Ver Gould-Davies, Wohlforth & Pry, 1999.

[128] William Odom, considerado um dos mais famosos *experts* em União Soviética no pós-Guerra Fria (*post-Cold War)*.

Conclusão, é a personalidade dos líderes, que tem sido frequentemente decisiva e, significantes têm sido suas crenças e percepções ideológicas. A tomada de decisão pode ser afetada de maneira imprevisível por crenças, metas e valores pessoais, ultrapassando imperativos que conduzem a consciência do alto risco e provocação e, pela distorção cognitiva resultante das circunstâncias psicologicamente estressantes ou do uso de drogas.

Um líder pode ser racional, mas ultrapassa imperativos nacionais ou pessoais, podendo levá-lo a assumir altos riscos, de maneira que seja definido como irracional por observadores.

Nos dias atuais, o mundo no *post-Cold War*, com as ameaças existentes baseadas na Coréia do Norte, no Iran e, na possibilidade de utilização das *WMD – weapons mass destruction*, os Estados Unidos e seus aliados estão prevendo que a dissuasão nuclear poderá em breve experimentar dificuldades ou impossibilidades para se manter.

No atual momento estratégico é provável até que venham ameaçar Washington com uma escalada de WMD, caso os Estados Unidos venham intervir na região.

Em tal contexto de vontades, os Estados Unidos podem ter grandes desvantagens em termos de custos /benefícios e os riscos envolvidos. Os líderes da Coréia do Norte e do Iran não são mais nem menos racionais que eram seus colegas soviéticos, mas existe uma grande diferença na familiaridade do trato com os problemas da região, demonstrada pelos oficiais americanos e seus aliados.

Esta perda de familiaridade limitaria sua capacidade de se antecipar a desafios dos velhos cálculos de custo /benefícios e, assim, estabelecer políticas de dissuasão que sejam confiáveis. Sendo agravante o fato de que a maioria dos

oficiais aliados continua inteiramente nos anos 1990, mantendo sua confiança na dissuasão.

Compromissos com a dissuasão podem ser enganadores no ambiente *post-Cold War*. Nenhuma ameaça de dissuasão é tão severa que possa assegurar sucesso, mesmo a dissuasão nuclear pode falhar ou ser irrelevante numa crise, dependendo da crise.

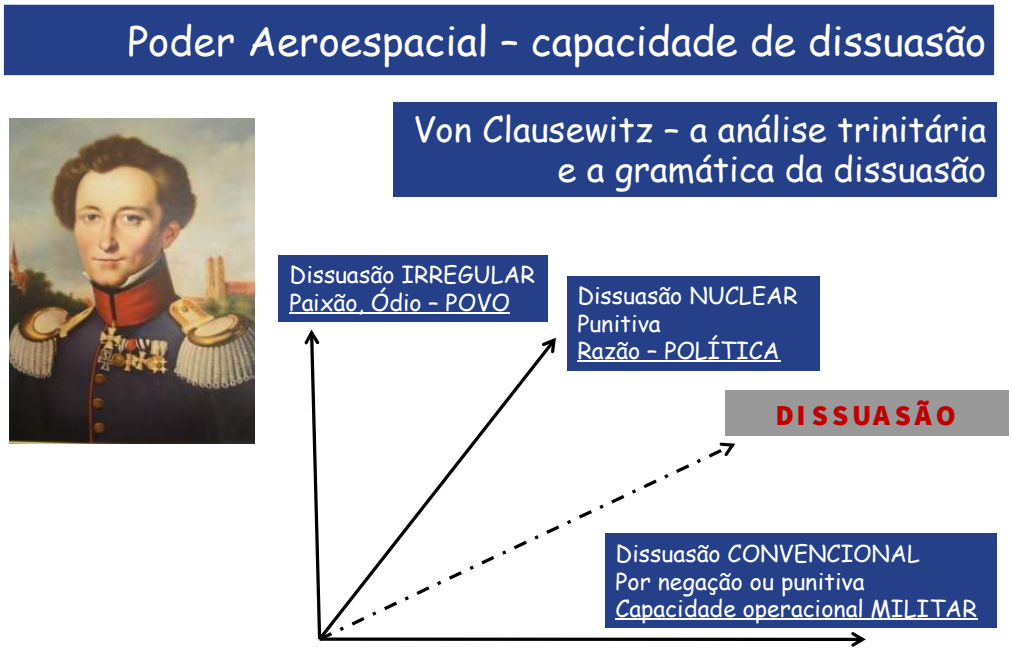
Desde os primórdios, as Forças Armadas – FFAA na sua evolução eram formadas para fazer a guerra, mas, no final da WW II, após o emprego da bomba atômica pelos Estados Unidos contra os japoneses, a formação do arsenal nuclear tem como objetivo evitar a guerra, por meio da capacidade de dissuasão nuclear com a utilização de armamento de destruição em massa – WMD / ADM.

Naturalmente, para as nações possuidoras de artefatos nucleares o fator mais importante na tríade de Clausewitz é a razão.

A capacidade de dissuasão nuclear com a utilização de ADM provoca o surgimento, então, de outro tipo de conquista e conflito, a guerra irregular, representada na tríade de Clausewitz pela paixão, além da manutenção da guerra convencional, gerando capacidades de dissuasão.

Atualmente, a gramática da dissuasão pode ser representada da seguinte maneira, baseada na sempre atual tríade do famoso teórico e estrategista militar do século XIX, Carl Von Clausewitz[129]:

[129] Ver Camillo, 2010.



A dissuasão convencional é representada pelo armamento e capacidade operacional da força – técnica. A dissuasão irregular, ligada a guerra irregular, aplicada pela primeira vez por Lawrence da Arábia, tendo como exemplo mais recente o conflito do Vietnam[130], é o despertar da paixão.

A dissuasão nuclear estratégica é punitiva, por mais materialidade que ela tenha, sendo que a dissuasão convencional pode ser por negação ou punitiva e, em ambas, é importante e capital não faltar credibilidade militar ao dissuasor.

A dissuasão convencional tem como objetivo convencer o inimigo que ele não vai conseguir o seu intento ou não vai valer a pena consegui-lo pelos danos que lhe serão impostos.

Quando acontece a utilização da arma nuclear a dissuasão falhou, pois a lógica da arma nuclear é sempre dissuasória.

[130] Foram 50.000 americanos mortos contra 2.000.000 de vietnamitas mortos. (Wagner Camilo, 2010)

A arma nuclear [131] é uma arma para evitar a guerra. Uma estratégia de dissuasão válida está baseada no fato de que ambos tenham capacidade de retaliação. A *Mutual Assurance Distruction* – MAD é uma estratégia de dissuasão nuclear válida, assim como a capacidade de empregar Armas de Destruição em Massa – ADM /WMD.

O poder aeroespacial como capacidade de dissuasão pode ser por negação ou punição, afetando o julgamento e o comportamento psicológico do oponente.

O poder militar resulta em dissuasão, que em termos políticos é a medida adotada por um país, ou por uma aliança, para impedir a ação hostil de outro país, sendo que do ponto de vista militar é o fortalecimento militar do poder aeroespacial para impedir o ataque de um possível agressor devido à intimidação ou retaliação.

> "A deterrência [132] geral procura desincentivar desafiadores, e centra-se na dimensão militar - é através da capacidade de defender interesses nacionais, e provocar danos inaceitáveis no inimigo (entrando aí o potencial destrutivo das armas nucleares, e a capacidade de "*second-strike*"), construindo e investindo em nova capacidade militar – a corrida armamentista. A deterrência imediata é mais de curto-prazo, e procura impedir um ataque ou desafio específico, utilizando forças já existentes." (ROCHA, 2010)

A capacidade de dissuasão do Poder Aeroespacial é função de alguns fatores inerentes à arma aérea como a sua evolução tecnológica e a efetividade nos resultados, utilizando um reduzido número de aeronaves [133], no caso de uma campanha aeroestratégica. Envolvendo consequentemente a redução de custos em

---

[131] Acordos nucleares controlam o número de ogivas, mísseis e anti-mísseis. A habilidade forense possibilita identificar se uma arma nuclear for usada de onde saiu, passando a ser o responsável.
[132] Deterrência tem o mesmo significado de dissuasão.
[133] Obter resultados de 568 missões de bombardeio estratégico, durante 1 ano pelos aliados durante a II WW, sendo que hoje – 04 aeronaves de caça (avançadas) – obtêm o mesmo resultado. (Rocha, 2010)

meios aéreos, armamento, equipamentos e logística de suporte às operações aéreas.

A efetividade nos resultados sem danos colaterais numa campanha aeroestratégica é uma das capacidades do emprego da força aérea, utilizando meios aéreos com possibilidade de atingir objetivos estratégicos com armamentos no estado-da-arte, devido ao seu alcance, o que a torna um instrumento ideal para fins de dissuasão.

As questões chaves de uma campanha aeroestratégica são a identificação dos centros de gravidade do inimigo e críticas priorização dos alvos e objetivos críticos.

A identificação, seleção e priorização de alvos estratégicos (centros de gravidade), fator de sucesso de qualquer campanha aérea, dependem de uma análise competente desses alvos e, para tanto a força deveria possuir uma capacidade de inteligência operacional efetiva.

Essas capacidades são fatores essenciais para existir uma estratégia baseada na capacidade de dissuasão do Poder Aeroespacial.

4.5 Capacidade de dissuasão – a Amazônia

Nesta primeira década do século XXI, a política exterior dos EUA se caracteriza por ser global e pautada pelo interesse nacional, prevendo de forma ostensiva alguma forma de intervenção seja preventiva ou invocando o direito de autodefesa, para os seguintes casos: isolar diplomática, militar e econômica e tecnologicamente os Estados não-confiáveis [134]; evitar a propagação de armas de

[134] Termo criado no governo Clinton para países hostis, pela ideologia, aos EUA. São governos não-democráticos que desenvolvem programas para adquirir ADM e vetores balísticos de grande alcance.

destruição em massa e de vetores para seu lançamento [135]; evitar o terrorismo e ou tráfico de drogas; preservar, defender e promover a democracia; defender seus interesses econômicos vitais; empreender apoio humanitário.

Um fato a ser acrescentado à relação acima, como mais um requisito, por exemplo, seria evitar devastações ambientais, uma hipótese válida, caso viesse a afetar o clima nos EUA.

> "Por todas essas razões, estou convencido de que a hipótese de intervenção na região amazônica deve ser considerada viável, enquanto não dispusermos de capacidade de dissuasão nuclear oferecida por submarinos nucleares e vetores aeroespaciais. Podem considerar exagero ou paranóia, mas é melhor superestimar uma ameaça do que deixar de fazê-lo, como ocorreu em 1864 [136]." (PEREIRA, 2009, p.295)

Na defesa da Amazônia, para responder a agressão de uma potência militar com capacidade superior deveria ser aplicado o conceito de guerra assimétrica. Diante de uma ameaça certamente indefinida, uma estratégia de dissuasão [137] poderia estar baseada no emprego do poder aeroespacial, aliado ao emprego das forças de ação rápida, devido a sua flexibilidade, mobilidade e poder de combate, desde que convenientemente localizadas. Esta então, poderia ser a capacidade de autodefesa, que a estatura estratégica e a maturidade política do Brasil estariam a exigir, como grande nação democrática[138].

O século atual indica que a capacidade em ciência e tecnologia estabelece a diferença entre países desenvolvidos e em desenvolvimento.

---

[135] A proposta de aluguel do Centro de Lançamento de Alcântara – CLA visaria esfriar a pesquisa nacional no setor.
[136] Campanha de 1864-70: a Guerra da Tríplice Aliança ou Guerra Grande – invasão do Mato Grosso, pelo Paraguai, em dezembro 1864.
[137] O Brasil, quando mostrar tecnologia que se concretize na construção de um submarino nuclear, terá logrado apreciável poder de dissuasão e conquistado o prestígio de nação desenvolvida nos campos militar e da ciência e tecnologia.
[138] Ver Pereira, 2009.

Cabe repetir que, no governo Collor, o Brasil abdicou de prosseguir com o programa nuclear brasileiro [139] para fins pacíficos, que envolvia entre outras metas o domínio da fissão do plutônio e a construção de novas usinas nucleares. E, aceitou retardar a fabricação dos reatores nucleares a urânio enriquecido para propulsão naval, bem como, postergar o laboratório de geração nucleoelétrica, desconsiderando que o pleno domínio do ciclo nuclear seria uma ambição legitima de tornar a nação brasileira uma nação soberana.

Atualmente, autoridades do governo, em termos de política externa, posicionam a diplomacia brasileira alinhada com uma solução negociada para o desenvolvimento de tecnologia nuclear pelo Irã, indo de encontro a posição dos países centrais, adeptos por uma solução coercitiva de embargo. Estas posições, certamente podem prejudicar futuras pretensões brasileiras quanto ao desenvolvimento de tecnologia nuclear, mesmo para fins pacíficos. Há uma agravante neste desenvolvimento, por se tratar de uma missão espacial completa programa nuclear completo, pois o Brasil desenvolve os três componentes; a nuclearização, o veículo lançador e a base de lançamento. Haja vista a campanha contra o veículo lançador de satélites – VLS, cujo objetivo seria evitar que o Brasil viesse alcançar a independência nuclear.

O orçamento reduzido das FFAA não tem permitido, principalmente, ao Poder Aeroespacial Brasileiro demonstrar um crível e compatível poder de

[139] O Brasil cometeu sucessivos erros na política de defesa, ao adotar decisões de submissão, como ocorreu do Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares e do Regime de Controle de Tecnologia de Mísseis – MTCR (*Missile Technology Control Regime*). Abdicou-se de decidir como grande nação soberana. Mesmo que a esmagadora maioria da população brasileira seja contra a nuclearização para fins bélicos, dever-se-ia ter conservado a liberdade de decidir e nunca aceitar imposições das nações que buscam impedir novos membros no Clube Atômico. Na atualidade, a soberania está fundamentada na capacidade de dissuadir.

dissuasão [140], pelo menos convencional, representado por meios aéreos capazes de intervir, com oportunidade, em qualquer região da Amazônia.

Carece de vetores aéreos adequados, pois os existentes são insuficientes, quase obsoletos e estão baseados, na sua maioria abaixo da região Centro-Oeste do Brasil, com vulnerabilidades sobre a possibilidade de pronta resposta pela falta de capacidade de reabastecimento em voo da Força Aérea brasileira.

Considere-se que, na atualidade, a desigualdade e a assimetria caracterizam o sistema internacional de poder, sendo o intervencionismo considerado normal.

Nossa política externa deveria ser pragmática, como sempre se apresentou no concerto das nações, fugindo do atual contexto ideológico antiamericano e, tendo como prioridade promover e defender os interesses do Brasil, por intermédio de um projeto de inserção do Brasil tanto na América do Sul como no mundo.

Para tanto, em curto prazo, a nação brasileira deveria perseguir uma concepção estratégica de defesa e segurança para o Brasil com prioridade na Amazônia, conforme definido na END e, inclusive baseada na capacidade de dissuasão, mesmo convencional, do Poder Aeroespacial Brasileiro[141].

De forma complementar, dissuadir ameaças pela adoção de dispositivo flexível de forças componentes para emprego em operações conjuntas da Marinha, Exército e Aeronáutica, meios estes, dotados de alta mobilidade e poder de combate, dando maior operacionalidade e imprevisibilidade, para os meios militares em condições de intervir na Amazônia.

---

[140] Na Marinha do Brasil, essas dificuldades atingem a substituição de navios adequados à região amazônica, bem como, afetam o programa nuclear, uma tecnologia rara, da qual a Marinha já é detentora, cujo conhecimento poucos países controlam e não repassam. Os projetos que envolvem as usinas de enriquecimento de urânio e o laboratório de geração nucleoelétrica evoluem lentamente. Já o Exército brasileiro, as Forças de Ação Rápida, concentradas no triângulo Goiânia–-Rio–São Paulo, são dependentes de meios de transporte aéreo, pertencentes à Força Aérea Brasileira.

[141] Ter como capacidades fundamentais a antecipação, a flexibilidade e a informação, pilares básicos de uma defesa aérea moderna. Ver Silva, 2005

No entanto, cabe ressaltar que a solução para as ameaças externas à Amazônia está ligada também, ao desenvolvimento e integração da região no contexto nacional e sul-americano, com sua inserção no mercado produtivo, por meio de projetos socioeconômicos.

A opção brasileira pela resolução pacífica dos contenciosos não deve ser confundida com debilidade, falta de vontade política e coragem.

Entretanto, esses fatos que se tornam motivos e as razões de insegurança poderiam ser reduzidos pela adoção de uma política de defesa compatível com a estatura estratégica do Brasil de grande nação no contexto regional e mundial.

Esta política impõe obrigatoriamente alocação de recursos adequados às FFAA para desenvolver programas críticos, já em atraso, como: o Programa Espacial Brasileiro, que prevê a Missão Espacial Completa Brasileira – MECB com o Veículo Lançador de Satélites – VLS, o Projeto Aramar do submarino nuclear, o Veículo Aéreo Não Tripulado – VANT em desenvolvimento no CTA e, para a reorganização e fortalecimento do Poder Aeroespacial na Amazônia.

As FFAA Brasileiras deveriam adquirir capacidades , dentro do conceito de guerra de quarta geração – 4GW (*fourth generation war*) [142]. Bem como, paralelamente, deveria ser mantida a prioridade para treinamento em guerra de guerrilha pelas Forças de Ação Rápida do EB.

A estratégia de resistência como hipótese de emprego – HE do Exército Brasileiro, na Amazônia, contra inimigo de força superior, levando em consideração a falência do Poder Aeroespacial brasileiro, como capacidade de dissuasão militar

[142] Guerra de quarta geração não significa, simplesmente, guerra irregular, tampouco, apenas terrorismo. Porém, a guerra irregular, por definição e prática, permanecerá como forma de conflito predominante de pequenos grupos numa sociedade mecanizada que se transforma pela informação e eletrônica, gerando situações de insurgência, difíceis de serem controladas pela nações ocidentais.

do Estado, seria o enfrentamento do inimigo pelo estabelecimento de uma guerra irregular convencional – estratégia da sobrevivência.

O conceito de guerra irregular na tríade de Clausewitz envolve essencialmente a paixão do povo.

A área compreendida pela Amazônia é muito grande, constituída normalmente por floresta fechada com árvores de grande porte, o que facilitaria as operações de guerra na selva, especialidade da tropa brasileira.

Mas, em contra partida, o fato de ser uma região com densidade demográfica muito baixa, esta característica dificultaria a aplicação de tal conceito de guerra pelo Exército Brasileiro – EB, caso quisesse contar com a paixão do povo.

Sendo assim, a estratégia de resistência defendida pelo EB apresenta vulnerabilidades que poderiam comprometer a sua aplicação na Amazônia, comprometendo a soberania nacional, devendo, então, serem priorizadas e fortalecidas as capacidades do poder aeroespacial.

CAPÍTULO 5 – O PODER AEROESPACIAL BRASILEIRO NA AMAZÔNIA – ASPECTOS POSITIVOS, PERSPECTIVAS E VULNERABILIDADES

> "A Amazônia representa um dos focos de maior interesse para a defesa. A defesa da Amazônia exige avanço de projeto de desenvolvimento sustentável e passa pelo trinômio monitoramento/controle, mobilidade e presença. O Brasil será vigilante na reafirmação incondicional de sua soberania sobre a Amazônia brasileira. Repudiará, pela prática de atos de desenvolvimento e de defesa, qualquer tentativa de tutela sobre as suas decisões a respeito de preservação, de desenvolvimento e de defesa da Amazônia. Não permitirá que organizações ou indivíduos sirvam de instrumentos para interesses estrangeiros - políticos ou econômicos - que queiram enfraquecer a soberania brasileira. Quem cuida da Amazônia brasileira, a serviço da humanidade e de si mesmo, é o Brasil." (END, 2009)

5.1 Força Aérea Brasileira – FAB na Amazônia

> "Com a criação do Correio Aéreo Militar (CAM), nos idos de 1931, iniciou-se uma nova era de integração nacional, assegurando a presença do Governo Federal nos mais diversos rincões do Brasil. Hoje denominado Correio Aéreo Nacional (CAN), encontra-se inserido na Constituição, como competência da União, cabendo, portanto a Aeronáutica através da Força Aérea a continuidade de sua operação." (CARMINATI, 2001[143])

Dessa forma pode-se compreender e afirmar que a própria história da Aeronáutica está ligada com a história da Amazônia. Quando esta região era quase que totalmente desconhecida para o restante do país, a Aeronáutica estava presente, apoiando sua população nos pontos mais inacessíveis, participando de sua integração e desenvolvimento nas asas das aeronaves da Força Aérea Brasileira.

Em consonância com a necessidade da implantação de uma malha aeroviária na região, o então Ministério da Aeronáutica criou a Comissão de Aeroportos da Região Amazônica (COMARA), com a finalidade de projetar, construir e equipar aeroportos na região.

A multiplicação de seus feitos deixou marcada sua presença pela implantação de 150 aeródromos e mais de 70 obras civis em diferentes localidades.

Atualmente, o Comando da Aeronáutica possui dois comandos regionais de área na Amazônia, os COMARES I e VII, respectivamente, com sede em Belém e Manaus. A missão do COMAR estabelece como atribuição do comandante:

- Realizar ações de segurança e defesa;
- Exercer a representação do comando da aeronáutica na sua área de jurisdição;

[143] Ver Silva, 2004.

- Coordenar, controlar e executar atividades administrativas e logísticas em apoio às organizações militares subordinadas, eventualmente desdobradas e a outras organizações militares sediadas na Amazônia ocidental.

Figura 5. Área do COMAR VII (Fonte COMAR VII, 2005).

As organizações subordinadas, principalmente ao VII COMAR, para fins de suporte administrativo e logístico são:

- Base Aérea de Manaus (BAMN) – AM;
- Destacamento de Base Aérea de São Gabriel da Cachoeira (BAUA) – AM;
- Base Aérea de Boa Vista (BABV) – RR;
- Base Aérea de Porto Velho (BAPV) – RO;
- Núcleo de Base Aérea de Eirunepé /AM – NuBAEI;
- Base Aérea de Belém (BABE) – PA;
- IV CINDACTA – AM.

O Quarto Centro Integrado de Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo (IV CINDACTA), órgão responsável pela Operação do Centro de Controle de Área Amazônico – ACC AZ e do Centro de Operações Aéreas Militares – COpM 4.

Abaixo estão relacionadas as Unidades Aéreas existentes na Amazônia:

- 1º/9º GAV com Aeronaves Búfalo C-115 de Transporte – V FAE (BAMN);
- 7º/8º GAV com Helicópteros UH-IH – II FAe (BAMN);
- 1º/7º GAV com aeronaves Bandeirantes Patrulha P-95B – II FAE (BABE);
- 1º/3º GAV com aeronaves de ataque Super TUCANO A-29A/B – III FAE (BAPV);
- 2º/3º GAV com aeronaves de ataque Super TUCANO A-29A/B – III FAE (BABV);
- 1º ETA com aeronaves Bandeirantes cargueiros C-95B – COMAR 1 (BABE);
- 7º ETA com aeronaves Bandeirantes cargueiros C-95B e Brasília C-97 – COMAR 7 (BAMN).

Com a finalidade de dar suporte logístico a rede de meios de detecção, telecomunicações e de transmissão de dados pelo Sistema de Vigilância da Amazônia, operada e mantida pelo CINDACTA IV, cerca de 60 sítios, diversos corredores aéreos logísticos tiveram que ser criados pelo Comando da Aeronáutica.

O VII COMAR tem ainda, como responsabilidade prover e supervisionar a infra-estrutura aeroportuária na sua área de jurisdição, a fim de possibilitar o desdobramento de meios aéreos.

Figura 6. Aeroportos e pistas da Amazônia Ocidental (Fonte COMAR VII, 2005).

Em paralelo, existe a necessidade de atendimento as outras forças singulares com suas unidades e com os mesmos problemas operacionais e também pessoais de atendimento da sua gente e seus familiares.

Figura 7. Apoio do COMAR VII ao Exército Brasileiro na Amazônia (Fonte COMAR VII, 2005)

5.2 O Policiamento do Céu

"O preço da liberdade é a eterna vigilância".[144]

"Nunca tantos deveram tanto a tão poucos." (Sir Winston Churchill, 1944) [145]

A Missão de Policiamento do Espaço Aéreo [146] dentro das Operações de Defesa Aeroespacial é a missão operacional cumprida pela Força Aérea Brasileira, de maneira independente, desde o tempo de paz.

É decorrente do Estado de Alerta da Defesa Aeroespacial, estabelecido pelo Centro de Operações de Defesa Aeroespacial – CODA, que é o Centro Nacional de

[144] Frase empregada normalmente pelo Mal Ar Eduardo Gomes, autor Thomas Jefferson.
[145] Do Primeiro Ministro Inglês em alusão à dívida do povo inglês para com seus pilotos de caça de defesa aérea, quando da Batalha da Inglaterra na WWII, impediram a tentativa dos alemães (III Reich) de dominação e invasão da Inglaterra, após a queda da França.
[146] Ver NOSDA (2010).

Avaliação da Ameaça Aeroespacial para o Brasil.

A Missão de Policiamento do Espaço Aéreo executa a vigilância do espaço aéreo ao identificar movimentos aéreos desconhecidos e ou aqueles realizando atos considerados suspeitos ou hostis, provendo, ainda, socorro em voo.

A Avaliação da Ameaça [147] é uma das principais funções da Defesa Aeroespacial – D Aepc, sendo realizada permanentemente. Seu objetivo é permitir o estabelecimento dos Estados de Alerta – ESTALE e dos Alarmes da Defesa Aeroespacial. Baseia-se em duas vertentes, a Avaliação Política e de Inteligência e a Avaliação da Ameaça Aeroespacial propriamente dita.

A Avaliação da Ameaça Aeroespacial por sua vez se baseia no estabelecimento da Situação Aérea Geral de D Aepc – SAGDA, resultado do acompanhamento, em tempo real, identificação e classificação de todos os movimentos aéreos, evoluindo no espaço aéreo brasileiro.

O Centro de Operações de Defesa Aeroespacial – CODA é o Centro Nacional de Avaliação da Ameaça, sendo o responsável pela avaliação da ameaça, a determinação do Estado de Alerta e sua difusão e, pelas ações de defesa aeroespacial em todo o território nacional.

Os Estados de Alerta – ESTALE são definidos como:

- ESTALE 0 – Tempo de paz;
- ESTALE 1,2 ou 3 – Tempo de crise ou guerra.

Sempre que existe a definição de um ESTALE diferente de zero uma série de providências deve ser tomada pelos órgãos e componentes do SISDABRA, em função do novo ESTALE, inclusive envolvendo as autoridades governamentais de defesa aeroespacial.

---

[147] Idem.

A modificação de um ESTALE, envolve diretamente a alocação de meios aéreos nas bases aéreas, assim como de meios de controle nos centros de operações.

Medidas de Policiamento do Espaço Aéreo [148] – sempre que uma aeronave não atende aos critérios de identificação técnica do COpM, ela é classificada como desconhecida ou, então, no caso de cometer atos considerados suspeitos ou hostis como tal.

Uma missão de Policiamento do Espaço Aéreo é acionada com a finalidade de identificá-la visualmente ou cumprir as medidas de policiamento do espaço aéreo – MPEA concernentes. que são as seguintes:

Situação da Aeronave	Nível da Medida	Medida de Policiamento do Espaço Aéreo
Normal	Situação de Normalidade	Verificação das condições de vôo da aeronave
Desconhecido	Medidas de Averiguação	Reconhecimento à Distância – RAD
		Acompanhamento – ACP
		Vigilância – VIG
Suspeito	Medidas de Intervenção	Mudança de Rota – MRO
		Pouso Obrigatório – PSO
	Medidas de Controle no Solo	Medidas de Controle no Solo – MSO [149]
	Medida de Persuasão	Tiro de Advertência
Hostil	Medida de Destruição	Tiro de Destruição[150]

Tabela 7. Medidas de policiamento do espaço aéreo (Fonte: COMDABRA, 2005).

[148] Ver NOSDA (2010) e Lei do Tiro de Destruição (Lei nº. 9.614/98).
[149] As medidas de controle no solo são cumpridas normalmente pela Polícia Federal ou de maneira episódica pelas FFAA, após o pouso da aeronave.
[150] Cabe ao Comandante da Aeronáutica por delegação do Presidente da República a competência de aplicar a medida de tiro de destruição.

5.3 O Sistema C^2 da Defesa Aeroespacial – SISDABRA [151]

O SISDABRA é o Sistema de Comando e Controle – C^2 da Defesa Aeroespacial.

A defesa aeroespacial é executada pelo SISDABRA, tendo como expressão predominante para o desempenho de suas atividades o Poder Aeroespacial, cujo principal componente é a Força Aérea Brasileira.

O SISDABRA é um sistema cujo órgão central é o COMDABRA – Comando de Defesa Aeroespacial Brasileiro, sendo responsável pelas operações de defesa aeroespacial no Território Nacional e áreas adjacentes.

O SISDABRA tem por finalidade:

> "Assegurar o exercício da soberania no espaço aéreo brasileiro".

O SISDABRA tem caráter permanente, operando desde o tempo de paz, tendo em vista sua amplitude e infraestrutura alocada, devendo:

- Estabelecer a Situação Aérea Geral e manter o acompanhamento da sua evolução, por meio do conhecimento de todos os movimentos aéreos voando no espaço aéreo brasileiro e em suas adjacências;
- Realizar a Avaliação da Ameaça Aérea, identificando e classificando todos estes movimentos, utilizando, ainda, as demais informações provenientes da Rede de Avaliação da Ameaça;
- Estabelecer e difundir o Estado de Alerta para a cadeia operacional, tendo por objetivo alocar e ativar os meios de Defesa Aérea necessários ao cumprimento da ordem de alerta (OALE).

O SISDABRA, para cumprimento das tarefas de defesa aeroespacial possui os seguintes meios:

---

[151] Ver Diretriz para a Defesa Aeroespacial do Território Nacional, 2 ed, 1995.

- Detecção – rede de radares de vigilância de longo alcance, fixos ou móveis, embarcados em aeronaves ou não, que provêem a vigilância do espaço aéreo, permitindo a identificação dos movimentos aéreos;
- Telecomunicações – rede de telecomunicações fixos ou móveis, embarcados em aeronaves ou não, que permite a difusão das informações colhidas pelos meios de detecção aos Centros de Operações, a difusão do alerta aos órgãos interessados, a alocação de armas, a condução e a orientação dos vetores de interceptação, do início ao término das operações, bem como a coordenação com outros comandos;
- Comando e Controle – órgãos operacionais com estrutura fixa ou com capacidade de serem transportáveis, podendo ser embarcados, encarregados do controle e da execução das operações de defesa aeroespacial – DAepc, devendo estabelecer a situação aérea e conduzir as ações de DAepc na sua área de responsabilidade, dispondo de meios de telecomunicações, visualização, processamento de dados e outros;
- Meios Aéreos – são constituídos dos vetores de interceptação (aeronaves), aeronaves de alarme aéreo antecipado e de reabastecimento em voo, alocados de forma específica ao SISDABRA para a defesa do território nacional;

Os Elementos Permanentes do SISDABRA, alocados desde o tempo de paz, são:

- Centro de Operações de Defesa Aeroespacial – CODA;
- Os Centros de Operações Militares – COpM, operados pelos Centros Integrados de Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo – CINDACTAs da Força Aérea Brasileira;

- Os Destacamentos de Controle do Espaço Aéreo, Detecção e Telecomunicações – DCEA-DT, operados pelos CINDACTAs;
- As Unidades Aéreas de DAepc, de Alarme Aéreo Antecipado e de Reabastecimento em Voo da Força Aérea Brasileira.

A ação normativa do Órgão Central, COMDABRA, sobre os elementos permanentes do SISDABRA é exercida por intermédio das Normas Operacionais do Sistema de Defesa Aeroespacial – NOSDAs.

Para fins de defesa aeroespacial, em tempo de paz, o território nacional é dividido em regiões de defesa aeroespacial – RDAs, que coincidem com as regiões de controle do espaço aéreo – RCEA do SISCEAB, as informações de voo e de controle de tráfego aéreo ((FIR/UIR/CTA/UTA) da circulação aérea geral.

Esta medida visa permitir ao CINDACTA, existente em cada RDA, utilizar, de forma integrada com economia de meios, equipamentos e recursos comuns de vigilância radar, telecomunicações, controle, processamento de dados e outros, resultando em condução de ações de D Aepc pelo COpM e de controle do tráfego civil pelo ACC, numa mesma área, de forma independente, simultânea e coordenada, com alto grau de confiabilidade e segurança.

Como solução operacional vem sendo implantada em diversos países, visando segurança e confiabilidade, devido a sua grande capacidade de coordenação entre os órgãos de controle de uma mesma área de operação.

A Força Aérea Brasileira (Comando da Aeronáutica) participa da D Aepc (SISDABRA), com a atuação do COMDABRA, dos CINDACTA e de suas Unidades Aéreas de Defesa Aérea, Alarme Aéreo Antecipado e de Reabastecimento em Vôo.

O COMDABRA realiza o planejamento, a execução e a supervisão das ações de D Aepc do território nacional, por meio do assessoramento do seu Estado-Maior

Combinado – EMC e da atuação do Centro de Operações de Defesa Aeroespacial – CODA.

O CODA controla, coordena e supervisiona, de forma centralizada em nível nacional, todas as ações de defesa aeroespacial desenvolvidas pelos Elementos sob controle operacional do COMDABRA.

Para tanto, o CODA recebe, via transmissão de dados a situação aérea regional de cada RDA (SARDA) e procede ao estabelecimento da situação aérea geral de D Aepc (SAGDA), permitindo, assim, ao COMDABRA realizar a avaliação da ameaça global na sua função de Centro Nacional de Avaliação da Ameaça. Cabendo, ainda, ao CODA a difusão dos Estados de Alerta – ESTALE do SISDABRA.

Cada CINDACTA, para o desempenho de suas duas atribuições, possui centros de controle distintos: o Centro de Operações Aéreas Militares – COpM e o Centro de Controle de Tráfego Aéreo Civil – ACC.

Os COpMs são responsáveis pela execução das ações de D Aepc, nas suas respectivas RDA, cabendo-lhes as tarefas de vigilância do espaço, estabelecendo a Situação Aérea Regional de Defesa Aeroespacial (SARDA), da avaliação da ameaça aérea regional, da difusão do alerta, de acionamento do alerta de D Aepc, função alocação de armas e o controle das missões de interceptação e combate, e de outras operações aéreas, na sua RDA.

Estas tarefas são realizadas regionalmente e supervisionadas operacionalmente pelo CODA. Esta forma de operação da D Aepc caracteriza execução descentralizada das ações de D Aepc pelos COpMs, com controle centralizado no CODA.

O Comando de Defesa Aeroespacial Brasileiro – COMDABRA é uma organização militar com dupla função: Órgão Central do SISDABRA e Comando 0peracional.

Como Comando Operacional, o COMDABRA é um Grande Comando Combinado, diretamente subordinado ao Comandante-Supremo, e componente da Estrutura Militar de Guerra – EMG.

Em tempo de paz, o COMDABRA integra-se ao Comando da Aeronáutica, com subordinação direta ao Comandante do Comando Geral de Operações Aéreas – COMGAR.

Em ambos os casos, sua ação de comando sobre os elementos alocados ao SISDABRA se faz mediante o controle operacional, fundamentado na sua autoridade para empregar operacionalmente esses meios.

> "A principal característica de uma defesa aeroespacial é que seus integrantes têm que estar em condições de operar a qualquer momento. Portanto, esses integrantes constituem uma organização que vive em estado de prontidão, mesmo em tempo de paz. Para tanto, sua estrutura deve estar funcionando completa, desde o tempo de paz." [152]

As tarefas, funções e ações da D Aepc podem ser divididas em tempo de paz e tempo de crise da seguinte forma:

1. Tempo de paz:

- Avaliação da Ameaça;
- Difusão do Alerta;
- Policiamento do Espaço Aéreo.

2. Tempo de crise ou de hostilidades e guerra:

[152] Ver Diretriz para a Defesa Aeroespacial do Território Nacional.

- As duas primeiras funções permanecem prioritárias e a missão de policiamento do espaço aéreo passa a assegurar a proteção das forças de pronta-resposta.
- O controle da circulação aérea geral – CAG passa a ser responsabilidade do SISDABRA, em detrimento ao SISCEAB.

5.4 Os meios de defesa aeroespacial [153]

Estrutura do Espaço Aéreo Brasileiro

O espaço aéreo brasileiro para fins de defesa aeroespacial está estruturado em quatro regiões de defesa aeroespacial – RDA, que correspondem às regiões de informação de voo e controle de tráfego aéreo (FIR/UIR-CTA/UTA - RCEA) para fins de controle da circulação aérea geral.

A Zona de Identificação de Defesa Aérea – ZIDA é a zona onde todos os movimentos aéreos estão sujeitos à identificação pelos órgãos e meios de defesa aeroespacial.

A Zona de Detecção – ZD de uma RDA é formada pelos volumes de cobertura dos seus diversos radares, variando de volume de acordo com a altitude. O espaço aéreo brasileiro tem cobertura radar completa no FL 300, contando atualmente com 180 radares de longo alcance e de área terminal, primários e secundários.[154]

A relação sistêmica do SISDABRA é evidenciada pela característica de um controle operacional centralizado exercido pelo CODA e das operações serem executadas de forma descentralizada pelos COpMs.

O SISDABRA é suportado logisticamente pelo Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro – SISCEAB, cujo órgão central é o DECEA[155].

---

[153] Ver NOSDA (2010).
[154] Dados da CCSIVAM (2005).
[155] Departamento de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro – DECEA.

Em tempo de paz, o SISCEAB e o SISDABRA utilizam os mesmos meios de detecção, tratamento de dados e telecomunicações, tanto para o controle do tráfego aéreo civil – circulação aérea geral como para a circulação operacional militar, respectivamente. Em tempo de crise o SISDABRA assume o controle do SISCEAB.

Esta solução é parcialmente aplicada, devido a restrições de legislação, em diversos países como os EUA, ainda que mantenha alta confiabilidade e segurança na condução e controle dos movimentos aéreos civis e militares, em áreas de grande volume de tráfego aéreo, com baixos índices de solução de conflito, devido a sua capacidade de coordenação.

Meios de Comando e Controle [156]

O Centro de Operações Aéreas Militares – COpM é o órgão de controle de operações militares principal (OCOAM P) responsável pela RDA. Os COpM são subordinados operacionalmente ao CODA, órgão de comando e controle responsável pelas Ações de Defesa Aeroespacial no Território Nacional.

[156] Ver NOSDA (2010).

Figura 8. Estrutura do espaço aéreo brasileiro – meios de comando e controle (Fonte: COMDABRA, 2004).

O CODA para cumprir a sua missão é composto das seguintes células operacionais, dentre outras:

- Célula de Avaliação da Ameaça;
- Células de Supervisão de RDA;
- Célula de Guerra Eletrônica.

O COpM é composto das seguintes células operacionais, dentre outras:

- Célula de Vigilância;
- Célula de Alocação de Armas;
- Célula de Controle das Armas;
- Célula de Guerra Eletrônica.

Meios de Alarme Aéreo Antecipado

O SISDABRA possui diversos tipos de radares fixos tridimensionais e bidimensionais com a finalidade de manter uma cobertura total acima do FL 300,

inclusive além das fronteiras terrestres e marítimas e radares móveis transportados para atender as necessidades de complementação da cobertura de detecção.

Nas áreas terminais – TMA, de controle do tráfego aéreo, há diversos outros radares bidimensionais associados a radares secundários que também participam do sistema. O total de radares alocados ao controle do espaço aéreo é de aproximadamente 180 radares.

Meios Aéreos de Alarme Aéreo Antecipado

Para atender as necessidades da Amazônia – RDA 4, no referente à cobertura radar a baixa altura ou complemento de cobertura abaixo do FL 100 são utilizadas aeronaves de alarme e aéreo antecipado AEW&C R–99A. Elas podem atender normalmente outras RDA.

Possuem sensores de COMINT (inteligência das comunicações) e ELINT (inteligência eletrônica), podendo cumprir missões como aeronave SIGINT (Inteligência dos sinais), além de cumprir as suas funções principais de vigilância e condução das missões de interceptação e combate.

As aeronaves AEW&C R–99A não têm capacidade de reabastecimento em voo, tendo uma autonomia de oito horas de voo, autonomia muito reduzida para este tipo de missão.

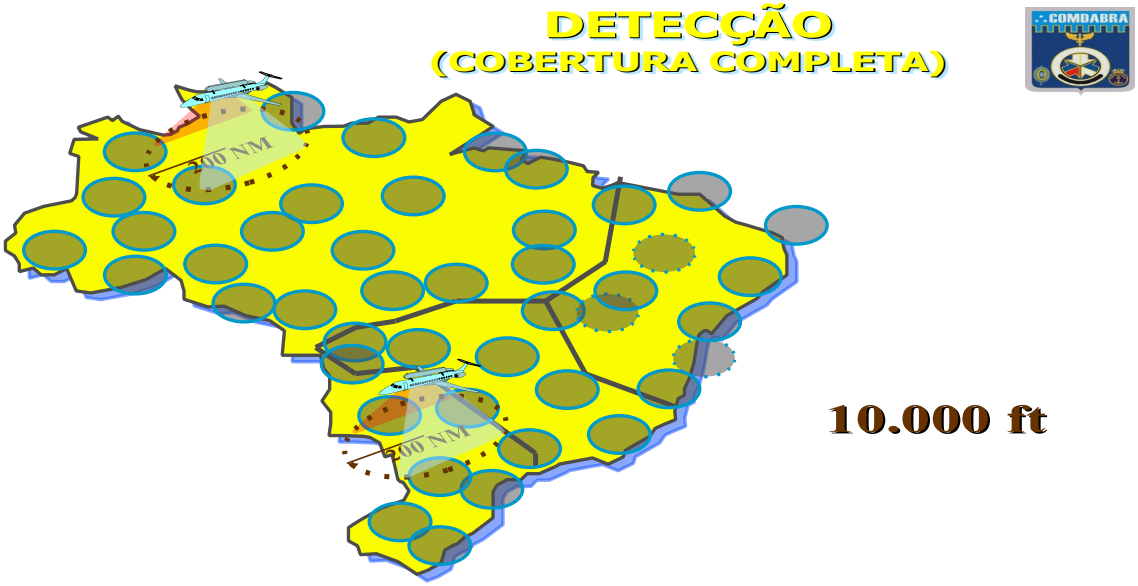


Figura 9. Volume de detecção no FL 100 – 10.000 pés (Fonte: COMDABRA 2005).

Meios de Tratamento e Visualização, Telecomunicações e Meteorologia

A parte científico-tecnológica é conceituada como subsistema, onde o subsistema de tratamento e visualização, incorporando equipamentos e softwares, no estado da arte é o responsável pelo tratamento em tempo real dos dados radar, dos planos de vôo, transmissão de pistas de interesse operacional, dentre outros e, a visualização digitalizada destes dados nas consoles de controle e coordenação de voo, permitindo-lhes a condução e o controle das aeronaves no espaço aéreo.

O subsistema de telecomunicações é o responsável pela transmissão das informações que transitam no sistema seja na forma de voz ou de dados digitalizados e ou criptografados, inclusive da própria voz digitalizada, por meio de *datalink*, empregando satélites e os outros meios de transmissão, utilizando todo o espectro eletromagnético.

Permite ainda supervisão e manutenção a distância de diversos sensores por meio do telecomando. Este importante subsistema contribui e é imprescindível na

condução da circulação aérea geral e da circulação operacional militar, por meio das redes do serviço móvel aeronáutico e do fixo aeronáutico.

O subsistema de meteorologia emprega radares meteorológicos, radiossondagem e os mais diversos sensores, produzindo informações sobre os fenômenos meteorológicos em tempo real ou por meio de previsão, possibilitando o planejamento e a condução dos voos tanto pelos pilotos como pelo pessoal do controle.

Outras atividades são caracterizadas como subsistemas, como a guerra eletrônica - GE e a busca e salvamento – SAR.

Meios Aéreos de Defesa Aérea

As aeronaves de defesa aérea têm que possuir certas características como tempo de reação, capacidade de aceleração e de subida para altas altitudes, capacidade de cumprir interceptações AWX (*All Weather Interception*), quer dizer, estar apta a prosseguir na interceptação por meios próprios através de radar e computador de interceptação de bordo a partir da aquisição do alvo (*judite*).

É imperativo que tenham capacidade de reabastecimento em vôo, sendo importante, ainda, serem capazes de operarem fora de sede, em bases de desdobramento.

Atualmente, os meios aéreos de defesa aérea para atendimento das missões de policiamento do espaço aéreo, distribuídos por RDA são:

- Aeronaves supersônicas MIRAGE 2000 A/C / RDA 1;
- Aeronaves supersônicas F-5M e turboélices Super TUCANO A-29 A/B / RDA 2;
- Aeronaves subsônicas AT – 26 / RDA 3;
- Aeronaves turboélices Super TUCANO A – 29A/B / RDA 4.

Figura 10. Meios aéreos de D Aepc nas RDAs (Fonte: COMDABRA, 2005).

Meios Aéreos de Reabastecimento em Vôo

Atualmente, a Defesa Aeroespacial tem uma disponibilidade alocada de aeronaves tanques Boeing KC –137 e Hércules KC – 130, para missões de REVO no cumprimento de missões de policiamento do espaço aéreo.

5.5 A defesa aeroespacial na Amazônia brasileira – o CINDACTA IV

Estrutura do Espaço Aéreo Amazônico

O espaço Aéreo da Amazônia brasileira para fins de controle do espaço aéreo e condução das ações de defesa aérea espacial está estruturado como RDA 4 e, coincide com a Região de Informação de Voo e Controle de Tráfego Aéreo (FIR/UIR/

CTA/UTA) Amazônica sob responsabilidade do Centro de Controle de Área Amazônico – ACC AZ, abrangendo toda a área da Amazônia Legal.

É importante notar que comparativamente em termos de dimensões a RDA 4, com seus 5,2 milhões de km^2, tem uma área maior do que a soma das outras três RDAs juntas.

Pode-se, então, imaginar que os problemas devam aumentar na proporção do tamanho da área, mas as soluções nem sempre aumentam nas mesmas proporções ou são as mesmas, especialmente, por tratar-se de uma região com as características da Amazônia.

Meios de Comando e Controle [157]

O Centro de Operações Aéreas Militares – COpM 4 é o Órgão de Controle de Operações Militares Principal – OCOAM P responsável pela RDA 4 – Amazônia, subordinado operacionalmente ao CODA do COMDABRA em Brasília.

O COpM 4 é responsável pela elaboração da Avaliação da Ameaça Aérea Regional, composta pelo estabelecimento da Situação Aérea Regional de Defesa Aérea – SARDA e pelas informações da Rede de Avaliação da Ameaça, devendo transmitir os seus dados para o CODA. Cumpre a ordem de alerta – OALE, emitida pelo CODA, que é o responsável pelo estabelecimento do Estado de Alerta – ESTALE da D Aepc.

O COpM 4 é composto das seguintes Células Operacionais para o cumprimento da sua missão:

- Célula de Vigilância;
- Célula de Identificação;
- Célula de Alocação de Armas;

[157] Ver NOSDA (2010).

- Célula de Controle das Armas;
- Célula de Guerra Eletrônica.

Meios de Alarme Aéreo Antecipado [158]

A Zona de Detecção (ZD) da RDA 4 – Amazônia brasileira é formada pelo volume de cobertura de dezenove radares fixos e seis radares transportáveis, sendo complementada, sempre que necessário, operacionalmente, nas altitudes abaixo de 10.000 pés pela cobertura radar eventual de até, cinco aeronaves de alarme aéreo antecipado AEW&C R–99A.

Os radares fixos são bidimensionais de longo alcance associados a radares secundários, que atendem as necessidades do controle de tráfego aéreo civil e parcialmente da circulação operacional militar (D Aepc). Os radares secundários controlam somente movimentos cooperativos ligados ao controle do tráfego aéreo civil, não atendendo a D Aepc.

Os seis radares transportáveis são radares tridimensionais de longo alcance associados a radares secundários, atendendo tanto as operações militares, como ao controle de tráfego aéreo civil.

Normalmente, são instalados em sítios sede, mas podem ser deslocados rapidamente para sítios de desdobramento, dependendo das necessidades operacionais. Esses radares são operados e mantidos pelo CINDACTA IV, quando em sede ou quando desdobrados, desde que em operação na RDA 4. A operação autônoma é que será de responsabilidade do Grupo de Comunicações e Controle – GCC. Em qualquer dos casos, a manutenção será sempre do CINDACTA IV e a transportabilidade ficará ao cargo do GCC.

---

[158] Dados da CCSIVAM (2005).

Meios Aéreos de Alarme Aéreo Antecipado

Para atender às necessidades da cobertura radar a baixa altura, ou abaixo de 10.000 pés na Amazônia – RDA 4 são utilizadas cinco (05) aeronaves de alarme aéreo antecipado AEW&C R–99A. Estas aeronaves têm capacidade datalink, transmitem e recebem dados do COpM 4 por meio de trinta e dois receptores/ transmissores distribuídos na Amazônia, possibilitando a sua operação em toda a RDA 4.

As aeronaves R–99A AEW&C possuem células operacionais a bordo, que lhes permitem cumprir as funções D Aepc de vigilância, alocação de armas e controle das armas, mesmo operando em ambiente eletronicamente hostil.

Operam com no máximo duas equipes de controladores, que atendem as necessidades de controle durante o tempo de voo máximo da aeronave.

Os R-99A operam normalmente no FL 290, considerado operacionalmente ideal para o tipo de operação realizado, voando numa velocidade de .60 MACH, com o ângulo de ataque que lhes garante o alinhamento horizontal do radar de alarme aéreo antecipado.

Meios de Tratamento e Visualização, Telecomunicações e Meteorologia

Os meios de tratamento do SISDABRA são constituídos de uma cadeia de tratamento de dados independente e redundante, incorporando data links (transmissão de dados) e links de telecomunicações.

O sistema de tratamento e visualização de dados é composto de meios computacionais, processadores e microprocessadores, e consoles inteligentes de visualização (DACOM – defesa aérea e circulação operacional militar), incorporando

na sua concepção, dispositivos no estado da arte, que asseguram o cumprimento das seguintes funções de D Aepc, dentre outras:

- Estabelecimento da situação aérea regional a partir do tratamento de síntese dos dados radar;
- Avaliação da ameaça aérea regional e a difusão do alerta;
- Transmissão automática dos dados da situação aérea regional, pistas de interesse operacional ao centro de operação de defesa aérea e aos centros adjacentes;
- Escolha de objetivos a engajar e a escolha de armas;
- Controle e condução das missões de defesa aérea, o policiamento do espaço, em tempo de paz;
- Controle da Circulação Operacional Militar – COM.

No referente ao controle do trafego aéreo civil, cujos dados são utilizados no estabelecimento da situação aérea e consequentemente na avaliação da ameaça aérea, o subsistema de tratamento e visualização assegura o cumprimento das funções do centro de controle de área amazônico, como o controle da Circulação Aérea Geral – CAG e o tratamento plano de voo.

Isto é feito, utilizando uma mesma cadeia de tratamento e visualização, duplicada, mas com tratamentos específicos para atender aos dois sistemas operativos, a D AEPC e o tráfego aéreo civil, exploradas em salas de operações independentes, ainda que contíguas, levando em consideração a concepção do sistema - SISDACTA com seu conceito de integração dos meios utilizados, garantindo uma maior confiabilidade e segurança nas operações.

É importante ressaltar ainda, a capacidade de supervisão e reconfiguração automática da cadeia de tratamento, assim como a capacidade de tratamento autônomo das consoles de controle, chamadas inteligentes.

Figura 11. Meios de D Aepc do CINDACTA IV – RDA 4 (Fonte: CCSIVAM, 2004).

Dados de sensores e outros tratamentos são disponibilizados pelo SIPAM, por meio das suas células operacionais, como por exemplo, a síntese digitalizada dos radares meteorológicos e a vigilância do espectro eletromagnético por meio dos sensores de solo e das aeronaves R–99B de sensoriamento remoto e de inteligência dos sinais (SIGINT).

Estes e outros dados seriam importantes para uma gestão de inteligência operacional no COpM e, imprescindíveis para uma tomada de decisão nas operações de D Aepc, entretanto, atualmente, não são utilizados.

Meios Aéreos de Defesa Aeroespacial

A Base Aérea de Boa Vista – RR e a Base Aérea de Porto Velho – RO têm sediadas Unidades de Caça que operam aeronaves turboélice Super TUCANOS A–29A/B. As aeronaves podem ser desdobradas para aeródromos chamados de desdobramento, aumentando a sua capacidade de pronta resposta, inerente às operações de D Aepc.

Estas aeronaves foram especificadas e desenvolvidas como de ataque leve para cumprirem missões de contrainsurgência (COIN) . São de baixa performance e não têm capacidade para reabastecimento em voo, possuindo um raio de ação máximo de 250 NM, insuficiente para as operações de D Aepc na região amazônica.

As aeronaves A–29A/B, devido as suas performances, estão limitadas à interceptação de aeronaves de pequeno porte, monomotoras ou bimotoras leves, não sendo capazes de interceptarem e, até mesmo, de acompanharem aeronaves turboélice multimotoras.

Figura 12. Aeronaves R-99B, AEW&C R-99A e A-29A/B (Fonte: COMDABRA, 2004).

Meios Aéreos de Reconhecimento e Inteligência dos Sinais – SIGINT /ISD [159]

[159] Dados da CCSIVAM (2005).

Para atender as necessidades de sensoriamento remoto do SIPAM, na Amazônia, são utilizadas três aeronaves de reconhecimento e sensoriamento remoto R–99B do Esquadrão Guardião, sediado na Base Aérea de Anápolis – GO.

Essas aeronaves utilizam sensores óticos e infravermelhos e radares de abertura sintética, possuindo, ainda, capacidade SIGINT, ainda que não tenham capacidade de reabastecimento em voo.

Estas aeronaves possuem capacidade *datalink*, para transmitir e receber dados do COpM 4, sendo utilizados seus dados e dos demais sensores pela D Aepc no estabelecimento da avaliação da ameaça.

Os dados coletados pelos sensores do R-99B são normalmente gravados em fita e tratados pelo SIPAM, para utilização pelos demais órgãos de interesse do governo e usuários do sistema.

5.6 Aspectos positivos e perspectivas do poder aeroespacial na Amazônia

Estratégia Nacional de Defesa – Generalidades

A elaboração da Estratégia Nacional de Defesa – END foi articulada pela Secretaria de Assuntos Estratégicos em discussão e estudos com o Ministério da Defesa, aprovada pelo decreto de 18 de dezembro de 2008, do Presidente da República. Procurou consultar a inteligência nacional; instituições, organizações afins, centros de estudos estratégicos, bem como cidadãos de reconhecido saber no campo da defesa, além dos próprios Comandantes das três Forças Armadas e seus principais assessores

A END é focada em ações estratégicas de médio e longo prazo e tem por objetivo modernizar a estrutura nacional de defesa, atuando em três eixos

estruturantes: reorganização das Forças Armadas, reestruturação da indústria brasileira de material de defesa e política de composição dos efetivos das Forças Armadas. [160]

Define que os três setores estratégicos essenciais para a defesa nacional são o espacial, o cibernético e o nuclear.

O projeto END incorpora planos ambiciosos para implantar uma cultura militar vanguardista no Brasil, devendo as novas Forças Armadas garantirem o controle do território nacional e desenvolverem capacidades de mobilidade e presença.

O desafio de lidar com vizinhos instáveis e de proteger nossas riquezas é uma mudança de prioridades que se impõem às Forças Armadas brasileiras, pois a Amazônia, região que por séculos viveu ao abrigo de quaisquer intervenções, locais ou estrangeiras, a partir das últimas décadas passou a ser o centro dos acontecimentos.

Ao analisar a situação atual podem ser considerados como principais aspectos positivos do atual quadro da defesa nacional:

- Forças Armadas identificadas com a sociedade brasileira, possuindo altos índices de confiabilidade;
- Cultura militar pautada pelo conceito da flexibilidade;
- Excelência do ensino nas Forças Armadas, (...) atualização em relação às modernas táticas e estratégias de emprego de meios militares, adequadas aos ambientes operacionais de provável emprego.

Segundo o END, o governo federal deveria transformar a Amazônia em sua prioridade em termos de defesa e de segurança nacional. Para lá, estão sendo transferidas unidades militares do Exército Brasileiro que antes estavam localizadas

[160] Ver END, 2009.

no litoral ou no Sul, traçando, assim, um novo planejamento estratégico, onde a atenção principal é a fronteira terrestre da Amazônia ocidental.

Unidades da Força Aérea, dentre elas uma unidade de caça F-5M supersônico está sendo implantada em Manaus, bem como, outras unidades aéreas de transporte, utilizando aviões e helicópteros, em bases aéreas na Região da Amazônia Ocidental.

Controle do Espaço Aéreo

A Força Aérea Brasileira é o braço armado do Sistema de Defesa Aeroespacial Brasileiro – SISDABRA, sendo componente do Poder Aeroespacial. Na estrutura operacional de Comando e Controle do Sistema C^2 do SISDABRA, encontra-se o Quarto Centro Integrado de Defesa Aérea e Tráfego Aéreo – CINDACTA IV, localizado em Manaus, que também é órgão de comando e controle do Sistema de Vigilância da Amazônia – SIVAM.

Atualmente, a Aeronáutica opera o Quarto Centro Integrado de Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo (CINDACTA IV), constituído do Centro de Operações Aéreas Militares (COpM), subordinado operacionalmente ao Comando de Defesa Aeroespacial Brasileiro – COMDABRA, e do Centro de Controle de Área Amazônico responsável pelo controle do tráfego aéreo civil da Região Amazônica.

O COpM exerce o controle militar do espaço aéreo na Amazônia, sendo um dos seus maiores desafios os ilícitos transnacionais, constituídos dentre outros por voos clandestinos de contrabando de riquezas e do tráfico de drogas.

A concepção do sistema de controle do espaço aéreo brasileiro, estabelecida desde a década de sessenta, quando o primeiro CINDACTA foi instalado em Brasília, envolvendo a região compreendida pelo triângulo Rio – São Paulo –

Brasília, Região de Defesa Aérea 1, é baseada numa estrutura sistêmica, caracterizada pela forte integração dos meios de detecção, telecomunicações e tratamento de dados básicos, com operação descentralizada.

Esta concepção foi inovadora na época, inclusive contrariando soluções aplicadas na maioria dos países desenvolvidos. Entretanto, além de propiciar economia de meios, o sistema integrado de tráfego aéreo e defesa aérea – SISDACTA possibilitaria um efetivo controle do espaço aéreo, devido a maior capacidade de coordenação entre os órgãos de controle, obtendo, assim, alto grau de confiabilidade, qualidade e a segurança na prestação dos serviços.

Num país continente como o Brasil o seu crescimento foi previsto ser feito de forma modular, atendendo atualmente, a todo o território nacional, compreendendo quatro regiões de informação de voo – FIRs, para fins de controle do tráfego aéreo, que correspondem as quatro regiões de defesa aeroespacial, para fins de controle do espaço aéreo – defesa aeroespacial.

Em 2006, o Quartel General da USAF lançou um estudo chamado RAIL – Iniciativa de Integração do Espaço Aéreo Regional na América Latina, em consonância do que tinha sido feito entre os 18 países da Europa Ocidental e a OTAN, ao implantar o RAI (*Integrated Airspace Region*).

O RAI proporcionou o aumento da eficiência no gerenciamento do espaço aéreo e da coordenação regional entre o controle da aviação civil e a defesa aérea, com economia de custos.

O estudo concluiu que o SISDACTA é um exemplo de atividade que o RAIL busca atingir, devendo ser explorado como modelo de solução possível para os países integrantes do RAIL.

A atividade RAIL deve ser conduzida com o entendimento da arquitetura técnica do SISDACTA, a fim de facilitar as discussões para a cooperação regional[161].

O CINDACTA incorpora um subsistema de detecção, constituído de radares primários tridimensionais fixos e móveis e radares bidimensionais, associados a radares secundários de controle de tráfego aéreo.

Um subsistema de telecomunicações, responsável pela transmissão dos dados via satélite entre os diversos componentes e equipamentos do sistema e, pela comunicação entre os órgãos de controle e os meios aéreos, em toda a Região Amazônica.

Um subsistema de tratamento e visualização, no estado da arte, trabalhando em tempo real, disponibiliza todos os dados para gestão e emprego dos meios pela cadeia operacional de comando e controle. Os dados de interesse específico do controle do tráfego aéreo civil são disponibilizados para o centro de controle de área.

O controle do espaço aéreo, na Amazônia, tem na avaliação da ameaça aérea a principal função da defesa aeroespacial.

Uma capacidade que caracteriza e diferencia um sistema de defesa aeroespacial no estado da arte é a utilização de aeronaves de alarme aéreo antecipado, como os R-99A.

O EMB EW R-99A é uma aeronave de alarme aéreo antecipado e comando e controle – C^2, que tem capacidade de detecção a baixa altura de aeronaves, em áreas específicas de interesse operacional e, de condução de missões de interceptação de forma autônoma e ou subordinada a outro órgão de controle de operações militares principal, isto, devido a sua capacidade de transmissão de dados.

---

[161] Ver Machado, 2008.

Os R-99 A/B cumprem, ainda, missões de inteligência eletrônica como sistema ISR (inteligência, reconhecimento e vigilância).

Desde 2005, o COMDABRA tem estimulado a integração da América do Sul, a partir do momento que promove exercícios internacionais de defesa aeroespacial com países limítrofes; Venezuela, Colômbia e Peru, na Amazônia Ocidental.

Essa integração contribui para a defesa do Brasil, como também, possibilita fomentar a cooperação militar regional e a integração das bases industriais de defesa, diminuindo a sombra de conflitos dentro da região.

A chamada Lei do Abate[162] , promulgada pelo governo brasileiro, em 1998, foi um avanço crucial para o exercício da soberania no espaço aéreo brasileiro e, deveria reduzir o número de voos ilícitos pela enorme fronteira do país e aumentar a apreensão de bens ilegais. Esses resultados aconteceram no primeiro ano da sua aplicação, mas logo depois os voos ilícitos transnacionais voltaram ao patamar anterior.

A Lei de Tiro de Destruição (Lei nº 9.614 /98), o Código Brasileiro de Aeronáutica, instituído pela Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e modificado pela Lei nº 9.614, de 5 de março de 1998, no seu artigo 303, trata dos casos em que uma aeronave pode ser submetida à detenção, à interdição e à apreensão por autoridades aeronáuticas, fazendárias ou da Polícia Federal.

Alocação de recursos financeiros versus meios aéreos

Mudanças na estrutura organizacional dependem internamente do MD e estão sendo realizadas como a transferência de unidades militares, a criação do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas.

---

[162] Lei de Tiro de Destruição (Lei nº 9.614 /98) em vigor a partir de 16 de outubro de 2004. Art. 4º A aeronave suspeita de tráfico de substâncias entorpecentes e drogas afins que não atenda aos procedimentos coercitivos descritos nos art. 3º será classificada como aeronave hostil e estará sujeita à medida de destruição.

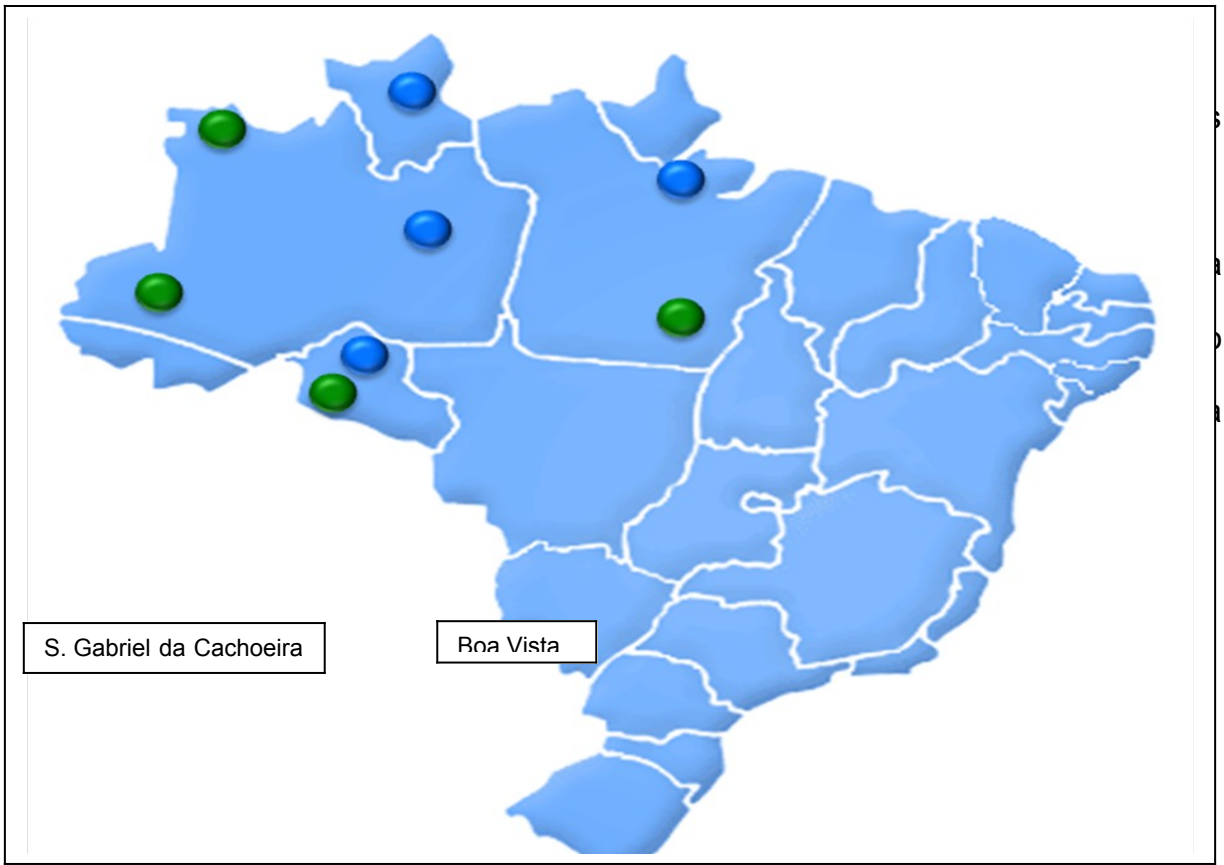
Entretanto, no referente ao orçamento de 2010, consta a alocação de recursos financeiros para o cumprimento do plano de modernização e capacitação da Força Aérea que prevê: o desenvolvimento da aeronave de reabastecimento em voo e transporte de tropa pela EMBRAER, o EMB KC 390; a aquisição de caças de combate de quinta geração, com transferência de tecnologia e, a compra de veículos aéreos nao tripulados – VANT, para emprego em voos de reconhecimento na Amazônia.

Infra-estrutura Aeronáutica

Em maio de 2004, a FAB anunciou a construção de mais duas Bases Aéreas na região amazônica, Eirunepé (AM) e Vilhena (RO).

Com mais essas duas Bases, a Força Aérea Brasileira iniciou o processo de fechamento do arco de proteção das fronteiras com a Colômbia, Peru e Bolívia, três grandes preocupações do Ministério da Defesa.

As novas Bases Aéreas, localizadas próximas à fronteira também servirão como elemento de dissuasão contra as constantes invasões do espaço aéreo



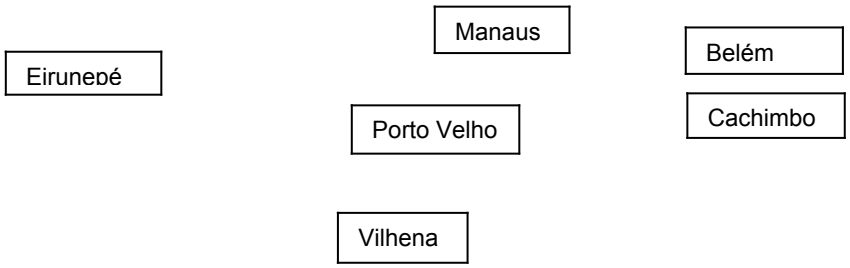


Figura 13. Bases Aéreas na Amazônia Ocidental (Fonte: Plj Aeronáutica 2009– 2030 /EMAER, 2009).

Treinamento operacional – preparo para o combate

Na parte referente ao treinamento das equipagens de combate e dos controladores de operações aéreas militares, os programas de treinamentos existentes e os meios sintéticos de simulação acompanham o estado da arte.

O treinamento das técnicas modernas de emprego da arma aérea e da condução das missões de interceptação e combate aéreo possibilitam diminuir os custos do treinamento com vantagens e, atingir níveis desejados de treinamento ao reproduzirem situações operacionais impossíveis de serem simuladas em voo ou na realidade.

No entanto é imperativo ressaltar que o treinamento sintético, mesmo simulando as mais variadas situações operacionais, associadas às condições extremas de emergência e meteorológicas desfavoráreis não substitui a

necessidade de treinamento real, sendo um complemento essencial no treinamento e formação de pessoal.

Os jogos de guerra e o treinamento de grupo de crise e outros programas especializados permitem manter o treinamento de tomada de decisão, no que diz respeito aos oficiais que ocupam posições de comando e controle, bem como dos estados-maiores da estrutura operacional /organizacional.

Todo o treinamento é testado em operações com outras forças aéreas de países latino-americanos, com a presença dos americanos do norte e de países europeus como a França.

A FAB participa normalmente de operações nos EUA, como a famosa *Red Flag*, operando com a USAF e forças aéreas de países componentes da OTAN.

Quando os porta-aviões americanos cruzam o oceano Atlântico com destino ao oceano Pacífico e outros, por serem incapazes, devido ao tamanho, de utilizarem o Canal do Panamá possibilitam a realização de treinamento de combate aéreo e de guerra eletrônica, quando da sua passagem pelas nossas costas.

Operações conjuntas envolvendo Aeronáutica, Exército e a Marinha do Brasil como forças componentes são realizadas, cumprindo programação do Ministério da Defesa – MD.

Estas operações visam o treinamento em certas áreas prioritárias do território nacional, promovendo demonstração de poder, fator essencial para a estratégia de dissuasão.

Ciência, Tecnologia e Inovação – Indústria Nacional de Defesa

> "A verdadeira transferência de tecnologia só ocorre quando o receptor absorve o conjunto de conhecimentos que lhe permitem inovar. A transferência não

> se completa se o comprador não dominar os conhecimentos envolvidos a ponto de ficar em condições de criar nova tecnologia." (MATTOS e GUIMARAES apud MCT [163])

No referente à ciência, tecnologia e inovação, o Brasil possui a excelência do Cluster Aeronáutico de São José dos Campos – SJC, composto pelo CTA, ITA, EMBRAER e outras empresas, com investimentos em tecnologia avançada e em pesquisa de produtos que incorporem novos materiais e eletrônica, compatíveis com o meio ambiente no referente à emissão de CO^2.

Visto isso, é importante pontuar aspectos positivos proporcionados pelo ambiente organizacional e as estratégias organizacionais e tecnológicas adotadas por empresas como a EMBRAER e outras do setor de defesa, de forma eficaz, agregando-lhes capacidade competitiva para colocar com sucesso no exterior seus produtos de defesa – inteligência, reconhecimento e vigilância (ISR), tornando-as empresas líder em certos setores do mercado mundial.

Na indústria de defesa, a EMBRAER disputa num mercado globalizado a colocação de seus produtos de defesa ISR, produtos estes no estado-da-arte.

Estes produtos tiveram sua utilização operacional comprovada internacionalmente, quando do envolvimento da FAB nas buscas das vítimas e destroços do desaparecimento do voo AF 447, em junho próximo passado, no Oceano Atlântico.

Foram utilizadas com sucesso aeronaves ISR como, por exemplo, o EMB 145 MULTI INTEL (R-99B).

As aeronaves R-99B operadas pela Força Aérea Brasileira são usadas normalmente pelo Sistema de Proteção da Amazônia – SIPAM nas missões de

---

[163] Ver BRASIL. Ministério da Ciência e Tecnologia – MCT. Secretaria de Política Tecnológica Empresarial. Coordenação de Sistemas Locais. Inovação tecnológica e transferência de tecnologia. Brasília, 2001. Disponível em: http://www.mct.gov.br/publi/pacti.htm>.

sensoriamento remoto, levantamento de dados, envolvendo programas de prospecção de riquezas minerais e proteção da floresta amazônica.

Outro exemplo de sucesso dos produtos ISR da EMBRAER são o emprego pela Força Aérea das aeronaves R-99A (AEW&C) em complementação a cobertura radar de vigilância do SISDABRA, tanto na Amazônia no controle dos voos ilícitos transnacionais, como nas outras regiões de defesa aeroespacial e, mesmo em operações com outras forças aéreas, servindo de comando e controle – C^2 de força componente.

Os sistemas ISR produzidos pela EMBRAER são compostos pelas aeronaves EMB 145 AEW&C, EMB 145 MULTI INTEL, EMB 145 MP. As aeronaves de Inteligência, Reconhecimento e Vigilância (ISR) incorporam sistemas de última geração e apresentam ao mercado a melhor solução no estado da arte para cumprir os objetivos de cada missão, apresentando:

- O menor custo do mercado para o cumprimento total da missão;
- Apoio logístico mundial, com mais de 900 aeronaves em operação;
- O estado da arte em tecnologia de sistemas;
- Flexibilidade de missão sem grandes re-investimentos em desenvolvimento;
- Opções de atualização, adaptando a aeronave a evolução da missão;
- Rápidos tempos de reação e respostas rápidas de comandos;
- Operação com baixo nível de ruído;
- A melhor opção para atender aos requisitos de aeronaves e sistemas de Missão Especial.

O EMB 145 AEW&C (R-99A) – é atualmente a aeronave de Alerta Aéreo Antecipado e Controle (*Airborne Early Warning and Control)* mais avançada e, de menor custo do mercado.

Uma perfeita combinação da comprovada, econômica e confiável plataforma ERJ 145 da EMBRAER, com um exclusivo sistema sueco de radar Doppler de alta performance, incluindo sistemas de comando & controle a bordo e uma avançada suíte data-link, além de um conjunto abrangente de sistemas de apoio como ESM, *self protection* e de comunicações.

A principal missão da plataforma AEW é detectar, rastrear e identificar alvos na sua área de patrulha e retransmitir esses dados para fornecer às forças amigas uma visão operacional abrangente, um cenário atualizado das ameaças existentes.

O EMB 145 MULTI INTEL (R-99B) é uma avançada aeronave de Sensoriamento Remoto, Vigilância Aérea do Solo e Inteligência, capaz de fornecer imagens em tempo real e inteligência eletrônica sobre objetivos no solo.

Essa aeronave está equipada com uma variada gama de sensores, que inclui desde um radar de abertura sintética (SAR) de alta performance até sensores eletro-ópticos e multiespectrais, sistemas de comunicação, capazes de obter informações completas de inteligência eletrônica.

A aeronave é capaz de atingir áreas e altitudes de operação em muito pouco tempo, sendo uma das aeronaves mais avançadas e poderosas de sensoriamento remoto, disponíveis no mercado, atualmente.

O EMB 145 MP é uma aeronave de última geração apta a cumprir missões de patrulhamento marítimo e operações de guerra anti-submarino.

A aeronave EMB 145 MP foi desenvolvida com conceitos modernos e eficientes de sistemas de inteligência voltados para o século XXI.

Para a EMBRAER constituem-se como pilares de sustentação do objetivo primordial da Empresa juntamente com a flexibilidade, a tecnologia, a solidez econômica e financeira, a atuação globalizada e a responsabilidade social, a

qualificação, a motivação e o comprometimento das pessoas; a satisfação dos clientes como base de geração dos resultados da Empresa e criação de valor para os acionistas.

Possui clientes em 78 países, nos cinco continentes. Tendo unidades operacionais dos EUA à China, passando pela Europa e Cingapura. Porém, é no Brasil o centro de decisão e de criação de novos produtos.

Outro projeto, depois rebatizado de F-5M (**m**odernizado ou caça **m**ultimissão de quarta geração), definido nos anos 2000, visaria modernizar os caças Northrop F-5E "Tiger" da FAB, às necessidades do Século XXI.

A brasileira EMBRAER e a israelense ELBIT são as empresas responsáveis pela modernização, incorporando equipamentos de última geração e aprimorando a capacidade de detecção, ataque, autodefesa, comunicação e navegação, e de reabastecimento em voo das aeronaves.

Inicialmente orçado em USD 285 milhões para as 46 unidades então disponíveis, o programa de modernização do F-5E foi iniciado em 2003. Em dezembro de 2008, a EMBRAER apresentou à FAB, na fábrica de São José dos Campos - SP, o primeiro protótipo da aeronave F-5M, sendo os trabalhos de modernização realizados normalmente na fábrica de Gavião Peixoto. A previsão é de que os F-5 M permaneçam operacionais até 2020, considerada, na minha opinião, uma previsão otimista.

Os mísseis em uso ou em desenvolvimento como o Projeto MAA-1B [164] – a MECTRON /CTA /IAE /AVIBRÁS apresentaram a nova configuração do míssil ar-ar MAA-1B (Bravo) durante a LAAD 2007.

O míssil pode ser considerado de Quarta Geração, considerado pelos técnicos como superior ao R-73 russo, mas inferior ao PYTHON 4 israelense, com

[164] Ver mais <http://mectrom.com.br>

preço muito inferior aos similares no mercado. O custo previsto é de USD 250 a 300 mil.

O período de desenvolvimento foi bem mais rápido em função das lições aprendidas com o MAA-1A. O projeto foi iniciado em 2005, recebeu um orçamento de R$ 3 milhões em 2006 e a avaliação operacional deve ser em 2010. Transferências tecnológicas (off-sets) da compra de um lote de PYTHON 4 em 2007, podem estar sendo usados no MAA-1B.

Com as capacidades atuais, o MAA-1A Piranha pode ser considerado apenas um bom projeto de pesquisa e capacitação de pessoal ou servir para ser um míssil de segunda linha para reserva e treinamento. O uso do MAA-1A Piranha nas aeronaves de caça da FAB tem muitas limitações, devido a relação peso/potência, gerando baixa manobrabilidade do F-5M em face aos caças mais modernos. As aeronaves A-1 e A-29 usam o MAA-1A para autodefesa.

O projeto conjunto do A-DARTER, de quinta geração com guìagem térmica (infrared - IR, homing), com os sul-africanos continua e deve terminar por volta de 2015, podendo ser acelerado, devido a mudança de prioridade.

O míssil DERBY é um projeto israelense de *medium-range*, originalmente desenvolvido para a função ar-ar. Este míssil ar-ar de interceptação (AIM) tem capacidade *all-weather* e *beyond visual range (tecnologia BVR)*.

O Projeto do Centro Tecnológico da Aeronáutica – Aeroelasticidade da ANV F-5E [165], referente à integração de novos mísseis, principalmente em pontos fixos nas asas, o que provoca mudanças nas características aerodinâmicas e comportamento em voo de uma aeronave de combate. Este projeto foi um grande desafio para o CTA, pois deveria atender o critério crítico de integrar armamentos nacionais.

[165] Ver Pazini, 2010.

Este projeto deveria compulsoriamente desenvolver capacidade tecnológica para verificar por meio de ensaios em túnel aerodinâmico e em voo se a aeronave F-5 poderia voar subsônico, transônico e supersônico com os novos armamentos, mantendo a mesma qualidade de voo.

A integração de sistemas de armas é um processo tecnológico de conhecimento no estado da arte, pois deve garantir que a incorporação de um armamento na aeronave não venha limitá-la operacionalmente nas suas capacidades de manobrabilidade, aceleração e carga G limite, características importantes e essenciais para a sua capacidade de sobrevivência e sucesso no combate aéreo, caso de um caça como o F-5M.

Perspectivas

A evolução da Força Aérea está baseada no desenvolvimento do repertório de tecnologias e de capacitações que permitam operar em rede, não só entre seus próprios componentes, mas e, também, com o Exército e a Marinha, que dependem principalmente de recursos financeiros e capacitação de pessoal, recaindo na liberação de recursos financeiros.

Avanço nos programas de veículos aéreos não tripulados, primeiro de vigilância e depois de combate. No caso da Amazônia, os veículos não tripulados poderiam ser meios centrais, não meramente acessórios e, de facultar patamar mais exigente de precisão no monitoramento /controle do território nacional. Há de se analisar tal solução com muito cuidado, devido a extensão do território compreendido pela Amazônia, mesmo se pensarmos somente nas regiões de fronteira.

Uma unidade de VANT (Veículo Aéreo Não Tripulado) já está sendo implantada e as aeronaves testadas operacionalmente pela Força Aérea na Base Aérea de Santa Maria /RS.

5.7 Vulnerabilidades do Poder Aeroespacial na Amazônia

Por outro lado, de acordo com a END (Estratégia Nacional de Defesa) configuram-se como principais vulnerabilidades da atual estrutura de defesa do País, incluída a Região Amazônica [166]:

- Pouco envolvimento da sociedade brasileira com os assuntos de defesa e escassez de especialistas civis nesses temas;
- Insuficiência e descontinuidade na alocação de recursos orçamentários para a defesa;
- Obsolescência da maioria dos equipamentos das Forças Armadas; elevado grau de dependência em relação a produtos de defesa estrangeiros;
- Inadequada distribuição espacial das Forças Armadas no território nacional, para o atendimento otimizado às necessidades estratégicas;
- Escassez de recursos para ciência e tecnologia, financiamento deficiente para indústria nacional de defesa, além de bloqueio tecnológico imposto por países estrangeiros;
- Sistemas nacionais de logística de mobilização, ineficientes.

Estudos e a análise da conjuntura nacional brasileira mostram uma nação pouco provida de mentalidade de defesa, uma sociedade brasileira dissociada de

[166] Ver END, 2009.

um pensamento estratégico militar brasileiro que envolva sua defesa interna e segurança internacional.

> "Nem mesmo os extraordinários bens estratégicos brasileiros, representados pela abundância de recursos naturais, tais como minérios, biodiversidade, mananciais de água doce, bem como grandes extensões de terras agricultáveis, sujeitos à cobiça internacional, têm motivado o incremento da capacitação de Defesa para garantir a sua proteção. Embora a economia brasileira rivalize com as das nações centrais e apresente amplas possibilidades de crescimento, esta não consegue despertar o País para a necessidade de deter um elevado poder de dissuasão, traduzido pelo adequado aparelhamento da expressão militar do Poder Nacional, cuja capacidade atual não está compatível com a estatura político-estratégica do País." (PMA, 2008, p.20)

A Política de Defesa Nacional está centrada em uma diplomacia ativa voltada para a paz e uma postura estratégica dissuasória de caráter defensivo, sendo detalhada na Estratégia Nacional de Defesa, elaborada e aprovada em 2008.

No entanto, haveria necessidade de serem desenvolvidas ações de Estado, ações válidas se suportadas por uma concepção baseada num pensamento estratégico militar transparente.

Pensamento estratégico militar voltado para a estruturação de uma defesa nacional, discutida e definida suas prioridades no patamar compatível com o seu objeto, a soberania nacional e, que apresentasse um poder dissuasório desejado em face ao esforço a ser empreendido pela sociedade brasileira.

O foro de discussão da estrutura e tamanho do poder militar desejável deveria ser o Poder Legislativo e Executivo, considerando tratar-se de um assunto cujas decisões e consequências afetariam a todos os cidadãos brasileiros, indistintamente.

Sendo importante ressaltar que a priorização de investimentos na área de defesa abrangem diversos setores da economia nacional.

Para tanto seria imperativo o engajamento da sociedade brasileira neste importante projeto de soberania nacional, pois a discussão do tema defesa nacional, tratando-se tanto da defesa interna como da segurança internacional, tem que ganhar transparência e projeção junto à sociedade [167].

Para cumprimento das Diretrizes da Estratégia Nacional de Defesa, no referente à Amazônia, o Poder Aeroespacial brasileiro apresenta vulnerabilidades e inadequações, sejam conjunturais e estruturais, mesmo se organizado em torno de capacidades e, considerando os aspectos positivos elencados anteriormente no cenário geopolítico atual da América do Sul.

A capacidade de dissuasão do Poder Aeroespacial para inibir a concentração de forças hostis nas fronteiras terrestres e impedir o uso do espaço aéreo nacional é parcialmente adequada.

Logo, não consegue demonstrar poder aeroespacial crível, tanto em meios, como em tecnologia e preparação para o combate.

É importante saber que, a capacidade de dissuasão, seja ela aeroespacial ou não deveria estar baseada principalmente na demonstração de força.

O controle do espaço aéreo incorpora tecnologias no estado da arte no referente à capacidade de vigilância aérea e a condução das interceptações, incluindo a aeronave de alarme antecipado (R-99A), que diferencia um país que tem ou não capacidade de defesa aérea, entretanto tem capacidade de efetivo controle do espaço aéreo bastante comprometida em consequência da falta de pronta-resposta e alcance, performances dos meios aéreos empregados.

---

[167] Ver Rocha, 2010.

Quanto à utilização dos meios supersônicos de outras RDAs, os mesmos encontram-se em estado avançado de utilização, assim como tem sua capacidade de operação também comprometida pela falta de capacidade de reabastecimento em voo, devido a pequena quantidade de aeronaves tanques existentes, em ambos os casos constituindo material aéreo em obsolescência.

Tendo como prioridade a vigilância aérea – o exercício da vigilância do espaço aéreo, sobre o território nacional, (...) é a condição essencial do controle do espaço para poder inibir o sobrevoo do espaço aéreo nacional por vetores desconhecidos e hostis.

Como condicionantes da prontidão para responder e fazer valer a sua capacidade de dissuasão, a Força Aérea Brasileira precisaria contar com plataformas e sistemas próprios para monitorar, e não apenas para combater e transportar, particularmente na região amazônica, segundo a END.

Capacidade para monitorar já existe alguma e está instalada no SISDABRA, utilizando sistemas e equipamentos, que incorporam tecnologias no estado da arte, mas, com capacidade parcial de vigilância a baixa altura até o FL100.

O Comando de Defesa Aeroespacial Brasileiro (COMDABRA), como órgão central do SISDABRA deveria ser fortalecido como núcleo da defesa aeroespacial e das operações aéreas, sendo incumbido de conduzir todos os vetores aéreos e de integrar todos os meios de monitoramento aeroespacial do País, inclusive no que diz respeito a Patrulha das áreas marítimas e a Busca e Salvamento.

Dadas as dimensões da Amazônia e sua importância como um dos focos de maior interesse da defesa nacional, a presença do Poder Aeroespacial, na região, não poderia significar onipresença.

A presença ganharia efetividade graças à sua relação com a mobilidade estratégica e a capacidade logística, que devem ser desenvolvidas e fortalecidas.

Logo, seria imperativo possuir estruturas e meios de transporte aéreo e de comando e controle, que possam operar em diferentes circunstâncias, inclusive sob condições especiais, impostas por um conflito armado.

Na atualidade, o Poder Aeroespacial não possui meios aéreos compatíveis de transporte aéreo tanto tático como estratégico, bem como, de reabastecimento em voo.

A incipiente capacidade de reabastecimento em voo do Poder Aeroespacial reduz sobremaneira a flexibilidade e o poder de alcance nas operações aéreas, características imprescindíveis dos meios aéreos, comprometendo a estratégia de dissuasão do poder aeroespacial.

O cumprimento das operações de defesa aeroespacial em toda a extensão da Amazônia Brasileira, que compreende uma área de 1200 por 1300 NM é uma tarefa de difícil execução, exigindo capacidades em meios aéreos, de detecção e telecomunicações, de pessoal operacional, de comando e controle, de inteligência operacional (infowar) e estrutura operacional/organizacional compatível, desdobrados na região em constante estado de prontidão[168].

> "Para que estes meios sejam aplicados com eficiência operacional e sejam realmente eficazes, suportados por legislação federal e operacional compatíveis, necessitam de treinamento no ambiente de operação e um comandamento único, extremamente coordenado e articulado." (Guerra do Golfo, Desert Storm, 1991)

[168] Ver Silva, 2005.

Atualmente, os meios aéreos de defesa aérea utilizados na Amazônia, são compostos de aeronaves de ataque EMB A-29 [169], que apresentam uma série de limitações para sua utilização como vetores de defesa aérea. Além de baixa performance possuem capacidade limitada de alcance, cerca de 250 milhas náuticas, sendo capazes de somente interceptar e ou acompanhar aeronaves de pequeno porte, voando entre 100 e 200 kt [170].

Somando-se as vulnerabilidades acima mencionadas, existe ainda, o fato destes meios aéreos estarem dispersos em duas bases aéreas, localizadas na imensidão da Amazônia brasileira, com seus 5,2 milhões de km^2.

Sendo assim, pode-se entender que os meios aéreos de defesa aérea alocados na amazônica ocidental não atenderiam às exigências de uma estratégia baseada numa capacidade de dissuasão crível do Poder Aeroespacial.

Uma gestão de inteligência operacional (informações) foi implantada na função de avaliação da ameaça aérea no CODA – Centro de Operações de Defesa Aeroespacial e, veio possibilitar uma adequação parcial do emprego de aeronaves supersônicas de caça de Defesa Aérea, baseadas em outras RDA, em situações especiais, operando com o suporte do R-99 e de aeronaves tanques (reabastecimento em voo), mas, realizando somente missões chamadas pré-planejadas de DAepc, na Amazônia (Silva, 2006).

Este procedimento apresenta uma série de inconvenientes operacionais, devido as aeronaves alocadas estarem em outras regiões de defesa aeroespacial, sem o tempo de reação que as ações de defesa aérea exigem e, necessitando, inclusive, de forma imprescindível do apoio de aeronaves tanques para reabastecimento em voo.

---

[169] Aeronave turboélice de ataque leve, de baixa performance, fabricada pela EMBRAER.
[170] Kt = milha náutica (NM) por hora.

Em paralelo, pode-se afirmar que não existe uma estratégia de emprego operacional de reabastecimento em voo, nem tampouco de recolhimento do alerta DA numa base aérea alternativa e, então, a partir desta base continuar prestando o serviço de alerta DA, o que acrescentaria flexibilidade e mais disponibilidade ao emprego dos escassos meios aéreos de DA existentes. Mas essas bases alternativas não existem.

Por falta de um pensamento estratégico militar, em parte pela inexistência de mentalidade de defesa e segurança tanto das autoridades governamentais como da própria sociedade brasileira, o Brasil não possui atualmente poder aéreo capaz de se opor ao da Venezuela, levando em consideração suas últimas aquisições de caças russos SUKOY 30.

Em termos de D Aepc, a FAB opera uma dúzia de aeronaves Mirage 2000C antigos, fabricados em 1980, adquiridos de segunda mão da Força Aérea Francesa e, cerca de meia centena de aeronaves F–5E, adquiridas dos americanos, em 1970, atualmente, em processo de revitalização da sua aviônica, mas que em futuro breve devem se tornar igualmente obsoletas.

Utiliza como aeronaves reabastecedoras dois (02) KC-130 e três (03) KC-137 Boeing, insuficientes para atender a frota existente de aeronaves de caça e, consequentemente, as necessidades da D Aepc. Este fato permite concluir que o Poder Aeroespacial brasileiro não tem capacidade de reabastecimento em voo[171] e, portanto, não representa neste aspecto uma capacidade de dissuasão crível.

O poder para assegurar superioridade aérea local em qualquer hipótese de emprego (HE), que viria viabilizar as operações navais e as operações das forças terrestres no litoral e interior do País, seria tarefa a ser cumprida pela Força Aérea.

---

[171] Ver Pereira, 2010.

O Poder Aeroespacial Brasileiro não dispõe de uma Força Aérea com meios aéreos em número suficiente e com disponibilidade logística média capaz de atender estas exigências operacionais.

A parte de infraestrutura, no tocante às bases aéreas, na Amazônia Ocidental, totalizando três bases para a dimensão da região, apresenta-se de forma insuficiente para atender as necessidades operacionais do Poder Aeroespacial no cumprimento das ações de defesa nacional, baseado na estratégia da capacidade de dissuasão.

A este cenário de dificuldades, acrescente-se ainda, a reduzida capacidade operacional de reabastecimento em voo e, no referente à mobilidade estratégica e a capacidade de apoio logístico.

Problemas que deterioram ainda mais o quadro, seriam a tipicidade da região, inóspita e sem recursos, aliada a baixa disponibilidade de transporte de carga das aeronaves do poder aéreo.

Logo, o Poder Aeroespacial não tem capacidade para levar o combate a pontos específicos do território nacional, pois não dispõe de aeronaves de transporte em número suficiente. Em consequência, não dispõe de meios aéreos para transportar em poucas horas uma brigada da reserva estratégica, do centro do País para qualquer ponto do território nacional.

Pode-se concluir que os meios de transporte aéreo existentes possibilitam apoiar parcialmente a aplicação da estratégia da presença do Exército na região Amazônica.

Esta vulnerabilidade já está presente, sobretudo no apoio logístico das atividades operacionais do dia-a-dia realizadas pelas unidades da Força Terrestre situadas na fronteira.

Organizar-se em torno de capacidades e não em torno de um inimigo exige que a Força Aérea tenha domínio do potencial aeroestratégico, sem o qual ela não estaria em condições de defender o Brasil, nem mesmo dentro dos mais estritos limites de uma guerra defensiva.

Na região amazônica, o atendimento a esses objetivos exigiria que o Poder Aeroespacial dispusesse de unidades com recursos técnicos para assegurar a operacionalidade de pistas de pouso e de instalações de proteção ao voo nas situações de vigilância e de combate.

Neste cenário, aparece ainda a necessidade de pessoal operacional e de logística preparados para o combate.

Mesmo que a Força Aérea aplicasse técnicas avançadas de combate aéreo e interceptação, lançamento de armamentos dentre outras modalidades, o grau de treinamento quanto ao volume de horas voadas e o número de equipagens de combate e de controladores de operações aéreas militares seria insuficiente para atender às necessidades operacionais das operações militares.

Sejam aquelas independentes de defesa aeroespacial e aeroestratégicas, bem como as demais de apoio ao combate.

No que diz respeito ao apoio logístico, a deficiência de pessoal e material é preocupante e, comprometeria a disponibilidade das aeronaves da frota. Os recursos financeiros alocados em pessoal e material envolvendo o emprego do Poder Aeroespacial são muito elevados e de longo tempo de gestação.

A indústria nacional de material de defesa não está totalmente capacitada para conquistar autonomia em tecnologias indispensáveis à defesa, devendo para tanto contar com um forte segmento de ciência, tecnologia e inovação – C,T&I na criação de instrumentos de fomento à pesquisa de materiais, equipamentos e

sistemas de emprego de defesa ou dual, de forma a viabilizar uma vanguarda tecnológica e operacional pautada na mobilidade estratégica, na flexibilidade e na capacidade de dissuadir ou de surpreender.

Recursos financeiros, com base em financiamentos governamentais seriam imprescindíveis para consecução destes objetivos, que envolvem diretamente a soberania nacional.

CAPÍTULO 6 – A CAPACIDADE DE DISSUASÃO DO PODER AEROESPACIAL BRASILEIRO NAS AÇÕES DE DEFESA NACIONAL, NA AMAZÔNIA – UMA PROPOSTA

Um dos objetivos estratégicos listados na Estratégia Nacional de Defesa – END, de responsabilidade da Força Aérea Brasileira é:

> "Exercer do ar a vigilância do espaço aéreo sobre o Território Nacional e as águas jurisdicionais brasileiras (...) é a primeira das responsabilidades da Força Aérea e a condição essencial para poder inibir o sobrevoo desimpedido do espaço aéreo nacional pelo inimigo." (END, 2009)

"O primeiro fundamento do Poder Aéreo é a primazia na pesquisa." (Arnold, 1886 – 1950)

O reaparelhamento e rearmamento do Brasil devem subordinar-se ao princípiro da dissuasão, pois a proteção eficaz seria a capacidade brasileira de retaliar qualquer agressão no continente. (...) Desproteger fronteiras amazônicas contra incursões bolivarianas no pressuposto de que estas não ocorreriam é especular quanto à intenções, quando o que importa considerar é a capacidade de forças regulares ou irregulares promoverem tais violações[172].

6.1 Soberania nacional – Pensamento Estratégico Militar Brasileiro sobre a Amazônia

A globalização da economia, conseqüência direta do neoliberalismo, representa, hoje, uma nova ordem mundial. A tentativa de criar um mercado único no globo terrestre pressupõe a livre competição entre todos os atores intervenientes, o que, desde logo, põe em evidência as dificuldades dos países não desenvolvidos para enfrentarem a competição com os mais desenvolvidos que possuem tecnologia e capacidade de gerenciamento com acesso mais fácil ao capital. Por outro lado, a não aceitação do processo deixaria o país optante fora da economia mundial e condenado a um isolamento empobrecedor e frustrante.

O Brasil, querendo ou não, tem que se ajustar a esse novo modelo. Isto significa aproveitar as suas boas coisas e encontrar soluções que representem o autêntico interesse nacional.

No campo militar da soberania nacional, o que mais preocupa são as questões de defesa nacional e segurança externa que, no conceito globalizante, estão deixando o enfoque geopolítico para se aterem ao geoeconômico.

Há, em consequência, um enfraquecimento do chamado Estado-Nação, já que os princípios básicos de soberania e autodeterminação perdem cada vez mais

[172] Ver Pereira, 2010.

espaço para os chamados interesses coletivos da humanidade, determinado pela nova ordem mundial, onde o segmento internacional, sendo mais poderoso, sobrepuja o nacional. É o estado supranacional das grandes potências impondo soberania relativa ou limitada às demais nações.

Esses interesses coletivos da humanidade são de fácil identificação, pois são, exaustivamente, enfocados pela mídia nacional e internacional. Proteção dos direitos humanos, preservação do meio ambiente, questões indígenas, narcotráfico, controle sobre a proliferação de armas de destruição em massa, entre outros, e que, quase sempre de forma oportunista, são utilizados pelos países do Primeiro Mundo, para interferirem em nações soberanas e tentarem, nessa interferência injusta, garantir seus interesses econômicos.

Torna-se imperativo destacar que alguns desses problemas estão, efetivamente, presentes no Brasil e, em particular, na Amazônia.

Também é fato que já existe uma tensão no relacionamento comercial de países desenvolvidos com não desenvolvidos. A livre competição tem aumentado, substancialmente, o desnível entre países ricos e pobres. Mesmo internamente, entre os países pobres ou em desenvolvimento, constata-se o alargamento da distância entre classes sociais. Efeito que desafia as elites governantes a encontrarem soluções próprias.

O princípio da não intervenção (Art° 34 e 35 da CF de 1988**)**, que rege basicamente as relações diplomáticas entre países, um dos pilares da diplomacia brasileira, começa a ser posto de lado.

É notória, neste contexto dinâmico, a diferença de atitudes tomadas nas áreas de fricção entre as nações, em função do interesse e de cada poder nacional envolvido. São soluções diferenciadas frente a situações semelhantes. Resoluções

da ONU são utilizadas para legalizar intervenções de caráter pretensamente humanitário.

O protocolo de Washington modifica a carta da OEA, consagrando intervenções em países com a finalidade de preservar a democracia e os direitos humanos. Normalmente, os textos não são bem definidos tecnicamente, possibilitando, na prática, interpretações que acabam servindo aos interesses daqueles que querem promover, com a intervenção, a sua ingerência. Os Organismos Internacionais estão, como se pode observar, cada vez mais a serviço das grandes potências.

"Uma nação que confia em seus direitos, em vez de confiar em seus soldados, engana-se a si mesma e prepara a sua própria queda". (RUI BARBOSA, século XX)

Uma nova noção de soberania está sendo delineada no direito internacional, revogando conceitos anteriormente aceitos nas negociações e um redimensionamento do papel do Estado, com consequências imprevisíveis.

A capacidade do poder militar instrumento da inteligência do poder político de uma nação soberana está diretamente ligada a sua capacidade nuclear, nitidamente pendente para aqueles países que dominam a tecnologia nuclear. A capacidade nuclear vem sendo empregada e imposta como único argumento da ação política e, até, como se fosse a própria política.

O Tratado de Não Proliferação de Armas Atômicas, tratado dito de maior interesse de toda humanidade, está longe de afastar o perigo do holocausto nuclear, ao contrário, criou um grupo privilegiado que, além de possuir armas nucleares de destruição em massa, prossegue com novas experiências e com aumento de seus arsenais, em flagrante desrespeito ao que foi acordado.

As três expressões do Poder Militar brasileiro deveriam estar vigilantes na missão de defesa nacional, inclusive diante do pretendido desaparecimento da noção de pátria e, consequentemente de soberania e da ilusória prescrição da guerra, pelo advento do processo de globalização da economia mundial.

Entretanto, o neoliberalismo globalizante permanece na nova ordem mundial e, atuante no Brasil, todavia não poderia satisfazer-se com um papel subalterno no jogo de forças dessa nova ordem.

O nosso desafio, neste momento, é saber, de forma patriótica, colocar os interesses nacionais acima de tudo, aproveitar as oportunidades que ele criaria e combater a lógica perversa do sistema de relações de poder, que rege um mercado elaborado por grupos privilegiados economicamente e não por consenso de todos os povos.

A Amazônia, com seus 5 milhões de km^2, possui 1/5 da água potável do planeta, o que representa, hoje, uma preocupação, pois já se fala, abertamente, que as próximas guerras serão pela água. Sua floresta representa 1/3 das florestas do mundo e possui o maior banco genético da terra, atrativo permanente à cobiça internacional.

Suas terras são abundantes, ainda, em recursos econômicos, como petróleo, gás natural e reservas mineralíferas. A par disso, existem, na área, sérios problemas que se enquadram entre os rotulados como de interesses coletivos da humanidade. Tais como a preservação do meio ambiente, a questão indígena e a demarcação de suas terras, a exploração desordenada do garimpo, que conduz a ilícitos transnacionais e agride toda a natureza, a atividade do narcotráfico outro ilícito transnacional.

Os conflitos fundiários com a presença de cerca de 10.000 estrangeiros, dos quais 10% são clandestinos e, finalmente a presença e atividade de umas quinhentas ONGs que nem sempre têm caráter eminentemente humanitário completam o quadro poderia se dizer quase caótico da Amazônia.

Estes problemas poderiam ser caracterizados como consequência direta da ausência do Estado na região e, precisariam ser enfrentados com vontade política e com muita determinação por toda a sociedade brasileira.

O projeto Calha Norte, que muitos pensam ser um programa militar, é, na verdade, uma ação integrada do governo, que poderia tornar-se, desde que plenamente implementado, o início de uma estratégia de defesa capaz de impedir que as reflexões e preocupações relatadas anteriormente se transformem, no futuro, numa realidade extremamente amarga para ser enfrentada pelo Brasil.

Enquanto isso, a bem da verdade, a presença brasileira na área é exercida e depende, quase que exclusivamente, de suas Forças Armadas.

Evidenciou-se, de forma clara, que as Forças Armadas, mais do que nunca, se fazem indispensáveis na defesa de nossos interesses. Não devem ser afastadas de sua destinação constitucional, sob pena de comprometimento dos princípios basilares de soberania e autodeterminação, todavia necessitam de urgente modernização, para que tenha capacidade em meios operativos e possam atingir níveis de operacionalidade coerentes com a estatura estratégica e com os compromissos internacionais de um País que tem vocação para ser potência mundial[173].

“O preço da liberdade é a eterna vigilância.” (Thomas Jefferson, terceiro presidente dos EUA)

---

[173] Ver Gen Lessa, 2006 e Gen Augusto Heleno, 2009.

Esta frase de Thomas Jefferson inspirou Tocqueville (1831), historiador e pensador francês a elaborar a frase “para viver livre é necessário habituar-se a uma existência plena de agitação, movimento, de perigo; velar sem cessar e lançar a todo momento um olhar inquieto em torno de si: este é o preço da liberdade. Esta mesma expressão sempre foi muito usada por um dos grandes líderes da FAB, de todos os tempos, o Marechal do Ar Eduardo Gomes.

Exercito Brasileiro (EB) na Amazônia – A Estratégia da Resistência [174]

Desde meados do século XVIII, os portugueses, estrategistas por vocação, instalaram as primeiras guarnições militares na Amazônia, naquela ocasião, região estratégica para garantir o patrimônio territorial a ser defendido e preservado.

O Comando Militar da Amazônia, situado em Manaus, está organizado com quatro grandes unidades operacionais, as Brigadas de Infantaria de Selva, possuindo como órgão de comando e controle, um Centro de Operações Terrestre – COT responsável pelo acionamento das suas unidades de combate e o contato operacional com as outras forças na coordenação durante o cumprimento de operações conjuntas:

- 1ª Brigada de Infantaria de Infantaria de Selva (1ª Bda Inf Sl) – Boa Vista /RR;
- 17ª Brigada de Infantaria de Selva (17ª Bda Inf Sl) – Porto Velho /RO;
- 16ª Brigada de Infantaria de Selva (16ª Bda Inf Sl) – Tefé /AM;
- 23ª Brigada de Infantaria de Selva (23ª Bda Inf Sl) – Marabá /PA.

Abaixo, tem-se idéia e volume da evolução do efetivo do Exército Brasileiro, para fins de defesa e ocupação terrestre da Amazônia Brasileira, visando a manutenção da sua integridade territorial, tendo em vista as ameaças já elencadas, podendo ainda, participar de operações internacionais:

[174] CMA, 2005.

Ano	1950	1986	2003	2006
Efetivo em homens	1.000	6.000	22.000	25.000

Tabela 3. Evolução do efetivo do Poder Terrestre na Amazônia (Fonte, CMA, 2005).

O CMA estaria capacitado a operar como força componente numa estrutura de Comando Combinado [175] com a Marinha, por meio do 4º e 9º Distrito Naval, e com a Força Aérea, por intermédio do I e VII Comando Aéreo Regional. Com esses meios, o CMA pretende projetar o poder militar em toda a área amazônica, em curtíssimo espaço de tempo e, sustentar o apoio logístico a grandes distâncias.

A área de responsabilidade das FFAA corresponde a 11.200 km de fronteiras terrestres e 1.300 km de fronteiras marítimas, sendo dois os problemas ligados às faixas de fronteiras terrestres:

- Instabilidade dos países vizinhos;
- Guerrilhas – as FARC e o Sendero Luminoso.

A mais grave das Hipóteses de Emprego [176] – HE, que envolve o nosso trabalho de pesquisa seria aquela contra oponente de poder militar incontestavelmente superior, intervenção da comunidade internacional.

Para fazer face a esta hipótese de emprego, o EB definiu como estratégia a Estratégia de Resistência, levando em consideração hipóteses de invasão Traíra, Amapá e Ianomâmi.

A Estratégia de Resistência tem seu planejamento e operação baseados nas seguintes características:

[175] Sob um comando único.
[176] Estabelecida no Plano Nacional de Defesa.

- Combate de sobrevivência;
- Operações não convencionais;
- Longo prazo de duração;
- Área de Resistência.

Contando ainda com as seguintes Influências da área de operações sobre as ações militares:

- Inviabilidade de emprego de grandes efetivos;
- Inexistência de linha de contato definida – emprego não convencional;
- Operações descentralizadas e isoladas;
- Tropas especializadas e aclimatadas;
- Dificuldades de apoio logístico.

Essa realidade pesou muito nas conclusões dos estudos do Exército brasileiro para instalar em Goiânia (Santa Genoveva) a sua mais moderna e ágil unidade; a Brigada de Operações Especiais, idealizada para, no prazo de seis horas, estar pronta para ser transportada a qualquer parte dos 8,5 milhões de quilômetros quadrados desta Nação.

Mais de 50% de seus equipamentos e materiais são de última geração, o que existe de mais eficiente nas principais forças armadas do mundo. Deles fazem parte, por exemplo, visores infravermelho para operações noturnas a fuzis guiados a raio laser.

Seu efetivo operacional está em permanente ampliação, sendo constituído apenas de profissionais. Seu soldado é o mais caro das Forças Armadas, demandando três anos de preparo. As operações militares especiais são conduzidas por tropa especialmente organizada, treinada e equipada, visando objetivos estratégicos

alcançados através de meios militares não convencionais, em áreas hostis ou sensíveis.

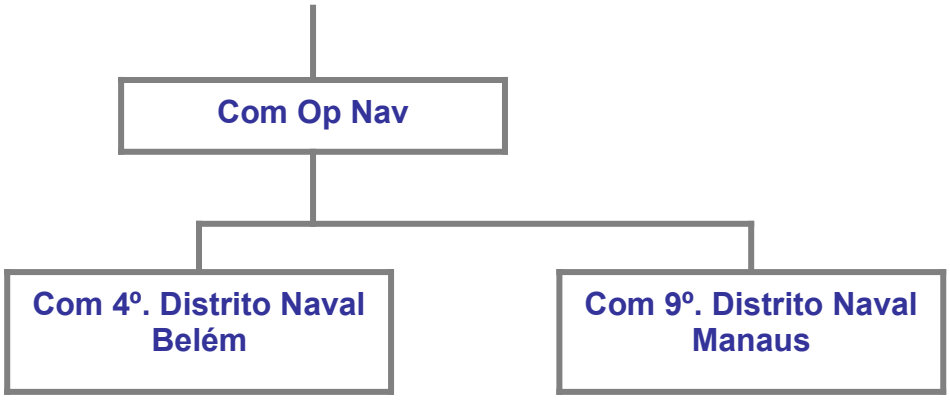
As organizações militares subordinadas à Brigada de Operações Especiais integram à Força de Ação Rápida Estratégica e apóiam as operações de todos os comandos militares do Exército brasileiro.

Da Amazônia à Guerra Química e Nuclear – a Brigada de Operações Especiais tem uma companhia na Amazônia e deve se preparar inclusive para a guerra biológica, química e nuclear.

Na gramática da dissuasão, a guerra irregular está baseada na paixão do povo. A estratégia de sobrevivência estabelecida pelo EB dependeria dessa paixão popular numa região de baixa densidade demográfica, que seria a Amazônia, pois somente a presença ou mobilização das tropas poderia não caracterizar demonstração de poder, tendo em vista que a FAB não tem capacidade de transporte aéreo para atender a demanda, tanto em volume como em espaço de tempo, necessária para mobilização da Força de Ação Rápida Estratégica na Amazônia.

O Exército Brasileiro juntamente com a Marinha do Brasil tentam tornar mais sólida a defesa da Pátria, mas em especial na Amazônia, com seus vinte e cinco (25) mil quilômetros de rios navegáveis, a presença da Marinha prossegue muito modesta, operando com dois mil homens e oito embarcações, dentre as quais três navios-hospital.

Marinha do Brasil – MB na Amazônia



Vista pelo olhar do Poder Naval, a Amazônia é uma imensa região que corresponde a cerca de mais da metade do território nacional (52%), possuindo incalculáveis riquezas minerais e hídricas, assim como uma enorme biodiversidade, ainda pouco conhecida e mundialmente ambicionada

Faz fronteira com sete países, sendo cortada por 11.000 milhas de vias fluviais pelas quais navegam mais de 70.000 embarcações.

Com o intuito de aumentar a ação de presença dos meios navais, neste cenário de considerável destaque estratégico nacional e, a autonomia administrativa e operativa do Comando de Área, foi ativado o Comando do 9º DISTRITO NAVAL, localizado no mesmo local do antigo Comando Naval da Amazônia Ocidental e diretamente subordinado ao Comando de Operações Navais.

A missão da Marinha de Guerra Brasileira na Amazônia Legal é de executar operações navais e terrestres, de caráter naval, com meios navais, aeronavais e a tropa de fuzileiros navais.

Em Belém, o 4º Distrito Naval é equipado com navios-patrulha, um Grupamento de Fuzileiros Navais; em Manaus, o 9º Distrito Naval, a Flotilha do Amazonas é equipada com navios-patrulha fluviais (NPaFlu) e navios de assistência

hospitalar (NAsH), um Esquadrão de Helicópteros de Emprego Geral (UH-12 Esquilo) e Batalhão de Operações Ribeirinhas com Lanchas de Ação Rápida (LAR).

Consolidando a atuação da Marinha que poderia operar somente de forma episódica em certos casos de conflitos envolvendo o narcoterrorismo e os ilícitos transnacionais como o tráfego de drogas e o contrabando de armas e riquezas minerais, temos a participação, também considerada episódica da Policia Federal – PF na Amazônia.

A atuação como dito acima, episódica da PF, na Amazônia, é devido a importância dos meios alocados, caracterizando assim, a ausência desse organismo do Estado na região.

6.2 A vigilância aérea e o controle do ar [178] – situação atual

O Policiamento do Espaço Aéreo

Ao admitir que a defesa do território brasileiro é a missão primeira das Forças Armadas, torna-se evidente que a defesa do espaço aéreo e a manutenção da sua soberania seja a missão principal da Força Aérea.

Então, não faz sentido a existência de uma Força Aérea que não dedique uma parcela considerável do seu esforço aéreo à missão de defesa aérea, desde o tempo de paz – o policiamento do espaço aéreo [179].

O policiamento do espaço aéreo é a única missão operacional real de combate cumprida pela Força Aérea em tempo de paz.

---

[178] A palavra controle é aqui empregada no sentido da palavra inglesa “control” que significa: autoridade, condução. Este emprego foi generalizado no domínio das operações aéreas. (cf. Glossaire OTAN AAP 6J du 1er janvier 1971)

[179] Ver Manual de Emprego da FAB em Defesa Aérea (1976).

A missão de policiamento do espaço aéreo – policiamento do céu é cumprida por aeronaves de defesa aérea a partir da posição de alerta à postos ou a tempo na base aérea e, ainda, na situação de alerta no ar.

Implica na execução de uma manobra de interceptação que possibilite a identificação e classificação de um movimento aéreo desconhecido ou ameaçante.

Para tanto, o Sistema de Defesa Aeroespacial Brasileiro – SISDABRA deve ser capaz de detectar, tratar, selecionar e transmitir dentro do tempo mais breve possível as informações aéreas necessárias à avaliação da sua ameaça e as decisões que dela decorrem.

Por exemplo, as aeronaves executivas e comerciais atuais voam a velocidades próximas de 16 km/min. Um radar moderno pode detectar uma aeronave voando em altitudes entre 30.000 e 40.000 pés a aproximadamente 300 km de distância o que garante um tempo de dezoito (18) minutos para a defesa aérea ensaiar um perfil de interceptação, escolher um vetor e conduzi-lo numa interceptação.

Como são necessários mais ou menos dez (10) minutos, a partir da ordem de decolagem para uma aeronave supersônica em alerta a tempo atingir 36.000 pés, pode-se concluir que como resta pouco tempo para realizar com o interceptador uma manobra de engajamento que possibilitasse uma apresentação pelo setor traseiro da aeronave a ser interceptada, resta o que seria normalmente uma apresentação pelo setor frontal – *head on*, como dito, devido ao exíguo tempo disponível.

Tempo este utilizado para efetuar trocas instantâneas de informações e de dados, de realizar transferências rápidas de controle dos interceptadores entre os órgãos de controle e de efetuar automaticamente toda a seqüência das fases da interceptação.

O problema a baixa altura se torna mais crítico ainda, devido à capacidade dos radares de detecção de aeronaves voando à baixa altura, quanto mais baixo menor a distância de detecção, devido aos problemas de propagação da onda eletromagnética impostos pela curvatura da terra.

A onda eletromagnética emitida pelo radar para obter a detecção se propaga em visada direta e na velocidade da luz, possibilitando uma detecção a uma distância máxima de 54 km, para um alvo voando até 100 pés de altura do solo.

Sendo assim, para atender as necessidades de um sistema de defesa aérea, o SISDABRA deveria incorporar soluções tecnológicas no estado da arte e possuir:

- Dispositivos de detecção radar encarregados da aquisição de todas as informações dos movimentos aéreos, evoluindo no espaço aéreo brasileiro;
- Sistemas automatizados de tratamento e visualização e transmissão de dados destas informações em tempo real, permitindo uma elaboração instantânea da situação aérea e sua avaliação e das ordens;
- Uma rede de telecomunicações com estações ligadas por satélites que permita ligações externas por meio de links de dados – *datalink* dos sistemas fixo e móvel aeronáutico, nas modalidades solo-solo, solo-ar e ar-ar.

Estas soluções vem sendo incorporadas ao SISDABRA, como as aeronaves R-99A (AEW&C) e os enlaces de datalink, que permitem a troca de informações entre as aeronaves por meio de dados, bem como a aquisição de meios aéreos competentes.

O Controle das Operações Aéreas de D Aepc, em Tempo de Paz

O controle das operações de defesa aeroespacial segue uma cadeia organizacional e operacional, em tempo de paz, ESTALE ZERO, na aplicação das Medidas de Policiamento do Espaço Aéreo.

Cadeia Organizacional e Operacional da Defesa Aeroespacial – Autoridades de DA		
COMDABRA	AADA – Alta Autoridade de D Aepc	Cmt do COMBABRA
CODA	AODA – Autoridade Operacional de D Aepc	Supervisor de D Aepc
COpM (OCOAM)	AEDA – Autoridade Executiva de D Aepc	Chefe Controlador (CCOAM)
R-99A – AEW&C (OCOAM)	AEDA – Autoridade Executiva de D Aepc	Chefe Controlador (CCOAM)
Unidade Aérea DAepc	AEDA – Autoridade Executiva de D Aepc	Piloto de Caça D Aepc

Tabela 8. Cadeia organizacional e operacional da D Aepc (Fonte: COMDABRA, 2005)

Generalidades – A Execução

Os órgãos de comando e controle do SISDABRA (CODA e COpM) constituem uma cadeia hierárquica funcional representada em cada nível por uma autoridade responsável, que detém, dentro dos limites fixados pelas normas, um poder de decisão.

Eles asseguram tanto o controle das operações como a condução e o controle das missões aéreas, mas convém notar a particularidade de tal repartição das tarefas de comandamento.

Como por exemplo, pode-se citar a decolagem de uma aeronave de alerta para cumprir uma missão de policiamento do espaço aéreo, sendo uma decisão tomada pelo centro de operações aéreas militares – COpM, sob responsabilidade do Chefe Controlador. O COpM assegura a condução e o controle das operações aéreas em função de uma necessidade atual da situação aérea. A ordem de

decolagem é dada diretamente à aeronave de alerta D Aepc, na base aérea, sem intervenção intermediária de uma cadeia hierárquica militar clássica.

O CODA é simplesmente comunicado da decolagem, assim como o comandante da unidade aérea é comunicado do ocorrido pelo oficial de permanência operacional – OPO de serviço na base aérea.

O AODA e a AADA, nesta seqüência só intervirão se as medidas de policiamento do espaço aéreo a serem tomadas ultrapassarem a competência do Chefe Controlador (AEDA).

Organização da Tarefa

Nos centros de operações, a condução e o controle das operações são responsabilidades do Chefe Controlador, cuja atribuição é avaliar a ameaça, escolher os objetivos e decidir sobre o engajamento dos meios aéreos colocados em alerta.

A condução das missões é confiada aos controladores de operações aéreas militares (COAM), cuja atribuição é conduzir as aeronaves na interceptação e acompanhar a execução das medidas de policiamento do espaço. A execução das medidas de policiamento e responsabilidade exclusiva do piloto de caça.

Funções do Controle

No referente à função avaliação da ameaça, o Chefe Controlador do COpM deve conhecer e manter o estabelecimento da situação aérea local, da sua RDA, transmitindo as pistas de interesse operacional para o CODA, bem como para aos centros adjacentes.

No referente à função tomada de decisão, baseado na delegação de autoridade recebida, dos planos preparados, das informações elaboradas e interpretadas e da disponibilidade de meios colocados a sua disposição pelo CODA, o Chefe Controlador conduz e controla as operações de defesa aérea na sua RDA, por meio da avaliação da ameaça aérea, da decisão de engajamento, coordenando as ações necessárias.

No referente à função condução das missões, sob as ordens do Chefe Controlador, os Controladores (COAM) dispondo do tratamento e visualização dos dados radar e do cálculo automático do perfil da interceptação e, por meios de telecomunicações solo-ar e solo-solo coordenam e asseguram a condução das missões de policiamento do espaço até o engajamento e visualização do alvo pelo interceptador.

Limites das Atribuições do Chefe Controlador (CCOAM) do COpM

As delegações de autoridade dadas ao Chefe Controlador são planificadas e limitadas.

Durante a avaliação da ameaça aérea, se a situação aérea atingir uma gravidade tal, cujos parâmetros ultrapassem a competência estabelecida para o Chefe Controlador, este deve dar imediatamente ciência do ocorrido ao Supervisor do CODA, mesmo que mantenha normalmente ligação com o Supervisor.

No emprego dos meios aéreos colocados a sua disposição, a decisão do Chefe Controlador é igualmente limitada a certas intervenções. Se julgar que a evolução da ameaça justifique o emprego de meios aéreos mais importantes, deve igualmente obter a autorização do Supervisor do CODA, assim como a aplicação de medidas de policiamento do espaço aéreo que não sejam da sua alçada.

Caso as medidas não estejam nem na responsabilidade do supervisor este imediatamente deverá entra em contato com a AADA.

Os Órgãos de Comando e Controle

Os centros de operações responsáveis pelo controle das operações são os centros de operações dos grandes comandos, como o CODA, que exerce as funções avaliação da ameaça aérea e de inteligência e a tomada de decisão em nível nacional da defesa aérea.

Os centros de operações aéreas militares (COpM) e as aeronaves de alarme aéreo antecipado (R-99A AEW&C) são responsáveis pelo controle e condução das missões de policiamento do espaço aéreo nas suas respectivas RDA ou área de responsabilidade operacional.

Participam regionalmente da função avaliação da ameaça aérea ao estabelecerem a Situação Aérea Regional de D Aepc e exercem a função condução das missões.

O Alerta D Aepc nos Órgãos de Comando e Controle

A quantidade dos meios colocados em alerta e o tempo de reação são adaptados a situação do momento e definidos pelo CODA, baseado na avaliação da ameaça e difundidos por meio da ordem de alerta.

A permanência operacional nos centros de controle e nas bases aéreas é prestada por equipes que ocupam as diferentes posições existentes. Os exercícios constantes permitem a avaliação e a manutenção da condição operacional dos controladores e dos pilotos. Os levantamentos são planificados.

As diferentes equipes se revezam em escala de permanência ou nos trabalhos normais de forma a assegurar a instrução do pessoal operacional e o dia-a-dia do centro de operações. Os meios aéreos de alarme aéreo antecipado funcionam dentro do mesmo critério.

Visto desta forma, o controle das operações constitui uma cadeia de comandamento funcional que permite ao CODA dirigir a defesa aeroespacial.

O Supervisor do CODA prevê e planifica as ações de seus meios em função da avaliação da ameaça aérea. Delega sua autoridade nos limites precisos aos Chefes Controladores dos COpM, conforme definido na NOSDA.

Estes são responsáveis perante ao CODA das decisões que tomam, durante as horas em que asseguram suas funções. Desta forma é mantida uma continuidade e descentralização no controle e condução das missões, mas a delegação do poder de decisão não diminui em nada a responsabilidade total do comandante da defesa aeroespacial.

Avaliação da Ameaça Aérea na Amazônia – O Processo Clássico

A avaliação da ameaça na Amazônia Brasileira, em tempo de paz, como a principal função do sistema de defesa aérea, permite estabelecer os estados de alerta – ESTALE [180] e os alertas nas bases aéreas, devendo ser realizada permanentemente, por meio de duas avaliações distintas; a avaliação política e de inteligência e a avaliação da ameaça aeroespacial.

A avaliação política e de inteligência se baseia na atividade de inteligência em relação à situação política e militar do país frente aqueles países vizinhos considerados ou que se tornem suspeitos por práticas duvidosas ou suspeitas.

[180] Ver NOSDA (2010)

No caso da Amazônia, especificamente, aqueles países que pratiquem ou possibilitem praticar atos ilícitos fronteiriços ligados ao narcotráfico ou contrabando de armas e riquezas, bem com ações terroristas, dentre outras.

Estes dados permitem estabelecer o estado de alerta por ordem superior e a sua classificação, em função do país de origem dos movimentos aéreos desconhecidos ou mesmo cooperativos.

A avaliação política e de inteligência é de responsabilidade do CODA, como Centro Nacional de Avaliação da Ameaça. Já a avaliação da ameaça aeroespacial é composta pela soma das avaliações das ameaças aéreas regionais realizadas pelos COpM e transmitidas para o CODA, junto com as pistas de interesse operacional que constituem a situação aérea regional.

A avaliação da ameaça aeroespacial regional da Amazônia realizada pelo COpM 4, em tempo de paz, baseia-se no estabelecimento da síntese da situação aérea regional e o acompanhamento, em tempo real, dos movimentos (voos) classificados como de interesse operacional e a análise dos relatórios transmitidos pelas Unidades de Informação Primária [181] – UIP da Rede de Avaliação da Ameaça Aeroespacial, envolvendo fatos ou atividades ilícitas, incluindo, inclusive, a emissão de ondas eletromagnéticas.

Normalmente o COpM 4, em tempo de paz, como órgão de controle de operações aéreas militares da RDA 4 deverá cumprir as seguintes regras de engajamento [182]:

- Executar o policiamento do espaço aéreo, cumprindo a ordem de alerta e adotando as medidas de policiamento previstas;

[181] Ver NOSDA (2010).
[182] Idem.

- Classificar todos os movimentos aéreos, evoluindo na sua RDA, em função de três critérios:
  - Função do país de origem – AMIGA ou SUSPEITA;
  - Função do comportamento em voo – A VIGIAR, SUSPEITA ou HOSTIL;
  - Por ordem superior – A VIGIAR.

O AEW&C R-99A ao cumprir missão na RDA 4 é definido normalmente como OCOAM S (Órgão de Controle de Operações Militares Subordinado), responsável pela área que lhe for atribuída, mas subordinado ao COpM 4 – o OCOAM P (Órgão de Controle de Operações Militares Principal) da RDA 4.

Em função dos setores de ameaça e levando em conta as suas possibilidades técnico-operacionais, o AEW&C R-99A deverá cumprir as seguintes atribuições de um OCOAM na sua área:

- Participa do estabelecimento da SARDA ao transmitir a situação aérea local;
- Conduz as missões de interceptação e combate;
- Acompanha e presta serviço de vigilância às missões ofensivas;
- Controla o recolhimento das aeronaves;
- Presta proteção e serviço de vigilância às operações de reabastecimento em voo.

A execução dessas atribuições, com o emprego do componente AEW&C R-99A contribui para a capacidade de dissuasão e a defesa do território nacional.

Por definição do CODA, o AEW&C R-99A pode operar ainda, como OCOAM P da área atribuída para sua operação, cumprindo a OALE e a OVIG, entretanto, operando como OCOAM P ficaria subordinado diretamente ao CODA.

A situação aérea local seria transmitida para o COpM 4 e faria parte da síntese da situação aérea regional da RDA 4. O CODA manteria contato operacional com o AEW&C R-99A por meio de comunicações em HF.

Este mesmo conceito de OCOAM S e OCOAM P, pode ser aplicado a sistemas de controle transportáveis como o MRCS 403 e o MARS 402, operados pelo Primeiro Grupo de Comunicações e Controle – 1 GCC.

Estes sistemas transportáveis são compostos por células de C2, meios de detecção, de tratamento e visualização e de telecomunicações, podendo cumprir todas as funções de um COpM – OCOAM P.

Sem dúvida o sistema de defesa aeroespacial brasileiro implantado na Amazônia é um subsistema C^2 (Comando e Controle) no estado da arte, mas do ponto de vista da avaliação da ameaça aérea apresenta vulnerabilidades pela falta de uma gestão de inteligência operacional, pois segue paradigmas clássicos ainda aplicados pelo SISDABRA.

Recente de qualificação e adaptação ao cenário amazônico, ao não possuir uma inteligência operacional para gerenciar os desafios e as ameaças aéreas existentes num espaço aéreo de grandes dimensões e complexo como é a Amazônia Brasileira, onde poderia certamente serem aplicados novos paradigmas.

Muitas das informações que contribuiriam para a gestão de uma inteligência operacional competente estariam disponíveis no SIPAM.

Esta situação de vulnerabilidade é agravada pela escassez em quantidade e qualidade de meios aéreos de D Aepc, conforme discutido anteriormente.

O importante que esta análise ainda que parcial, ligada a Amazônia, é válida para o SISDABRA como um todo, envolvendo as outras RDAs.

O Controle do Ar - Avaliação de Inteligência Operacional

A avaliação da ameaça, no referente à avaliação de inteligência operacional, tem no CODA como Centro Nacional de Avaliação da Ameaça o responsável pela avaliação da ameaça política e de inteligência, a ameaça aeroespacial Brasil.

O COpM 4 é o responsável pela avaliação da ameaça aérea e a condução das aeronaves de alerta D Aepc no cumprimento da missão de policiamento do espaço aéreo na sua região de defesa aérea, a Amazônia.

O CODA estabelece em permanência a síntese da situação aérea, acompanhando a evolução de todos os movimentos aéreos no espaço aéreo brasileiro e avaliando a ameaça aérea.

Supervisiona, ainda, o controle a partir dos COpM do sobrevoo das aeronaves estrangeiras e, quando necessário presta o serviço de socorro em voo utilizando as aeronaves de alerta D Aepc.

A avaliação de inteligência operacional é uma atividade que foi implantada no CODA junto a célula de avaliação da ameaça com a finalidade de processar informações ou fatos que viessem capacitar a realização de uma defesa aeroespacial preventiva em certa área de interesse, que, coincidentemente, na época se tratava da região amazônica. Estas informações e análises até então eram desconhecidas e não vinham sendo realizadas

Na ocasião, mesmo sem a gestão da inteligência operacional, mas devido a falta de meios aéreos compatíveis eram programadas, baseado em informações coletadas das mais diversas fontes e formas, missões pré-planejadas de D Aepc para coibir certos tráfegos que cometiam ilícitos transnacionais.

Missão completamente atípica para D Aepc, que trabalha normalmente com tempo de reação a partir de aeronaves em alerta no solo ou, mesmo em voo.

O CODA tem uma responsabilidade Brasil e, necessitaria uma estrutura robusta para cumprir esta atividade, inclusive dando prioridade a RDA 4, que em termos de área corresponde a soma das outras três RDAs existentes.

Por outro lado não caberia ao COpM 4 realizar esta atividade devido ao seu nível de competência na cadeia operacional e, até mesmo hierárquico do seu chefe controlador.

Certamente, a célula de inteligência operacional deveria pertencer a estrutura de um órgão de D Aepc que estivesse num patamar acima do COpM 4 e, fisicamente nas mesmas instalações, compartilhando dos mesmos meios de visualização, tratamento e comunicações, bem como, tratando-se da Amazônia, utilizando-se das informações disponibilizadas pelo SIPAM.

Poder-se-ia imaginar um CODA regional amazônico subordinado ao CODA Brasil, que possuiria além da célula de inteligência operacional células com capacidade de assumir a avaliação da ameaça aérea e o estabelecimento da situação aérea regional, funções estas do COpM 4.

Seria um CODA dedicado à RDA 4, envolvido direta e exclusivamente com os problemas da região. Pela proximidade aproveitaria as informações, em tempo real, disponibilizadas pelo SIPAM, localizado ao lado do CINDACTA 4, estabelecendo protocolos de transferências de dados e informações referentes aos mais diversos acontecimentos e atividades em andamento na região, tudo em tempo real.

Elaboraria avaliações e planejamentos em tempo real que proporcionariam realizar uma defesa aeroespacial preventiva e dissuasória, atendendo as tipicidades da região amazônica.

A defesa aeroespacial mantém normalmente uma estratégia de emprego e operação, em que o controle da atividade é centralizado pelo CODA e a execução é descentralizada e exercida pelos COpM/OCOAM.

Nada disso seria afetado com a implantação de um CODA regional, pelo contrario seria fortalecida a estratégia de emprego com uma execução descentralizada, flexibilidade que representa um dos pilares de uma defesa aeroespacial moderna.

6.3 O Comando Norte / Comando Sul dos EUA e o Comando de Operações Aéreas da Força Aérea Francesa

NORAD e Comando Norte / Comando Sul da USAF

O Comando Norte-americano de Defesa do Espaço Aéreo – NORAD é um comando binacional responsável pela proteção do *US Continental*, Alaska, Canadá, realizando o controle do espaço aéreo nacional, o alerta aeroespacial mundial e o alerta marítimo, garantindo a soberania do espaço aéreo americano e adjacentes contra qualquer forma de invasão ou de ilícitos transnacionais, sendo que o Comando Norte dos EUA tem como missões a defesa da pátria e apoio as autoridades civis (DSCA).

Os meios empregados pelo Poder Aeroespacial americano fogem ao nosso alcance, pois estão fora da realidade Brasil, tanto em termos de orçamento para as forças armadas como pela quantidade e qualidade dos meios e equipamentos empregados.

A análise envolvendo o Comando Sul dos EUA, que se ocupa do Caribe e de toda a América do Sul recaiu sobre os mesmos pontos. Entretanto, uma gestão

particular se sobressaiu na maneira de operar dos americanos, a gestão de inteligência operacional.

A gestão de inteligência operacional na preparação da batalha aérea envolve a análise da missão e da área de operações de forma multidimensional, geográfica e não geográfica, abrangendo os centros de gravidade amigos e inimigos, nos aspectos relativos ao terreno, meteorologia, capacidade militar, política, econômica, social, geopolítica dentre outras.

É o tipo da gestão imprescindível, no caso das operações de defesa nacional na Amazônia, podendo ser adequada de maneira a possibilitar a sua aplicação na figura de uma gestão de inteligência operacional, envolvendo as informações que já seriam disponibilizadas pelo SIPAM, tendo em vista que a estrutura organizacional / operacional empregada pelos americanos do norte não consegue ser adaptada as possibilidades do Poder Aeroespacial brasileiro. De toda forma é importante relatar que existe uma estrutura organizacional/ operacional estabelecida, ligada a conceitos operacionais básicos que poderiam ser adequados a novos paradigmas.

Comando de Operações Aéreas da Força Aérea Francesa

Opera de maneira centralizada, com grande aplicação das TIC, estabelecendo como objetivo atingir as capacidades de antecipação, flexibilidade e inteligência consideradas o tripé de uma defesa aérea moderna.

Os meios de comando e controle são parecidos com os do SISDABRA, sendo que o sistema brasileiro possui em maior número, tendo em vista que a área do Território Nacional Francês corresponde aproximadamente ao Estado de Minas Gerais. Até este ponto da pesquisa junto ao sistema francês, a parte de inteligência

operacional também poderia ser adaptada, bem como alguma coisa da estrutura operacional.

Entretanto, ao pesquisar as soluções de estruturas operacionais empregadas e a disposição no espaço dos meios aéreos durante o período da Guerra Fria, quando a França e a Alemanha, assim como a Inglaterra tinham como ameaças incursões russas, vindo do leste, inclusive meios aéreos e terrestres franceses poderiam, caso necessário, operarem de território alemão.

Na oportunidade, o modelo operacional empregado foi estabelecer uma região de defesa aérea, cujo responsável pela defesa aérea também seria o comandante operacional da Força Aerotática Francesa, acumulando assim, com o comando territorial da primeira região aérea, possuindo um estado-maior único.

A região se situava o mais a nordeste do território francês, um flanco provável de possíveis incursões. Inclusive, já existiam incursões realizadas normalmente por aeronaves russas que voavam acima de 85.000 ft (26.000 m) de altitude e não conseguiam ser interceptadas pelos meios existentes de defesa aérea, voos classificados como suspeitos com a finalidade de testar o sistema francês (STRIDA) e o da NATO.

Esta solução poderia cair como uma luva se adequada para a realidade da Amazônia, numa estratégia baseada na capacidade de dissuasão do Poder Aeroespacial, mesmo tendo em vista as suas dimensões territoriais.

A estrutura organizacional adotada, mesmo sendo de uma época, onde já se passaram mais de quarenta anos, poderia ser adaptada e dimensionada, bem como a estrutura operacional. Naturalmente, considerando-se a evolução ocorrida e em face das ameaças que venham a ser estabelecidas. Os meios aéreos e os

conceitos de operação também seriam adaptados a nossa realidade e possibilidades.

6.4 O poder aeroespacial como capacidade de dissuasão, na Amazônia – a proposta

A Estratégia a ser adotada

A dissuasão convencional é representada pelo armamento e capacidade operacional da força – técnica. A dissuasão irregular é o despertar da paixão na população. A dissuasão nuclear estratégica é punitiva, por mais materialidade que ela tenha, sendo que a dissuasão convencional pode ser por negação ou punitiva, em ambas é importante e capital não faltar credibilidade militar ao dissuasor. A dissuasão convencional tem como objetivo convencer o inimigo de que ele não vai conseguir o seu intento ou, não valeria a pena consegui-lo pelos danos que sofrerá.

O poder aeroespacial como capacidade de dissuasão pode ser por negação ou punição, afetando o julgamento e o comportamento psicológico do oponente. O poder militar resulta em dissuasão, que em termos políticos é a medida adotada por um país, ou por uma aliança, para impedir a ação hostil de outro país, sendo que do ponto de vista militar é o fortalecimento militar para impedir o ataque de um possível agressor devido à intimidação ou retaliação.

A dissuasão de longo prazo procura inibir desafiadores e se baseia na dimensão do poder militar crível – sendo a capacidade de defender interesses nacionais e, ser capaz de provocar danos inaceitáveis ao inimigo. Seja pelo emprego de armamento de destruição em massa (WMD - nuclear) e pela capacidade de *second-strike*, construindo e investindo em nova capacidade militar.

A dissuasão de curto prazo procura impedir um ataque ou desafio específico, utilizando poder militar já existente[183].

O Poder Aeroespacial, como capacidade de dissuasão, é função de alguns fatores: como a sua evolução tecnológica e efetividade nos resultados no caso de uma campanha aeroestratégica, emprego de número mínimo de aeronaves com a mesma efetividade nos resultados, gerando a redução de custos em aeronaves empregadas, armamento, treinamento, pessoal envolvido, manutenção e logística.

A efetividade dos resultados na campanha estratégica é uma característica do emprego da força aérea de atingir os objetivos estratégicos, centros de gravidade, isto, devido a sua capacidade de alcance, que a torna um instrumento ideal para fins de dissuasão. Sendo a questão chave a identificação dos centros de gravidade do inimigo e a priorização de alvos e objetivos.

A seleção, priorização e análise competente dos alvos estratégicos, centros de gravidade do inimigo é a chave para o sucesso de qualquer campanha aérea.

Para tanto a força aérea deve possuir uma capacidade de inteligência operacional efetiva, fator essencial para a proposição de uma estratégia baseada na capacidade de dissuasão do Poder Aeroespacial.

O poder aéreo tornou-se essencial ao poder militar de qualquer Estado pelas características e capacidades do emprego da força aérea como: a alta velocidade, longo alcance, rápida resposta, capacidade tecnológica e inovadora, precisão nos ataques. Outro fator importante é a sua capacidade de ultrapassar as limitações geográficas e operar no território inimigo.

Uma das opções dos Estados para atingirem seus objetivos políticos seria uma guerra convencional limitada, onde o poder aéreo continua sendo o instrumento militar mais valioso para alcance dos objetivos políticos.

---

[183] Ver Rocha (2010).

Entretanto, esses mesmos objetivos políticos poderiam ser alcançados por meio de uma estratégia de dissuasão, onde o poder aeroespacial com sua capacidade de dissuasão continuaria ser o seu mais importante instrumento.

Ao continuar a análise da evolução do conceito e da percepção do valor do Poder Aéreo, com suas características de alcance estratégico e efetividade de resultados sobre ataques a centros de gravidade do inimigo, com baixo efeito colateral, confirma-se como o instrumento ideal para fins de dissuasão.

Uma estratégia de dissuasão baseada na capacidade de dissuasão do poder aeroespacial é a mais adequada, tendo em vista o fato da pressão existente sobre os governos em minimizar ao máximo os danos civis e, a qualquer custo.

Apresentação da proposta

Uma análise preliminar, realizada no ano de 1990, pela Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, quando da definição do projeto do SIPAM, (...) em resumo, o problema principal foi identificado como a falta da “Presença do Estado” na Região Amazônica. Na verdade, o Brasil necessitaria urgentemente pôr em prática um programa socioeconômico de governo, suficientemente estruturado, que permitisse a promoção do desenvolvimento sustentado da Região Amazônica e, promovesse harmonia entre as necessidades humanas e as ambientais.

O Poder Militar brasileiro vem por intermédio da atuação do poder terrestre aumentando a sua presença na região, com aumento do efetivo local. Uma Força de Ação Rápida, localizada em Goiânia, seria empregada junto com o efetivo local no caso de conflito estabelecido na hipótese de emprego, chamada de estratégia de

resistência. O aprestamento desta força exigiria apoio importante de transporte aéreo por parte da força aérea.

Por sua vez o poder naval vem sendo implementado de forma modesta, com meios específicos de emprego em área fluvial.

Ao se vislumbrar o emprego do Poder Aeroespacial brasileiro na Amazônia, cumprindo uma estratégia de dissuasão baseada na sua capacidade de dissuasão, duas vertentes devem ser levadas em consideração, uma de curto prazo, até dois anos e, outra de médio prazo, até seis anos.

Aquela de curto prazo seria uma proposta, contando com os meios aéreos e de comando e controle existentes ou, de aquisição imediata. Utilizaria a capacidade de gestão e a estrutura operacional e organizacional, já instaladas, mas, naturalmente, acrescidas com modificação de alguns de seus paradigmas.

A proposta levaria em consideração, ainda, meios que poderiam ser implementados e empregados operacionalmente em médio prazo, até seis anos, que seria a segunda vertente.

A proposta poderia começar pela adequação da avaliação da ameaça, função principal da defesa aérea, esta adequação seria a incorporação de uma gestão de inteligência operacional no processo clássico de avaliação da ameaça aérea como uma resposta possível, de curto prazo e fácil implementação, às necessidades de manter o controle e a soberania do espaço aéreo, ao enfrentar e coibir a sua violação por meio de atividades ilícitas transnacionais, numa região de grandes dimensões como a Amazônia.

O emprego das aeronaves A-29A/B de contrainsurgência (COIN) no cumprimento da missão de policiamento do espaço, na Amazônia dispersas em

duas ou três bases aéreas, numa imensidão de território amazônico, poderia ser melhorado ao se compensar suas vulnerabilidades.

Uma das soluções de curto prazo seria incorporar uma gestão de inteligência operacional na avaliação da ameaça aérea local, em nível hierárquico compatível na cadeia operacional de comando e controle, adaptação, por exemplo, de um CIOp[184].

Acrescentando informações complementares já disponíveis no SIPAM e outras à análise da avaliação da ameaça como; análise da missão e da área de operações de forma multidimensional, geográfica e não geográfica, abrangendo os centros de gravidade amigos e inimigos, nos aspectos relativos ao terreno, meteorologia, capacidade militar, política, econômica, social, geopolítica dentre outras

Desta forma, poder-se-ia aproveitar melhor o emprego destes meios aéreos na missão de policiamento do espaço em face da ameaça aérea deduzida, complementados pelo emprego de aeronaves de caça de D Aepc com apoio de REVO e AEW&C compulsoriamente.

Então, os meios aéreos adequados seriam aeronaves performantes e com capacidade de REVO, como o MIRAGE 2000 C e o F- 5EM, a fim de que fosse atingida a eficácia no emprego da defesa aérea e o cumprimento da missão de policiamento do espaço aéreo da Amazônia Brasileira.

É imperativo que o Poder Aeroespacial brasileiro tenha capacidade de reabastecimento e de transporte aéreo, exigindo uma frota de aeronaves tanques /cisternas de reabastecimento em voo – soluções que podem ser implantadas tanto em curto como em médio prazo.

[184] CIOp – Centro de Inteligência Operacional, estratégia empregada na Subchefia de Operações do EMD, para antecipação no tratamento de conflitos internos e externos.

Pode-se inferir uma imagem prospectiva da estrutura operacional do C^2 SISDABRA para exercer as capacidades de antecipação, flexibilidade e inteligência, pilares de uma defesa aérea moderna, além de utilizar os meios existentes de defesa aeroespacial e, em funcionamento, deveria adequar-se, implantando na RDA 4, Amazônia:

- Uma gestão de inteligência operacional na função avaliação da ameaça aérea, de implantação aceitável e praticável na estrutura operacional do SISDABRA, que funcionaria em nível de um CODA AM, específico;
- Um braço armado constituído de aeronaves de defesa aeroespacial de alta performance, destinadas à operação na RDA 4, incorporando sistemas de armas modernos e adequados à ameaça deduzida e, com capacidade de reabastecimento em voo;
- Uma frota de aeronaves reabastecedoras (KC – cisterna) que atenda principalmente as necessidades da defesa aeroespacial na RDA 4;
- Aeronaves AEW&C R-99A /R-99B de alarme antecipado e de reconhecimento eletrônico dotadas de sistema de reabastecimento em voo.

Os requisitos acima, dentre outros, poderiam compor uma proposta possível que viria atender o cumprimento da missão de policiamento do espaço aéreo e a manutenção da sua soberania, na Amazônia, em tempo de paz, segundo uma estratégia de dissuasão baseada na capacidade de dissuasão do Poder Aeroespacial brasileiro.

Entretanto, para que gestões implantadas sejam eficazes, e meios aéreos e de comando e controle C^2 possam ser empregados de maneira efetiva é imperativo que haja capacidade e nível compatível na estrutura operacional / organizacional de comando para a tomada de decisão.

Discutidas essas questões a proposta poderia ser mais abrangente para a efetividade da estratégia de dissuasão, baseada na capacidade de dissuasão do Poder Aepc, que se propõe implantar. A proposta contempla parcialmente o pensamento estratégico militar brasileiro sobre a Amazônia, pois não envolve a atuação do Exército no referente à estratégia de resistência contra inimigo com poder militar maior, a contribuição da Marinha nas operações ribeirinhas e fluviais e a operação conjunta das três forças, como forças componentes, em tempo de crise e conflito.

Continuando a explorar uma proposta possível, poder-se-ia estabelecer um modelo operacional /organizacional de emprego do Poder Aepc brasileiro, que adequado à realidade da Amazônia viesse atender necessidades tão complexas.

Naturalmente, este novo paradigma envolveria mudanças conjunturais e estruturais, que obrigatoriamente incorporaria certos requisitos. Por exemplo, a criação de um Comando Operacional Amazônico de Força Aérea que deveria:

- Possuir uma estrutura organizacional / operacional local, paralela ao Comando Geral de Operações Aéreas – COMGAR e ao COMDABRA suportada pelos meios de comando e controle – C^2 SISDABRA, com meios aéreos de D Aepc e outros que lhe possibilitassem exercer o controle do ar na Região de Defesa Aeroespacial 4, compreendida pela Amazônia Brasileira, sendo imperativo que tivesse certa autonomia no referente a tomada de decisão;
- Ter como capacidades fundamentais a antecipação, a flexibilidade e a informação, pilares básicos de uma defesa aérea, discutidos neste trabalho;
- Ser capaz de operar um CAOC (Current Air Operations Center – Centro de Operações Aéreas Correntes - COAC) de um Comando Combinado em

operação na Amazônia, bem como o próprio comando, não só em exercícios programados como em operação em tempo de crise e conflito;

- Ser capaz de funcionar como C^2 de uma Força Aérea Componente de um Comando Combinado, em operação na Amazônia.

Para que estes meios sejam aplicados com eficiência operacional e sejam realmente eficazes, deveriam ser suportados por legislação federal e operacional compatíveis, necessitando, ainda, de treinamento qualificado no ambiente de operação e um comandamento único, extremamente coordenado e articulado, em tempo de crise.[185]

6.5 O impacto na avaliação da ameaça – a gestão de inteligência operacional no CODA Am

Avaliação da Ameaça Aérea na Amazônia – A Inteligência Operacional

A D Aepc deveria ser imprevisível na sua aplicação, flexível no emprego dos seus meios e ao mesmo tempo pontual nas suas ações. Esta postura é um desafio, levando em consideração a tipicidade de uma Amazônia de grandes dimensões.

Para tanto, seria importante possuir capacidade imprescindível na área de inteligência, que viesse possibilitar a busca, coleta e análise de informes e indícios

[185] Guerra do Golfo, Desert Storm (1991).

sobre atividades dos voos ilícitos e a sua evolução da ameaça à soberania do espaço aéreo brasileiro.

Isto implica na adequação da sua avaliação da ameaça, sendo assim, a D Aepc teria a necessidade de acrescentar mais um componente na sua função avaliação da ameaça aeroespacial, em tempo real, que seria a gestão de inteligência operacional, como função adicional, numa célula específica.

A inteligência operacional deveria estabelecer e seguir um planejamento estratégico de coleta e levantamento de dados que atendam os interesses operacionais. E, então, planificar inclusive, o uso de informações já disponíveis nas células dos CTO do SIPAM e realizar planos de busca, utilizando as aeronaves AEW&C R-99A e R-99B de sensoriamento remoto com sua capacidade de levantamento de dados, bem como outras fontes como o Exército, a Marinha e a própria PF.

Desta maneira, a inteligência operacional iria emprestar capacidade de antecipação à defesa aérea, tornando a ameaça aérea mais previsível. E então, adaptar-se e qualificar-se frente a desafios de um espaço aéreo de grandes dimensões. Onde a ameaça aérea são voos ilícitos transnacionais do narcotráfico e outros transfronteiriços de contrabando de armas e riquezas ou mesmo aqueles que nascem dentro do território nacional, possíveis de serem enfrentados, mas extremamente mutantes pelo enorme valor agregado da droga traficada.

A gestão de inteligência operacional se ocupa também em planificar objetivos aeroestratégicos nos países limítrofes da Amazônia Ocidental, levantando e acompanhando inclusive, um possível incremento da atividade operacional em certas localidades, bem como, toda a atividade eletromagnética dos países vizinhos, mantendo permanente análise da ameaça aérea.

Além disso, seria capaz de cumprir planos de busca e coleta de informações, envolvendo análises político-militares dos países vizinhos suspeitos ou não com o objetivo de manter atualizadas as ordens de batalha aérea – OBA e a ordem de batalha eletrônica – OBE.

Atualmente, a avaliação da ameaça política e de inteligência [186] é realizada no CODA, em Brasília e, baseia-se nas determinações do Comandante Supremo (Presidente da República) e na atividade de inteligência em relação à situação político-militar de países vizinhos, considerados suspeitos ou não.

Esta gestão incorporaria ainda análises do estabelecimento da situação aérea (rotas aéreas prováveis) e das informações provenientes das células operacionais de Vigilância Territorial e Espectro Eletromagnético operadas pela Polícia Federal no SIPAM, que trabalham também com informações das aeronaves AEW&C R-99A e R-99B. Assim como, fomentar a utilização das informações da Célula de Atendimento ao Usuário, onde a própria população dos municípios poderia denunciar movimentos suspeitos, práticas ilícitas já existentes, tudo de forma espontânea.

Sem falar na capacidade de levantamento de dados de operação de tráfegos ilícitos do R-99A AEW&C, procedimento que já vem sendo colocado em prática pelo COMDABRA, como política de dissuasão em certas áreas da Amazônia.

Outro aspecto importante para a análise e qualificação dos tráfegos desconhecidos seria implantar na RDA 4, um serviço já em prática nas outras RDA, o controle do tráfego visual, por meio de telecomunicações do serviço móvel aeronáutico por órgão do ACC-AZ, em ligação permanente com a Célula de Identificação do COpM 4.

---

[186] Ver NOSDA (2010).

Estas informações seriam coletadas, tratadas e analisadas numa célula de inteligência operacional, a ser implantada, preferencialmente, no CINDACTA 4. Esta seria implantada numa estrutura de comando e controle do SISDABRA, como um CODA Amazônico – CODA Am, a ser planificado.

Esta gestão de inteligência operacional poderia desencadear os passos necessários para operações pontuais, em qualquer lugar da Amazônia, alocando os meios necessários e compatíveis de defesa aérea, desdobrados ou não, no tempo mais oportuno em face da ameaça.

Haveria tempo para planejamento e *briefing* dos meios envolvidos e até mesmo treinamentos específicos, caso necessário. A missão de D Aepc na Amazônia deixaria de ser somente de alerta à postos ou a tempo e passaria a ter uma forte característica de missão pré-planejada com acionamento imediato ou não, podendo ainda, ser uma missão a partir de um alerta em voo ou Patrulha Aérea de Combate - PAC.

O importante é possuir dados que possibilitem a tomada de decisão com opções operacionais, em função da evolução da ameaça, gerando assim capacidades de antecipação, flexibilidade e inteligência, pilares indispensáveis de uma D Aepc moderna.

É oportuno acrescentar que esta gestão de inteligência operacional viria atender as necessidades de planejamento operacional de qualquer nível de comando e controle e de estrutura de comando operacional.

O CODA Am para cumprir a sua missão passaria a incorporar a gestão da inteligência operacional na célula de avaliação da ameaça, sendo mais um instrumento de dissuasão do poder aeroespacial.

- Célula de Avaliação da Ameaça / gestão da inteligência operacional;

- Células de Supervisão de RDA;
- Célula de Guerra Eletrônica.

Os centros de operações responsáveis pelo controle das operações são os centros de operações dos grandes comandos, como o CODA, que exerce as funções avaliação da ameaça aérea e tomada de decisão em nível nacional da defesa aérea.

6.6 O impacto na estrutura organizacional /operacional do SISDABRA – o CODA Am

Atualmente, na estrutura operacional do SISDABRA, o CODA controla as ações de DA em todo o território nacional, situado em Brasília, sendo, ainda, o Centro Nacional de Avaliação da Ameaça, responsável pela principal função da D Aepc, a avaliação da ameaça política e de inteligência e a ameaça aeroespacial.

O COpM 4 participa desta função, com o estabelecimento da síntese da situação aérea regional de D Aepc, composta pelas pistas de interesse operacional, transmitidas diretamente para o CODA.

A importância da adequação da gestão da inteligência operacional na função da avaliação da ameaça aérea se agiganta ao ser constatado que os meios aéreos de D Aepc existentes, na Amazônia, são escassos, inadequados e restritos, no seu emprego, devido as suas características de aeronave COIN e, em face da tipicidade e da realidade amazônica e sua extensão territorial.

Visto a importância da gestão da inteligência operacional para as ações de defesa aérea na Amazônia, no cumprimento da missão de policiamento do espaço é importante discutir como vai impactar na estrutura operacional do SISDABRA e qual seria a sua estratégia de emprego.

Ao se analisar sobre qual órgão da estrutura operacional do SISDABRA teria condições de assumir a atribuição de realizar a função de avaliação da ameaça e a gestão da inteligência operacional e, consequentemente, ser responsável pelas operações de D Aepc na RDA 4, o controle do espaço aéreo e pela tomada de decisão, pode-se concluir que seria um CODA regional.

A criação de um CODA regional na Amazônica, não exigiria grandes análises sobre a praticabilidade da solução, em termos de custos, tendo em vista a disponibilidade de meios e de espaço físico. Quanto a sua adequação exigiria uma mudança de paradigma devido a necessidade de modificação nas estruturas organizacional e operacional do SISDABRA. A aceitação da proposta é uma necessidade operacional, largamente discutida anteriormente, que, se adotada, ainda, viria concorrer como demonstração de poder, fortalecendo a estratégia de dissuasão, baseada na sua capacidade de dissuasão do Poder Aeroespacial.

A capacidade de tratamento de dados e visualização, bem como *datalinks* de transmissões de dados criptografados do SISDABRA torna esvaziada uma análise sobre a localização, pois o acesso às informações independe da localização e sim das tecnologias de informação e comunicação – TICs disponíveis.

Como se trata de inteligência operacional, ligada à área e a atividade específica é imperativo que o órgão de comando e controle responsável pela gestão, bem como os meios de pessoal estejam localizados na área de operações, para que possam adquirir conhecimento da área e, assim, incorporarem o sentimento amazônico.

Pode-se acrescentar à importância da aquisição do conhecimento da área de operação, o treinamento no ambiente de operação.

Adotada a solução CODA Am, algumas funções do COpM seriam cumpridas pelas células do CODA Am, como o estabelecimento da situação aérea regional, a escolha e alocação das armas, além de ser o responsável pela **avaliação da ameaça** e **tomada de decisão**, na RDA 4, sendo o Supervisor de D Aepc do CODA Am, autoridade operacional de defesa aérea (AODA) na RDA 4.

O CODA Am ficaria subordinado operacionalmente ao CODA, mas com capacidade de operação descentralizada, de acordo com a NOSDA.

A transmissão de pistas de interesse operacional não sofreria solução de continuidade, entretanto, o planejamento estratégico da gestão de inteligência operacional, assim como planejamento das operações teria que ser aprovado pelo comandante do COMDABRA.

Esta proposta seria uma aplicação possível empregada pelo Sistema de Defesa Aérea Francês, no período da Guerra-Fria, tomando como exemplo um centro de operações de Zona de Defesa Aérea Francesa[187], o COpM 4 seria desmembrado em dois; um centro de operações de D Aepc regional que exerceria exclusivamente as funções regionais, na RDA 4, de **avaliação da ameaça** e **tomada de decisão** e, um COpM propriamente dito que exerceria somente a função **condução das missões**.

Os dois centros ocupariam a mesma sala de operações, mas separados por organização interna. As células de oficial de identificação (OI) e alocador de armas (AA) do COpM 4 comporiam as células de avaliação da ameaça aérea e de inteligência operacional, havendo ainda, a célula de missões correntes e do chefe controlador regional D Aepc (AODA), compondo o centro de operações de D Aepc regional – CODA Am, já o COpM 4 operaria a célula do chefe controlador e a célula de condução das missões.

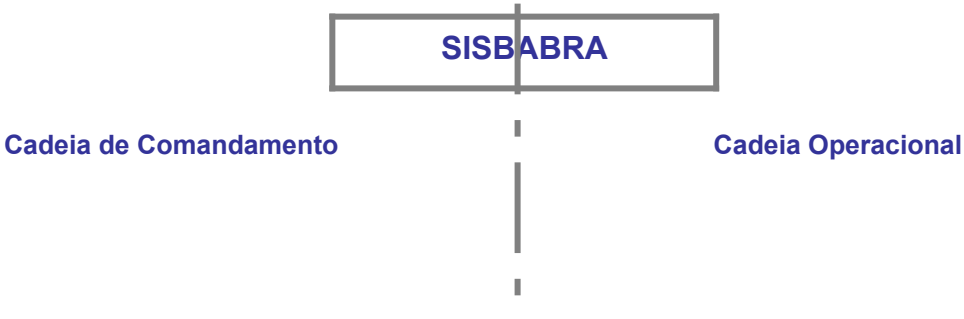
[187] Site http://www.defense.gouv.fr , acessado em 16.04.2005.

Figura 14. A inclusão do CODA Am, meios de comando e controle do SISDABRA. (Fonte, a proposta)

Como na estrutura militar não adianta capacidade e operacionalidade sem grau de hierarquia, o CODA Am deveria ser operado por oficiais no posto de Cel Av, TenCel Av e ou Maj Av, além de pessoal graduado como controlador de operações aéreas militares, para atender as suas necessidades, em face das adequações propostas.

A implantação da gestão da inteligência operacional na célula de avaliação da ameaça de um órgão de comando e controle do SISDABRA, em nível do CODA é uma proposta adequada, praticável e aceitável, como analisado anteriormente.

No entanto, o impacto da proposta envolve modificações nas estruturas organizacional e operacional do SISDABRA.



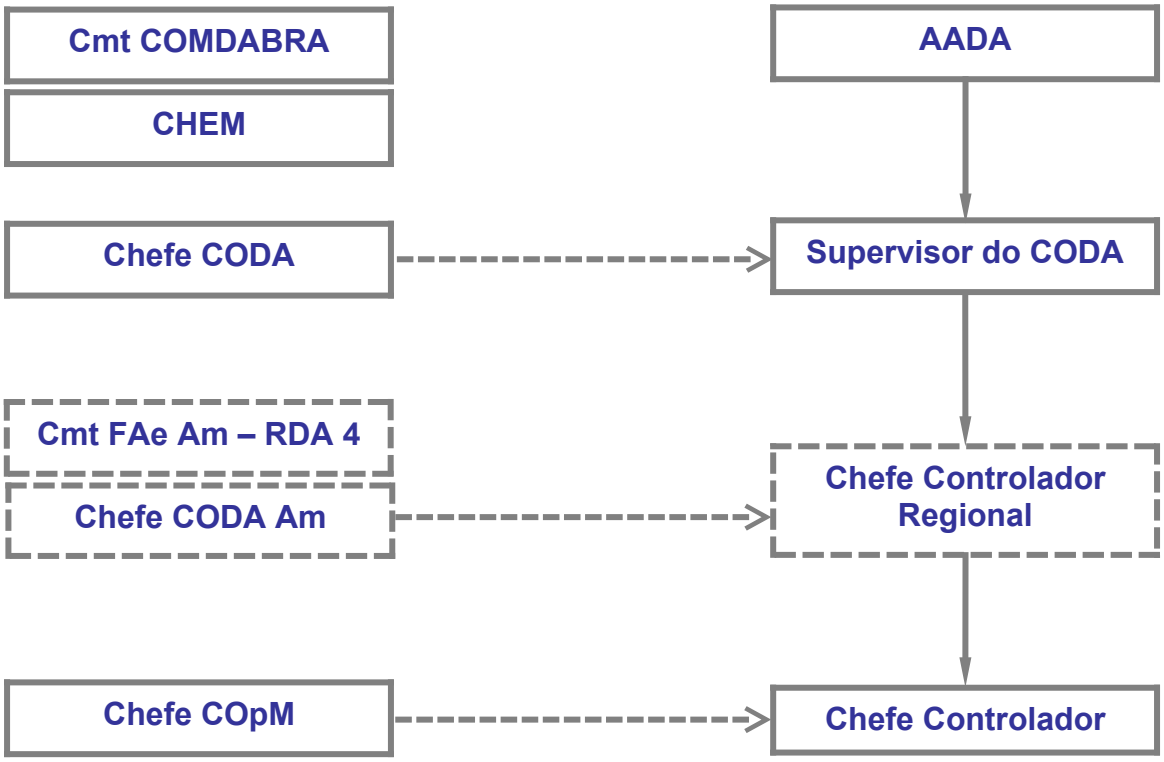


Figura 15. A inclusão do CODA Am, meios de comando e controle do SISDABRA. (Fonte, a proposta)

O fato da implantação da gestão da inteligência operacional ter gerado a criação de um CODA Am atende a estratégia de dissuasão, baseada na capacidade de dissuasão do Poder Aeroespacial, nas ações de defesa nacional na Amazônia, proposta como hipótese deste trabalho de pesquisa.

Para fins de defesa nacional, as missões da D Aepc, em tempo de paz, resumem-se na avaliação da ameaça, a difusão do alerta e o policiamento do céu, sendo que em tempo de crise e hostilidades, as duas primeiras se tornam prioritárias e o policiamento do céu passa a assegurar a proteção das forças de ataque estratégicas.

Para atingir a estratégia de dissuasão pretendida, a estrutura organizacional / operacional do Comando da Aeronáutica, deveria seguir um novo paradigma, em se tratando das ações de defesa nacional na Amazônia, com a criação de um comando operacional de força aérea no mesmo nível do Comando Militar da Amazônia.

6.7 O impacto na estrutura organizacional /operacional do Comando da Aeronáutica – a FAe Am /COMAR VII

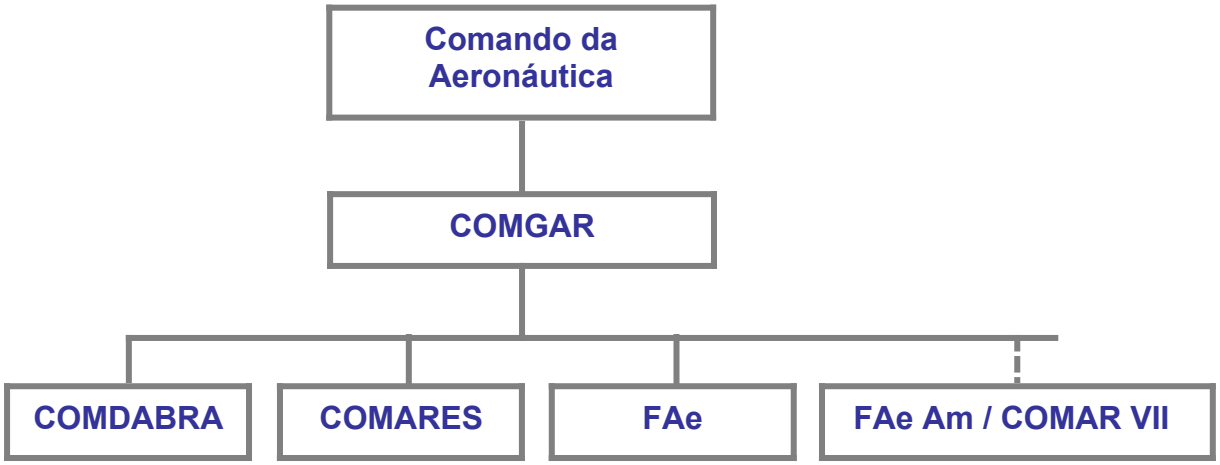


Figura 16. A inclusão da FAe Am na estrutura do Comando da Aeronáutica (Fonte, a proposta).

A FAe Am seria responsável pelas operações aéreas, na região Amazônica – RDA 4.

A junção da Força Aérea da Amazônia – FAe Am com o Comando Aéreo Regional – COMAR VII deveria constituir um caso particular na organização do Comando da Aeronáutica; em efeito o comandante da FAe Am /COMAR VII exerceria simultaneamente:

- O comandamento operacional da Força Aérea da Amazônia;
- O comandamento territorial do Sétimo Comando Aéreo Regional.

Possuiria dois estados-maiores, um operacional e outro especialista que trataria dos problemas ligados ao comando regional.

No referente às missões do comando territorial (COMAR VII), manteria em condições operacionais as bases aéreas, onde estão sediadas as unidades aéreas e

as bases de desdobramento. Em tempo de crise, operacionalizar as demais bases de desdobramento não utilizadas em tempo de paz.

Proveria proteção antiaérea aos pontos sensíveis e, daria suporte logístico as unidades aéreas desdobradas.

Reativaria o Correio Aéreo Nacional – CAN, voltando a reintegrar o atendimento a todos os locais e municípios indígenas ou não carentes de assistência médica, alimentar, dentre outras.

No referente às missões operacionais da FAe Am, ao agrupar um conjunto de meios ofensivos e de apoio ao combate do Comando da Aeronáutica, a FAe Am participaria independemente ou em conjunto com as outras forças armadas, em ações ofensivas contra o inimigo ou em ações de defesa nacional, cumprindo a estratégia de dissuasão. Cumpriria, ainda, as missões de suporte logístico às outras unidades do Comando da Aeronáutica, do EB e MB sediadas na sua área de jurisdição.

Dentro do conceito existente de emprego operacional, apoiado nas características particulares do poder aéreo como alcance, mobilidade, flexibilidade, antecipação, deveria ser capaz de operar em ambiente eletronicamente hostil e de forma continuada 24h /24h e, para tanto FAe Am deveria possuir;

- Meios aéreos de reconhecimento foto IR ou eletrônico capazes de participar na busca e coleta permanente de informações necessárias dos movimentos das forças e evolução da ameaça dos países vizinhos, considerados suspeitos, bem como dos ilícitos transnacionais;
- Meios aéreos de defesa aeroespacial, aeronaves de caça, reabastecimento em voo e AEW&C capazes de participar no controle do espaço aéreo amazônico e manutenção da sua soberania, tanto em tempo de paz como em crise;

- Meios de ataque estratégico, supressão de defesa inimiga (SEAD), reabastecimento em voo e AEW&C capazes de executar um pré-ataque estratégico;
- Meios aéreos de defesa aeroespacial, ataque, reconhecimento aéreo, transporte, reabastecimento em voo, AEW&C e CSAR capazes de participar em operações conjuntas com o EB e a MB, na Amazônia, como força aérea componente.

Os meios de comando e controle C^2, detecção, tratamento e visualização, e telecomunicações que suportariam as operações da FAe Am seriam aqueles existentes no SISDABRA, com algumas aquisições e acrescidos de meios transportáveis de um GCC.

A F Ae Am deveria ser capaz de guarnecer e operar o CODA Am, bem como guarnecer e operar um centro de operações aéreas correntes – CAOC, que instalado no CINDACTA IV, seria o órgão de comando e controle de força componente nas operações conjuntas com o EB e a MB.

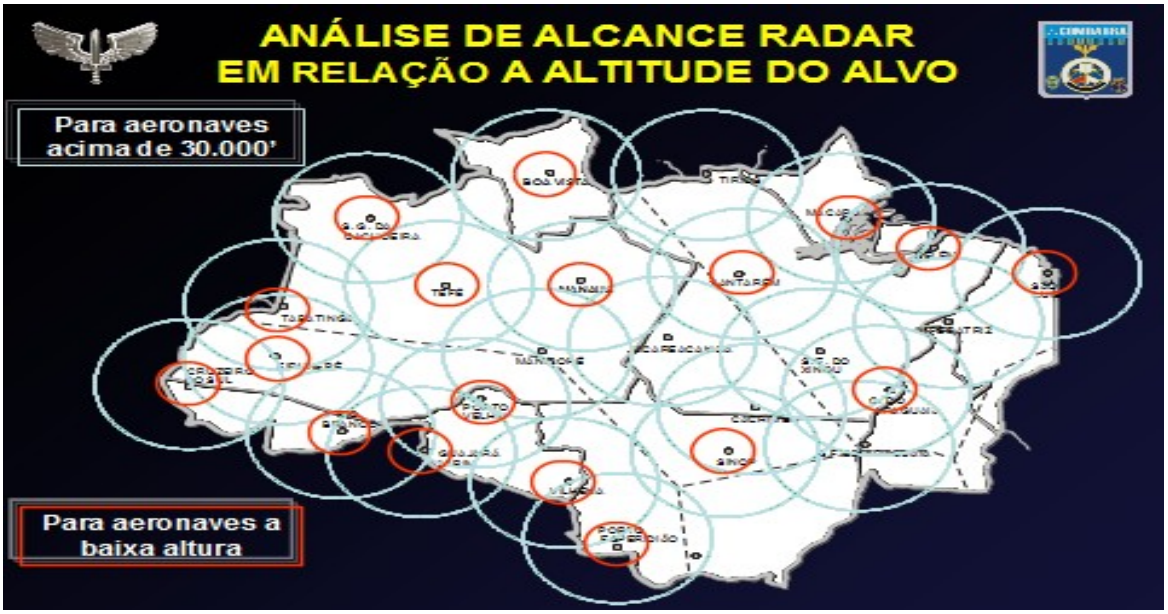


Figura 17. Zona de Detecção (Fonte: COMDABRA, 2008).

Para atender aos requisitos impostos pelos conceitos de operação e pelas próprias características do poder aéreo e, levando-se em consideração a estratégia baseada na capacidade de dissuasão do Poder Aepc, nas ações de defesa nacional, na Amazônia, exigiria que a FAe Am possuísse ou adquirisse a médio prazo, meios aéreos performantes, com equipamentos e sistemas no estado da arte capazes de cumprirem as missões previstas, devendo ainda, estarem estratégicamente desdobrados na região Amazônica, para que sejam operacionalmente efetivos.

É imperativo acrescentar que esses meios deveriam ser operados e mantidos por pessoal altamente qualificado e treinado.

Deve-se então, discutir quais seriam os meios aéreos mais adequados para emprego na Amazônia, no cumprimento da missão da FAe Am, tendo em vista a estratégia de dissuasão, baseada na capacidade de dissuasão do Poder Aepc.

6.8 O impacto nos Meios Aéreos

Na Amazônia, a RDA 4, em termos de dimensão (5,2 milhões de km^2) é bem maior que as outras três RDA juntas (3,3 milhões de km^2), possuindo cinco bases aéreas, três bases de desdobramentos e alguns poucos aeródromos compartilhados capazes de sediarem unidades aéreas que operem aeronaves de alta performance.

Para cumprir as missões que seriam atribuídas à FAe Am, os seguintes meios aéreos deveriam ser colocados à disposição e devidamente desdobrados na região Amazônica, de acordo com a missão, como proposto a seguir:

- Defesa Aeroespacial 1 – quatro esquadrões de caça equipados com dezesseis (16) aeronaves supersônicas, capazes de reabastecer em voo, operar em

ambiente eletronicamente hostil e com quaisquer condições meteorológicas, 24hs, sediados em SBMN, SBBE, SBBV e SBPV, com capacidade de desdobramento;

- Defesa Aeroespacial 2 – um esquadrão AEW&C e Reconhecimento eletrônico equipado com cinco (05) aeronaves R-99A e três aeronaves R -99B capazes de reabastecer em voo, operar em ambiente eletronicamente hostil e com quaisquer condições meteorológicas, 24hs, sediados em SBMN;
- Defesa Aeroespacial 3 – um esquadrão de aeronaves cisternas – reabastecimento em voo, equipado com doze (12) aeronaves KC-390 capazes de operar em ambiente eletronicamente hostil e com quaisquer condições meteorológicas, 24hs, sediado em SBMN;
  - Ataque Estratégico e Supressão de Defesa Inimiga (SEAD) – um esquadrão de ataque equipado com dezesseis (16) aeronaves A1-M, e seis (06) aeronaves SEAD A-1M capazes de reabastecer em voo, operar em ambiente eletronicamente hostil e com quaisquer condições meteorológicas, 24hs, sediados em SBMN, com capacidade de desdobramento;
  - Reconhecimento aéreo – um esquadrão de reconhecimento equipado com seis (06) aeronaves RA -1M capazes de reabastecer em voo, operar em ambiente eletronicamente hostil e com quaisquer condições meteorológicas, 24hs, sediados em SBMN.
  - Reconhecimento aéreo – dois esquadrões de reconhecimento equipados com VANT, sediados em SBBV e SBPV, com capacidade de desdobramento.
  - Ataque leve contrainsurgência – dois esquadrões de ataque equipados com dezesseis (16) aeronaves A-29A/B capazes de operar em ambiente

eletronicamente hostil e com quaisquer condições meteorológicas, 24hs, sediados em SBBV e SBPV, com capacidade de desdobramento;

- Transporte Aéreo – um esquadrão de transporte equipado com doze (12) aeronaves KC-390 capazes de reabastecer em voo, operar em ambiente eletronicamente hostil e com quaisquer condições meteorológicas, 24hs, sediados em SBBE;
- Busca e Salvamento (SAR) – um esquadrão de busca e salvamento equipado com seis (06) aeronaves SC- 105 capazes de reabastecer em voo, operar em ambiente eletronicamente hostil e com quaisquer condições meteorológicas, 24hs, sediado em SBMN;

Patrulha – um esquadrão de reconhecimento marítimo equipado com doze (12) aeronaves P-95M capazes de operar em ambiente eletronicamente hostil e com quaisquer condições meteorológicas, 24hs, sediados em SBBE.

Figura 18. Impacto nos meios aéreos D Aepc, RDA 4 (Fonte: a proposta).

Esta proposta envolveria ainda, os meios de ataque a partir de aeronaves de asas rotativas. É importante notar que os esquadrões de VANT a serem implantados já estão em fase de teste, no sul do país. O projeto da aeronave cisterna de reabastecimento em voo, KC-390, que atenderia também ao transporte de tropa e carga, já está orçamentado e será desenvolvido pela EMBRAER.

Os critérios utilizados para a disposição das unidades desdobradas na Amazônia levam em consideração certa distribuição espacial das unidades de defesa aérea, para que possuam tempo de reação que permitam proteção dos pontos e áreas sensíveis a defender, como instalações civis, centros de controle e comando, meios aéreos de pronta-resposta e, aqueles priorizados pelas autoridades competentes.

As aeronaves reabastecedoras operariam a partir de uma base que não tenha problemas de abastecimento de combustível.

As aeronaves ISD operariam a partir da base mais protegidas, distantes da fronteira, assim como as aeronaves de ataque estratégico.

As aeronaves COIN poderiam utilizar as pistas de desdobramento, localizadas na Amazônia Ocidental.

Alguns meios aéreos contidos nesta proposta poderiam ser implementados em curto prazo, entretanto há outros meios que só poderiam estar disponíveis em médio prazo.

A proposta apresentada neste trabalho científico pode ser considerada adequada, pois atende nas suas três vertentes o objetivo principal estabelecido,

aquele que define a capacidade de dissuasão do poder aeroespacial como a base de uma estratégia de dissuasão válida nas ações de defesa nacional, na Amazônia.

É imperativa a implantação destes meios aéreos, bem como a sua distribuição espacial, na região Amazônica, para que se tornem, o mais cedo possível, uma demonstração de poder crível, imprescindível a estratégia de dissuasão.

Suportados por meios de comando e controle – C^2, que incorporem tecnologia moderna no estado da arte e, aplicando uma gestão de inteligência operacional da informação acrescentariam ao sistema de D Aepc uma capacidade de antecipação.

Isto, aliado a uma estrutura organizacional /operacional potencializaria a tomada de decisão, dando flexibilidade ao processo e a sua execução e, garantindo um poder aeroespacial crível, presente e transparente em capacidade operacional e de dissuasão.

CONCLUSÃO

Este trabalho de pesquisa estabeleceu uma série de questões do problema e, procurou se aprofundar sobre a análise do que seria a aplicação de uma estratégia de dissuasão, baseada na capacidade do Poder Aeroespacial brasileiro, nas ações de defesa nacional na Amazônia. Com profundidade procurou discutiu os aspectos mais importantes dos objetivos específicos, buscando pontuar o que daria suporte na análise do sujeito do estudo.

Tentou fundamentar a análise da hipótese apresentada nos seus aspectos técnico-operacionais, explorando soluções baseadas em experiências comprovadas no campo da história militar, da geopolítica, da estratégia e das relações internacionais, que poderiam representar uma proposição possível ou não, imaginada e formulada de maneira hipotético-dedutiva, face às questões do problema enunciadas neste trabalho de pesquisa.

Utilizou-se de pesquisas da metodologia científica que mais se adaptassem ao tema, inclusive, devido a sua característica temporal de atualidade.

O estudo científico, tendo em vista o seu tema ser de caráter militar e assim, pouco discutido, optou-se pela aplicação de pesquisa exploratória com visitas às organizações operacionais da Força Aérea responsáveis pelo controle do espaço aéreo nacional, incluída a Amazônia. Comparecimento e participação em palestras e seminários ligados á área de defesa e aos estudos estratégicos, bem como aqueles voltados às ciências políticas, nas áreas de relações internacionais e geopolítica, ligadas aos problemas do continente Sul Americano e, o Brasil incluído nele.

O referencial teórico que fundamenta as reflexões na produção desta pesquisa científica no campo do conhecimento está baseado na teoria do poder aéreo, sua evolução e capacidade de dissuasão, considerando seu envolvimento nas ciências políticas, no referente às relações internacionais, geopolítica e estratégia.

As questões do problema colocadas nesta tese puderam ser estudadas com a profundidade exigida e respondidas durante os trabalhos de pesquisa, tendo como qualificação da ameaça principal o neoliberalismo. Por ter sido a causa do surgimento de novos atores, os movimentos sociais e, a geradora das instabilidades político-ideológicas e estratégicas dos países vizinhos, na Amazônia Ocidental, que, possivelmente, venham comprometer a estabilidade geopolítica na região.

Esses novos atores sociais se utilizam ou são suportados muitas das vezes por atividades ligadas ao narcotráfico, contrabando de armas enfim, os ilícitos transnacionais.

A pesquisa científica procurou contextualizar a Amazônia, uma região que abrange 60 % do território nacional, que possibilita caracterizar o Brasil como um

país mineral, devido as suas imensas riquezas minerais, avaliadas em 15 trilhões de USD, não obstante ser detentora de umas maiores biodiversidades do planeta e de recursos hídricos invejáveis, com seus 23 mil km de rios navegáveis.

Naturalmente, uma região sujeita a cobiça internacional pela riqueza e recursos existentes, num contexto globalizado de uma nova ordem mundial, onde os conceitos de Estado-Nação e soberania nacional são colocados em segundo plano.

Convive com os ilícitos transnacionais e sofre a influência da participação de uma quantidade exagerada de ONGs, que representam o inconsciente coletivo colonizador dos países europeus.

Entretanto, tem como maiores óbices a falta de políticas governamentais com projetos socioeconômicos e a ausência do Estado, sendo que as Forças Armadas são a única presença importante do Estado, na Amazônia.

A análise do contexto geopolítico da América do Sul demonstra uma quase ausência de ameaça militar comum para o continente, devido à posição hegemônica dos EUA, entretanto, existe grandes possibilidades de conflitos entre Estados caracterizados por meio de guerras irregulares, que venham modificar a geopolítica, principalmente na região Amazônica. Outro fato preocupante é a instalação de um cinturão de bases americanas no continente.

O Pensamento Estratégico Militar Brasileiro sobre a defesa da Amazônia vem ao encontro da proposta colocada nesta tese, quando enfoca uma estratégia de resistência, com aplicação de uma força de ação rápida, altamente especializada e treinada em guerra na selva, num conflito convencional para responder a agressão de uma potência militar com capacidade superior, onde deveria ser aplicado o conceito de guerra assimétrica.

Diante de uma ameaça certamente indefinida, uma estratégia de dissuasão [188] poderia estar baseada no emprego do poder aeroespacial, aliado ao emprego das forças de ação rápida, devido a sua flexibilidade, mobilidade e poder de combate, desde que convenientemente localizadas.

Esta postura, por si só já representa uma demonstração de força, poder, capacidade de dissuasão, desde que a força aérea tenha capacidade de transporte aéreo para atender o deslocamento desta força terrestre.

Esta então, poderia ser a capacidade de autodefesa, que a estatura estratégica e a maturidade política do Brasil estariam a exigir, como grande nação democrática[189].

A estratégia de resistência como hipótese de emprêgo – HE do Exército Brasileiro, na Amazônia, contra inimigo de força superior, levando em consideração a falência do Poder Aeroespacial brasileiro, como capacidade de dissuasão militar do Estado, seria o enfrentamento do inimigo pelo estabelecimento de uma guerra irregular convencional – estratégia da sobrevivência.

O conceito de guerra irregular na tríade de Clausewitz envolve essencialmente a paixão do povo.

A área compreendida pela Amazônia é muito grande, constituída normalmente por floresta fechada com árvores de grande porte, o que facilitaria as operações de guerra na selva, especialidade da tropa brasileira.

Mas, em contra partida, o fato de ser uma região com densidade demográfica muito baixa, esta característica dificultaria a aplicação de tal conceito de guerra pelo Exército Brasileiro – EB, caso quisesse contar com a paixão do povo.

---

[188] O Brasil, quando mostrar tecnologia que se concretize na construção de um submarino nuclear, terá logrado apreciável poder de dissuasão e conquistado o prestígio de nação desenvolvida nos campos militar e da ciência e tecnologia.

[189] Ver Pereira, 2009.

Sendo assim, a estratégia de resistência defendida pelo EB apresenta vulnerabilidades que poderiam comprometer a sua aplicação na Amazônia, envolvendo a soberania nacional, devendo, então, serem priorizadas e fortalecidas as capacidades do poder aeroespacial.

Ao se aprofundar na pesquisa sobre capacidade de dissuasão pode-se afirmar que objetivos políticos poderiam ser alcançados por meio da estratégia baseada na capacidade de dissuasão, onde o poder aeroespacial continuaria sendo o seu mais importante instrumento.

Ao analisar a evolução do conceito e da percepção do valor do poder aéreo, devido a sua característica única de alcance estratégico e efetividade nos resultados sobre ataques a objetivos estratégicos, pode-se concluir que o poder aéreo seja o instrumento mais adequado para fins de dissuasão.

Sendo assim, a estratégia baseada na capacidade de dissuasão do poder aeroespacial é a mais adequada, tendo em vista, principalmente, o fato da pressão existente sobre os governos em minimizar danos civis, a qualquer custo.

A pesquisa científica ao estudar o poder aeroespacial brasileiro no referente aos aspectos positivos e as suas vulnerabilidades na Amazônia se depara com a algumas realidades.

A capacidade de dissuasão do Poder Aeroespacial para inibir a concentração de forças hostis nas fronteiras terrestres e impedir o uso do espaço aéreo nacional, mesmo por ilícitos transnacionais é parcialmente adequada.

Não consegue demonstrar poder aeroespacial crível, pela falta de capacidade de emprego de meios aéreos, consequentemente em tecnologia e preparação para o combate.

O controle do espaço aéreo incorpora tecnologias no estado da arte no referente à capacidade de vigilância aérea, entretanto tem capacidade parcial de efetivo controle do espaço aéreo, conseqüência da falta de pronta-resposta e alcance dos meios aéreos empregados.

Os meios aéreos existentes são parcialmente adequadas, os A-29A/B pelas suas limitações de aeronaves COIN e, as outras aeronaves atualmente em operação na defesa aérea por se encontrarem em estado de obsolescência, antigas demais.

Sendo assim, os meios aéreos de defesa aérea alocados na amazônica ocidental não atenderiam às exigências de uma estratégia baseada na capacidade de dissuasão do Poder Aeroespacial.

Sem contar que a frota de aeronaves cisternas de reabastecimento em voo é quase inesxistente, o que torna o Poder Aeroespacial brasileiro incapaz de executar a tarefa de reabastecimento em voo.

Outra vulnerabilidade seria o poder aéreo para assegurar superioridade aérea local em qualquer hipótese de emprego (HE), sendo que o cumprimento dessa responsabilidade pela Força Aérea dependerá e poderá comprometer em grande parte a viabilidade das operações navais e das operações das forças terrestres no interior do País.

O Poder Aeroespacial Brasileiro não dispõe de uma Força Aérea com meios aéreos em número suficiente e com disponibilidade logística média capaz de atender as exigências operacionais de forças componentes.

Neste cenário, aparece ainda a necessidade de pessoal operacional e de logística preparados para o combate.

Ainda que a Força Aérea treine e aplique técnicas avançadas de combate aéreo e interceptação, lançamento de armamentos dentre outras modalidades, o grau de treinamento quanto ao volume de horas voadas e o número de equipagens de combate e de controladores de operações militares é insuficiente. Logo, não atendem às necessidades operacionais das operações militares, sejam de defesa aeroespacial ou aeroestratégicas, como as demais de apoio ao combate.

No que diz respeito ao apoio logístico a deficiência de pessoal e material é preocupante, provocando baixa disponibilidade das aeronaves da frota.

Os recursos financeiros alocados em pessoal e material envolvendo o emprego do Poder Aeroespacial são muito elevados e de longo tempo de gestação.

A indústria nacional de material de defesa não está totalmente capacitada para conquistar autonomia em tecnologias indispensáveis à defesa, devendo para tanto contar com o seguimento de ciência, tecnologia e inovação – C,T&I na criação de instrumentos de fomento à pesquisa de materiais, equipamentos e sistemas de emprego de defesa ou dual, de forma a viabilizar uma vanguarda tecnológica e operacional pautada na mobilidade estratégica, na flexibilidade e na capacidade de dissuadir ou de surpreender.

Recursos financeiros, com base em financiamentos governamentais seriam imprescindíveis para consecução destes objetivos, que envolvem diretamente a soberania nacional.

O estudo de pesquisa ao analisar a proposta, pode concluir que ela atende aos objetivos estabelecidos, pois no referente à implantação de uma gestão de inteligência operacional seria oportuno acrescentar que esta gestão de inteligência operacional viria atender as necessidades de planejamento operacional de qualquer nível de comando e controle e de estrutura de comando operacional.

Sendo assim, a proposta apresentada neste trabalho científico é adequada, pois atende nas suas três vertentes o objetivo estabelecido da capacidade de dissuasão do poder aeroespacial ser a base de uma estratégia válida nas ações de defesa nacional, na Amazônia.

Um CODA Amazônico para cumprir a sua missão passaria a incorporar a gestão da inteligência operacional na célula de avaliação da ameaça, sendo mais um instrumento de dissuasão do poder aeroespacial na Amazônia.

A implantação da gestão da inteligência operacional na célula de avaliação da ameaça de um órgão de comando e controle do SISDABRA, em nível do CODA é uma proposta adequada, praticável e aceitável, como analisado anteriormente.

Suportados por meios de comando e controle – C^2, o SISDABRA, que incorpora tecnologia moderna no estado da arte. A aplicação de uma gestão de inteligência operacional da informação acrescentaria ao sistema uma capacidade de antecipação, aliada a uma estrutura organizacional /operacional que potencializaria a tomada de decisão, dando flexibilidade ao processo e a sua execução e, garantindo um poder aeroespacial crível, presente e transparente em capacidade operacional e de dissuasão.

O fato da implantação da gestão da inteligência operacional ter gerado a criação de um CODA Amazônico atende a estratégia, baseada na capacidade de dissuasão do Poder Aeroespacial, nas ações de defesa nacional, na Amazônia, proposta como hipótese deste trabalho de pesquisa.

Não obstante, para atingir a estratégia pretendida, baseada na capacidade de dissuasão do Poder Aepc a estrutura organizacional /operacional do Comando da Aeronáutica, seu braço armado deveria seguir um novo paradigma, em se tratando

das ações de defesa nacional na Amazônia, como a criação de um comando operacional de F Ae, a Força Aérea Amazônica.

Seria imperativo, ainda, a implantação dos meios aéreos propostos, bem como a sua distribuição espacial, na região Amazônica, para que se tornem uma demonstração de poder crível, pois demonstração de poder é capacidade de dissuasão.

Um Estado, tendo em vista seus objetivos e interesses políticos de perspectiva de poder, referentes à defesa nacional e segurança externa deveria preparar-se para os perigos de enfrentamentos e organizar a sua capacidade de dissuasão baseada no poder aeroespacial.

Com base nos estudos referidos acima, pode-se concluir que este trabalho de pesquisa científica teve sua hipótese proposta confirmada.

A conclusão deste trabalho de pesquisa, que certamente não tinha a pretensão de esgotar o tema abre espaço e possibilidades para novos estudos sobre assunto.

Tema de capital importância para a sobrevivência operacional do Poder Aeroespacial Brasileiro, referente a soberania da nossa Pátria como nação, tendo em vista sua posição de importância no contexto mundial e, hegemônica no continente latino-americano, seria legado de patriotismo para as gerações futuras.

REFERÊNCIAS

Obras

AGUILAR, P.L. **Latinoamericana: enciclopédia contemporânea da América Latina e do Caribe**. São Paulo: Boitempo, 2006.

ANTIQUERA, D.C. **A Amazônia e a política externa brasileira: análise do tratado de cooperação amazônica (TCA) e sua transformação em organização internacional (1978-2002).** Campinas: UNICAMP, 2006.

BENDIN, G.A. **O realismo político e as relações internacionais**. Ijui: Ed. Inijui, 2002.

BOLOSLAVASKY, R. **Orientação Vocacional –** a estratégia clinica. 11.ed. Rio de Janeiro: Martins, 1998.

CASTRO, T. **Amazônia geopolítica do confronto e geoestratégia de integração**. Rio de Janeiro: FEUC, 1995.

CECEÑA, A.E. **Latinoamericana: enciclopédia contemporânea da América Latina e do Caribe**. São Paulo: Boitempo, 2006.

CHURCHILL, W Sir. **Air Defense Memoranda of 1914, in The Impact of Air power, National security and World Politics**. New Jersey: Van Nostrand, 1959.

CLAUSEWITZ, C.V. **Da guerra**. São Paulo: Martins Fontes, 1979.

COUTINHO, M.A.J. **A Amazônia: proposta de estratégia para região**. Rio de Janeiro: ESG, 2002.

FERREIRA, J.A.G. **Ações Integradas das Forças Armadas Nacionais no Setor Ocidental da Amazônia –** Uma reflexão. Dissertação de Mestrado em Ciências Aeroespaciais na Universidade da Força Aérea. Rio de Janeiro, 2004.

FIORI, J.L. **Brasil no espaço**. Petrópolis,RJ: Vozes, 2001.

FREIRE, L.M.C.S. **Região amazônica: novas ameaças e possíveis respostas**. ESG. Monografia. CAEPE, 2004.

FUKUYAMA, F. **The end of history?** The National Interest [s.n.t.], 1989.

GOMES, M.P. **Construindo soluções acadêmicas**. Rio de Janeiro: Universidade da Força Aérea, 2005.

HOBBES, T. **Leviatã ou a matéria, forma e poder de um estado eclesiástico e civil**. Trad. de MONTEIRO, J.P. e SILVA, B.N. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

MACHADO, L.O. **Financial Flows and Drug Trafficking in the Amazon Basin**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2002.

MACHADO, L.O. **Limites e Fronteiras: da Alta Diplomacia aos Circuitos da Ilegalidade.** UFRJ, CNPq, 1998.

MAISONNAVE, F. **Financiamento do terror no Brasil preocupa o EUA**. Folha de São Paulo: Washington, 2005.

MAQUIAVEL, N. **O príncipe**. (tradução Maria Lúcia Cumo). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

MARQUES, A.A. **Amazônia: pensamento e presença militar**. São Paulo: USP, 2007.

MARTINS, C.E. **Latinoamericana: enciclopédia contemporânea da América Latina e do Caribe**. São Paulo: Boitempo, 2006.

_____. **A conjuntura contemporânea e o sistema mundial: os desafios da América Latina no século XXI**. Estado e gestão pública: visões do Brasil contemporâneo / Organizadores Paulo Emílio Matos Martins, Otavio Penna Pieranti. 2.ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

MATTOS, C.M. **Uma geopolítica pan-americana.** Rio de Janeiro: BIBLIEX Ed, 1980.

MITCHELL, W. **Skywais: A book on Modern Aeronautics**. London: Lippincott, 1930.

MORGENTHAU, H. **Política entre las naciones: la lucha por el poder y la paz**. Trad. OLIVEIRA, H.W. Buenos Aires: Grupo Editorial Latinoamericano, 1986.

OLIVEIRA, G.M. **Latinoamericana: enciclopédia contemporânea da América Latina e do Caribe.** São Paulo: Boitempo, 2006.

PÁDUA, E.M.M. **Metodologia da pesquisa**: Abordagem teórico-prática. 8.ed. Campinas, SP: Papirus, 2002.

PAOLA, H.de **O Eixo do mal latino americano e a nova ordem mundial**. São Paulo: É Realizações, 2008.

PECEQUILO, C.S. **Introdução às relações internacionais: temas, atores e visões**. Petrópolis/ RJ: Vozes, 2004.

PEREIRA, A. **Recentes inflexões na geopolítica da América do Sul. Política externa** – Vol 18. São Paulo, Paz e terra, 2010.

PEREIRA, C.P.F. **Geopolítica e o futuro do Brasil: Amazônia ocidental e pantanal comunidade sul –americana.** Rio de Janeiro: BIBLIEX Ed., 2007.

RICUPERO, R. **A sempre anunciada, mas cada vez mais improvável integração latino-americana.** Política Externa – vol.18. São Paulo: Paz e terra, 2010.

ROSENMAN. **Latino-americana: enciclopédia contemporânea da América latina e do Caribe.** São Paulo: Boitempo Editorial, 2006.

SADER, E., JINKINGS, I., NOBILE, R. e MARTINS, C.E. **Latinoamericana: enciclopédia contemporânea da América latina e do caribe.** São Paulo: Boitempo Editorial, 2006.

SAID, E.W. **Cultura e política**. São Paulo: Boitempo, 2007.

SANTOS, M. **A evolução do Poder Aéreo**. Rio de Janeiro: Itatiaia, 1989.

SEVERINO, A.J. **Metodologia do trabalho científico**. 22.ed, São Paulo: Cortez, 2002.

SILVA, L.F.S. **A força aérea na amazônia brasileira, a missão de policiamento do espaço aéreo – implicações presentes.** Mestrado em Ciências Aeroespaciais. Rio de Janeiro: UNIFA, 2005.

TADDEI, E. **Latinoamericana: enciclopédia contemporânea da América Latina e do Caribe**. São Paulo: Boitempo, 2006.

TZU, S. **Sun zi bing fa – a arte da guerra: os treze capítulos originais**. Tradução Nikko Bushidô. São Paulo: Jardim dos Livros, 2007.

WALLERSTEIN, I. **Capitalismo histórico e civilização capitalista**. Traduçao Renato Aguiar, Rio de Janeiro: Contraponto,2001.

VISACRO, A. **Guerra irregular: terrorismo, guerrilha e movimentos de resistência ao longo da história.** São Paulo: Contexto, 2009.

Documentos oficiais

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 15. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2004. 376 p. (Coleção Legislação Brasileira, 5).

_____. **Decreto Lei nº 1778**. Brasília, DF, 1980.

_____. **Decreto Lei de Tiro de Destruição (Lei nº 9.614 98) –** Brasília, DF, 1998.

_____. **Diretriz para Defesa Aeroespacial do TN**. Brasília, DF, 1995.

_____. **END – Estratégia Nacional de Defesa.** Brasília, DF, 2009.

_____. **ESG – pensamento estratégico**. Rio de Janeiro, 2003.

_____. **Estratégica militar da aeronáutica** (DCA 15-1). Brasília, DF, FEV 2008.

_____. **Estratégica militar da defesa** (MD51-M-03). Brasília, DF, DEZ 2006.

_____. **Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999**. Dispõe sobre as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas. Brasília,

DF, 1999. Disponível em: <http//:www.defesa.gov.br/publicações>. Acesso em: 10 abr.2005.

_____. **Manual de Emprêgo da FAB em Defesa Aérea.** Brasília, DF, 1976.

_____. **Normas Operacionais do Sistema de Defesa Aeroespacial.** Brasília, DF, 2010.

_____. **Política militar aeronáutica – PMA** (DCA 14-5). Brasília, DF, FEV 2008.

_____. **Política de defesa nacional - PDN**. Brasília, DF, JUN 2005.

_____. **Política militar de defesa** (MD50-P-01). Brasília, DF, SET 2005.

_____. **Projeto Calha Norte – PCN**. Brasília, DF, 1985.

Palestras e Artigos

ALVES, J. **Declaração das nações unidas sobre o direito dos povos indígenas**. Palestra realizada no Colégio Santo Agostinho, 2008.

CAMBESES JR., M. **A defesa aeroespacial da Amazônia**. Revista do Clube Militar, Rio de Janeiro, v. 71, n. 350, p. 9, ago.1998.

CAMILLO, W. **Estudos estratégicos II.** Palestra do curso de doutorado em Ciências Aeroespaciais da Universidade da Força Aérea – UNIFA, 2010.

FARIA, **Território e Territorialidades / Indígenas do Alto do Rio Negro**. 1996.

FLORES, M.C. **Segurança internacional na América do Sul. Política externa** – Vol 18. São Paulo: Paz e terra, 2010.

FIGUEIREDO, E.L. **Notas sobre estudos estratégicos II – estado da arte**. Rio de Janeiro, UNIFA, 2006.

SILVA, G. Artigo publicado, na Revista do Clube Naval, em 23.05.2005.

JAQUETTE, J.S. **Uma visão da Bolívia. Política Externa**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2010.

LESSA, L.G.S. **A Amazônia**. Palestra realizada no Instituto Cultural da Aeronáutica em SET 2002.

MACHADO, R.V. **Comando de defesa aeroespacial brasileiro**. Palestra realizada Instituto Cultural da Aeronáutica em 2008.

MODERNO, J.R. **ONU: Brasil contra Brasil.** Rio de Janeiro: revista da Aeronáutica no. 263, 2007.

MORGENTHEAU, R.M. **O elo entre Irã e Venezuela – uma crise no horizonte?** Política externa – Vol. 18. São Paulo: Paz e terra, 2010.

ROCHA, M. **Evolução do Poder Aéreo** – Palestra do curso de doutorado em Ciências Aeroespaciais da Universidade da Força Aérea – UNIFA, 2010.

_____. **A concepção estratégica da defesa nacional** – Sala de Leitura, 2010.

PAYNE & WALTON, **Deterrence in the post-cold WWII** – Documento de curso, distribuído no doutorado em Ciências Aeroespaciais – UNIFA, 2010.

PAZINI. **Ciência, tecnologia & inovação.** Palestra do curso de doutorado em Ciências Aeroespaciais da Universidade da Força Aérea – UNIFA, 2010.

SANTOS, M. **Força Aérea – sua estratégia de emprego**. Palestra no INCAER, Rio de Janeiro, 2001.

SILVA, C.N. **COMAR VII**. Palestra proferida na Escola de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica, em 2004.

MOREIRA, M.N.A. **C^4I – comando, controle, comunicações, computador e inteligência.** Artigo publicado na Revista da Aeronáutica, Rio de Janeiro, 2005.

Sites Consultados

Foro de São Paulo – disponível em www.forosaopaulo.org, acessado em julho 2010.

FRANÇA. L'organization de L'Armée de L'Air Française (organização da força aérea francesa**)**. Disponível em: <http://www.defense.gouv.fr/sites/air/decouverte/lorganisation> Acesso 04/07/2008.

Grupo RETIS de Pesquisa – Instituto de Geociências – UFRJ. Rio de Janeiro, 2005. Disponível em: <http://www.igeo.ufrj.br/gruporetis/gruporetis> Acesso 15.05.2008.

LESSA, L.G.S. **Política de defesa para o século XXI – Amazonia e as fronteiras norte e noroeste**. Disponível em: www.defesanet.com.br/toa/genlessa, acesso em setembro 2010.

FABRÍCIA, P. Quito, Equador – disponível em http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2009/08/090810 , acessado em março 2010.

Revista América Libre – disponível em www.nodo50.org/americalibre, acessado em julho 2010.

RIBEIRO, **Amazônia: a guerrilha colombiana, o narcotráfico, a questão indígena, o meio ambiente e as riquezas minerais - uma abordagem mais realista**. 2003.

RODRÍGUEZ, R.V. **Os primórdios da guerra do narcotráfico na Colômbia**, disponível em: <http://www.defesa.ufjf.br/arq/Art%2031.htm>. Acesso 12.02.2008.

The Grand Deception, disponível em http://www.worldnetdaily.com/new/article.asp?ARTICLE_ID=24362, acessado em maio 2009.

Site: www.ambientebrasil.com.br eco 21, ano XIV-93- ago /04. www.eco21.com.br., acessado em jul 2009.

US North Command, disponível em www.northcom.mil, acessado em setembro de 2010.

US South Command, disponível em www.southcom.mil , acessado em setembro de 2010.